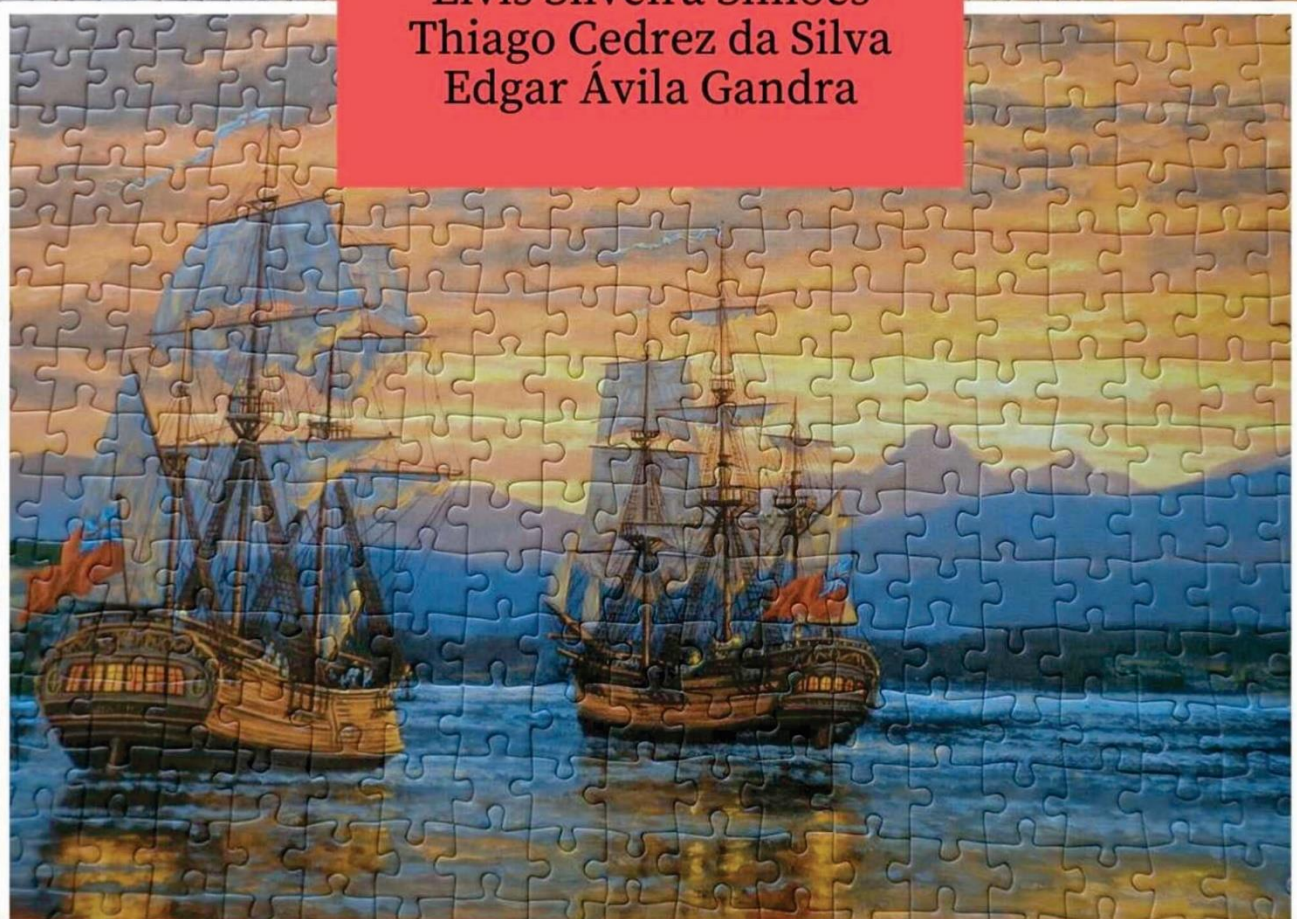


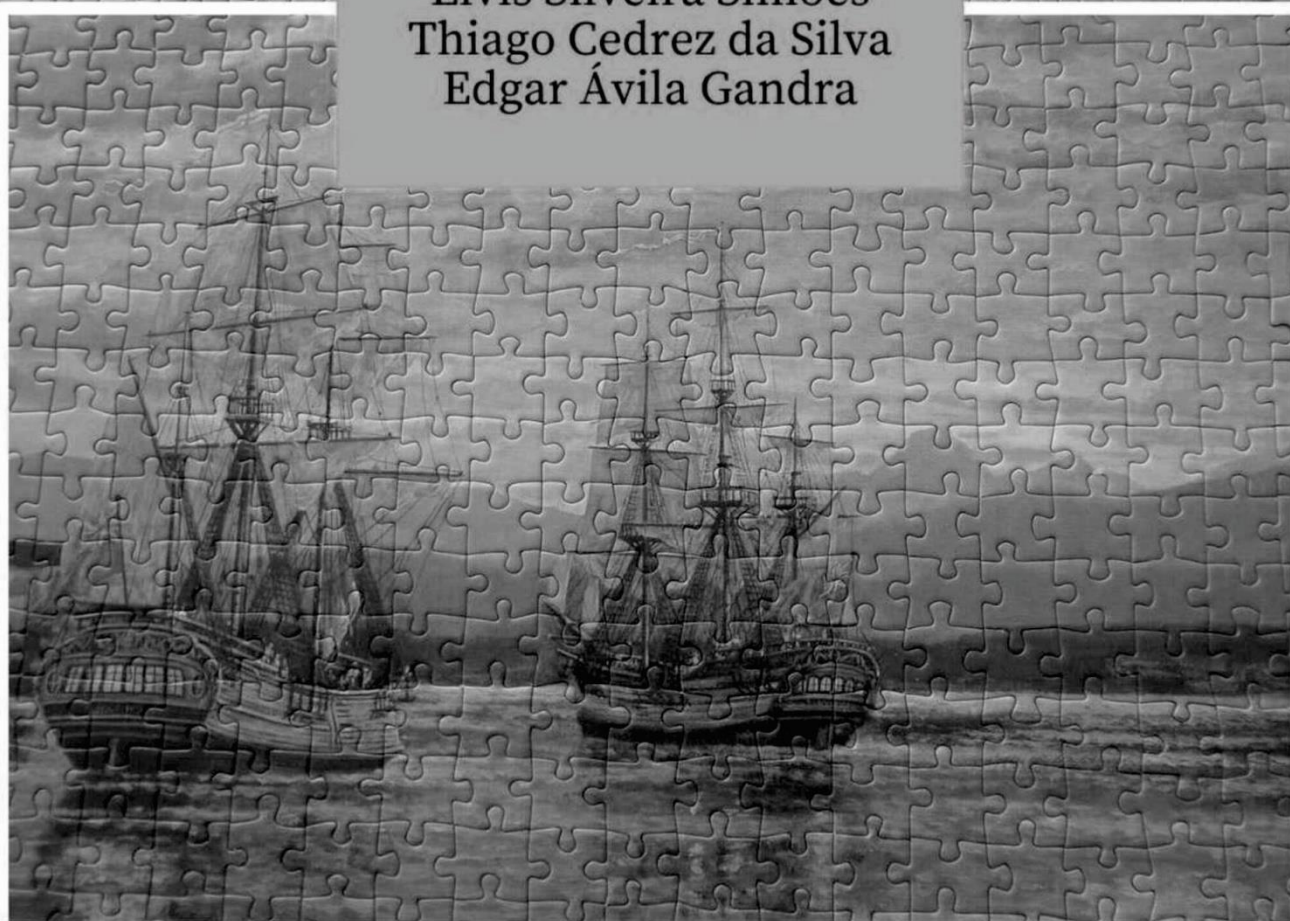
Organizadores
Elvis Silveira Simões
Thiago Cedrez da Silva
Edgar Ávila Gandra



FRAGMENTOS DO PASSADO

estudos históricos
em perspectiva

Organizadores
Elvis Silveira Simões
Thiago Cedrez da Silva
Edgar Ávila Gandra



FRAGMENTOS DO PASSADO

estudos históricos
em perspectiva



PORTO ALEGRE
2022

Copyright ©2022 dos organizadores

Direitos desta edição reservados aos organizadores, cedidos somente para a presente edição à Editora Mundo Acadêmico.



LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0 Internacional
(CC BY-NC-ND 4.0)

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral estão disponíveis em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Expediente:

Capa e diagramação:
Thiago Cedrez da Silva

Editor:
Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial Casalettras

Prof. Dr. Amurabi Oliveira (UFSC)
Prof. Dr. Elio Flores (UEPB)
Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)
Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)
Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPEL)
Profª Drª Maria Eunice Moreira (PUCRS)
Prof. Dr. Moacyr Flores (IHGRGS)
Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F8424 Fragmentos do Passado: estudos históricos em perspectiva / Elvis Silveira Simões, Thiago Cedrez da Silva e Edgar Avila Gandra (Orgs.). [Recurso eletrônico] Porto Alegre: Editora Mundo Acadêmico, 2022.

240p.
Bibliografia.
ISBN: 978-65-89475-26-2

I. História - 2. Historiografia - 3. Temas de história e historiografia - I. Simões, Elvis Silveira - II. Silva, Thiago Cedrez da - III. Gandra, Edgar Avila - III. Título.

CDU: 98(0499)

CDD:981



EDITORA MUNDO ACADÊMICO

Um selo da Editora Casalettras

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa
Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103
+55 51 3013-1407 - contato@casaletras.com
www.casaletras.com

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Elvis Silveira Simões, Thiago Cedrez da Silva e Edgar Ávila Gandra 6

O APELO DE URBANO II E A PRIMEIRA CRUZADA: EFEITOS DA GUERRA SANTA MEDIEVAL NA SOCIEDADE EUROPEIA DO SÉCULO XI AO SÉCULO XIII

Alexandre Victoriano Diniz..... 11

PRECONCEITO RELIGIOSO NO AMBIENTE EDUCACIONAL: ENFRENTANDO DESAFIOS

Aline Maria Baldez de Almeida.....23

O MOVIMENTO CULTURAL HIP HOP E A INFLUÊNCIA DO RAP DO GRUPO RACIONAIS MC'S NO EMPODERAMENTO RACIAL DA JUVENTUDE NEGRA BRASILEIRA

Aloisio Sousa Castro Junior.....31

RELIGIOSIDADE SIMÃOADIENSE: CATOLICISMO X PROTESTANTISMO

Daniell Alves Loiola Santana.....42

SIMÃO DIAS: DO IMPÉRIO A REPÚBLICA

Daniell Alves Loiola Santana.....55

DESCOBRINDO OS DESCOBRIDORES: A ANTROPOFAGIA TUPINAMBÁ COMO RESISTÊNCIA CULTURAL NO QUINHENTISMO BRASILEIRO

Danielson Santiago Portugal.....66

REVOLUÇÃO CUBANA: A PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA E O HOMEM NOVO

Gabriel Mingareli Cavalini e Gustavo Henrique Apoloni Aguera.....81

A TRAJETÓRIA DE VIDA DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues.....91

NOVO OLHAR ACERCA DOS JESUÍTAS NO ESPÍRITO SANTO

Gracineide Maria de Souza e Renata Souza Cassimiro.....102

UPS VILA TRINDADE: UMA ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO POLICIAMENTO E A SENSÇÃO DE SEGURANÇA DOS MORADORES DO BAIRRO CAJURU EM CURITIBA/PR

Gerson de Jesus Monteiro Junior e Dyegho Henrique Almeida da Silva.....119

A ASCENSÃO LÍBIA NO EGITO ANTIGO: RELAÇÕES DE PODER DURANTE O TERCEIRO PERÍODO INTERMEDIÁRIO (1069-664 A.C.)

Hector Eliahou Leon Levy..... 130

O CAFÉ E SUA IMPORTANCIA POLITICA E ECONOMICA NO BRASIL

Jeferson Cararo e Adriana Ribas Adriano Cararo.....146

REFLEXÕES SOBRE O TEMPO: ENTRE A CONSCIÊNCIA E A NATUREZA, PERSPECTIVAS SOBRE TEMPORALIDADES HISTÓRICAS

João Paulo de Oliveira Farias, Francisco Alex de Oliveira Farias e Vanderlene de Farias Lima.....157

PROTESTANTISMO, IMIGRAÇÃO E AÇÃO SOCIAL: A HISTÓRIA DO PRESBITERIANISMO VICENTINO

José Antônio Lucas Guimarães.....168

O ADVENTO DOS MECANISMOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

José Arthur Sedrez.....182

OS ATRAVESSAMENTO DA SUBJETIVIDADE NO PROCESSO DE ESCRITA DA HISTÓRIA E DA LITERATURA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBRA “O CERCO DE LISBOA”

Letícia Portella Milan e Ueliton André dos Santos Silva.....194

REPENSANDO A *HISTÓRIA AUGUSTA*: FONTE CRÍVEL (OU MANIPULADA) PARA OS ESTUDOS DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA?

Renato Cardoso Corgosinho.....205

A CONSTRUÇÃO DO FEMININO ENQUANTO DISPOSITIVO DE CONTROLE

Ueliton André dos Santos Silva e Letícia Portella Milan 216

LEON HIRSZMAN, UM CINEASTA A SERVIÇO DA HISTÓRIA

Valter Aparecido Barcala.....227

SOBRE OS AUTORES 239

APRESENTAÇÃO

Fragmentos do Passado: estudos históricos em perspectiva

A obra, “Fragmentos do Passado: estudos históricos em perspectiva”, se constitui a partir de uma coletânea de artigos que tem como objetivo refletir sobre os diferentes aspectos sociais, culturais e teórico-metodológicos, relacionados as perspectivas históricas. Desta forma, o livro cumpre um papel importante na divulgação e discussão do saber histórico e destina-se a todo o público acadêmico (ou não) que tenha interesse em tais perspectivas.

Neste conjunto de artigos, os leitores poderão encontrar reflexões que apontam para novos estudos, revisões e perspectiva que aprofundam as diferentes temáticas apresentadas pela historiografia. Assim, a obra permite, a partir de uma apresentação fragmentada do passado, conectar os leitores a diferentes pesquisas e evidenciar os estudos realizados por diferentes autores brasileiros.

No primeiro artigo desta coletânea, intitulado: **“O APELO DE URBANO II E A PRIMEIRA CRUZADA: EFEITOS DA GUERRA SANTA MEDIEVAL NA SOCIEDADE EUROPEIA DO SÉCULO XI AO SÉCULO XIII”**, o pesquisador Alexandre Victoriano Diniz, explorou o tema da primeira Cruzada centrando-se em reflexões envolvendo os propósitos de Urbano II com o apelo convocatório anunciado ao final do Concílio de Clermont-Ferrand em 1095, que culminou com a conquista de Jerusalém em 1099, de modo a compreender os efeitos da guerra santa medieval na sociedade europeia do século XI ao século XIII. Para tanto, analisaram-se alguns aspectos, a saber: a sacralização e ideologia da guerra santa medieval; os fatores motivacionais do apelo papal que instigou milhares de pessoas de diferentes partes da Europa a peregrinar em armas até Jerusalém e o conjunto dos interesses envolvidos no processo, além, é claro, da questão religiosa.

Já Aline Maria Baldez de Almeida, em sua pesquisa **“PRECONCEITO RELIGIOSO NO AMBIENTE EDUCACIONAL: ENFRENTANDO DESAFIOS”** buscou refletir sobre a diversidade e preconceito religioso em ambiente escolar, dando ênfase às Religiões de matriz africanas. Este estudo permitirá refletir sobre a atuação dos professores diante do preconceito religioso no ambiente escolar e como esses professores estão sendo preparados para abordar esse tema em suas aulas, possibilitará que sejam pensados fatores, como o diálogo entre múltiplas disciplinas sobre o ensino da diversidade cultural, como as universidades estão formando esses profissionais que irão conviver com múltiplas etnias e culturas em seu dia a dia na escola.

Outra pesquisa de peso nesta obra é do autor Aloisio Sousa Castro Junior com **“O MOVIMENTO CULTURAL HIP HOP E A INFLUÊNCIA DO RAP DO GRUPO RACIONAIS MC’S NO EMPODERAMENTO RACIAL DA JUVENTUDE NEGRA BRASILEIRA”**. Segundo Junior, O *hip hop* é um movimento cultural criado nos Estados Unidos da América, na final da década de 1960. Em meio à efervescência cultural nos guetos americanos, nos anos 1970, surge o Rap, praticado inicialmente na Jamaica, posteriormente nos EUA, e depois em todo o mundo. No Brasil, o Rap, surge na década de 1990, na mesma época, é criado o grupo musical, Racionais MC 's, motivando o surgimento de uma consciência racial empoderada na juventude periférica. A partir dessas ações culturais, o presente artigo objetiva analisar as influências do gênero musical no empoderamento racial, a transformação social através da cultura da juventude negra e periférica.

Em **“RELIGIOSIDADE SIMÃODIENSE: CATOLICISMO X PROTESTANTISMO”**, o pesquisador Daniell Alves Loiola Santana identificou que

FRAGMENTOS DO PASSADO

com a emancipação política de Sergipe em seus 201 Anos de história e religiosidade traz nos costumes e tradições a fé de um povo baseado nas crenças e credos. A religião é muito forte no município de Simão Dias, desde a época da povoação até o status de vila obteve no processo religioso, a fé e a crença. Na historicidade municipal, o patrimônio cultural material e imaterial possui desde a matriz de Senhora Santana até a diversidade de capelas uma abordagem de credos e santidades, a partir das manifestações religiosas e seus objetos. O presente artigo elenca a variedade histórica das capelas espalhadas nos povoados simão-dienses.

Daniell Alves Loila Santana apresenta outro importante estudo intitulado **“SIMÃO DIAS: DO IMPÉRIO A REPÚBLICA”** no qual a história de Simão Dias em sua cultura patrimonial aborda uma historicidade elencada nos costumes e tradições de um povo. O processo de emancipação brasileira foi importante para o desenvolvimento do país desde a época da colônia, império e república. Em Simão Dias, o processo evolutivo e crescimento do município foi através da atuação dos personagens políticos exercidos na câmara de vereadores. O artigo tem a finalidade em mostrar para população atual, uma parte da história do município baseado nos acontecimentos importantes da época colonial até a fase imperial, relacionando o livro didático com a realidade local.

“DESCOBRINDO OS DESCOBRIDORES: A ANTROPOFAGIA TUPINAMBÁ COMO RESISTÊNCIA CULTURAL NO QUINHENTISMO BRASILEIRO” é o artigo do pesquisador Danielson Santiago Portugal. Nesta pesquisa buscou-se regressar ao “descobrimento” do Brasil para descrever a antropofagia ritual praticada pelos tupinambás como forma de resistência cultural frente à invasão europeia ao Novo Mundo. Para tanto, explorar-se-á o quinhentismo, a literatura de informação dos viajantes e cronistas colonizadores e o discurso catequético dos missionários católicos. E, por meio da socio crítica, intenta-se alguma interpretação das cenas iniciais do “encontro” intercontinental em 1500, de onde provém “a ‘forjadura’ da certidão de nascimento do Brasil”.

A pesquisa de Gabriel Mingareli Cavalini e Gustavo Henrique Apoloni Aguera intitulada **“REVOLUÇÃO CUBANA: A PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA E O HOMEM NOVO”** teve como objetivo compreender a relação entre a Pedagogia Revolucionária e o Homem Novo, proposto pela Revolução Cubana. Assim sendo, para a realização de nosso artigo, se utilizará um referencial teórico que condiz com a relação entre o homem, a Pedagogia Revolucionária e a educação. Logo, para uma melhor compreensão, valer-se-á do método de pesquisa entre o homem, a sociedade e a sua forma de pensar e organizá-la ao longo da história. Desse modo, a partir da abordagem deste artigo, será possível compreender melhor a relação dos aspectos centrais que foram propostos pela Revolução Cubana no sentido educacional.

Por sua vez, a pesquisadora Gláucia Elisa Zinani Rodrigues apresenta o capítulo **“A TRAJETÓRIA DE VIDA DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO”** no qual reflete sobre a trajetória de vida de Gladstone Osório Mársico. O recorte do estudo é seu nascimento em 5 de abril de 1927, em Viadutos ex distrito em Erechim, localizada no norte do Rio Grande do Sul, até a data de seu falecimento, em 23 de abril de 1976 em Porto Alegre. Mársico atuou como escritor e um dos advogados da companhia inglesa judaica de colonização, *Jewish Colonization Association*. Além disso, foi vereador erechinense no período de 1956-1959, com isso, teve envolvimento com os grupos étnicos indígenas, afro-descendentes e imigrantes, que formaram o povoamento erechinense. O estudo em termos teóricos metodológicos inclui o cruzamento de fontes, revisão bibliográfica, entrevistas de familiares e munícipes que viveram em Erechim neste período e utiliza para a análise o conceito de trajetória de vida.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Outro importante texto historiográfico nesta obra é de autoria das pesquisadoras Gracineide Maria de Souza e Renata Souza Cassimiro, denominada **“NOVO OLHAR ACERCA DOS JESUÍTAS NO ESPÍRITO SANTO”**. Segundo as autoras, este trabalho é fruto do estudo produzido a partir da análise das informações contidas na Devassa da Reforma Religiosa da Companhia de Jesus Nesta Comarca do Espírito Santo. A Devassa teve como objetivo levantar questões acerca da conduta religiosa e moral dos Inacianos que viveram em terras capixabas durante o período colonial. Para este artigo, analisamos 04 questões do total de 08 que compõem o documento e confrontamos com as respostas fornecidas pelos 63 testemunhos entrevistados. Como arcabouço teórico utilizamos a história e a memória a partir dos depoimentos que constam nos documentos manuscritos da Devassa dos Jesuítas.

Em **“UPS VILA TRINDADE: UMA ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO POLICIAMENTO E A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DOS MORADORES DO BAIRRO CAJURU EM CURITIBA/PR”** de autoria de Gerson de Jesus Monteiro Junior e Dyegho Henrique Almeida da Silva, buscou-se demonstrar a percepção dos moradores do Bairro Cajuru em relação a permanência da UPS vila Trindade no período de 2012 a 2018, bem como analisar os dados do business intelligence, do banco de dados da Polícia Militar do Paraná, em relação ao número de atendimentos de ocorrências no referido Bairro, notou-se que a maioria dos moradores defendem a permanência da UPS, e os dados demonstraram que teve uma diminuição no número de atendimentos no Bairro a saída da UPS, concluiu-se que o policiamento tanto preventivo quanto repressivo ficaram prejudicados com a retirada do módulo policial do bairro.

O pesquisador Hector Eliahou Leon Levy em seu artigo denominado **“A ASCENSÃO LÍBIA NO EGITO ANTIGO: RELAÇÕES DE PODER DURANTE O TERCEIRO PERÍODO INTERMEDIÁRIO (1069-664 A.C.)”** infere que com o término da XX dinastia, observamos que a civilização egípcia adentra em um período marcado pela fragmentação política e perda de prestígio no exterior, ao mesmo tempo que indivíduos de origem líbia ascendem socialmente no Alto e Baixo Egito. Desta forma, através do estudo de fontes históricas (a exemplo do chamado Portal Bubastita, em Karnak), e utilizando como conceitos teóricos os ensinamentos de Norberto Bobbio e Max Weber, buscamos analisar as interações políticas e sociais envolvendo os líbios no Egito durante o chamado Terceiro Período Intermediário (1069-664 a.C.).

Os autores Jeferson Cararo e Adriana Ribas Adriano Cararo no seu artigo intitulado **“O CAFÉ E SUA IMPORTANCIA POLITICA E ECONOMICA NO BRASIL”** analisou-se o modo agrícola mono exportador implementado a partir do renascimento agrícola após a decadência da mineração em meados do século XIX. O café rouba a cena e se torna a principal fonte de riqueza comercial brasileira até sua derrocada econômica ocasionada com a crise de 1929, que acabou impulsionando a queda da oligarquia cafeeira e a implantação de uma nova ordem política e econômica no Brasil, a partir de 1930.

Em **“REFLEXÕES SOBRE O TEMPO: ENTRE A CONSCIÊNCIA E A NATUREZA, PERSPECTIVAS SOBRE TEMPORALIDADES HISTÓRICAS”** de autoria dos pesquisadores João Paulo de Oliveira Farias, Francisco Alex de Oliveira Farias e Vanderlene de Farias Lima, procurou-se enfatizar os conceitos de tempo histórico, tomando por base algumas das contribuições e análises de historiadores já consagrados quanto essa problemática, tais como Paul Ricouer, Reinhart Koselleck e François Hartog. Um dos pontos fundamentais da discussão, é entender os aportes que estes teóricos trazem sobre as formas de lidar com o tempo histórico, percebendo as principais abordagens historiográficas sobre o conceito de temporalidades usadas por estes pensadores, já que existem certas questões que sempre estão postas

FRAGMENTOS DO PASSADO

quando o assunto é História. As definições e aplicações sobre o uso da temporalidade dentro do contexto da historiografia é uma delas.

O autor José Antônio Lucas Guimarães, no artigo **“PROTESTANTISMO, IMIGRAÇÃO E AÇÃO SOCIAL: A HISTÓRIA DO PRESBITERIANISMO VICENTINO”**, analisa a contribuição do presbiterianismo vicentino à inserção dos imigrantes nordestinos e à ação social na cidade de São Vicente a partir da década de 40. Através dos registros contidos em atas e de pesquisa bibliográfica, ele buscou compreender as rupturas vivenciadas pelos imigrantes e como ocorreu o processo de ação socializante na adesão ao novo grupo. Conclui o autor que o imigrante encontrou no grupo um espaço de plausibilidade, que o ressocializou.

O pesquisador José Arthur Sedrez em **“O ADVENTO DOS MECANISMOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO”** compreende que a corrupção tem se mostrado como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil: A corrupção tem ditado a tônica do Estado Brasileiro, deixando um legado de desconfiança das instituições, prestações ineficientes de políticas públicas e proliferação de chagas sociais. Ao longo deste trabalho abordaremos as principais motivações para a infestação da corrupção no Brasil, bem como traçaremos uma linha histórica acerca da formação dos institutos Constitucionais de combate à corrupção e malversação de recursos públicos.

No capítulo **“OS ATRAVESSAMENTO DA SUBJETIVIDADE NO PROCESSO DE ESCRITA DA HISTÓRIA E DA LITERATURA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBRA “O CERCO DE LISBOA”** Letícia Portella Milan e Ueliton André dos Santos Silva, analisaram a obra de José Saramago, *O Cerco de Lisboa*, no qual será buscado estabelecer uma discussão teórica acerca das influências da subjetividade humana no processo de (re) construção textual e narrativo da História e da Literatura. Frente ao exposto, e em decorrência do objetivo geral a ser alcançado, mobilizaremos autores e autoras como Pesavento, Chartier, Seixo, Bomeny e White para materialização de nossa investigação.

O pesquisador Renato Cardoso Corgosinho, em **“REPENSANDO A HISTÓRIA AUGUSTA: FONTE CRÍVEL (OU MANIPULADA) PARA OS ESTUDOS DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA?”**, apresenta que a *História Augusta* é uma das obras mais enigmáticas e conflitantes da literatura latina, instigando análises historiográficas e de crítica textual minuciosas sobre a sua natureza, autoria, originalidade e pertinência factual, porquanto encerra uma enormidade de contradições, lacunas e impropriedades que tornam difícil definir com exatidão sua estrutura, seu estilo e sua ideologia. Assim, seu trabalho pretende caracterizar a obra criticamente, trazendo à tona os aspectos essenciais da discussão.

“A CONSTRUÇÃO DO FEMININO ENQUANTO DISPOSITIVO DE CONTROLE” é o título da pesquisa de Ueliton André dos Santos Silva e Letícia Portella Milan também presentes nesta coletânea. Segundo os mesmos, este trabalho busca investigar a construção do feminino enquanto dispositivos de controle e aparato legitimador de determinados padrões comportamentais. Os resultados deixam em evidência a existência de mecanismos que atuam na retroalimentação de espectros que corroboram de forma direta para a elevação no número de casos de violência contra as mulheres atualmente. Esse fato expõe a urgência de se constituir de medidas mais eficientes para o combate à violência de gênero no Brasil, e com isso, romper com o silêncio que camufla a discriminação, o preconceito e a desigualdade de gênero, uma vez que estes fenômenos se arrastam até os dias atuais

O último capítulo desta coletânea do pesquisador Valter Aparecido Barcala, apresenta **“LEON HIRSZMAN, UM CINEASTA A SERVIÇO DA HISTÓRIA”**. O presente artigo é uma adaptação do capítulo 1 de minha dissertação de mestrado, intitulada *O Cinema na Escola*, uma análise interdisciplinar do filme “Eles não usam

FRAGMENTOS DO PASSADO

Black-Tie”. Neste texto priorizamos a obra cinematográfica de Leon Hirszman e sua relevância para a História.

Esperamos que os leitores possam ter uma rica experiência de leitura e estudo dos artigos aqui apresentados nesta obra que buscou reunir diversos pesquisadores experientes em suas áreas de pesquisa e atuação.

A todos e a todas, o nosso muito obrigado.

Os organizadores

Elvis Silveira Simões
Thiago Cedrez da Silva
Edgar Ávila Gandra

O APELO DE URBANO II E A PRIMEIRA CRUZADA: EFEITOS DA GUERRA SANTA MEDIEVAL NA SOCIEDADE EUROPEIA DO SÉCULO XI AO SÉCULO XIII

Alexandre Victoriano Diniz*

RESUMO: No presente artigo explorou-se o tema da primeira Cruzada centrando-se em reflexões envolvendo os propósitos de Urbano II com o apelo convocatório anunciado ao final do Concílio de Clermont-Ferrand em 1095, que culminou com a conquista de Jerusalém em 1099, de modo a compreender os efeitos da guerra santa medieval na sociedade europeia do século XI ao século XIII. Para tanto, analisaram-se alguns aspectos, a saber: a sacralização e ideologia da guerra santa medieval; os fatores motivacionais do apelo papal que instigou milhares de pessoas de diferentes partes da Europa a peregrinar em armas até Jerusalém e o conjunto dos interesses envolvidos no processo, além, é claro, da questão religiosa.

PALAVRAS-CHAVE: Urbano II. Primeira Cruzada. Guerra Santa.

INTRODUÇÃO

A natureza religiosa da primeira cruzada continuamente desperta interesse de historiadores e a qualquer um que tenha curiosidade acerca do assunto. Quando Bizâncio pediu auxílio a cristandade ocidental em oposição aos ataques dos turcos seljúcidas na região da Anatólia, também conhecida como Ásia Menor, porta de entrada de Constantinopla, o papa Urbano II em novembro de 1095, reuniu um concílio na cidade de Clermont, na região da Auvérnia (França), em que tratou de vários assuntos, entre eles a Paz de Deus.

No entanto, o motivo pelo qual esse concílio alcançou à posteridade foi o apelo convocatório anunciado por Urbano II para que todos os cristãos, ricos ou pobres, partissem rumo à Terra Santa visando socorrer seus irmãos do Oriente, vítimas dos turcos. O papa em seu discurso, ressaltou que não se tratava apenas de sua vontade, mas igualmente de uma ordem do Cristo. Ele também garantiu o perdão de todos os pecados e a salvação para todos aqueles que atendessem ao chamado.

O historiador inglês Runciman (2002, p.104) comentou alguns detalhes do discurso de Urbano II:

Ao que parece, ele iniciou o discurso contando para os ouvintes sobre a necessidade de correr em auxílio dos irmãos do Oriente. A cristandade oriental lançara um apelo por ajuda, pois os turcos estavam avançando pelo coração das terras cristãs. Todavia, não foi só da Romênia (Bizâncio) que ele falou. Salientou a santidade especial de Jerusalém e descreveu o sofrimento dos peregrinos que para lá viajavam. Tendo pintando o sombrio quadro, fez seu grande apelo. Que a cristandade ocidental partisse em resgate do Oriente. [...] Aqueles que morressem em batalha teriam a absolvição e a remissão dos pecados. A vida, aqui, era infausta e má [...]. Aqui, eram pobres e infelizes; lá seriam alegres e prósperos, e verdadeiros amigos de Deus. Não podia haver mais atraso. Que todos se aprantassem para partir na chegada do verão, tendo Deus como guia.

As palavras inflamadas do papa foram recebidas com grande comoção e incitou um grande fervor missionário na mente dos fiéis presentes. Após o discurso as

* Graduado em História pela Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro.
E-mail: ale.vic.diniz@gmail.com

FRAGMENTOS DO PASSADO

peças começam a gritar “Deus vult”, que significa “Deus o quer”, o que expressava que a convocação era “vontade de Deus”.

O papa ao convocar os fiéis do ocidente para combater os infiéis do oriente foi o incentivador desse surpreendente e fervoroso movimento coletivo que iniciou em Clermont e se propagou por toda a Europa medieval, dando origem a primeira Cruzada, por isso, geralmente ele era visto como o “líder” das forças cristãs. No entanto, mostrou-se válido supor que o papa estava longe demais das áreas de confrontos no oriente para exercer algum controle sobre os exércitos cristãos. Talvez Urbano II fosse no máximo um líder moral e espiritual do movimento. Diante dessa hipótese, o objetivo deste artigo foi reflexionar sobre os propósitos de Urbano II com o apelo convocatório ao final do Concílio de Clermont-Ferrand em 1095, que culminou com a conquista de Jerusalém em 1099, de modo a compreender os efeitos da guerra santa medieval na sociedade europeia do século XI ao século XIII.

Este artigo possui um caráter exploratório, cuja elaboração, desenvolveu-se a partir de pesquisa bibliográfica, utilizando como base, livros de historiadores, em sua grade maior, especialistas em Idade Média. Tal investigação contribuiu significativamente para o fomento de reflexões acerca do tema proposto e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado nas produções analisadas. Le Goff (2003 – 2007), Flori (2013) e Runciman (2002), foram os principais autores que contribuíram com o trabalho. Pesquisa realizada entre agosto de 2021 e outubro de 2021.

O estudo dividiu-se em três partes, ordenadas da seguinte forma: na primeira realizou-se uma breve análise sobre a historiografia relativa à sacralização e ideologia da guerra santa medieval. Na segunda, discutiram-se os fatores motivacionais do apelo papal que instigou milhares de pessoas de diferentes partes da sociedade europeia a peregrinar em armas até Jerusalém e a combinação dos interesses envolvidos no processo, sem minimizar o conceito de peregrinação e espiritualidade cristã presente no final do século XI. Por fim, na terceira, apresentaram-se as considerações finais sobre o objetivo proposto neste artigo com algumas reflexões em relação ao do que foi pesquisado.

SACRALIZAÇÃO E IDEOLOGIA DA GUERRA SANTA MEDIEVAL

Os confrontos travados entre cristãos e pagãos, sejam eles muçulmanos ou mesmo opositores cristãos da Igreja ortodoxa oriental, foram entendidos por muitos pesquisadores como “guerras santas”, no entanto, esta definição muitas vezes anunciada de modo vago e sem explicações sobre suas especificidades, foi analisada e pensada nesta primeira parte do artigo através de um breve balanço historiográfico, ainda que em forma de síntese, sobre como alguns autores trabalharam determinado assunto.

Na Idade Média, a sacralização da guerra deu-se através de um duradouro processo que culminou no movimento cruzadista e mais tarde nas ordens religiosas militares. A princípio, é imprescindível ter em mente que não havia uma formalização do conceito de guerra santa em termos jurídicos, até meados do século XII. Assim, no período anterior à cruzada, essa noção foi desenvolvida a partir de discussões eclesiais.

Uma vez que no processo de pesquisa bibliográfica deste artigo não foi possível encontrar a utilização de um termo preciso como “bellum sacrum”¹, tornou-se necessário perceber a construção da noção através de “elementos de sacralização”. Para tal, consideraram-se os motivos religiosos ou espirituais presentes na validação de guerras, aos olhos eclesiais, até que fosse possível detectar uma guerra santa.

¹ Termo “guerra santa” escrito em Latim.

FRAGMENTOS DO PASSADO

As Escrituras Hebraicas, conhecidas pelos cristãos como Antigo Testamento tem grande importância na tradição eclesiástica de legitimação da guerra. Nelas constam vários exemplos de guerras desejadas e ordenadas por Deus e executada sob sua observação; além da autoridade divina, esses enfrentamentos possuíam convincentes elementos sacralizados, como as recompensas espirituais e a justiça de sua motivação. Essas guerras não mais ocorreram na Idade Média, uma vez que Deus não se comunica com seu povo diretamente, como fazia através de patriarcas e profetas no Antigo Testamento. Entretanto, Isso não significa que a Idade Média não tivesse desenvolvido sua própria concepção de “guerra santa”. No século XI, esta noção existia entre os combatentes e entre os eclesiásticos.

Antes da análise referente as particularidades que compõem tal noção, foi conveniente dedicar-se na trajetória historiográfica do conceito, que contribuiu na definição da guerra santa, sua conexão com a primeira cruzada e até mesmo com a fundação da Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão, conhecida como Cavaleiros Templários, Ordem do Templo ou simplesmente como Templários.

Um dos autores que abordou o tema é considerado um dos mais renomados medievalistas do século XXI, o historiador francês, Jean Flori². De modo didático, Flori (2013, p. 360), resumiu o que seria a noção de “Cruzada”: “uma guerra santa que tem por objetivo a libertação de Jerusalém”.

Flori acompanhou em diversos aspectos o trabalho do historiador alemão Carl Erdmann, retificando-o. Segundo Flori (2013, p. 274), Erdmann em sua análise, defendeu que as cruzadas fariam parte de uma ação muito mais ampla que reunia outros conflitos imbuídos dos mesmos valores de “guerra santa”, como as expedições de reconquista³ nos territórios hispânicos. Por isso, atribuía ao papado reformador da segunda metade do século XI o feito de sacralizar a guerra orientada através da fé. Do mesmo modo, o papado seria responsável pela recorrência desse processo de sacralização, não só em territórios hispânicos, mas também na Itália, Sicília, dentre outras regiões.

Flori apontou que o grande senão da obra de Erdmann pode ser percebido em sua desconsideração com o papel de Jerusalém entre as razões que nutriram o movimento cruzadista. Para Erdmann, o significado de Cruzada era compreendido como uma expedição armada que primava pela proteção dos peregrinos que tinham como objetivo chegar ao império e às igrejas do Oriente. Ao seu modo de ver, Jerusalém era apenas o destino de uma penosa peregrinação e sua retomada não simbolizava o propósito final das expedições.

Porém, para Flori (2013, p. 360), seria errado reconhecer como “Cruzada” uma expedição a qual o principal objetivo não fosse o resgate (ou defesa) do Santo Sepulcro. Ele argumentou que toda Cruzada exibiu sinais de uma guerra santa, mas nem toda guerra santa revelou vestígios de uma Cruzada.

Isto posto, entendeu-se Jean Flori como um historiador que denominou de verdadeiras Cruzadas, apenas as campanhas relacionadas a Jerusalém. Desse modo, mostrou-se válido questionar o que diferencia a cruzada de uma guerra santa “comum”? Melhor dizendo, percebeu-se pela análise do Flori que a resposta está na existência de Jerusalém e sua aquisição entre as motivações dessa batalha.

A Cidade Santa conferia maior efeito de sacralização à guerra e, por ser um destino altamente almejado pelos cristãos, trazia também o aspecto da peregrinação

² Um inventário com todas as obras de Jean Flori é fornecido no seguinte endereço: <http://flori.jean.pagesperso-orange.fr/index.htm>.

³ O pontífice, Alexandre II, havia concedido, em 1063, indulgências para os cavaleiros que fossem combater os muçulmanos nos territórios hispânicos em nome de Cristo.

FRAGMENTOS DO PASSADO

aos cristãos combatentes. Foi adequado retomar quais elementos estabelecem a cruzada como uma guerra justa e santa. Nas palavras de Flori (2013, p. 314):

Fora da cruzada não é possível encontrar uma expressão mais clara de uma guerra de libertação sacralizada ao mesmo tempo, pela demonização do adversário (paganizado e barbarizado), pela autoridade que a apregoa (o soberano pontífice agindo sob inspiração divina), pelos móveis altruístas e meritórios (pôr a vida em risco por amor fraterno), por sua destinação (Jerusalém, Sepulcro do Senhor) e pelas recompensas espirituais a ela vinculadas (perdão dos pecados, vida eterna).

Apesar de que a expressão “cruzada” tenha sido adaptado pela historiografia como conceito referente aos eventos que sucederam ao final do século XI e durante os séculos XII e XIII, a palavra realmente só surgiu após 1250, caracterizando as expedições dos “soldados de Cristo” a Jerusalém.

No decorrer dos séculos XI e XII, esses acontecimentos eram nomeados como “peregrinação”, “expedição” ou “viagem” a Jerusalém. Não existia um termo que atentasse, com exatidão, a especificidade daquelas perigosas jornadas. De acordo com o historiador Brasileiro, Cândido da Silva (2020, p. 94-95):

O termo “cruzadas” surgiu apenas na metade do século XIII, mas, desde o início, o movimento era visto pelos contemporâneos como uma guerra santa, um combate realizado sob a ordem de Deus. É o que mostra a menção feita por Urbano II ao fato de que a missão tinha sido dada pelo Cristo, sua promessa de santificação para aqueles que dela participassem, bem como a resposta da multidão fazendo referência explícita à vontade de Deus.

No decorrer do século XI, em consequência dos movimentos de paz e a reforma eclesiástica, a Igreja passou a demandar esforços em definições e metas no campo da guerra. Guerra que se apresentava conforme a lei de Deus, para defender a vontade dele, e tornou-se um elemento de coesão entre os cristãos.

A Igreja tinha um forte papel nesse processo de reivindicação do caráter sacramental da guerra: assim, a guerra, para ser lícita, deveria ser sacralizada, reconhecida, deste modo, como a defesa irrefutável da providência divina promovida pela Igreja. O abade francês, Bernardo de Claraval, canonizado em 1174 e proclamado Doutor da Igreja, botou fim à crise de consciência a referente a guerra santa. Assim dizendo, o fato de um fiel derramar o sangue inimigo em batalha:

[...] os soldados de Cristo lutam confiantes nas batalhas do Senhor, sem temor algum de pecar ao colocar-se em perigo de morte e por matar o inimigo. Além disso, conseguem duas coisas: morrendo servem a Cristo, e matando, Cristo mesmo se lhes entrega como prêmio⁴ (BERNARDO DE CLARAVAL, 2005, p. 45).

A guerra santa, em sua condição de defensora da verdade cristã revelada, deixaria para trás a incerteza que pairava sobre a vitória, pois, o conhecimento da vontade divina era certo e justo: qualquer cristão que protegesse o cristianismo em meio aos confrontos e hostilidades seria sempre vitorioso.

No ano de 1095, utilizando-se do poder adquirido pela Igreja ao longo do século XI, o papa Urbano II, convocou a todos os cristãos de diferentes partes da sociedade europeia a peregrinar em armas até Jerusalém, em uma guerra santa desejada e

⁴ “[...] los soldado de Cristo combaten confiados en las batallas del Señor, sin temor alguno a pecar por ponerse en peligro de muerte y por matar el enemigo. Para ellos, morir o matar por Cristo no implica criminalidad alguna y reporta una gran gloria. Además, consiguen dos cosas: muriendo sirven a Cristo, y matando, Cristo mismo se les entrega como premio”

FRAGMENTOS DO PASSADO

inspirada por Deus. Após o inflamado apelo do papa no Concílio de Clermont, a Igreja passou a demonstrar maior cuidado com a segurança dos peregrinos e, em consequência, a proteção do Reino Latino de Jerusalém, a contar da conquista de Jerusalém em 1099.

Era uma prática recorrente na Idade Média, a peregrinação aos lugares santos do cristianismo, e foi bastante valorizada pelos fiéis, especialmente por ser vista como uma forma de exercício individual de purificação e penitência. O principal objetivo das peregrinações era alcançar a cidade de Jerusalém, lugar altamente santo. A difícil e perigosa rota até Jerusalém representava um modo de se unir a Cristo no sofrimento. E foi justamente a ameaça a essa prática que coadjuvou para o início da hostilidade com os muçulmanos. Principalmente, o ataque aos peregrinos, o que fez com que aparecessem reclamações, tanto de laicos quanto do próprio papado. Esses protestos unificaram a ideia de uma guerra favorável do direito cristão de ir conhecer seus lugares santos.

PREGAÇÃO DA PRIMEIRA CRUZADA E O CONCEITO DE PEREGRINAÇÃO E ESPIRITUALIDADE CRISTÃ PRESENTE NO FINAL DO SÉCULO XI

O apelo propagado pelo Papa Urbano II em 1095 ao final do Concílio de Clermont-Ferrand, incitou um grande fervor missionário na mente dos fiéis ocidentais. Suas palavras foram descritas como imbuídas de um poder transcendente e dignas de completa confiança, e pareciam aos ouvintes, proclamada do próprio Deus. O ardor da convocação teria emocionado a todos os que presenciaram o discurso, e, por mais perigosa que a expedição pudesse parecer, muitos homens, dos mais simples aos mais poderosos, dedicaram-se à concretização da exortação papal. Ainda que seja o papa Urbano II o responsável pela convocação da primeira cruzada, a ideia de estabelecer conflitos favoráveis aos cristãos surgira no papado de Alexandre II⁵ e posteriormente no de Gregório VII⁶.

Durante seu férvido discurso, o papa Urbano II explicou e justificou os motivos de como era vital e urgente uma expedição cristã com destino a Jerusalém e, conjuntamente, se autoproclamou como um dos líderes do movimento, sustentando toda a essência como uma ideia sagrada.

Notou-se isso em parte do seu discurso que foi traduzido do italiano⁷ pelo escritor, jornalista e conferencista de política internacional, Dufaur (2013):

[...] No passado vós não lutastes vos pondo em risco de perdição? Não levantastes aço contra iguais? Orgulho, avareza e ganância não foram vossas diretivas? Por isso vós merecestes a danação, o fogo e a morte perpétua. Nosso Senhor em sua infinita sabedoria e bondade oferece aos seus bravos, porém desvirtuados filhos, a chance de redenção. A recompensa do sagrado martírio. Ó Francos, ouvi! Deixai a chama sagrada arder nos vossos corações! Sede instrumentos da justiça em nome do Supremo! Francos! A Palestina é lugar de leite e mel fluindo, território precioso aos olhos de Deus. Um lugar a ser conquistado e mantido apenas pela fé. Nós apelamos às vossas espadas! Lutai contra a amaldiçoada raça que avilta a terra sagrada, Jerusalém, fértil acima de todas outras. [...] marchai certos da expiação de vossos pecados, na certeza da glória imortal. Deixai as legiões de Cristo Rei se atracar com o inimigo! Os anjos cantarão vossas vitórias! [...] Que agora o exército do Deus único brade em glória sobre

⁵ O Papa Alexandre II, eleito em 1061, foi um pontífice reformista que apoiou a libertação das terras cristãs do domínio sarraceno e o duque Guilherme da Normandia contra Haroldo II de Inglaterra na Batalha de Hastings em 1066.

⁶ O Papa Gregório VII, eleito em 1073, foi um dos mais influentes e decisivos pontífices a se sentar no trono papal ao longo da história.

⁷ O texto original está disponível no site Documenta Catholica Omnia: <https://cutt.ly/rgHxBuT>

FRAGMENTOS DO PASSADO

os Seus inimigos! A multidão dos cavaleiros convocados de toda a Europa respondeu “Deus vult”, “Deus o quer”!

Percebeu-se pela leitura do discurso de Urbano II referente a denúncia dos “turcos” estarem atacando terras cristãs, que ele se refere à presença dos seljúcidas, vindos do território do atual Irã para os limites territoriais do Império Bizantino. As menções a ataques específicos aos locais sagrados em Jerusalém, assim como a Igreja do Santo Sepulcro, se relacionam à obtenção da cidade em 1071, no qual os turcos seljúcidas a arrebataram do domínio do califado fatímida do Egito.

O relato do papa referente ao ocorrido, circulou pela cristandade de modo a gerar um fato novo na complicada política da região. Melhor dizendo, Urbano II havia diretamente indicado o inimigo do conflito armado que recomendou e ainda argumentou em prol de uma reação necessária a um fato recente. No entanto, a presença islâmica na Palestina não era nada atual, dado que a região foi uma das primeiras a ser tomatada na expansão árabe, ainda no século VII.

Diante de um conjunto de circunstâncias em que os turcos se estendiam em territórios orientais, a assistência aos cristãos do Oriente mostrava-se como uma forma de tornar permanente o sermão reformador cristão da *Libertas ecclesiae*⁸. As cruzadas asseguravam aos peregrinos rotas menos perigosas para a realização de sua penitência e também evitavam o crescimento dos conflitos internos no ocidente, com a formação de um rival externo à cristandade.

Segundo o historiador inglês Runciman (2002, p. 72), no momento em que as primeiras expedições ocidentais atingiram à região oriental, caso da conhecida “Cruzada do povo” de Pedro de Amiens, o Eremita⁹, os seljúcidas já eram os dominadores até mesmo da Ásia Menor, província bizantina perdida no episódio violento do final do século XI, a Batalha de Manzikert, ocorrida em 1071. O confronto terminou com uma pesada derrota do exército bizantino que conseqüentemente ocasionou a dizimação de dezenas de milhares de homens nas mãos dos turcos, e até o imperador Romano IV Diógenes¹⁰, foi capturado durante os combates, fato que contribuiu decisivamente para minar a autoridade bizantina na Anatólia e impulsionar a progressiva “turquificação” na região.

No entendimento do escritor libanês Maalouf (1994, p. 18), a política em Bizâncio nos anos seguintes foi de enorme caos e desorganização, simultaneamente, os seljúcidas aumentaram sua área de atuação com novas conquistas, tendo como cidade central da governança local, Niceia, situada a pouco menos de 100 quilômetros de Constantinopla (Urbano II em seu discurso chamou essa região de Braço de São Jorge). Dessa forma, no decorrer deste período se tornou um tanto mais perigosa a travessia do extenso trajeto de peregrinação entre Constantinopla e Jerusalém, e o poder dos turcos seljúcidas causou a necessidade do suporte ocidental à Terra Santa, uma importante região que os bizantinos gradualmente demonstravam já não mais conseguir controlar. Portanto, tomar Jerusalém das mãos dos infiéis e de combater as crueldades que sofriam os peregrinos cristãos do oriente era objetivo declarado da primeira Cruzada propagada pelo Papa Urbano II.

Para explicar a espiritualidade cristã presente no final do século XI que está relacionada diretamente com o acontecimento da primeira cruzada, precisou-se compreender que a religiosidade estava repleta de um sólido sentimento

⁸ *Libertas ecclesiae* é a noção de liberdade religiosa da autoridade eclesiástica da Igreja Católica contra o poder secular ou temporal, que norteou a reforma a partir do século XI.

⁹ Pedro foi um sacerdote de Amiens, considerado um dos mais populares pregadores da primeira cruzada e figura chave durante a cruzada do povo, considerada não oficial pelos historiadores.

¹⁰ Romano IV Diógenes, Imperador Bizantino de 1068 a 1071.

FRAGMENTOS DO PASSADO

escatológico¹¹, propiciado pela virada do milênio, a marca dos mil anos de vida e morte de Jesus Cristo. Em nenhum outro momento da extensa história da cristandade latina o temor real do fim do mundo foi tão forte. A certeza popular da proximidade do final dos tempos, fazia com que o perdão divino fosse essencial, o que se relacionou diretamente com a prática da peregrinação.

Dentre outros interesses menos espirituais, estão os daqueles que peregrinaram como esmoleiros. Estes viajavam de modo a conseguir comida e doações, oferecidas por mosteiros e grupos de peregrinos mais privilegiados. Tais esmoleiros, além das rotas de viagem, também eram encontrados nas portas das igrejas e próximos aos lugares sagrados. Contudo, um dos principais inconvenientes enfrentados pelos peregrinos foram os ladrões que tiravam vantagem tanto dos esconderijos ao longo dos trajetos quanto dos locais de aglomeração.

Toda peregrinação é na Idade Média, uma aventura, um risco; se o destino é longínquo, as pessoas redigem o seu testamento antes da partida ou, ao menos, tomam o cuidado de pôr em ordem os seus negócios, como se a viagem fosse sem volta (BASCHET, 2006, p. 351).

O termo “peregrino” remetia a um forte sentido de expatriado, aquele que se ausentava de sua terra natal e tinha de se lançar rumo ao desconhecido. Durante a Idade Média as pessoas possuíam valorosa ligação com sua terra, seu lar. Após o século XII, com a expressiva popularização dessa prática de peregrinar, a palavra “peregrino” passou a referir-se ao “viajante religioso”.

Durante o trajeto, rumo a guerra santa, os cristãos no ano 1096 estiveram em Constantinopla, onde obtiveram apoio dos bizantinos para o confronto contra os turcos. A enorme quantidade de cristãos armados que foram mobilizados surpreendeu Aleixo I. Ele aguardava que os reinos cristãos da Europa Ocidental mobilizassem apenas algumas dezenas de combatentes mercenários para auxiliá-lo.

Entre os presentes, estavam indivíduos importantes da Europa medieval do século XI, como Roberto II, duque da Normandia, Godofredo de Bulhão, duque de Lorena, Raimundo de Saint-Gilles, conde de Toulouse, e Hugo de Vermandois, irmão do rei da França. Posteriormente, em 1097, foi a vez de Boemundo I¹², que liderava os normandos da Sicília, estacionarem às portas de Constantinopla. Estes reforços foram recebidos pelo imperador Aleixo I de modo desconfiado, em particular devido à chegada dos normandos, inimigos habituais de Bizâncio.

O combate enfim iniciou e foi marcado por ações militares rápidas, que no evento dessa Primeira Cruzada pegou os muçulmanos de surpresa. Os cruzados conquistaram as cidades de Niceia, em 1097, que ficou sob domínio bizantino, e Antioquia, em 1098. No ano seguinte, depois de sangrentas batalhas, foi a vez da cidade sagrada, Jerusalém, ser conquistada.

Após a conclusão da primeira Cruzada que conseqüentemente possibilitou a reabertura da rota de peregrinação a Jerusalém, os europeus estabeleceram o Reino Latino de Jerusalém, organizando-o com uma estrutura feudal. Ao Norte deste reino, na costa da Síria, se encontrava o pequeno condado de Trípoli e, mais além, o principado de Antioquia, localizado no vale de Orontes. Mais a leste, aparecia o condado de Edesa¹³, habitado por uma grande quantidade de cristãos. Ambas as localidades descritas eram mantidas sobre domínio do Reino Latino de Jerusalém.

¹¹ Referência à escatologia; que está relacionado com a doutrina das coisas que podem acontecer no final dos tempos.

¹² Um dos principais líderes da Primeira Cruzada; é de realçar que, sob a sua liderança, a Primeira Cruzada conseguiu atravessar a Ásia Menor, no que as cruzadas subseqüentes de 1101, 1147, e 1189 falhariam.

¹³ Atualmente é uma cidade e distrito do sudeste da Turquia.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Durante este período começou a surgir várias ordens de cavaleiros. Duas ordens religiosas de cavaleiros se destacaram, as quais foram as primeiras a unirem habilidades militares e disciplinas monásticas no mundo Cristão: a Ordem dos Cavaleiros Templários, que objetivava a proteção da cidade de Jerusalém e dos fiéis em peregrinação, e a Ordem dos Cavaleiros Hospitalário, cujo objetivo era prestar assistência médica aos peregrinos próximos ao local do Santo Sepulcro. De acordo com Le Goff (2007, P. 90):

Europa feudal dos séculos XI e XII, é também aquela em que, em ligação com a Cruzada, aparece uma novidade na ordem monástica. São as ordens militares, sendo que as principais foram a Ordem dos Templários, a Ordem dos Hospitalares de São João de Jerusalém, a Ordem alemã de Santa Maria dos Teutônicos, a Ordem Inglesa de São Tomás de Acre e diversas ordens, na Península Ibérica, em ambiente espanhol e português. Estas ordens são feitas essencialmente para lutar pelo gládio, a oração e a conversão, contra os infiéis e os pagãos. Representam uma importante anulação da regra segunda a qual os clérigos não devem derramar sangue. São Bernardo, cisterciense, pouco inclinado a gostar das novidades, louva, no entanto, os cavaleiros daquilo que ele chama a nova militia engajados na cruzada. Mas essas ordens militares específicas substituirão, num clima geral de cristianismo, comportamentos militares. Embora não seja militar, a religião se torna, de maneira geral, militante. Assim parece uma noção destinada a uma grande sorte, a do militantismo.

Percebeu-se pela leitura da explicação de Jacques Le Goff que as ordens foram idealizadas para essencialmente lutar pelo gládio, a oração e conversão, mas também contra os infiéis e os pagãos. Ou seja, era mais que propriamente uma simples resposta de auxílio aos cristãos do oriente, foi uma contramedida com objetivo de neutralizar ou atenuar os efeitos da expansão islâmica. Obviamente que isto foi pensado pela igreja de modo meticuloso para que ocorresse um positivo aceiteamento da população cristã ocidental, extremamente necessária para a guerra santa contra os infiéis do exterior.

Neste artigo, não se descartou a existência de outros interesses paralelos embutidos nessas guerras. Hipótese fortalecida consideração o ponto de vista de Fremantle (1970, p. 53):

A Igreja Romana viu nelas uma oportunidade de alargar para o Oriente os seus domínios, esfera de sua grande rival, a Igreja Grega. Os reis e senhores feudais da Europa Ocidental viam perspectivas de adquirirem novas terras e riquezas. Grandes senhores viam na guerra santa uma saída para os impulsos bélicos de seus turbulentos filhos mais moços. E o clero esperava encontrar um escoadouro para os rixentos e desordeiros. Os próprios cruzados obedeciam a impulsos conflitantes. Tomando a cruz, tinham perfeita noção das recompensas prometidas pela Igreja - inclusive a remissão de penitências pelos seus pecados, e moratória para suas dívidas.

Além da intenção de recuperar as terras sagradas, a Igreja desejava ampliar seus territórios, sua influência e riqueza. Cruzar um longo caminho para terras estrangeiras para libertar à Terra Santa, também representava uma oportuna alternativa às tensões sociais que se tornavam frequentes na Europa medieval. A carência de terras para a nobreza finalmente poderia ter a chance de ser solucionada com o controle dos territórios no exterior. Paralelamente, a Igreja que ainda sofria com o encolhimento devido à ruptura do grande cisma¹⁴ ocorrido em 1054, via com bons olhos a possibilidade de restabelecer a sua unidade e hegemonia religiosa.

¹⁴ O Grande Cisma surgiu devido a uma mistura complexa de divergências religiosas e conflitos políticos que dividiu a principal facção do cristianismo em duas divisões: Igreja Católica Apostólica

FRAGMENTOS DO PASSADO

Durante o período de estadia no oriente, os cristãos ocidentais adquiriram muito conhecimento com os povos árabes, o que contribuiu enormemente no desenvolvimento da Europa durante a Baixa Idade Média.

Le Goff (2003, p. 37) argumentou sobre o legado que os europeus obtiveram com as invasões que realizaram ao oriente, das valiosas obras literárias e documentos, descreveu um relato realizado por Pedro o Venerável¹⁵, em que manifestou pioneiramente a ideia de batalhar com os muçulmanos não no campo militar, mais sim no intelectual, o que no período de guerras santas, suas palavras mostram-se audaciosas e ofensivas:

Quer se dê ao erro maometano o nome vergonhoso de heresia, ou de infâmia, de paganismo, é preciso agir contra ele, quer dizer, escrever. Mas os latinos e sobretudo os modernos. Segundo a palavra dos judeus que admiravam outrora os apóstolos políglotas, não sabem outra língua além daquela de seu país natural. Assim, não lhes é possível reconhecer a enormidade desse erro nem barra-lhe o caminho. Meu coração também se inflamou em um fogo queimou-me durante minha meditação. Indignei-me de ver os latinos ignorarem a causa de tal perdição e sua ignorância tirar-lhes o poder de resistir a ela; porque ninguém dava resposta, ninguém sabia. Procurei então especialistas na língua árabe, que permitiu a esse veneno mortal infestar mais da metade do globo. Persuadi-os, à força de orações e de dinheiro, a traduzir do árabe para o latim a história e a doutrina desse infeliz e sua própria lei chama Alcorão. E. para que a fidelidade da tradução seja total e nenhum erro venha a falsear a plenitude de · nossa compreensão, aos tradutores cristãos junte: um sarraceno. Eis os nomes dos cristãos: Robert de Ketten, Hermann, o Dálmata, e Pedro de Toledo; o sarraceno se chama Mohamed. Essa equipe, depois de ter vasculhado de cabo a rabo a biblioteca desse povo bárbaro, dela tirou um livro grosso que publicaram para os leitores latinos. Esse trabalho foi feito no ano em que estive em Espanha e onde tive uma entrevista com o senhor Afonso, imperador vitorioso das Espanhas, quer dizer, no ano do Senhor de 1142.

Até uma data recente, o balanço histórico das cruzadas foi examinado de maneiras diferentes. Jacques Le Goff pontuou de modo muito preciso o resumo final que esses vários anos de guerras produziram principalmente para a Europa ocidental medieval:

Não me parece que as cruzadas apenas agravaram as relações da Europa cristã com o islã e com Bizâncio. Hoje os muçulmanos, que não precisam ter inveja dos cristãos em matérias de guerra santa, destacam a lembrança da agressão que as cruzadas representaram como uma queixa histórica contra os cristãos. Parece-me, além desse conflito, que as cruzadas marcam o fim de uma ilusão da cristandade europeia, a ideia de que a capital da cristandade está em Jerusalém. Neste aspecto, o fracasso das cruzadas foi uma condição muito favorável para unidade da Europa. Garante a adequação dentre a Europa e a cristandade por longo tempo. Quanto a Bizâncio, é verdade que as cruzadas aumentaram o fosso entre a Europa Ocidental e Europa Oriental, Europa Latina e Europa Grega, sobretudo a partir de 1204, quando a quarta cruzada desviou-se de sua meta Palestina para ir conquistar e pilhar Constantinopla e instaurar aí um efêmero império latino. Parece-me que o caráter negativo da influência das cruzadas é igualmente verdadeiro para a própria Europa, para o Ocidente. Longe de favorecer uma união entre os estados cristãos, a cruzada avivou a sua rivalidade. Vê-se isso entre a França e a Inglaterra. Vê-se também como as forças vivas da Europa, os mercadores italianos e catalães, tomaram parte apenas marginalmente

Romana e Igreja Católica Apostólica Ortodoxa, quando os líderes da Igreja de Constantinopla e da Igreja de Roma se excomungaram mutuamente.

¹⁵ Também conhecido como Pedro de Montboissier, foi diretor da Abadia beneditina de Cluny. Ele foi homenageado como um santo, mas nunca foi formalmente canonizado.

FRAGMENTOS DO PASSADO

nessas cruzadas, levando ao lado delas e fora delas suas vantagens econômicas no Oriente. Em compensação, a cruzada empobreceu a Europa em homens e recursos (LE GOFF, 2007, p. 141).

As Cruzadas fracassaram no plano militar, pois, não se cumpriu a ocupação permanente de Jerusalém. No entanto, foram grandes as modificações provocadas por elas na sociedade europeia da Baixa Idade Média, como o renascimento urbano e o uso da moeda que contribuiu para rompimento do ordenamento feudal. As Cruzadas também agravaram as relações da Europa cristã com o islã, despertando magoas até mesmo no período contemporâneo:

Num mundo muçulmano perpetuamente agredido, não se pode impedir a emergência de um sentimento de perseguição, que toma, entre alguns fanáticos, a forma de uma perigosa obsessão: não se viu, a 13 de maio de 1981, o turco Mehemet Ali Agca atirar no papa após ter explicado numa carta: “Decidi matar João Paulo II, comandante supremo dos cruzados”? Além desse ato individual, está claro que o Oriente árabe vê sempre no Ocidente um inimigo natural.... Contra ele, todo ato hostil, quer seja político, militar ou relativo ao petróleo, não passa de desforra legítima. E não se pode duvidar de que a ruptura entre estes dois mundos data das cruzadas, vistas pelos árabes, ainda hoje, como uma violação. (MAALOUF, 1994, p. 245).

Elaborado uma analogia aos dias de hoje, as cruzadas para os cristãos significaram o que a guerra contra o Iraque representa e representou para os Estados Unidos, desperdício de recursos e de vidas. No entanto, durante a pesquisa deste artigo, foi incabível não refletir sobre grande contribuição deste evento histórico para que a Europa Moderna provasse os seus primeiros passos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema “primeira Cruzada” é cercado de muita imprecisão, na medida em que a maior parte das informações é repleta por uma ideologia da qual os pesquisadores dificilmente conseguem se libertar e o presente artigo não é exceção. No entanto, existiu a necessidade por reflexionar sobre os propósitos de Urbano II com o apelo convocatório ao final do Concílio de Clermont-Ferrand em 1095, que culminou com a conquista de Jerusalém em 1099, de modo a compreender os efeitos da guerra santa medieval na sociedade europeia do século XI ao século XIII.

A procura de respostas, pesquisou-se a origem do movimento cruzadista dentro do seu contexto religioso, social e político. Perante o exposto, efetivamente o trabalho conseguiu verificar que o século XI proporcionou os requisitos necessários para que uma expedição da magnitude da primeira Cruzada viesse a surgir. Alguns, desses requisitos foram citados neste artigo, no entanto, destacaram-se os argumentos presentes na fervorosa pregação de Urbano II, o que na mente de muitos justificou a peregrinação para à Terra Santa. A guerra, para ser lícita, deveria ser sacralizada, reconhecida, deste modo, como a defesa irrefutável da providência divina promovida pela Igreja. O apelo do papa, teve efeito considerável. Uma vez que tanto os homens de guerra, quanto grupos de não combatentes e peregrinos integraram o movimento armado. Isso foi consequência, em grande parte, pela devoção do homem medieval, elevada com a instabilidade que se desenrolava na Europa naquele momento.

Durante a pesquisa, percebeu-se uma sociedade europeia preocupada em resolver seus problemas por meio da religião. O crescimento demográfico requeria o encaminhamento do excedente populacional europeu para outras áreas, o que geralmente terminava em disputas internas. A nobreza viu no discurso do papa um caminho para a aquisição de novos territórios fora da Europa, o que

FRAGMENTOS DO PASSADO

consequentemente amenizaria os conflitos entre nobres e ajudaria a decidir disputas dinásticas. Muitos mercadores também apoiaram o movimento, pois, perceberam na cruzada a oportunidade da desobstrução do mar Mediterrâneo ao comércio com os grandes centros do Oriente.

Para a Igreja, o efeito provocado pelo discurso de Urbano II, foi uma excelente oportunidade de ampliar sua influência com a aquisição de novos seguidores orientais, e, no melhor dos cenários, uma reunificação com a Igreja Ortodoxa, que havia sido separada em 1054 em consequência do Grande Cisma. No entanto, isso não significava que a intenção de recuperar Jerusalém não fosse tão importante quanto os demais interesses da Igreja. Para as camadas menos favorecidas da população europeia, a cruzada rumo ao oriente simbolizava esperanças renovadas de sobrevivência, como trabalho, terra e riqueza. Uma quantidade enorme de cruzados prosperou com as expedições, com o colonialismo que criaram no Oriente. A primeira cruzada foi um modo para aquisição de grandes riquezas que consequentemente deu início a significativas mudanças na sociedade europeia a partir do século XI ao século XIII.

Cruzada ou Guerra Santa, foi uma noção que se fixou no imaginário social medieval como uma guerra permitida por Deus, contra aqueles que se diferenciam, em seus pontos de vista e preferências, referente a valores e crenças dominantes num determinado ambiente, assim dizendo, o outro.

Hoje ainda acontece o aproveitamento político dessa noção, convoca-se a Cruzada contra o terrorismo islâmico, assim como ocorreu no discurso do presidente George W. Bush após os ataques do 11 de setembro de 2001. O presidente afirmou a intenção dos EUA de retaliar a hostil agressão com uma “Cruzada”. A citação foi vista como ofensiva por muçulmanos que a relacionaram com as cruzadas cristãs contra o Islã na Idade Média. Entretanto, o uso contemporâneo da noção de Cruzada, pouco corresponde com seu sentido medieval. No entanto, relaciona-se com metáforas políticas cujo objetivo é apoiar os interesses de corporações, seitas ou potências. O artifício de reproduzir a ideia de uma Cruzada ou Guerra Santa da idade média com o propósito de que se façam guerras na contemporaneidade, deve ser vista como uma manipulação que se aproveita do passado histórico no sentido de validar causas atuais, que, de outro modo, possuiriam talvez, menores probabilidades de serem aceites pela população.

A pesar de que se mostrou válido acreditar que os atritos entre ocidente e oriente no período medieval deixaram cicatrizes na relação Europa cristã com o Islã, não se sustenta como justificativas para as desavenças no período contemporâneo, as Cruzadas foram acontecimentos de uma realidade medieval, um cenário histórico que não se repete nos dias atuais. Isto posto, foi pertinente relembrar a famosa frase de Karl Marx: “A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASCHET, J. **A civilização Feudal**: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BERNARDO DE CLARAVAL. **Elogio de la nueva milicia templaria**. Madrid: Editora Siruela, 2005.

CÂNDIDO DA SILVA, M. **História Medieval**. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

DUFAUR, L. **Sermão do Beato Urbano II convocando a Primeira Cruzada**. As Cruzadas, 2013. Disponível em: <https://ascruzadas.blogspot.com/2013/04/sermao-do-beato-urbano-ii-convocando.html>. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

FRAGMENTOS DO PASSADO

FLORI, J. **Guerra Santa**: Formação da Ideia de Cruzada no Ocidente. Tradução: Ivone Benedetti. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

FREMANTLE, A. **Idade da fé**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1970.

LE GOFF, J. **As raízes medievais da Europa**. Tradução: Jaime A. Clasen. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

LE GOFF, J. **Os intelectuais na Idade Média**. Tradução: Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2003.

MAALOUF, A. **As Cruzadas vistas pelos Árabes**. Tradução: Pauline Alphene. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

RUNCIMAN, S. **A História das Cruzadas**, Volume I: a primeira cruzada e a fundação do reino de Jerusalém. Tradução: Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2002.

PRECONCEITO RELIGIOSO NO AMBIENTE EDUCACIONAL: ENFRENTANDO DESAFIOS

Aline Maria Baldez de Almeida¹⁶

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo, refletir sobre a diversidade e preconceito religioso em ambiente escolar, dando ênfase às Religiões de matriz africanas. Este estudo permitirá refletir sobre a atuação dos professores diante do preconceito religioso no ambiente escolar e como esses professores estão sendo preparados para abordar esse tema em suas aulas, possibilitará que sejam pensados fatores, como o diálogo entre múltiplas disciplinas sobre o ensino da diversidade cultural, como as universidades estão formando esses profissionais que irão conviver com múltiplas etnias e culturas em seu dia a dia na escola.

Palavras Chave: Preconceito. Diversidade. Religião.

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a diversidade religiosa em ambiente escolar e procura mostrar como a intolerância religiosa em estabelecimentos de ensino é um problema grave e ainda invisível para as autoridades e sociedade. Entre os problemas estudados, estão profissionais despreparados para lidar com diferentes religiões, com os conflitos e o isolamento de alunos e professores. O preconceito religioso está presente no cotidiano escolar e tem crescido muito, pois diversos são os casos de proibições de livros com informações religiosas, do ensino de capoeira e até caso de demissão de professores também foram observados durante a pesquisa. O preconceito com certas seitas tem contribuído muito para o aumento da violência escolar e notamos a ambiguidade do Estado sobre a sua laicidade, que é claramente mais tolerante com as religiões baseadas no cristianismo. A lei sobre o ensino da cultura afro-brasileira não está sendo cumprida nas escolas do País, o que seria um instrumento fundamental para o combate ao racismo. As escolas devem chamar a atenção para as relações humanas, ensinar a aceitar a pessoa com suas diferenças, é preciso ensinar outras culturas e a importância das outras religiões, desde os primeiros anos escolares.

Como há uma luta frequente por um ensino de qualidade, a abordagem cultural das religiões de matriz africanas serão posicionadas no centro do debate, favorecendo a ampliação de horizontes para que a educação não venha ainda mais a reforçar atitudes etnocêntricas e generalizadoras culturalmente.

Este trabalho apresenta reflexões a cerca da diversidade cultural, religiosa, buscando compreender como os currículos escolares incorporam ou não esse conteúdo no cotidiano escolar.

Caputo(2014), discute em seu livro, “Educação nos Terreiros” a inserção dessas crianças na escola e fala da inexistência de uma metodologia pedagógica no que se refere ao trato da diversidade religiosa nas salas de aula.

O despreparo dos professores diante deste tema de diversidade, reflete no cotidiano escolar pois, diante de uma situação de preconceito, como esse professor deverá agir, a quem deve ser comunicado ou qual medida deverá ser tomada? Os cursos de formação de professores não nos prepara para tal situação.

Como os professores de educação poderiam se tornar mediadores no debate sobre o preconceito religioso e racismo? **De que forma podemos abordar o**

¹⁶ Aline Baldez, pedagoga, historiadora, especialista em história da África e Afro-diaspórica, especialista em Educação de Jovens e Adultos, Neuropedagoga e Yálorixá de Obá.

preconceito religioso, principalmente das religiões de matriz africana na sala de aula? De que forma as reflexões sobre a diversidade cultural e a cultura afro religiosa são abordadas no currículo escolar? As questões tornam-se relevantes, quando há tantas crianças sofrendo preconceito e sanções nas escolas simplesmente por causa da sua fé.

O preconceito religioso está presente em nossa sociedade desde o sistema colonial, quando o cristianismo foi implantado à força pelos portugueses em relação aos índios e posteriormente com os escravos africanos. O problema é que, durante séculos, tudo que vinha da África e não apenas as vertentes religiosas, era considerado inferior, esse preconceito com manifestações da cultura africana persiste até hoje. Será nosso desafio neste trabalho, procurar compreender como a mentalidade negativa das religiões de origem africanas se constituiu e permanece até hoje disseminada na sociedade brasileira. Mentalidade esta que justificam muitos dos atos de intolerância em nossa sociedade e se reflete em nossas salas de aulas. É fundamental analisarmos de que forma os profissionais de educação lidam e enfrentam o desafio da diversidade religiosa e cultural na sala de aula, o que leva a uma reflexão sobre a introdução da diversidade religiosa no currículo escolar, como um tema transversal a ser debatido à luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

A análise de conteúdo de livros e artigos científicos, quanto às questões da diversidade cultural e religiosa em ambiente escolar, dialoga com a cultura de inclusão e respeito às diferenças tão colocadas em discussões atualmente.

Stela Guedes Caputo (2014), que em 20 anos de pesquisa em educação, autora do livro *Educação nos Terreiros*, relata que crianças que seguem as religiões de matriz africana, com orgulho e amor pela cultura afro-brasileira, chegam às escolas e escondem sua fé, sentem-se discriminadas tanto numa lógica religiosa quanto racial.

Ao reproduzir uma visão homogênea da sociedade, a escola colocaria as diferenças culturais para andar em torno de uma árvore do esquecimento. Seria ela própria uma grande árvore do esquecimento, na qual alunos(as) negros, bem como suas culturas, religiões, formas de ver o mundo estariam dando voltas até que esquecessem completamente sua história. (CAPUTO, 2014, p.107)

Assim como a árvore que tinha em Benin e que antes de embarcar para serem escravizados, homens e mulheres negros davam voltas ao redor da árvore do esquecimento, para que não lembrasse mais de sua terra, nem de sua origem, nem de seus parentes, nem de seus deuses, continuamos fazendo isso quando adotamos livros em nossas aulas com referências a diferenças raciais ou religiosas, quando não explicamos em que contexto estavam os fatos históricos onde passamos indiferentes a qualquer demonstração de preconceito em sala de aula.

Débora Diniz, et al (2010), relatam em sua obra “Laicidade e ensino religioso no Brasil” que: O principal desafio ético no ensino religioso nas escolas públicas é uma garantia de justiça religiosa e de liberdade de crença.

Como podemos falar em liberdade religiosa se ainda hoje crimes são cometidos contra religiosos, templos e imagens, sem que nada, nenhuma sanção seja dada aos criminosos, esse é um desafio a se enfrentar no cotidiano escolar, a abordagem de temas como crimes contra a religião, sem que tomemos partido de uma ou outra, mas indicando que qualquer tipo de intolerância religiosa ou de raça é crime é de primordial importância.

Taís Daele Alves, et al, (2014) em seu artigo “O calundu ao candomblé: As religiões de matriz africana em sala de aula a partir da implementação da Lei 10.639/2003”, nos falam a respeito da inserção de temas ligados às religiões de matriz

FRAGMENTOS DO PASSADO

africanas em sala de aula, intencionando identificar como tais temáticas vem sendo inseridas no espaço escolar., buscando desvelar quais são as maiores dificuldades encontradas pelos docentes ao trabalharem com os conteúdos ligados às religiões de matriz afro-brasileiras.

Antonio Luis Gomes, (1998, p.89), em sua participação no livro, “Diferenças e Preconceitos na Escola”, aponta de que forma o tema sobre diversidade religiosa é relevante. Ilustra com o seguinte relato: “Imagine o leitor dois adolescentes, alunos da 7ª série de uma escola pública: Anne e Beto. Anne, filha de um casal de israelitas. Beto só conhece a mãe, que veio do litoral baiano onde foi abandonada pelo companheiro. Os pais de Anne fazem questão de educa-la na tradição e religião judaicas. Quanto a Beto, acompanha a mãe nos rituais de candomblé. Agora dentro do horário escolar, soou o fim do horário do recreio e os alunos estão subindo para as classes. Beto e Anne, contudo, não os acompanham: devem dirigir-se para biblioteca. É hora da aula de religião e eles não se enquadram em nenhum dos dois grupos, o católico ou evangélico. Assim passarão esta hora na biblioteca onde, talvez, possam ler a Constituição Brasileira de 1988 que, em seu artigo 5, garante que ninguém pode sofrer tratamento desigual por motivo de religião.”

Essa situação descrita é corriqueira em certas escolas e não só quanto a religião, mas nas aulas de educação física, onde o aluno deficiente não participa ativamente do exercício ou do jogo, onde uma aluna negra não é escolhida para representar a escola.

Ana Paula Cerqueira Fernandes (2015, p.19), em sua participação no livro, “Educação e Axé: Uma perspectiva Intercultural na Educação”, diz que um bom começo para descolonização do olhar pedagógico é retomar o processo histórico brasileiro para nele observar como se deu o processo da diáspora africana.

Esta pesquisa objetiva observar como as crianças que professam as religiões de matriz africana são tratadas em seu ambiente escolar, se podem livremente expressar sua religião e como o professor se comporta diante de uma situação de preconceito em sala de aula. A Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira principalmente em seus artigos 2º e 3º, assegura a liberdade de aprender, ensinar, divulgar a cultura, o pluralismo de ideias, o respeito à liberdade e à tolerância. O diálogo sobre a liberdade religiosa e diversidade cultural vem sendo cada dia mais discutido em todos os níveis da sociedade e a escola não pode ficar de fora. Grupos religiosos hegemônicos e de matriz cristã, apoiados no artigo 33 da Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases, têm extrapolado o que diz a própria lei e implantado um clima de opressão à liberdade de expressão para muitas crianças, adolescentes, jovens e adultos negros e brancos, praticantes do candomblé e de outras religiões cuja base não é judaico-cristã.

FAGUNDES(2015) em seu artigo Limites e Possibilidades na Abordagem de Religiosidade de Matriz Africana em Sala de Aula: Relatos de uma Experiência refere-se aos currículos escolares que temos atualmente como reflexos da história que vivemos no país. Fundamentalmente, basea-se na questão da dominação. Nós não podemos ficar com currículos baseados em apenas uma visão de mundo, uma visão eurocêntrica que não contempla a diversidade, que não contempla as diferenças. Na verdade não é um currículo inclusivo e sim exclusivo.

A História do Brasil é marcada pela hegemonia da visão cristã, pois a educação Brasileira, foi por um longo período, responsabilidade dos jesuítas, entretanto, apesar dessa hegemonia cristã, além das crenças indígenas já existentes, surgiram muitas outras religiões, trazidas de outros países ou mesmo criadas aqui. Entre elas a Umbanda e Candomblé, que por muito tempo foram proibidas e mesmo perseguidas por lei.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Reconhecer a história africana como elemento importante e influente na formação histórica e cultura Brasileira se constitui em algo recente. Até o início da década de 1960, a história das organizações sociais e políticas de grande parte dos povos africanos, assim como suas ricas e diversificadas práticas culturais, eram praticamente desconhecidas.

No Brasil, importante parcela da população é composta por afrodescendentes, povos que nos influenciaram na diversidade das práticas religiosas afro-brasileiras, o que nos faz ter traços que nos identificam, tão diferenciados. Toda essa pluralidade não encontra principalmente no âmbito da educação, sua legitimidade garantida.

Somente com a proclamação da República, em 1889, há uma discussão maior sobre a laicidade da escola e a separação, ainda que tímida, entre o Estado e a Igreja. Desde então, alguns avanços e retrocessos envolveram a laicidade, liberdade religiosa e ensino religioso. Hoje o Brasil apresenta liberdade religiosa garantida por lei, o que não impede a relação conflituosa entre as diferentes crenças e seus adeptos, sobretudo na escola.

A escola se apresenta como um dos campos de conflitos relacionados às diferenças religiosas e, por isso, lida com intolerância e preconceito, apesar do papel que se propõe desempenhar, que é o desenvolvimento pleno do indivíduo na sociedade.

O Estado, que hoje se confia a maior parte da sociedade, reconhece a necessidades de uma educação religiosa, sem no entanto dizer como realiza-la, logo vale observar a necessidade de se superar uma posição monopolista e proselitista, para que haja uma autêntica educação em religiosidade inserida no sistema público de educação em benefício do indivíduo.

A presença nas escolas de crianças, adolescentes e jovens pertencentes a famílias e comunidades que professam diferentes crenças religiosas ou nenhuma crença, coloca a necessidade de se desenvolver propostas educacionais para trabalhar pedagogicamente com temáticas relativas à diversidade religiosa. A educação para a cidadania no contexto da escola pública implica também o desenvolvimento de atitudes de tolerância, reciprocidade e civilidade na relação entre pessoas que professam diferentes opções relativas à religião.

Nessa perspectiva, discutir ou ensinar a história das religiões afro brasileiras no espaço escolar pode ser uma possibilidade de desconstrução de antigos conceitos estereotipantes, negativos, discriminatórios e preconceituosos que ainda possam existir na sociedade atual. No momento em que se discute a escola que queremos, sendo pautada no respeito e reconhecimento da diversidade, da tolerância para com o próximo e em constituí-la como um espaço democrático- falar sobre as religiões afro brasileiras em sala de aula pode ser um ponto de partida para que os alunos conheçam parte de sua história, da história dos negros no Brasil, além de mostrar a sua importância para a formação do universo cultural do País.

O principal desafio ético do ensino religioso nas escolas é a garantia da justiça religiosa e da liberdade de crença. O objetivo do ensino, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), deve ser o de garantir a formação básica comum e promover a diversidade, sendo que restrição ao proselitismo religioso demarca a fronteira entre ensino religioso e educação religiosa, entre conhecimento e dogma, entre igualdade e discriminação, ou seja, entre o que deve ou não compor os conteúdos de ensino religioso nas escolas públicas. Nesse raciocínio, não pode haver ensino religioso confessional, pois o estatuto de verdade de cada religião não é compartilhado, além do que a confessionalidade não promove o pluralismo razoável, mas as crenças de comunidades específicas.

Realizar relações interculturais e com diversas religiões é um dos desafios mais importantes que se colocam ao docente, pois possibilita construir de maneira crítica,

FRAGMENTOS DO PASSADO

cooperativa e criativa, soluções aos grandes problemas de preconceito que transpassam os muros da escola. É um processo profundamente conflituoso e muitas vezes até dramático. A história nos revela que a interação entre povos e grupos sociais diferentes tanto etnicamente, quanto religiosamente, tem resultado em guerras, genocídios, processos de colonização e dominação. Entender pois tal processo de relações interculturais torna-se a condição para compreender e desconstruir as lógicas que conduzem à agressões físicas, sujeição e rejeição.

As liberdades de expressão e de culto são asseguradas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 2, e pela Constituição Federal, como prescrevem o artigo 5º, inciso VI e inciso VIII. Portanto, professar a fé não deveria ser barreira. Mas é. Tanto que o Estado Brasileiro instituiu o Dia Nacional do Combate à Intolerância Religiosa (21 de janeiro), desde o ano de 2007, reconhecendo oficialmente o problema.

Na educação, o debate sobre a intolerância religiosa, tem o principal fruto a Lei 10.639. Editada em 2003, ela estabeleceu diretrizes e bases da Educação nacional, para incluir o currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, além de outras providências, ou seja, a situação nas escolas é um ponto grave, visto que os educadores são responsáveis pela formação, ou não, de cidadãos que respeitam as diferenças.

Se o preconceito e a intolerância são difíceis para um adulto, agora imagine para uma criança? Muitas preferem se dizer católicas. Stela Caputo, em seu livro Educação nos Terreiros e como a escola se relaciona com as crianças do Candomblé, relata que em 20 anos de pesquisa, achou somente uma criança que professava sua fé, fora do terreiro. No período de reconhecimento do santo, quando precisam raspar a cabeça, algumas chegam a dizer que estão com leucemia ou que pegaram piolho. A pesquisa mostrou também que mesmo sentindo orgulho de sua religião, elas se sentem discriminadas na escola. Então as crianças desenvolvem táticas para diminuir o preconceito. São estratégias de sofrimento, pois ninguém quer esconder aquilo que ama, ou o que é, ou o que acredita.

Hoje, graças às ações dos terreiros e de movimentos negros, várias pessoas passaram a assumir o credo, mas, que infelizmente, a escola não tem ajudado no processo. Se perguntarmos na escola se existe preconceito, 99% das pessoas vão dizer que sim, mas ninguém vai dizer que é preconceituoso. Há uma ligação entre a intolerância religiosa e a discriminação racial. As crianças na escola não se enxergam como negras. Não existem bonecas negras na escola, como as crianças Da educação infantil ou mesmo do ensino fundamental vão se enxergar? Quando você abre um livro didático você vê que tudo o que é relativo ao negro é ruim, é pejorativo. Ninguém quer ser negro. Aí quando o aluno vê a Camila Pitanga dizer que é negra, diz que ela é morena, ou inventa uma cor para ela, porque quando você é negro é da macumba, você não consegue emprego, você não tem boa aparência.

Discutir e trabalhar questões sociais, como o preconceito racial e a intolerância religiosa, enriquece o desenvolvimento curricular dos/as alunos/as, bem como fortalece os processos de aprendizagem. Em sua opinião, é necessário o abandono de convicções pessoais e concepções sobre o universo das religiões de matriz africana por parte dos/as profissionais da educação, que devem adotar uma postura efetiva de combate à discriminação. A intolerância às religiões de matriz africana é um obstáculo à implementação da lei 10.639. “As pessoas acreditam que a lei 10.639 é uma lei religiosa, quando na verdade está comprometida com a cultura e história do povo negro. E por conta do desconhecimento, atacam o que ignoram, impondo obstáculos ao cumprimento da lei. Olhar para os/as professores/as é fundamental nesse processo de defesa das religiões afro e do direito humano à educação”.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Implementação efetiva do Plano Nacional de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana pelos sistemas educacionais, lançado publicamente em maio de 2009 pelo Ministério da Educação e Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, foi criada para enfrentar um quadro marcado ainda pela fragmentação e descontinuidade da ação governamental no que se refere à implementação da lei no cotidiano escolar. Aliado a isso, há a *resistência de diversos profissionais vinculados a determinadas denominações religiosas que tem criado obstáculos concretos à implementação da lei 10.639 nas creches e escolas, entendida, na chave da “demonização” não somente de religiões de matriz africana, mas de outros componentes da cultura e da história do povo negro no país, como é o caso de proibição da capoeira.*

Há uma grande necessidade de formação dos profissionais e gestores de educação, para compreensão e construção de estratégias locais de enfrentamento e prevenção da intolerância religiosa e de outras formas de discriminação presentes nas unidades educacionais. *É urgente a inclusão desses conteúdos como disciplina obrigatória dos cursos de pedagogia e licenciatura das universidades públicas e privadas e nos programas de formação continuada* de forma mais aprofundada, consistente e comprometida com uma atuação mais assertiva nas unidades educacionais como parte da rede de proteção, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Viviane da Silva Almeida, no livro Educação e Axé (p.74), relata que em seu levantamento dos materiais didáticos usados em sala de aula na disciplina religião, concluiu que o ensino em sua maioria são “acríticos e descolados da realidade” e ao abordar as diferentes religiões acabam por essencializá-las, desconsiderando as transformações que sofreram com o passar dos anos. Quase em sua totalidade, por exemplo, os personagens que são vinculados às religiões de matriz africana são negros e bem sabemos, basta visitar qualquer terreiro, que essas religiões não são mais totalmente negras, possuem um caráter universal e tem como origem a África e sua história. Essa essencialização reduz, distancia e em nada colabora para a compreensão das crianças sobre as culturas das religiões de matriz africana.

Tomando base nesse relato sobre o levantamento do material didático usado em sala de aula, os Parâmetros Curriculares Nacionais, em seu volume oito que fala de temas transversais, diz que Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. A sociedade brasileira é formada não só por diferentes etnias, como por imigrantes de diferentes países. Além disso, as migrações colocam em contato grupos diferenciados. Sabe-se que as regiões brasileiras têm características culturais bastante diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação. O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural.

As religiões de matrizes africanas sofreram e ainda sofrem perseguições que parecem demandar de uma falta de conhecimento ou de um conceito negativo, que outrora foi introduzido no imaginário social como “verdade” e que a escola precisa desmistificar para atender a uma pluralidade religiosa existente nesse espaço.

A expectativa de obter-se uma educação pluralista, que se fundamenta em uma relação de respeito, tolerância e no reconhecimento da diversidade cultural, abre um leque de possibilidades de discutirem-se questões sociais e pouco “toleradas” pela

FRAGMENTOS DO PASSADO

sociedade, sendo as religiões afro-brasileiras uma delas. As imagens negativas criadas sobre as religiões afro-diaspóricas, como sendo uma religiões diabólicas e demoníacas causaram medos e intolerância que acabaram produzindo tabus e formas desrespeitosas ao falar dessas religiões. “Falar com respeito não implica em aderir-las ou delas pactuar, apenas consiste em ser democrático e pluralista respeitando todas as formas de valores religiosos presentes na sociedade”. (CUNHA JUNIOR, 2009, p. 97). Nesse sentido, a escola e a educação familiar se tornam importantes nesse processo. O ato de educar e ensinar a compreensão, experimentação e o respeito às diferenças transforma o ensino e estudo responsável, sobre religião devemos ser multidisciplinares e multiculturais, sem agregar valor, por exemplo, a certos paradigmas que a cultura eurocêntrica coloca como hegemônicas. Devido a pluralidade religiosa que se compõe o Brasil, o estado brasileiro se auto declara laico, livre. Liberdade ainda incipiente nas palavras de Fonseca (2011, p. 127) “O caminho entre igreja e estado não é tão livre como se poderia pensar e que ainda persiste no Brasil, dentro da mentalidade da existência de um estado laico, uma ‘função histórica’ especialmente reservada ao catolicismo”. Abordar as religiões afro-brasileiras pode ser um aporte para que o aluno desmistifique o sentido da homogeneidade, compreendendo que: Em nenhum período da história houve uma única religião em todo o mundo, como também nunca foram dominantes as atitudes de tolerância no passado da história das religiões. A associação entre estado e igreja é uma dessas formas de intolerância, não deixando por isso mesmo, uma boa lembrança. (SILVA,2004, p. 2).

As religiões fazem parte da memória cultural e do desenvolvimento das sociedades. Os ensinamentos das religiões não devem ser feitos para defesa de uma religião em detrimento de outras, mas visando discutir como tema central os princípios, valores e diferenças de cada uma, tendo em vista, sempre- a compreensão do outro. A escola como espaço democrático e diverso, por sua vez, não deve ter preferência por uma religião ou outra e as abordagens sobre as religiões afro-brasileiras, devem seguir a direção do esclarecimento sobre sua importância na cultura brasileira; bem como no intuito de combater preconceitos e racismo contra a população e cultura negra. Portanto, no momento em que a escola atual tenta se colocar como um espaço democrático, inclusivo e respeitador das diferenças; “o respeito a todas as religiões é parte do dever da escola de formar a sociedade para uma convivência pacífica e confortável a todos” (CUNHA JUNIOR, 2009, p.103).

Conhecendo o lugar onde estamos e onde os outros estão em relação à fé e as crenças, passamos a desenvolver um sentido de proporção no amplo campo das religiões, religiosidades, experiências religiosas, onde todos ouvem e são ouvidos com respeito. Consequentemente, a diversidade se faz riqueza e deve conduzir a compreensão, admiração, respeito e atitudes pacificadoras.

Uma das principais conclusões é a de investir na mudança de mentalidade, conscientizando os alunos e professores quanto a necessidade de se adotar novos pontos de vista e novas posturas diante dos problemas de preconceito religioso nas escolas. É evidente a importância de educar esses indivíduos, com aulas multidisciplinares sobre a história da África, tipos de religiões, respeito à diversidade, conservando assim um ambiente saudável e livre de preconceitos para o presente e para o futuro. Valorizar a cultura de cada aluno, mediando discussões sobre temas atuais e como poderíamos resolver as questões a respeito do direito de cada indivíduo tem em professar qualquer tipo de cultura, exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda comunidade, as crianças já vêm com um conhecimento prévio de seus grupos familiares e comunidade que estão inseridas e que todas apresentam algum conhecimento ou opinião a respeito das questões elencadas neste estudo, mas que esse conhecimento não traduz em boas práticas para a conservação de um ambiente

FRAGMENTOS DO PASSADO

propício à plena educação que consiste em formar um indivíduo atuante, cidadão pensante, livres de preconceitos e multiplicadores de ideias pró humanização da comunidade.

Ações de conscientização, são práticas muito bem vista pois somente dialogando, conscientizando e disseminando o conhecimento à pais, professores, alunos e a comunidade escolar, teremos uma escola laica, rica culturalmente e multiplicadora de práticas educativas visando-a tornar um local mais agradável e livre para que todos possam professar sua cultura ou religião sem medo ou represálias.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Taís Daele. O Calundu ao Candomblé: As Religiões de Matriz Africana em Sala de Aula a partir da Implantação da Lei 10.639/2003. 2012. 190 p. II Seminário de Educação no Ensino Fundamental. Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/especializacaojoaoxxii/files/2014/11/II-Semin%C3%A1rio-sobre-Educa%C3%A7%C3%A3o-no-Ensino-Fundamental.pdf>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2015,14:30
- AQUINO, J.G. Diferenças e Preconceito na Escola: alternativas teóricas e práticas. 9ª ed. São Paulo: Summus editorial, 1998.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais, ética/Secretaria de educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p.
- CAETANO, Maria Cristina. O Ensino Religioso e a Formação de seus Professores. 2007. 399 f. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Faculdade de educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educa%C3%A7%C3%A3o_CaetanoMC_1.pdf>. Acesso em: 09 de março.2015, 14:45.
- CAPUTO, Stela Guedes. Educação nos Terreiros: como as escolas se relacionam com as crianças do candomblé. 1ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- CASTRO, Y.P. Nossa Língua Africana. [Entrevista] Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 10, n.116, p.58-64, maio,2015.
- DINIZ, Debora et al. Laicidade e ensino Religioso no Brasil. 1ª ed. Brasília: LetrasLivres/EdUnB/UNESCO,2010.
- FERNANDES, A.P.C. et al. Educação e Axé: uma perspectiva intelectual na educação. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Editora Ltda, 2015.
- REVISTA DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. Ensino Religioso e estado Laico: uma lição de tolerância. Paraíba. Reviver,2009,p.45-60. Bimensal. ISSN1677-1222.

O MOVIMENTO CULTURAL HIP HOP E A INFLUÊNCIA DO RAP DO GRUPO RACIONAIS MC'S NO EMPODERAMENTO RACIAL DA JUVENTUDE NEGRA BRASILEIRA

Aloisio Sousa Castro Junior¹⁷

RESUMO: O *hip hop* é um movimento cultural criado nos Estados Unidos da América, na final da década de 1960. Em meio à efervescência cultural nos guetos americanos, nos anos 1970, surge o Rap, praticado inicialmente na Jamaica, posteriormente nos EUA, e depois em todo o mundo. No Brasil, o Rap, surge na década de 1990, na mesma época, é criado o grupo musical, Racionais MC's, motivando o surgimento de uma consciência racial empoderada na juventude periférica. A partir dessas ações culturais, o presente artigo objetiva analisar as influências do gênero musical no empoderamento racial, a transformação social através da cultura da juventude negra e periférica.

PALAVRAS-CHAVES: hip hop; juventude negra; rap; racionais mc's

INTRODUÇÃO

“Chegou fim de semana todos querem diversão”, de acordo com Freyre (2021, online), com esse refrão, parte integrante da música Fim de Semana no Parque (1993), composta por Mano Brown, o grupo Racionais MC's, inseriu-se, no cenário musical, e na consciência da maioria dos jovens periféricos do Brasil, cooperando para o seu empoderamento e o orgulho de se fazer pertencente a uma raça que mesmo escravizada, não se deixou culturalmente dominar.

Para os residentes da periferia, o surgimento do Rap, foi além do simples ato de “curtir um som”, ou um show, tornou-se uma maneira de discordância social, instrumento de contestação e denuncia dos problemas étnicos e sociais, até o surgimento do Rap, nenhum gênero musical tinha sido tão crítica à desigualdade social, de forma enfática a letra denunciou abertamente a pobreza na periferia, presença das drogas e assassinato de parceiros, mas também exalta o coletivismo e a união dessa população.

O Brasil, da década de 1970, principalmente na periferia, era musicalmente, formado por grupos de samba e pagode, herdeiros do legado de Tia Ciata, que ainda lapidavam o estilo musical, o que muito cooperou para a construção das diversas vertentes, porém outro pessoal, bem referenciado pelo *soul*, o *funk* e o *rhyme and poetry* – RAP, se identificam com a musicalidade iniciada nos *guetos* norte-americanos.

De certo, que no decorrer da história foram muitos, os cantores, compositores, instrumentistas e grupos musicais, que de alguma maneira tiveram relações com a construção do orgulho de ser negro, sendo assim, destacamos o movimento *hip hop*, e particularmente o estilo musical Rap, que mesmo transplantado de simbolismo norte-americano, alicerçou, as ações afirmativas para que o negro brasileiro, em especial a juventude, se motivasse a entender, que poderiam ir além, do futuro negatizado, que a sociedade lhe oferecia.

¹⁷ Tecnólogo em Gestão Empresarial. Pesquisador. Graduando em Licenciatura em História - UniFCV. Pós-Graduando em Direitos Humanos e Relações Étnico-Sociais – FAVENI. Também desenvolve pesquisas sobre a História do Samba, Relações Étnicas e Educação Antirracista.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Com mais de 30 anos de carreira, o grupo musical, Racionais MC's, tornou-se o maior representante do Rap nacional, com uma história de sucesso que transcende o campo musical e alcança a educação e a cultura. O presente artigo objetiva analisar as influências do gênero musical no fomento ao orgulho de ser negro e a transformação social através da cultura da juventude negra e periférica. Desta forma, faremos um levantamento bibliográfico tanto de forma física ou virtual, onde iremos analisar o movimento *hip hop*, o estilo musical Rap e a contribuição do grupo Racionais MC's para a empoderamento da consciência da juventude periférica.

CONTEXTO HISTORICO: MOVIMENTO CULTURAL HIP HOP

De acordo com Rocha, Domenich e Casseano (2001, p.01), o *hip hop* é um fenômeno sociocultural dos mais importantes surgidos nas últimas décadas. Ora classificado como um movimento social, ora como uma cultura de rua, o fato é que o *hip hop* hoje mobiliza milhares de jovens das periferias das grandes cidades brasileiras. Suas formas de expressão - a batida do Rap, os movimentos do *break* e as cores fortes do grafite, são apenas signos visíveis de uma enorme discussão que ferve entre os filhos das várias e imensas desigualdades da sociedade brasileira a respeito da identidade racial. Resumidamente o *hip hop* é a resposta política e cultural da juventude excluída.

O termo *hip hop* significa, em uma tradução literal, movimentar os quadris e saltar (*to hip* e *to hop*, em inglês), conforme Rocha, Domenich e Casseano (2001, p.17), o termo foi criado pelo DJ Afrika Bambaataa, em 1968, para nomear os encontros dos dançarinos de *break*, DJs e MC's, nas festas que aconteciam nas ruas do bairro do *Bronx*, em Nova York.

No Brasil, o *hip hop* é uma manifestação cultural das periferias das grandes cidades, explica Rocha, Domenich e Casseano (2001, p.02), e envolve distintas representações artísticas de cunho contestatório, ligadas pela ideia da autovalorização da juventude de ascendência negra, por meio da recusa consciente de certos estigmas (violência e marginalidade) associados a essa juventude, a pretensão de agir sobre essa realidade e transforma-la.

NA JAMAICA SURGE O RITMO DEMOCRÁTICO DO RAP

O termo Rap significa *rhythm and poetry* (ritmo e poesia) e surgiu na Jamaica da década de 1960, onde jovens, poetas e músicos se reuniam nos *guetos*, para curtir o som. Os encontros posteriormente foram impulsionados pelo surgimento de equipamentos sonoros capazes de amplificar o som, conhecidos como amplificadores, relata Damasceno (2021, online). Os amplificadores motivaram a organização dos encontros musicais ao ar livre, nas ruas, onde qualquer pessoa podia curtir o que tornou os encontros bem mais democráticos.

O Rap, inicialmente se propaga como um som relacionado às festas e a diversão, sem muito compromisso político, como nos tempos atuais. Os *Disc Jockey* - DJ's, animavam a galera com palavras rimadas e uma base de *reggae* ao fundo. De acordo com Bispo, Bevilacqua e Santos (2010, p.172), a batida rápida e acelerada acompanhada da letra em forma de discurso livre e sem censura, propagava conhecimento, informação e empoderamento.

Os líderes desses eventos, denominados DJ, mas também conhecidos como *toasters*¹⁸, ou passaram a entender sua importância política junto à sociedade, e nas suas intervenções começaram a abordar questões polêmicas com viés político e

¹⁸ Pessoas que interagem com o público através de conversas enquanto realizam alguma cantoria.

FRAGMENTOS DO PASSADO

social. Nesta mesma época, surge o *beatbox*¹⁹, e os *rappers* passaram não precisar de grandes equipamentos eletrônicos ou amplificadores para apresentarem suas melodias denunciando, bastava que dentro do grupo, um membro dominasse a técnica para acompanhar a letra, propagando sons pela boca.

O debate com rimas e versos, cantados à capela ou acompanhados de melodias, permanece tão presente na contemporaneidade, foi transformando o estilo musical e o caráter igualitário do Rap, explica Damasceno (2021, online). O debate hoje presente no Rap é essencial para o firmamento e continuidade Rap, as letras desenvolverem-se com o objetivo de denunciar as dificuldades da vida dos habitantes dos bairros pobres, periféricos e suburbanos.

O Rap passou a integrar o movimento *hip hop* quando se aliou:

1. O Mestre de Cerimônias (MC), que tem a função de cantar as músicas;
2. O *Disc Jockey* (DJ), que escolhe e combinam as melodias, os ritmos e os sons, chamados de bases;
3. A dança de movimentos rápidos e malabarismos corporais, denominados *breakdance*, dando origem ao *breaker boy* que cria danças que valorizam o trabalho do MC e do DJ;
4. O artista grafiteiro que produz o elemento grafite e forma toda uma atmosfera artística cultural.

O Rap é a arte do *hip hop* que tem maior poder de sedução sobre o jovem da periferia. Não há reunião de posse, disputa entre dançarinos de *break*, concurso de discotecagem ou evento de grafiteagem que consigam reunir um público tão numeroso, como o Rap, explica Rocha, Domenich e Casseano (2001, p.33). O *hip hop*, representando pelo Rap, se torna muito mais resistente.

O baile *raper* é um espaço fundamental de afirmação da identidade da juventude, além de ser um espaço de sociabilidade. No encontro de rappers, o jovem negro se sente acompanhado de seus iguais, não apenas os iguais de idade e etnia, mas os iguais nas dificuldades, o espaço passa de lugar de diversão e entretenimento, para espaço de afirmação da negritude e fortalecimento da luta contra o processo de discriminação étnico-social, relata Rocha, Domenich e Casseano (2001, p.34).

O RAP DESEMBARCA NOS EUA

Com a crise socioeconômica enfrentada pelos jamaicanos na década de 1970. Damasceno (2021, online), explica que muitos migraram para os Estados Unidos da América (EUA), não diferente foi o destino da riqueza cultural jamaicana, com seus costumes, os seus ideais e, é claro, a sua expressão artística. A poesia ritmada e os novos equipamentos de som causaram alvoroço entre os norte-americanos, muitos artistas e músicos, se influenciaram e começaram a produzir canções nesse estilo.

O principal destaque, nesta jornada do Rap rumo a América foi o DJ Kool Herc., inserindo nos *guetos* de Nova York, todos esses elementos marcantes, que atendia aos anseios dos jovens negros, tanto os afro latinos, como os afro americanos e hispânicos, que buscavam uma sonoridade nova, pois a década de 1980 se aproximava e muitos estavam cansados da disco *music*, e desejavam *mixar* suas músicas, e criar sobre elas, arranjos específicos.

Por retratar o sofrimento das classes mais oprimidas, o sucesso nos bairros suburbanos americanos foi inevitável. O povo se identificou rapidamente com as mensagens transmitidas pelas composições e o ritmo jamaicano, conquistou não

¹⁹ Forma de reproduzir efeitos sonoros com a boca.

FRAGMENTOS DO PASSADO

somente os americanos, mas o mundo todo, carregando reivindicações do povo americano e as gírias dos *guetos*, o estilo musical integrado ao *hip hop*, aos grafites e as coreografias características das regiões, transformando-se em um grande movimento cultural de empoderamento dos negros, estrangeiros e periféricos.

A POPULARIZAÇÃO DO ESTILO MUSICAL

Segundo Damasceno (2021, online), a década de 1980, foi o grande momento de transformação musical estadunidense, os jovens americanos já não estavam tão empolgados com o ritmo jamaicano propagado na América, que havia tido muito destaque nos anos anteriores.

Para transformar o cenário musical e atingir novos públicos, surge o Mestre de Cerimônia - MC 's, misturando vários estilos e propagando um discurso engajado, cheio de significado para o público, ou seja, conforme Bispo, Bevilacqua e Santos (2010, p.172), os MC's, passa a ser a figura responsável pela integração entre a mixagem e a letra em forma de poesia e protesto.

Com o microfone na mão, instrumento que passou a ser conhecido como a arma mais potente do *rapper*, o músico passa a propagar mensagens de oposição ao governo e de luta pelos direitos da população menos favorecida. Os jovens dos *guetos*, além de se informar, se identificam com as mensagens e se tornam apoiadores das críticas em relação ao Estado.

A nova mixagem de sons, em que trechos de canções passaram a ser combinadas a outras, passou a agradar não só os *guetos*, mas outras regiões das grandes cidades. A música "*Rapper 's Delight*", da banda *The Sugarhill Gang*, se espalhou pelos Estados Unidos da América, e o que era um som de protesto acabou se tornando uma verdadeira febre nacional, revela Damasceno (2021, online).

O RAP NO BRASIL

Sob a influência do grupo americano *Public Enemy*, no final dos anos 1980, o Rap desembarca no Brasil. Rocha, Domenich e Casseano (2001, p.119), relata que o surgimento de grupos como o *Public Enemy*, marcou a transição do *hip hop* como manifestação cultural para movimento social, primeiro no EUA e depois no restante do mundo.

Nesta mesma época, de acordo com Rocha, Domenich e Casseano (2001, p.119), o movimento negro se une aos *rappers* por meio da organização não governamental Instituto da Mulher Negra Geledés, e no ano posterior surge o Projeto *Rappers Geledés*, com o objetivo de denunciar as desigualdades e conscientizar a população negra sobre as diferentes formas de exclusão social. A finalidade do projeto era estimular a atitude reivindicatória e a organização política dos jovens negros.

Segundo Bispo, Bevilacqua e Santos (2010, p.173), a cidade de São Paulo, foi à porta de entrada do ritmo no país, o que foi muito promissor para o movimento cultural, pois além de ser um ritmo cosmopolita, como São Paulo, ainda necessitava de muitos jovens adeptos para que se firmasse, pois sua fundamentação se embasa em contar e cantar, para a comunidade as dificuldades de ser negro, pobre e marginalizado no país, e posteriormente denunciar as violências para o mundo através da música.

A primeira música lançada no estilo musical caracterizado como Rap foi à música "Kátia Flávia", composta por Fausto Fawcett e Laufer. No entanto, o Rap, na sua essência, no Brasil, tem como precursores a dupla Thayde e DJ Hum que lançou, dois álbuns ainda no final dos anos 1980 e passou a influenciar o surgimento de outros grupos de *rappers* como os Racionais MC 's, Pavilhão 09, Xis & Dentinho, DMN, Face

FRAGMENTOS DO PASSADO

Negra, Cambio Negro, Sistema Negro, Vitima Fatal, Planet Hemp e Gabriel, o Pensador, revela Bispo, Bevilacqua e Santos (2010, p.174). Na linha melódica com uma composição onde pauta mais o amor e uma poesia mais amena, no entanto não menos ativista, se destacaram os *rappers* Emicida, Projota e Rashid.

Damasceno (2021, online), explica que no Brasil, o ritmo musical passou a ser também denominado “poesia das ruas” e se fundiu com outros ritmos, como o *rock*, o samba, o *soul*, o *funk* e até o maracatu. Nos anos 1990, as melodias protestantes do Rap, dominaram as rádios, dando visibilidade às músicas, às letras e seus criadores, os jovens seduzidos pela música, Rap, passaram a salvar-se, através da transformação social e cultural fundamentadas no ritmo e na poesia.

Atualmente, vários artistas brasileiros têm se destacado no estilo Rap e o estilo musical se espalhou pelo país, invadindo as áreas urbanas e rurais, não se restringindo apenas à região sudeste. No Brasil, além da sua importância musical, o ritmo também tem relevância social. Os *rappers* do nosso país inspiram e incentivam os jovens das favelas e das periferias a se afastar da criminalidade, com mensagens marcantes de luta e superação.

Conforme Bispo, Bevilacqua e Santos (2010, p.173), a prefeitura da cidade de São Paulo, de maneira vanguardista e pioneira, visualizou a nova forma de dialogar com a juventude da periferia e passou a apoiar na mesma época projetos voltados para o movimento cultural hip hop, destacando-se, de acordo com Rocha, Domenich e Casseano (2001, p.119-120), o projeto Rap...ensando a Educação, de 1991 a 1993, *rappers* do Racionais MC's e DMN, a convite da Secretaria de Educação do Município De São Paulo, visitavam as escolas públicas e com o apoio de grupos de Rap locais, promoviam debates sobre os problemas sociais dos jovens da periferia, em 1993, a Mostra Hip Hop Nacional, acontecida em São Paulo, alcançou grande sucesso.

Entre os anos de 1991 a 1994, a revista *Pode Crê!* Passou a ser editada, tornando-se parte integrante do movimento hip hop, conforme Rocha, Domenich e Casseano (2001, p.119), a revista foi uma contribuição do Projeto *Rappers Geledes* e tinha por objetivo divulgar o Rap nacional através da mídia impressa.

No ano de 1999, Rocha, Domenich e Casseano (2001, p.32), relata que na cidade de São Paulo ainda ocorreu o I Festival Internacional de Rap, realizado no estacionamento do Parque Anhembi, o evento reuniu mais de 15 mil pessoas, na maioria da raça negra e homens.

Vale fazer um reconhecimento à pioneira dupla, Altair Gonçalves, conhecido artisticamente como Thaíde e seu parceiro DJ Hum, que segundo Bispo, Bevilacqua e Santos (2010, p.173), transportou as poesias para a televisão brasileira e apresentou-o para o grande público, o objetivo da dupla, era transformar o estilo musical em expressão, além de uma brincadeira de moleques, por isso, mesmo sob muitas críticas, pregou a conscientização e o senso de responsabilidade para a juventude através do RAP, tendo como apoio um veículo que atingisse a massa.

HISTÓRIA DOS RACIONAIS MC'S

A história dos Racionais MC 's teve início em São Paulo, no ano de 1988, anos em que o Brasil refletia sobre os 100 anos da “falsa” abolição. Conforme Rocha, Domenich e Casseano (2001, p.116), o movimento negro considera a Lei Aurea formalizada em 1888, “falsa” porque não efetivou a verdadeira libertação e constituiu-se em um passe livre do negro para a marginalidade.

O encontro entre os membros, futuro grupo de *rappers* Racionais, aconteceu quando Pedro Paulo Soares Pereira, o Mano Brown e Paulo Eduardo Salvador, o Ice Blue, moradores do extremo sul de São Paulo e foram assistir a apresentação musical dos moradores da Zona Norte, Kleber Geraldo Lelis Simões, o KL Jay e Edivaldo

FRAGMENTOS DO PASSADO

Pereira Alves, o Edi Rock, tocar no Clube do RAP, que na década de 80 ficava na Av. Brigadeiro Luís Antônio, na Bela Vista, Zona Norte, São Paulo.

Segundo Ferreira (2021, online), o grupo se formou em um período em que o Rap ainda nem era reconhecido no Brasil como gênero musical. O encontro os MC 's, que depois se tornariam os Racionais, iniciaram um projeto com a principal missão de discutir temas até então velados na sociedade racista brasileira e, desta maneira, com um discurso franco conseguiram aglutinar adeptos de suas ideologias em todas as regiões paulistanas.

Conforme Freyre (2021, online), o nome do grupo foi inspirado, em outro ícone da música negra brasileira, o cantor, compositor e não menos polêmico, Tim Maia, mais precisamente, no disco "Tim Maia Racional", após a escolha do nome, sem muita demora os talentosos músicos, passaram a gravar as primeiras composições.

O Capão Redondo foi o bairro em que surgiram os Racionais MC' s, o local era palco da atuação de policiais justiceiros que matavam jovens negros com a justificativa de que seriam criminosos. No Jardim Ângela, local próximo onde surgiu o grupo musical, era apontado pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o lugar mais violento do planeta, com uma taxa anual de 116,23 assassinatos para cada 100 mil habitantes em 1996, explica Rocha (2021, online).

Naquela década, como resultado de uma urbanização descontrolada, a periferia de São Paulo vivia a intensificação de problemas como índices de violência e carência de serviços públicos. Os Racionais denunciaram para a massa, a violência que acontecia na periferia, explica Ferreira (2021, online), e desta forma, através do conhecimento, o grupo instigou uma revolução formativa que fomentou uma transformação social, sendo assim, é comum encontrar adultos nas ruas da periferia, afirmando: "Racionais mudou minha vida" ou "Se hoje eu estou na profissão X, foi por causa dos Racionais".

A música "Pânico na Zona Sul", de 1988, marca a estreia dos Racionais MC 's em disco, de forma polêmica a letra acusa a polícia de ser conivente com os crimes dos "justiceiros que matam, humilham e dão tiros a esmo". No entanto, Rocha (2021, online), revela que para além da denúncia e das crônicas "do inferno", a mensagem dos Racionais também procurava elevar e enaltecer a potência do indivíduo periférico. Os ouvintes, dos Racionais, não só identificaram-se, mas também assimilaram as propostas de salvação da juventude, na forma de batidas e rimas.

Durante muito tempo, os "rapeiros", pessoas que fazem e dançam o Rap, sofreram preconceitos, pois esse estilo musical era considerado violento e seus consumidores se encontravam, em sua grande maioria, nas regiões periféricas. Entretanto, era exatamente disso que os jovens locais mais afastados das regiões centrais precisavam de um veículo que lhes desse espaço e voz. (BISPO, BEVILACQUA E SANTOS, 2010, P.173)

Os integrantes dos Racionais MC 's, sempre foram considerados polêmicos, Bispo, Bevilacqua e Santos (2010, p.174), explica que nas suas músicas não se furtavam em expor suas opiniões sobre as classes chamadas "dominantes", ou seja, os governantes, as instituições de segurança pública, as redes públicas de saúde, as instituições de ensino e a população branca racista, desta forma os Racionais MC 's, se tornou uma voz dos impactados pelo sistema público opressor.

No período de aceitação, muitas eram as críticas, por falta de conhecimento sobre o real papel do *hip hop* e por isso eram denominados como "Os Meninos do *hip hop*" ou "A Molecada do *hip hop*", ou seja, uma forma velada de explicitar a consciência racista e preconceituosa inserida nas estruturas da sociedade, mas grupos como Racionais MC 's, surgiram assertivamente com o objetivo de criar

FRAGMENTOS DO PASSADO

músicas além da dança e do divertimento, e sim alinhada com a reflexão, a crítica, a luta contra o comportamento submisso e a miséria.

No ano de 1992, segundo Bispo, Bevilacqua e Santos (2010, p.175), o Mano Brown e Edy Rock, compõe a música “Mano na Porta do Bar”, retratada o cotidiano de “manos” e de “minas” que vivem nas periferias paulistanas e das seduções e perigos que podem interferir na vida da juventude marginalizada, sendo este o primeiro mote motivador para a transformação da consciência dos jovens.

Conforme Oliveira (2018, p.23), a música dos Racionais define como “sujeito periférico”: o morador da periferia que assume sua condição tem orgulho desse lugar e age politicamente a partir dele. O termo “periferia” passaria a designar não apenas “pobreza e violência” — como até então ocorria no discurso oficial e acadêmico —, mas também “cultura e potência”, confrontando a lógica genocida do Estado por meio da elaboração coletiva de outros modos de dizer.

Também no ano de 1992, foi lançado como parte do *Extended Play* – EP²⁰, “Escolha seu Caminho”, a música “Voz Ativa”, com uma mensagem que motivava as pessoas negras a terem autoconfiança e lembrava que mesmo sendo maioria na população brasileira, os poderes públicos esquecia-se de fomentar políticas voltadas a juventude negra marginalizada.

De acordo com Rocha (2021, online), o *rapper* Mano Brown, se inspirou em textos do ativista antirracista Malcolm X para compor “Voz ativa”, Brown, ao explicar a composição, relata que na letra, ele estabelece um dialogo como Malcolm X, no livro, relatando que no Brasil, as coisas estavam do mesmo jeito, mas que agora o negro tinha voz ativa e disposição de lutar.

O americano, Malcom X, assassinado em 1965, foi uma influência chave para a proposta dos Racionais MC 's, explica Rocha (2021, online). Malcolm X também foi uma fonte primordial para as ideias do grupo de Rap americano *Public Enemy*, referência importante para os Racionais MC 's quando surgiram, em 1988. Certa vez, Mano Brown, revelou que ao ler Malcolm X, entendeu o que era ser negro, e qual o seu papel perante a sociedade, e comparou a constatação a “um murro na cara”. E determinou: ‘Vou ser igual ao Malcolm X. “Quero ser o Chuck D’ (*rapper* do *Public Enemy*).”

Após os lançamentos de dois EP , em 1993, o grupo, Racionais MC 's, lança seu primeiro álbum, com o nome Raio-X do Brasil, sendo este marcado com a ascensão artística. Os membros dos Racionais MC 's, passam a representar o jovem preto, periférico da época, que não tinham muita opção de trabalho e uma vida voltada à precariedade, visualizam a ostentação como forma de se destacar em meio à sociedade, e desta forma, não pensam no futuro, porque não tinham perspectivas futuras e estava cansado das dificuldades do passado, entendiam que muito foi negado a eles, e assim se auto seduzem com um tênis da moda, uma moto, uma roupa, e sem uma real oportunidade de emprego, são aliciados pelo crime.

O grupo musical, por ter vivenciado todas as violências e arbitrariedades, que ainda acontece tanto de forma explicitada como velada nas periferias do Brasil, motivou-se, a se posicionarem perante a sociedade, e foi assim que passaram a estabelecer um diálogo consciente com a juventude brasileira, explica Freyre (2021, online).

Conhecer e valorizar a cultura negra e a cultura de periferia é fundamental para entender a nossa sociedade e por um basta em tanta violência, relata Carvalho (2021, online), por este motivo, é necessário dar voz e fazer ecoar as vozes daqueles que estão na linha de frente e, repetidamente, acabam pagando com a própria vida por este ciclo de desigualdade e abandono social, e desta forma, o grupo musical,

²⁰ Gravação em disco de vinil, formato digital ou CD, longa demais para ser considerado um single e muito curta para ser classificada como um álbum musical.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Racionais MC 's, de acordo com Ferreira (2021, online) cumpriu sua missão de salvar vidas através da música, da postura, das atitudes e da coragem.

Sem relacionar os trabalhos solos de cada um dos integrantes, ao longo de carreira dos Racionais, conforme Ferreira (2021, online), o grupo gravou seis álbuns e recebeu, entre outras premiações, o Prêmio VMB 2012, com o Melhor Clipe do Ano da música “Mil Faces de um Homem Leal”, e também o Prêmio Multishow 2014, quando celebravam 25 anos de carreira, na categoria Melhor Turnê do ano, no ano de 2014, a revista Rolling Stones elegeu o disco Cores & Valores, como melhor disco nacional. A discografia do grupo, conta com os álbuns:

- 1990 - Holocausto Urbano;
- 1992 - Escolha o seu Caminho;
- 1993 - Raio X do Brasil;
- 1997 - Sobrevivendo no Inferno;
- 2002 - Nada como um dia após o outro dia;
- 2014 - Cores e Valores;

Após um hiato de 12 anos, o grupo musical, Racionais MC 's lançou o disco Cores & Valores, de 2014. O disco mostra o grupo se renovando, com músicas bem menores, com 02 ou 03 minutos de duração, e muitos fãs acabam não compreendendo essa mudança. Porém, a revista Rolling Stone Brasil o elegeu como melhor disco nacional de 2014.

A PERIFERIA OCUPA A ACADEMIA

O disco clássico do grupo musical, Racionais MC 's, Sobrevivendo No Inferno, transformou-se em livro, no ano de 2018, editado pela Companhia das Letras. Conforme Freyre (2021, online), a obra literária, se tornou prima, por perpetuar através de um registro histórico o resgate da autoestima do jovem negro, a partir da abordagem da realidade violenta dentro das periferias. A mensagem do grupo serviu para apresentar aos jovens, outros caminhos, e desta forma sonharem com a possibilidade de optarem por outros caminhos, além da criminalidade.

A atuação do grupo foi decisiva para fazer do rap muito mais que uma simples representação da periferia. Sua radicalidade e seu senso de “missão” (afinal, “rap é compromisso”, já dizia Sabotage) ajudaram a desenvolver um espaço discursivo em que os cidadãos periféricos puderam se apropriar de sua própria imagem, construindo para si uma voz que, no limite, mudaria a forma de enxergar e vivenciar a pobreza no Brasil. (OLIVEIRA, 2018, P.23)

O movimento cultural *hip hop*, em especial as poesias e rimas do Rap, ocupou lugar central na positivação da identidade periférica em São Paulo e no Brasil, a partir da década de 1990. No Brasil, a literatura sempre foi um elemento muito presente no *hip hop*, sendo inclusive base para o embasamento para as composições de Rap, explica Domingues (2021, online), como exemplos pode-se, apresentar os saraus idealizados por *rappers*, MC's escrevendo livro, participações de poetas em discos de Rap e o conhecimento, ser considerado o quinto elemento do Movimento Cultural hip hop.

A Literatura foi fundamental para que os jovens em posição de vulnerabilidade superarem obstáculos na vida. De acordo com Domingues (2021, online), por ser considerado cultura popular, o movimento cultural hip hop foi determinante para que a juventude aceitasse o Rap no seu cotidiano e assim o ritmo se organizou, entrou nas organizações e começou a atuar como organização, e mesmo os que não estão

FRAGMENTOS DO PASSADO

diretamente relacionados ao movimento, reconhecem a literatura, a poesia, à arte plástica como filosofia de transformação e empoderamento sócio racial através da cultura.

De acordo com Freyre (2021, online), a escritora, socióloga e filósofa Djamilia Ribeiro, em um vídeo no canal do grupo no *YouTube*, relatou que chegou a dar aulas com a letra de “O Homem Na Estrada” para explicar uma realidade que eles se identificavam. Ferreira (2021, online), ainda relata que a filósofa, afirmou que os Racionais precisavam ser estudados e reconhecidos como eles são: um grande marco. Mas não somente no Rap nacional ou no gênero musical, ou como representantes de uma sociedade consciente, mas como grandes cientistas sociais.

Segundo Domingues (2021, online), atualmente na Universidade de Harvard – EUA existe um departamento de cultura *hip hop*, com o objetivo de formar pessoas com a consciência voltada para o movimento cultural de transformação social e atualmente o tema figura diversas teses, estudos e pesquisas acadêmicas.

Nessa “vida loka”, em que o racismo condiciona limites para uma parcela da população, os Racionais é um exemplo de como o povo preto chega mais longe e faz revolução quando caminha de mãos dadas. (FERREIRA, 2021, ONLINE)

Ao tematizar o cotidiano periférico, conforme Oliveira (2018, p.22) o grupo impactou vários segmentos artísticos, como a literatura, o teatro, o cinema e a televisão, tornando o grupo uma espécie de vetor para as mais diversas produções artísticas da periferia. Em 2015, por ocasião da visita do papa Francisco ao Brasil, o então prefeito de São Paulo ofereceu o disco como presente do município ao sumo pontífice.

Por conta da importância das letras e do contexto, e por dialogar com a juventude, o livro *Sobrevivendo no Inferno* (2018), despertou o interesse de estudiosos e pesquisadores tornando-se leitura obrigatória para o vestibular da UNICAMP, no ano de 2018. De acordo com Julião (2021, online) o livro se destacou como uma das obras exigidas, não apenas por se tratar de uma obra literária que ensina ritmo e poesia, mas também por nos trazer Rap's cujas letras nos ensinam história, política, racismo, exclusão social e a luta por direitos.

A inclusão do livro, entre as leituras obrigatórias no vestibular do ano de 2020, foi muito comemorada pela juventude e todo movimento social negro, e através das redes sociais foi propagada a mensagem: “é a periferia ocupando a Academia”.

CONSIDERAÇÕES

O grupo musical, Racionais MC 's, conquistou um sucesso meteórico tanto de crítica como de público, que se perpetuou e se manteve firme, além das diversas discriminações e preconceitos sofridos. Voz potente, ativa e negra, se tornou o “grito” de socorro, que milhões de jovens mantinham silenciados na garganta por tantos anos. Podemos afirmar que o grupo, Racionais MC's, na década de 1990, teve para a população negra brasileira a mesma importância que o movimento pelos direitos civis dos negros teve nos Estados Unidos na década de 1960.

Independente de posicionamentos contrários é preciso deixar registrado admitir o quão importante foi as músicas do grupo, Racionais MC 's para a conscientização e emancipação da população negra brasileira, que hoje conhece e exige os seus direitos. O grupo surge em uma época, onde a discussão sobre racismo, exclusão social e violência policial, ainda era um tabu entre a população. Não havia consonância entre o que os livros didáticos e os professores lecionam com o que de fato os discentes viviam na periferia. E entre informações desconstruídas, surge a

FRAGMENTOS DO PASSADO

poesia do grupo musical, Racionais MC 's, revelando a verdade, e desta forma, os jovens passam a reconhecer sua realidade e a reconhecer, como igual, quatro jovens negros e pobres, que com suas batidas e letras traziam esperança a uma camada da população esquecida das políticas públicas.

O grupo musical foi o maior incentivador de uma discussão, que só se tornaria oficial no país, somente em 2003, com a promulgação da Lei 10.639, que obriga o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e em 2010, após a sanção do Estatuto da Igualdade Racial.

Tornou-se importante, a música do grupo musical, Racionais MC 's, dentro do Rap nacional, pois através da poesia e melodia denunciaram os abusos cometidos pela polícia dentro das comunidades, criticaram impetuosamente o racismo e contribuíram para importantes reflexões sobre políticas públicas. A aproximação com o *soul music* e outras vertentes da música negra, apresentou novos ícones e ídolos, da raça negra, a juventude que surgia naquele momento sem referências e representatividades, cantores como Jorge Ben Jor, Tim Maia, Marvin Gaye, James Brown, Djavan, e tantos outros, retornaram ao cenário musical, na “onda” do grupo de Rap, Racionais MC 's.

A obra do grupo, Racionais, se transformou no grande legado e contribuição do grupo para o Rap brasileiro, e para a transformação de toda uma geração. A música dos *rappers* salvou vidas, mudou mentes e devolveu à população negra brasileira a voz, o grito sufocado por tanta opressão e medo.

Infelizmente, os investimentos no ritmo musical, ainda são diminutos, se comparado com o montante de recursos financeiros que são despejados nos inúmeros gêneros difundidos no Brasil. O racismo estrutural, não assume o Rap e nem todo o movimento cultural *hip hop*, diferente do *funk*, que aos olhos comerciais, é bem mais vendável. O Rap, mesmo na sua forma mais suave, enaltece a “quebrada” e ataca o sistema, além de denunciar nas suas mensagens o descaso e a falta de humanidade, o que não desperta o interesse da indústria do entretenimento, que objetiva anestesiá-lo ou maquiá-lo a população através da diversão e não despertar consciências que sincronizará diversas pessoas marginalizadas em torno da mesma luta e ideais.

REFERÊNCIAS

BISPO, Alexandre Araújo. BEVILACQUA, Juliana Ribeiro da Silva. SANTOS, Renata Aparecida Felinto dos. **Cultura Afro**. São Paulo: DCL, 2010.

CARVALHO, Tamires de. **Sobrevivendo no Inferno, dos Racionais Mc's**. Disponível em: <https://www.tamiresdecarvalho.com/resenha-sobrevivendo-no-inferno-dos-rationais-mcs/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

DAMASCENO, Rafaela. **Entre o ritmo e a poesia: um mergulho na história do rap**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/blog/historia-do-rap/>. Acesso em: 16 dez. 2021.

DOMINGUES, Willian. **Seja fiel a ele ao ponto de cuidar para não amadurecer demais e apodrecer sem ser bem degustado**. Disponível em: <https://www.rapnacional.com.br/entrevista-e-musica-nova-eli-efi-dmn/>. Acesso em: 18 dez. 2021.

FERREIRA, Lenne. **30 Anos da Revolução iniciada pelos Racionais Mc's**. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/secoes/entrevista/30-anos-da-revolucao-iniciada-pelos-rationais-mcs->. Acesso em: 20 dez. 2021.

FREYRE, Erika. **Conheça a história do Racionais MC's, lenda viva do rap nacional**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/blog/historia-do-rationais-mcs/>. Acesso em: 16 dez. 2021.

FRAGMENTOS DO PASSADO

OLIVEIRA, Acauam Silvério de. **O Evangelho Marginal do Racionais MC 's**. Sobrevivendo no Inferno / Racionais MC 's. p. 19-23. São Paulo. Companhia das Letras. 2018.

ROCHA, Camila. **A influência dos Racionais MCs no ativismo da periferia**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/08/25/A-influ%C3%Aancia-dos-Racionais-MCs-no-ativismo-da-periferia>. Acesso em: 18 dez. 2021.

ROCHA, Janaina. DOMENICH, Mirella. CASSEANO, Patrícia. **Hip Hop: a periferia grita**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

RELIGIOSIDADE SIMÃODIENSE: CATOLICISMO X PROTESTANTISMO

Daniell Alves Loiola Santana²¹

RESUMO: Com a emancipação política de Sergipe em seus 201 Anos de história e religiosidade traz nos costumes e tradições a fé de um povo baseado nas crenças e credos. A religião é muito forte no município de Simão Dias, desde a época da povoação até o status de vila obteve no processo religioso, a fé e a crença. Na historicidade municipal, o patrimônio cultural material e imaterial possui desde a matriz de Senhora Santana até a diversidade de capelas uma abordagem de credos e santidades, a partir das manifestações religiosas e seus objetos. O presente artigo elenca a variedade histórica das capelas espalhadas nos povoados simão-dienses.

Palavras-chave: Matriz de Santana. Capelas. Simão Dias. Religiosidade.

INTRODUÇÃO

A religiosidade no Brasil teve início desde os tempos primitivos da permanência dos indígenas até a sua catequização pelos jesuítas, obtendo o catolicismo como religião oficial nas terras brasileiras. Antes dos portugueses invadirem o território brasileiro, a religião baseada nos fenômenos naturais já era um patrimônio cultural imaterial existente nos costumes indígenas que foi massificado pelo processo de catequização jesuítica pela Companhia de Jesus.

É perceptível que o cristianismo primitivo permaneceu através dos símbolos e expressividade assimilada por mensagem em templos religiosos, criando uma memória coletiva. A religião de forma geral cria uma coletividade memorável, no qual transmite os valores, princípios e ideias compartilhada socialmente a partir do tempo histórico. O trabalho de Maurice Halbwachs (1877-1945) é muito relevante, a partir da compreensão na organização da coletividade de memórias e da transmissão de ideias por um grupo social.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais nós estivemos envolvidos, e com objetos que nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que os homens estejam lá, que se distinguem materialmente de nós: por que temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p. 26).

De acordo com a historicidade dos grupos religiosos, este tem a finalidade de buscar sempre os fatos passados, no entanto, cada grupo tem sua especificidade, mas estes grupos necessitam ter uma adaptação nos novos tempos preservando as características iniciais dos referidos fatos passados.

Numa sociedade mutável, a religião transforma-se e tem como função relacionar o novo com o passado e incorporar este último às novidades. A mudança social ameaça a coerência. Para continuar existindo, uma sociedade depende tanto de transformação quanto da continuidade. Eis o paradoxo de toda sociedade viva. Quanto mais ela muda, mais precisa referir-

²¹ Graduado em História pela Uniube e em Química pela UniAGES. Especialista em Metodologia no Ensino de História e Geografia pela UniREDENTOR. Especialista em Educação no Campo pela FAVENI. Atualmente é Professor de História e Artes. E-mail: daniell.als10@hotmail.com.

FRAGMENTOS DO PASSADO

se ao passado e quanto menos aparece no presente, mais é necessário colocá-lo como ponto de referência. (RIVERA 2001, p. 45).

Como método de pesquisa foi disposto a coleta de dados a partir das leituras das fontes escritas e algumas fontes orais, que retratam a memória religiosa da história do município de Simão Dias. Foi utilizado o método iconográfico com a análise em fotografias sobre os acontecimentos religiosos simãodiense, que demonstra a importância da diversidade religiosa entre o catolicismo e protestantismo. Utilizarei um questionário qualitativo no decorrer do trabalho para compreensão do patrimônio religioso e a história da localidade.

A escolha do tema tem por finalidade mostrar a dualidade religiosa entre o catolicismo e o protestantismo, bem como a diversidade das capelas baseadas na fé e credence de cada povoado de Simão Dias. O artigo tem como objetivo mostrar a população simãodiense, a importância de manter viva os 131 anos de Emancipação Política de Simão Dias desde seu surgimento até a atualidade, através das fontes orais e escritas utilizadas no trabalho.

SIMÃO DIAS: A PRINCESINHA DO SERTÃO

O território que abrange o atual município de Simão Dias, foi no passado uma povoação de índios fugitivos das expedições colonizadoras do Governador do Norte, Luís de Brito e Almeida. Em suas terras, possuía um relevo acidentado devido ao conjunto de serras, favorecendo a ocupação dos índios Tapuias, que se instalaram as margens do Rio Caiçá. A pequena aldeia na época, habitada pelos nativos, obtinha um clima variado e vegetação promissora proporcionando a prática da atividade econômica, como por exemplo a pesca, a caça e a agricultura.

Com a proporção da forma do relevo, o referido município possui várias denominações como “Matas de Simão Dias”, “Matas do Coité” ou “Matas do Caiçá”. Com a invasão holandesa em Sergipe, surge a necessidade de conduzir os rebanhos as margens do Rio Real. O proprietário Braz Rabelo que possuía rebanhos nas terras do município de Itabaiana decidiu esconder os gados nas terras das matas a beira do Rio Caiça, pois as árvores juntas umas das outras, proporcionava um belo esconderijo para o rebanho. Desse episódio surgiu a figura do vaqueiro Simão Dias responsável pela condução do gado e pelo surgimento das primeiras instalações na cidade.

No dia 12 de Junho de 1890, por decreto nº 51²² o Presidente do Estado Felisberto Freire elegeu a povoação de Simão Dias que era considerada uma vila para Cidade devido a alguns motivos, dentre eles por que Simão Dias possuía uma grande população, tinha um comércio lucrativo, havia uma estrada de ferro que ligava a referida vila a Aracaju (Capital) e por ter uma comarca recém criada.

O território de Simão Dias passou muitos anos como freguesia de Lagarto, ou seja, era uma vila que dependia economicamente, politicamente e socialmente da cidade vizinha. Antes de ter “status” de vila, o atual município foi considerado como Freguesia, pela Lei de 6 de fevereiro de 1835²³, desmembrando-se da Freguesia de Lagarto. A capela foi o que motivou a sua criação na data de 1655, conforme defende historiadores. No entanto o único documento antigo sobre o assunto é do ano de 1784. Devido ao progresso da Freguesia o governo da Província baixou em 15 de março de 1850 o decreto com Resolução Provincial n.º 264²⁴ que elevou à categoria

²² Art 1º - Fica elevada à categoria de cidade a vila de Simão Dias, deste Estado.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.”

²³ Distrito criado com a denominação de Santana de Simão Dias, pela provincial de 06-02-1835.

²⁴ Elevado à categoria de vila com a denominação de Santana de Simão Dias, pela lei provincial nº 264, de 15-03-1850, desmembrado de Lagarto. Sede na antiga povoação de Santana de Simão Dias. Constituído do distrito sede

FRAGMENTOS DO PASSADO

de vila com o nome de Senhora Sant'Ana de Simão Dias. O Decreto n.º 43²⁵, de 8 de maio de 1890, criou a comarca de Simão Dias.

A seguir é possível vê uma foto preto e branco da igreja Matriz de Simão Dias em 1910:

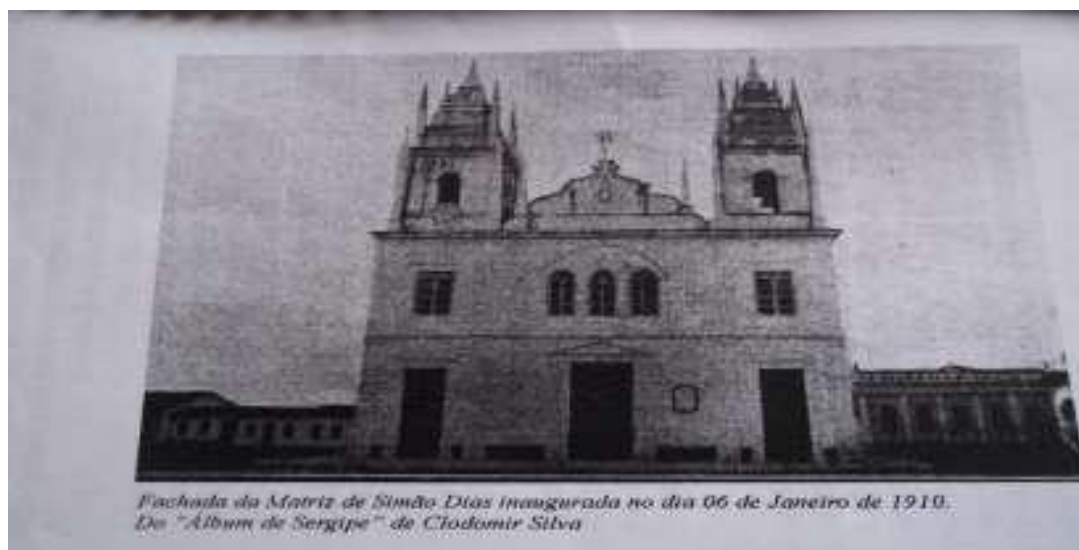


Figura 01: Igreja da Matriz de Simão Dias, em 1910.

Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 23/01/2022.

Assim, o município de Simão Dias, teve essa denominação desde a condição de freguesia e vila. Mas o nome que homenageava o seu primeiro povoador permaneceu por pouco tempo, pois o intento do Padre João de Matos Freire de Carvalho foi alcançado, e em 25 de outubro de 1912, a cidade passaria a ser denominada como Anápolis, pelo Decreto Lei de n° 621²⁶. Após muitas controvérsias e reações, principalmente da imprensa, o nome de Simão Dias foi restabelecido pelo Decreto Lei n° 533²⁷, de 7 de dezembro de 1944, favorecido pela determinação do Governo Federal, do então Getúlio Vargas, que aprovou o plano do IBGE²⁸, coibindo a coincidência de municípios com mesma denominação. Como existia um município goiano com o mesmo nome, e mais antigo, a Anápolis sergipana teve que modificar o nome.

No cenário político, o município simãodiense teve uma longa fase de domínio oligárquico, aonde o poder local era exclusivo aos grandes proprietários rurais. A práticas coronelistas estiveram presentes nessa fase, sendo possível verificar resquícios do coronelismo até os dias de hoje. No entanto a partir da década de 1930, começou a decadência dos grandes proprietários na política local, devido às mudanças ocorridas em decorrência da revolução, bem como, o fenômeno populista

²⁵ Art. 1º - Fica criada a Comarca de Simão Dias, composta do termo o mesmo nome, desmembrando da Comarca de Lagarto.

Art.2º - O termo do Riachão fica desmembrado da Comarca de Boquim, passando a fazer parte da do Lagarto.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Cumpra-se e comunique-se.

²⁶ Art. 1º - A comarca de Itabaiana constitui-se dos termos de Itabaiana e São Paulo, tendo sua sede nascida de Itabaiana.

Art. 2º - A comarca de Lagarto constitui-se dos termos de Lagarto, Simão Dias e Riachão, tendo sua sedena cidade de Lagarto.

Art. 3º - A CIDADE E TERMO DE SIMÃO DIAS PASSAM A SE DENOMINAR "ANÁPOLIS".

Art. 4º - Revogam-se a disposições em contrário

²⁷ Pelo decreto-lei estadual nº 377, de 31-12-1943, revogado pelo decreto de nº 533, de 07-12-1944, omunicípio de Anápolis volta a denominar-se Simão Dias.

²⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

desenvolvido a partir da década de 40.

MATRIZ DE SANTANA: A IGREJA E SUAS CAPELAS

IGREJA MATRIZ DE SENHORA SANT'ANA SIMÃO DIAS/SE

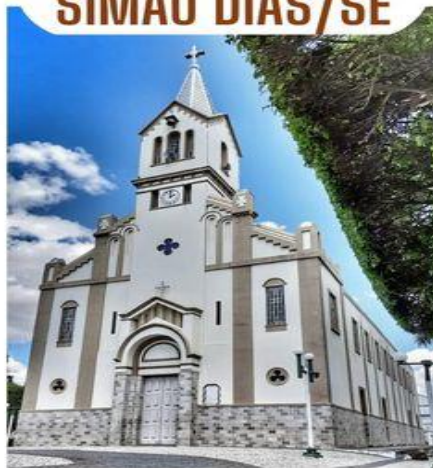


Figura 02: Igreja Matriz de Senhora Sant' Ana no município de Simão Dias.

Fonte: @paróquiasantanasd acessado em 23/01/2022.

A Igreja Matriz da Paróquia Senhora Sant'Ana, tão querida pelos fiéis simãodienses, teve seu terreno doado para sua construção em meados de 1785. Ana Francisca de Menezes (doadora das terras) era muito devota de Senhora Sant'Ana, por isso ela foi escolhida como a padroeira da Capela e do povoado que ali iniciava. O prédio atual da Matriz de Senhora Sant' Ana, era antigamente uma Capela, local religioso da pequena população simaodiense.

Quase um século depois, em 1870, a capela passou por uma reforma que a transformou em uma Igreja Matriz, com a ajuda do Governo Provincial (visto que, na época, o Brasil era um Império e dividido em províncias, que hoje são chamados de estados). Novamente, em 6 de janeiro de 1910, a Igreja passou por uma reforma e foi inaugurada nessa data. Ela foi construída e doada pelo Coronel Sebastião da Fonseca Andrade e Dona Ana Freire, esposa do Coronel. A Igreja, então, ganhou um estilo neogótico, com duas torres. Mas, devido a algumas rachaduras, a igreja precisou ser novamente reformada na década de 1950, passando a ter somente uma torre, como a conhecemos hoje.

Além da Igreja Matriz de Santana ser a maior referência religiosa no município simãodiense, é perceptível a presença de inúmeras capelas nos diferentes povoados e conjuntos que fazem parte da extensão territorial de Simão Dias. Nesse aspecto, a cidade de Simão Dias tem mais de 40 capelas espalhadas no território.

CAPELA N. SRA. DE FÁTIMA BAIRRO BONFIM

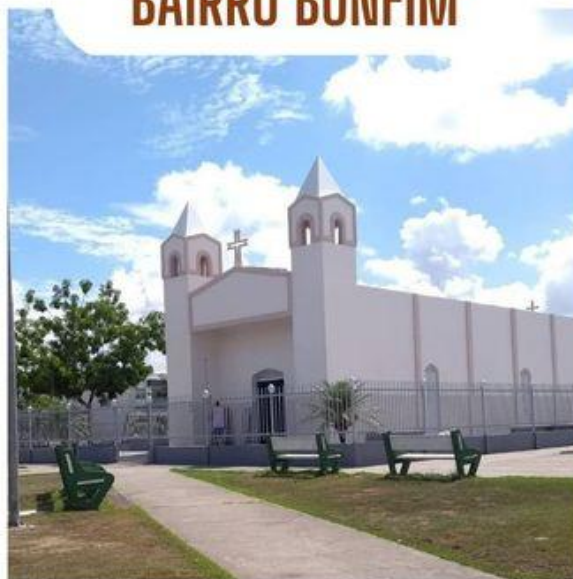


Figura 03: Igreja Senhora de Fátima, no Bairro Bonfim.

Fonte: @paróquiasantanasd acessado em 23/01/2022.

A Igreja Senhora de Fátima, situada no Bairro Bonfim em Simão Dias, foi construída em 19 de outubro de 1982 pelo Vereador Genário Alves. O Padre da época era Monsenhor João Barbosa. Após a saída do sacerdote da nossa Paróquia, ele entregou a chave da Igreja nas mãos de Dona Maria, a qual cuidou e zelou por muitos anos. As atividades de evangelização no templo continuam com grande participação da comunidade na atualidade.

Em 20 de julho de 1982, o terreno onde se localiza a Capela de São José na atual Rua do Alambique, foi doado à Paróquia de Senhora Sant'Ana, Simão Dias/SE. A partir daí e com a construção da Igreja, os moradores da Rua do Alambique puderam realizar as atividades de fé na igreja. Até os dias atuais, a comunidade mantém a devoção a São José. Porém, com a Pandemia algumas atividades foram restritas, mas que em breve voltaremos à normalidade.

A Capela de Nossa Senhora Aparecida, situado no Povoado Deserto, na cidade de Simão Dias, foi construída pela Sra. Raimunda Siqueira Santos, como uma forma de agradecimento à graça que recebeu pela promessa que fez. Em 27 de janeiro de 1993, a pedra fundamental foi posicionada por Frei Nelson. E em 1995, a comunidade reuniu-se para celebrar pela primeira vez a festa da sua padroeira. No ano de 2000, ocorreu a primeira missa celebrada pelo Pe. Vicente. Pela fragilidade na infraestrutura, foi demolida e está em fase de reconstrução. A comunidade celebra sua festa no dia 12 de outubro.

CAPELA N. SRA. DO SS. ROSÁRIO

POV. CAMPO LIMPO



Figura 04: Capela Nossa Senhora do Rosário, do Povoado Campo Limpo.
Fonte: @paróquiasantanasd acessado em 23/01/2022.

O desejo pela construção da Capela Nossa Senhora do Rosário, do Povoado Campo Limpo em Simão Dias, deu-se início no ano de 1998, quando a professora e catequista Angelina, que residia na comunidade vizinha, Pov. Jacaré, começou a catequisar os alunos. Sendo assim, foi marcada a primeira missa com Padre Vicente, a qual ocorreu no grupo escolar da comunidade em fevereiro do mesmo ano. Com isso, surgiu um grande desejo da moradora Josefa Maria para construir a Capela na comunidade, e a mesma doou o terreno. Os moradores construíram a igreja com doações. A inauguração ocorreu no mês de novembro de 2006 e a padroeira da Comunidade é Nossa Senhora do Rosário. A festividade de Nossa Senhora do Rosário é comemorada em 7 de Outubro.

Em 2015, a história da construção da Capela Santa Dulce dos Pobres no Conjunto Eucalipto em Simão Dias, foi muito importante para a comunidade. No período das Santas Missões Carmelitas, Dona Luciana e Dona Zita (que estavam à frente das atividades religiosas na Comunidade) falaram com o Pe. Rodrigo para que fosse construída uma igreja na localidade. E assim aconteceu. A doação do terreno foi feita pelo Sr. Genário. Antes da construção, a comunidade reunia-se numa na associação do conjunto para participar das missas. Também ocorria evangelizações nas casas dos moradores através do Terço Santa Dulce. Desde o início da construção, toda a comunidade de fé sensibiliza-se na ajuda espiritual e material, com leilões, bingos, quermesses e rifas para o término desta obra. Em decisão para escolha do padroeiro, e acatando também a sugestão de padre Rodrigo, a Igreja tem como

padroeira Santa Dulce.

CAPELA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS POV.ESPINHEIRO

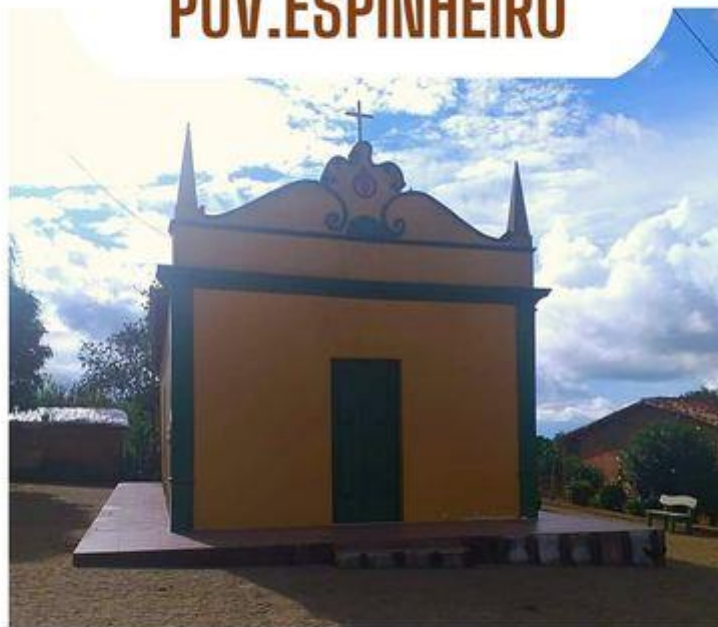


Figura 05: Capela Sagrado Coração de Jesus, do Povoado Espinheiro.
Fonte: @paróquiasantanasd acessado em 23/01/2022.

A construção da Capela Sagrado Coração de Jesus, no Povoado Espinheiro, em Simão Dias tem uma história interessante. Segundo as pessoas que têm mais tempo na comunidade, tem mais ou menos 100 anos. Esta é uma das capelas mais antigas dos povoados da nossa Paróquia. O local onde a igreja foi construída sendo doado por João Santana, com aproximadamente uma tarefa de terra. Até hoje, as atividades religiosas se mantêm acontecendo com muita fé e devoção.

Continuamos a conhecer a história das capelas da nossa Paróquia. A Capela São Domingos no Povoado Triunfo em Simão Dias, foi fundada em 1929 pelo moradores Francisco José Tavares, Elias Araújo, Zezé de Marciano, João Emídio Carregosa, Domingos Paulo, Marcos de Luna, José de Luna e Manoel Antônio dos Santos. No crescimento do povoado, houve a necessidade de uma capela para oração. Assim, o senhor Francisco Alves doou um terreno, dando início à construção com ajuda de toda a comunidade. Em 1937, aconteceu a primeira missa na capela, presidida por Pe. Domingos da Fonseca. Em maior necessidade, ocorreu uma reconstrução no ano de 2007, sendo reaberta em 24 de maio de 2009 pelo Bispo Diocesano de Estância, na época Dom Marco Eugênio. A festa do padroeiro, tradicionalmente acontece no segundo domingo do mês de agosto.

CAPELA SÃO DOMINGOS POV. TRIUNFO



Figura 06: Capela São Domingos, do Povoado Triunfo.
Fonte: @paróquiasantanasd acessado em 23/01/2022.

A Capela São Judas Tadeu no Povoado Apertado de Pedras em Simão Dias é dedicada a São Judas Tadeu, o qual foi um dos doze apóstolos e era primo de Jesus. Ele foi martirizado na Pérsia após pregar e ajudar na conversão de muitos persas provando, assim, sua fé por Nosso Senhor. Ele também é conhecido como o Santo das causas perdidas. A comunidade sempre se faz presente em nossa Paróquia, colaborando como pode. E tem um lindo trabalho de evangelização, com fiéis sempre ajudando uns aos outros. O dia de São Judas Tadeu é comemorado em 28 de outubro com grande louvor.

Outra história interessante é a construção da Capela Nosso Senhor do Bonfim, do Povoado Caraíbas de Cima em Simão Dias. A Capela é dedicada a Nosso Senhor do Bonfim e a escolha do padroeiro dessa comunidade foi por causa de uma capelinha que existe até hoje, na qual eram enterradas crianças que morriam naquela região. O dia de Nosso Senhor do Bonfim é comemorado em 17 de janeiro com grande júbilo e louvor.

CAPELA SÃO JUDAS TADEU POV. APERTADO DE PEDRAS



Figura 07: Capela São Judas Tadeu, do Povoado Apertado de Pedras.
Fonte: @paróquiasantanasd acessado em 20/07/2021.

A Capela São Francisco de Assis no Povoado Sítio Alto em Simão Dias é dedicada a São Francisco de Assis, fundador da Ordem dos Franciscanos, conhecido também como o protetor dos animais. Ele também é autor de uma das orações mais belas da Igreja Católica. A comunidade faz um lindo trabalho de evangelização para com todos e sempre se faz presente em nossa Paróquia, colaborando como pode. O dia de São Francisco de Assis é comemorado em 3 de outubro com grande alegria.

A Capela São Luís Gonzaga no Povoado Lagoa Grande em Simão Dias, foi construída em 1926, às expensas do agricultor Francisco Alves de Sales e sua primeira esposa Januária Maria de Jesus. Inicialmente esta capelinha pertencia ao casal, mas os padres iam a seu convite para celebrar as Santas Missas, Sacramentos e santas missões até 29 de setembro de 1931, quando o casal benfeitor decidiu doar a referida capela à Paróquia de Senhora Santana. Além da Igreja, doaram uma casa e se comprometeram também de continuar a fazer os consertos e benfeitorias necessários na capela durante a vida deles. A comunidade católica foi crescendo e também o tempo, após a morte de Francisco Alves e a esposa, a estrutura da capela foi necessitando de reforma. Assim, no fim de 2016, a comunidade com o apoio da Paróquia construiu um novo templo, mantendo os traços da antiga capela. Interessante, pois na história da referida capelinha toda comunidade está envolvida em manter viva todo patrimônio material e imaterial através da fé e dos credos.

A Capela Santa Terezinha situada no Povoado Saco do Capim em Simão Dias é dedicada aos fiéis que residem na localidade. A missa mensal nesta comunidade era celebrada na escola local. Em 2006, houve uma santa missão que deu início a construção da Capela Santa Terezinha. Com a doação do terreno, toda a comunidade se empenhou em arrecadar fundos para a construção da obra. Em 2008, os fiéis

FRAGMENTOS DO PASSADO

tiveram o privilégio de celebrar a primeira festa da padroeira, que foi presidida pelo Bispo de Estância da época, Dom Marcos Eugênio Galvão Leite e pelo Pároco Pe. Humberto da Silva. Apesar de ser pequena a povoação de habitantes a fé das pessoas é muito intenso e presente na povoação.

CAPELA SANTA TEREZINHA POV. SACO DO CAPIM



Figura 08: Capela Santa Terezinha, do Povoado Saco do Capim.

Fonte: @paróquiasantanasd acessado em 20/07/2021.

A Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no Povoado Brinquinho em Simão Dias foi doada por José Venâncio do Nascimento e sua esposa Dona Maria Olímpia do Nascimento em 1957. Desde sua origem até os dias atuais algumas reformas e construções foram feitas. A festa da padroeira, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro acontece geralmente na última semana de outubro. Atualmente a capela é aberta todos os dias à noite, a partir das 19h para adoração dos fiéis, pois a maioria dos fiéis obtém uma participação nos festejos realizados na comunidade.

CAPELA N. SRA. DO PERPÉTUO SOCORRO POV. BRINQUINHO

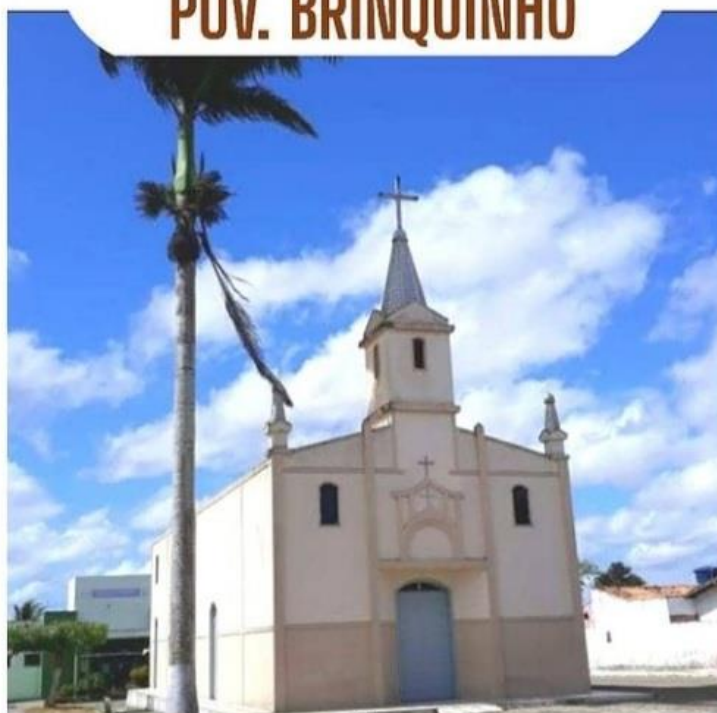


Figura 09: Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, do Povoado Brinquinho.
Fonte: @paróquiasantanasd acessado em 20/07/2021

A Capela Jesus Bom Pastor no Povoado Pau de Colher em Simão Dias obtem uma linda história. Com o desejo de celebrar uma missa na comunidade no dia 14 de outubro de 2016, houve a vontade de se construir uma capela no local. Juntamente aos padres da Paróquia de Senhora Santana, a comunidade acolheu a ideia de braços abertos. Todos arregaçaram as mangas e correram para a luta. Para a construção, o senhor Zenito e Dona Maria doaram o terreno. Como todo rebanho precisa de Pastor, o Padre Rodrigo (Pároco) escolheu como padroeiro Jesus Bom Pastor e com sua ajuda e conselhos a comunidade está muito feliz e grata por hoje ter sua Capela que ainda não está pronta, mas está com a construção bem andada.

A Capela Nossa Senhora Aparecida no Povoado Mato Verde em Simão Dias foi construída em 1990 pelo casal Raimundo José de Carvalho e Emerentina Almeida de Carvalho. A primeira missa foi celebrada no dia 12 de Outubro de 1990 pelo Padre Frei Nelson. A padroeira da comunidade é Nossa Senhora Aparecida que abençoa a comunidade com muita paz e prosperidade. Há mais de 30 anos que os fiéis participam de atividades religiosas na Capela da Comunidade. Nossa Senhora Aparecida, rogai por nós!

Outra história importante e interessabte é a Capela Santo Antônio no Povoado Bonsucesso em Simão Dias. No ano de 1985 foi uma alegria para a população do Bonsucesso, pois foi fundada a Capela Santo Antônio, com a ajuda da comunidade

FRAGMENTOS DO PASSADO

que se organizou com eventos para arrecadar recursos em prol da construção. A Capela foi inaugurada no dia 17 de Outubro de 1985, com a missa presidida pelo Padre Frei Nelson. A Festa do Padroeiro é celebrada no dia 13 de junho. Toda comunidade participa ativamente das festividades religiosas, além de zelar pelo espaço religioso.



Figura 10: Capela São José do Operário, do Povoado Muniz.
Fonte: @paróquiasantanasd acessado em 20/07/2021

A Capela São José Operário do Povoado Muniz em Simão Dias, foi criada em 1986, pois a população da Comunidade Muniz sentiu o desejo de ter na localidade uma capela para que realizassem missas e catequeses. O desejo foi concretizado contando com o apoio dos fiéis e do Vigário Paroquial Frei Nelson. Com o tempo, houve a necessidade de uma reforma e ampliação por causa do crescimento da comunidade católica local. O padroeiro é São José Operário e a Festa é comemorada em 1º de maio. Toda comunidade participa ativamente das festividades, além de zelar pelo patrimônio material e imaterial.

É notável a preocupação dos moradores de cada comunidade na preservação do patrimônio imaterial e material a partir da religiosidade, da crença e da fé. Cada comunidade situada nos povoados e conjuntos simão-dienses preserva as igrejas, templos e capelas de acordo com sua realidade proporcionando para a história do município uma riqueza cultural religiosa. Além das capelas citadas, o território tem outras capelas, como por exemplo, Capela de São José no Povoado Lagoa Seca; Capela Imaculado Coração de Maria no Povoado Coração de Maria; Capela São João

FRAGMENTOS DO PASSADO

da Cruz no Povoado Areal; Capela Miguel Arcanjo no Povoado Paracatu; Capela São João Batista no Povoado Cumbe; Capela Mãe Rainha no Povoado Pirajá; Capela Santa Paulina no Povoado Paracatu de S. Paulina; Capela Nossa Senhora da Conceição no Povoado Curral dos Bois; Capela São José no Povoado Aroeira; Capela Cristo Rei no Povoado Jacaré; Capela Jesus Misericordioso no Povoado Muriango, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio religioso é muito importante para preservação dos costumes e tradições. A vivência e religiosidade resgatada na praxidade através do conhecimento bíblico, do patrimônio material e imaterial, preserva a identidade local, valores e ideias da moralidade cultural e religiosa.

No município de Simão Dias a cultura religiosa está esquecida pela população, pois as gestões passadas e atuais, não tem preocupação no resgate a cultura e a religiosidade. Contudo, as comunidades com representação das paróquias situadas em conjuntos e povoados tem a preocupação de preservar a religião e a história cultural daquela referida localidade.

O incentivo ao patrimônio cultural religioso deve partir da Secretaria de Cultura do município, no entanto, a própria Paróquia de Senhora Santana junto com os representantes das capelas existentes nos povoados e conjuntos realizam um projeto chamado Pascom, cujo incentivo da população simão-diense conhecer a história das capelas espalhadas pelo município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervo Público do Memorial de Simão Dias.

Acervo Público Digital Paróquia Santana Simão Dias.

DÉDA, Carvalho. *Simão Dias: Fragmentos de sua História*. Aracaju: Livraria Regina. 1966.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

RIVERA, PB. *Tradição, Transmissão e emoção religiosa – Sociologia do Protestantismo contemporâneo na América Latina*. São Paulo: Olho d' água, 2001.

SOUZA, Marcelo Domingos de. *História de Simão Dias. Outra versão*, 2018. Disponível em: <https://outraversao.blog.br/>. Acesso em 16/07/2020.

FRAGMENTOS DO PASSADO

SIMÃO DIAS: Do império a república

Daniell Alves Loiola Santana²⁹

Resumo: A história de Simão Dias em sua cultura patrimonial aborda uma historicidade elencada nos costumes e tradições de um povo. O processo de emancipação brasileira foi importante para o desenvolvimento do país desde a época da colônia, império e república. Em Simão Dias, o processo evolutivo e crescimento do município foi através da atuação dos personagens políticos exercidos na câmara de vereadores. O artigo tem a finalidade em mostrar para população atual, uma parte da história do município baseado nos acontecimentos importantes da época colonial até a fase imperial, relacionando o livro didático com a realidade local.

Palavras-chaves: Colônia. Império. República. Simão Dias.

INTRODUÇÃO

A relação entre o ensino de história e o conhecimento traz uma importância significativa da área na formação do educando. O estudo de história tem um papel importante na sociedade que contempla as pesquisas históricas e a reflexão do passado e presente através dos acontecimentos pelos nossos antepassados.

A relação entre o cotidiano e história de vida dos educandos possibilita uma contextualização das vivências individuais a uma história coletiva. Em algumas produções didáticas estão introduzindo a “História do Cotidiano” como instrumento didático de ensino. É importante ressaltar que os Parâmetros Curriculares Nacionais de História, designam alternativas que favoreçam a compreensão do estudo da memória como construção da informação e do conhecimento histórico pelo alunado.

Para Gaddis (2003), “o estabelecimento da identidade requer o reconhecimento de nossa relativa insignificância no grande esquema das coisas”. Nesse sentido, o significado das relações na humanidade é a maturidade do próprio valor utilizado pela consciência histórica.

A disciplina de História tem a finalidade de fornecer ao estudante uma percepção estimável que facilite a compreensão nas diferentes nações, culturas e pessoas; além de trabalhar com a perspectiva da história do cotidiano sendo mais acessível as crianças e adolescentes no Ensino Fundamental.

O documento, para o historiador, é o campo da produção do conhecimento histórico; portanto, é esta a atividade mais importante a ser desenvolvida com os alunos. Os documentos são portadores de sentido, capazes de sugerir mediações entre o que é visível (pedra, por exemplo) e o que é invisível (amuleto, por exemplo), permitindo ao sujeito formular problemas e colocar em questão a sociedade que os produziu. Os procedimentos básicos para o trato com a documentação envolvem: identificação das propriedades do objeto (peso, textura, sabor, cheiro etc.); compreensão dos sentidos que a sociedade atribuiu ao objeto e seus usos (máquina que produz mercadorias, objeto de arte, conhecimento etc.); e utilização e transformações de significado a que o objeto foi exposto ao longo do tempo. A BNCC está respaldada em um conjunto de marcos legais. Um deles é a Constituição de 1988, que, e seu Artigo 2210, já se determina que: “serão fixados conteúdos mínimos

²⁹ Graduado em História pela Uniube e em Química pela UniAGES. Especialista em Metodologia no Ensino de História e Geografia pela UniREDENTOR. Especialista em Educação no Campo pela FAVENI. Atualmente é Professor de História e Artes. E-mail: daniell.als10@hotmail.com.

FRAGMENTOS DO PASSADO

para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais”.

De acordo com Bittencourt (apud SILVA, s/d), a História do Cotidiano é bastante útil no espaço educativo, serve de suporte para considerar o papel dos agentes sociais ideais para transformações históricas, levando em consideração a atuação dos sujeitos no tempo e espaço histórico. O cotidiano tem relevância inusitada, pois coloca o homem no centro dos acontecimentos históricos, como aponta Agnes Heller:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos da sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. (HELLER, 2008, p.17)

De acordo com Duarte (1993), com base em Heller, “*as atividades cotidianas do indivíduo refere-se ao conjunto de atividades que caracterizam a representação de cada indivíduo com sua vida cotidiana*”. O cotidiano não pode ser entendido como algo isolado, pois os aspectos cotidianos e não cotidianos são interpretados numa realidade social com temas da vida articulados pelos agentes históricos. São temas envolvidos nas relações culturais, econômicas, sociais e políticas em cada época e sociedade sendo exposto nos livros didáticos e explanados pelos professores de história.

De acordo com o PCN:

Os estudos de história local conduzem aos estudantes de diferentes modos de viver no presente em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. Nesse sentido, a proposta dos estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas sem julgar grupos sociais. Classificando-os como mais evoluídos ou atrasados. (BRASIL / MEC / SEF, pág. 52).

O trabalho com a História Local e o ensino da história facilita a aprendizagem do aluno, pois os assuntos abordados no espaço educativo são evidenciados quando são trabalhados no real do alunado proporcionando uma gama de conhecimento dos acontecimentos do passado no presente. O método de pesquisa, a coleta de dados a partir das leituras e interpretações das fontes escritas e orais foram importantes para a história cultural do município. Foram utilizados questionamentos qualitativos para composição das informações no artigo.

A escolha do tema tem a finalidade em mostrar os assuntos de história expostos na sala de aula com a historicidade do município em que o aluno está inserido. O artigo tem o objetivo em expor ao aluno que a história do surgimento da cidade é muito importante, bem como os assuntos contidos no material didático, podendo fazer um elo para serem trabalhados juntos no ambiente educacional.

CIDADE DE SIMÃO DIAS

O território de Simão Dias foi uma povoação de índios tapuias fugitivos das expedições colonizadoras do Governador do Norte, Luís de Brito e Almeida na época da invasão holandesa em 1600. Esses índios se instalaram nas matas do Rio Caiçá vivendo na base econômica da pesca, caça e agricultura. Seu relevo acidentado devido ao conjunto de serras, com clima variado e vegetação seca proporcionou o povoamento da população indígena na região.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Com a invasão holandesa em Sergipe, o baiano proprietário de gado Braz Rabelo ordenou ao vaqueiro Simão Dias que escondesse o gado nas terras das matas a beira do Rio Caiçá. Desse episódio surgiu a figura do vaqueiro sendo responsável pela condução do gado das terras de Itabaiana até a antiga povoação que ficava as margens do Rio Caiçá proporcionando a criação da antiga vendola até a instalação das primeiras cidades.

É interessante explicar que a cidade de Simão Dias em 12 de junho de 1890, pelo decreto do Presidente do Estado Felisberto Freire elegeu o território de Simão Dias de vila para cidade devido a ter algumas características fundamentais para tal acontecimento, sendo um comércio próspero, uma estrada de ferro que ligava a referida vila a Aracaju (capital) e por ter uma comarca recém criada que hospedou a corte imperial na época. Outro ponto importante, foi o desenvolvimento da povoação através da feira livre situada na Praça da Capela (atual Praça da Matriz) por meio do comércio próspero; além da presente religiosidade dos antigos fiéis que frequentavam a Capela de Santana, sendo atualmente a Matriz de Senhora Santana.



Figura 01: Matriz de Santana, Vaqueiro Simão Dias e Índios Tapuias.
Fonte: www.historiaemversoes.com, acessado em 21/01/2022

HISTÓRIA DO GOVERNO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

Em tempos atrás o território brasileiro era uma povoação nativa de índios, com extensão de terras que proporcionava beleza natural e a diversidade da fauna e flora. Mas, este território foi invadido por outros povos (portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, e etc.) que despertaram diferentes sentimentos dos povos nativos. O Brasil foi palco de três períodos importantes para historiografia brasileira sendo a fase colonial, imperial e republicana com acontecimentos heterogêneos e marcantes da história brasileira.

O período do Brasil colônia se estendeu de 1530 marcada pela missão

FRAGMENTOS DO PASSADO

exploradora de Martin Afonso de Souza até 1815 quando o território brasileiro passou a ser Reino de Portugal, Brasil e Algarves. Foi um momento conturbado que o povo brasileiro vivenciou. Mas nessa época obteve acontecimentos marcantes sendo a economia agrícola com a exploração de um só produto; a divisão do território do país em grandes propriedades territoriais, cuja posse se limitava na mão de poucos privilegiados; o predomínio absoluto do trabalho escravo; as figuras marcantes dos grandes fazendeiros que tinha o poder político, econômico e social da época; entre outros.

A história do Brasil obteve três fases que marcaram profundamente a economia sendo a primeira fase do pau-brasil, cujo produto que era a madeira servindo como matéria-prima para construção de barcos e móveis, além de sua tinta avermelhada que servia para o tingimento de roupas; todavia esse produto foi explorado pelos portugueses que proporcionou um enriquecimento econômico em terras portuguesas. A segunda fase do açúcar no século XVI a XVII contribuiu para o enriquecimento dos grandes fazendeiros em todo Brasil, principalmente, na região nordestina. A terceira fase do ciclo do ouro no século XVIII contribuiu para o enriquecimento do território de Minas Gerais, Ouro Preto, Diamantina, Tiradentes, São João Del Rei, entre outras, a partir da comercialização do ouro, muitos territórios obteve um grande crescimento econômico. Essas fases econômicas com os primeiros produtos geraram muita riqueza para outros povos proporcionando atuais países em potências econômicas mundiais.

O período do Brasil Império aconteceu de 1822 a 1889, já com a família real portuguesa instalada em terras brasileiras obtendo acontecimentos marcantes sendo a Guerra do Paraguai; as transformações que levaram ao fim do trabalho escravo e a chegada dos imigrantes no país; o golpe militar que conduziu à Proclamação da República que deu fim a monarquia em 1889. Em 1889, um grande movimento militar resultou na proclamação da República sendo que Marechal Deodoro da Fonseca estando em frente ao movimento, com isso o Brasil deixou de ser uma monarquia e se tornou uma república presidencialista. Em vez de um rei, o país passou a ter um presidente.

Até a proclamação da República³⁰, os municípios eram governados pela “Câmara Municipal”³¹ sendo composta por vereadores eleitos. A Câmara Municipal juntava os poderes legislativos e executivos em seu domínio. O presidente, eleito pelo povo, desempenhava a função executiva em acordo com as determinações das leis aprovadas e decretadas.

No período da República que vem do grego “governo de poucos” foi o momento em que o Brasil esteve nas mãos dos setores das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Os grandes fazendeiros ou seja os coronéis estavam diretamente ligados ao poder, influenciado pelas eleições para presidente e governador. Nesse período, obteve acontecimentos como a política do café com leite; a política dos governadores, o coronelismo, o voto de cabresto; o início da industrialização brasileira; a formação de bairros operário, a chegada dos imigrantes; e o tenentismo. Todos esses acontecimentos foram importantes para evolução do país no aspecto político, econômico, social e cultural. Ao mesmo tempo que evoluções estavam acontecendo em todo território brasileiro, as freguesias e cidades começaram a se desenvolver, como por exemplo, no município de Simão Dias.

³⁰ Forma de governo em que o Estado se constitui de modo a atender os interesses geral da população. Forma de governo na qual o povo é soberano.

³¹ É o órgão deliberativo da Administração Municipal, eletivo e autônomo em tudo quanto se refere ao interesse da comunidade, à decretação de impostos de sua atribuição e à organização de serviços públicos de caráter local, tende também ao controle, fiscalização e assessoramento dos atos do Executivo.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Com a proclamação da República, muitas figuras ilustres se tornaram vereadores em Simão Dias, no tempo da Monarquia³², dentre eles, se destacaram, José Marçal de Araújo Andrade – Domingos José Ribeiro – Antônio Manuel da Cruz Junior – Manuel Torres de Freitas – Pedro José de Andrade – José Felipe de S. Thiago – Francisco Antônio de Loiola – José Zacarias de Carvalho – Antônio de Paula Freire – José Alves da Anunciação – Pedro Alexandrino de Andrade – Sebastião da Silva Vieira – José Joaquim de Santana Junior – Teotônio José de Oliveira - Inácio José de Matos – Manuel de Carvalho Carregosa – Candido Ferreira de Jesus – Francisco José do Nascimento Lubambo – Martinho Celestino de Jesus – José Ramiro de Almeida – Antônio José do Espírito Santo – Francisco de Souza Lemos – José Antônio dos Santos Cabeça – Antônio Rabelo da Silva – José Cassiano Estrela – Manuel José Ribeiro – Antônio Francisco do Santos – José Dias da Rocha Fontes – Manuel Alves Maciel Colló – Domingos José de Matos – Manuel Hipólito Rabelo de Moraes – Pedro Vidal de Oliveira – Pedro Dias do Bonfim – Antônio Bispo de Menezes – Valeriano Tibúrcio da Hora – Tobias Freire de Jesus – Ezequiel Profeta do Nascimento – Juvêncio José de Oliveira – João José da Conceição – Manuel Marques de Jesus – Antônio Manuel Batista – José Antônio de Souza Prata – Camilo de Matos Hora – Justino José das Virgens – Antônio Alexandrino de Andrade.

Com o advento da República, o “Governo Provisório”³³ do Estado, apesar da autorização recebida pela Câmara de Simão Dias, através do manifesto transcrito em relação a falta de compromisso dos parlamentares nos interesses municipais, resolve nomear um conselho de intendência municipal para dirigir os negócios relativos a municipalidade. No mesmo transcrito em 27 de dezembro de 1889 pelo governador Dr. Felisberto Firmo de Oliveira Freire, é citado o presidente Antônio Manuel de Carvalho e seus adjuntos Sebastião da Fonseca Andrade e Vigário José Joaquim Ludovice determinando o desempenho das funções administrativas municipais.

Para DÉDA, (2008):

A alegação de que a Câmara de Simão Dias “não tem curado convenientemente dos interesses da respectiva localidade” poderá ter sido injusta, tomada pelo Governo Provisório como regra geral, vez que todos os demais atos dissolvendo câmaras municipais traziam, invariavelmente, o mesmo motivo. Assim, em relação aos vereadores de Simão Dias, teria queimando o verde pelo seco. Mas, no mesmo ano, vem outra alegação do Governo, que é uma censura especial à Câmara de Simão Dias, e que nos parece razoável; sobre a manifesta divergência existente entre os membros que a compunham, pois, na sessão extraordinária do dia 26 de novembro do mesmo ano, quando a Câmara aderiu ao regime republicano, o Vereador Camilo de Matos Hora, “com a palavra, congratulou-se com a casa por ver unidos todos os membros, que desprezando antigos caprichos, concorrem todos para abrilhantar a magna sessão”. (DÉDA, 2008, p. 86).

Nos primeiros anos da República, houve uma certa instabilidade política. Vários acontecimentos políticos influenciaram na incerteza do Estado. Mudanças contínuas do Governo Provisório Estadual e de Juntas Governativas, anulações de leis e atos governamentais, promulgações e revogações de Constituições e dissoluções da Assembleia Constituinte e Câmaras Municipais, entre outras alterações mexeram com o cenário político municipal.

No dia 21 de novembro de 1890, pelo decreto do Vice-Governador em atuação, o Juiz de Direito Lourenço Freire de Mesquita, foi aprovada a Constituição, pela qual

³² Forma de governo ou chefe de Estado tem o título de rei ou rainha (ou seus equivalentes).

³³ É uma autoridade governamental de emergência criada para gerenciar uma transição política, geralmente nos casos de países novos, ou após o colapso da administração anterior.

FRAGMENTOS DO PASSADO

cada município seria governado por um “CONSELHO MUNICIPAL”³⁴, cujos membros seriam eleitos diretamente por um período de quatro anos. Foi revogada pela Constituição de 8 de junho de 1891, e aprovada pela “Assembleia Constituinte”³⁵, sendo o primeiro secretário simão-diense D. Jovinião Joaquim de Carvalho.

De acordo com a nova Constituição, os referidos municípios eram governados por uma Câmara de Vereadores e um Edil³⁶, sendo eleitos anualmente pelo voto direto. Pelo Decreto nº 17, de 28 de novembro de 1891, a JUNTA DO GOVERNO PROVISÓRIO, constituída dos cidadãos Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, Olinto Rodrigues Dantas, e Marcelino José Jorge, sob a orientação do Governador Cel. Luiz de Oliveira Ribeiro, para consequência dos atos da Assembleia do Estado.

A Constituição de 1891, teve curta duração, sendo anulada pelo Decreto nº 15, de 9 de novembro de 1892, fixado em 21 de dezembro do mesmo ano, com finalidade da realização das eleições de vereadores e edis. Nessas eleições, as cédulas de vereadores teriam nove nomes que disputariam as eleições nos municípios, principalmente em Simão Dias. Mas em São Cristóvão e nas vilas, apenas cinco nomes disputavam o poder. Com todo reboliço, as eleições municipais não foram realizadas.

Finalmente, foi instituído nova legislação proporcionando uma forma do Governo para os municípios, constituído pelo Conselho Municipal e um Intendente, com eleição direta. No dia 1 de outubro de 1892, foi realizado as eleições municipais, sendo eleito Intendente³⁷ de Simão Dias, o Coronel, advogado e professor Rafael Arcanjo Montalvão, com quatrocentos e setenta votos.

Naquele momento todas as atenções da população estava em comemoração devido ao grande avanço na história política de Simão Dias. Por mais que o território fosse pequeno em estado de desenvolvimento em diferentes aspectos, a política representava um avanço para a antiga povoação. A participação dos homens de posse nas primeiras eleições, foram fundamentais para a participação da política como um ato de amor a pátria.



Figura 02: Imagem de Rafael Arcanjo Montalvão
Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 21/01/2022.

³⁴ É a participação popular na gestão pública para que haja um melhor atendimento à população.

³⁵ Comitê que tem a tarefa de redigir ou reformar a constituição com ordem político-institucional de um Estado.

³⁶ Funcionário eleito pelo povo que faz parte do poder legislativo, da câmara municipal de uma cidade; vereador.

³⁷ Pessoa que tem a seu cargo a direção ou administração de alguma coisa. Cargo equivalente ao do atual Prefeito.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Em 1904, o ilustre Cel. Antônio Manuel de Carvalho assume como Intendente no município de Simão Dias, iniciando sua gestão municipal. No ano de 1917, governava no município de Simão Dias, como Intendente, o comerciante Agripino de Sousa Prata, sendo sucedido pelo Barão de Santa Rosa.

De 1917 a 1926, estava no poder o Intendente Dr. João de Matos Carvalho, sendo sucedido pelo Cel. José Barreto de Andrade, governando até o dia 14 de agosto de 1928 quando renunciou ao cargo para candidatar-se a reeleição. Sendo reeleito, o Cel. José Barreto de Andrade assumiu o cargo no dia 1 de janeiro de 1929, governando o município de Simão Dias até outubro de 1930, quando foi exonerado pela revolução de 30.

O referido movimento ocorreu após um golpe de Estado do presidente Washington Luís, no dia 24 de outubro de 1930. Cujo movimento articulado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes, sob alegação de uma fraude eleitoral. Teve importância o movimento dando fim a “República Velha”³⁸ e as articulações políticas entre as oligarquias³⁹ brasileiras.

As transformações brasileiras precedentes da Revolução de 30, teve consequências políticas e econômicas, sendo o fechamento do Congresso e do Senado, a suspensão da Constituição de 1891 e a queda dos antigos presidentes de províncias (governadores) no poder, criando o Ministério da Educação e Saúde, bem como o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio.

No município de Simão Dias, ilustres nomes foram protagonistas da política municipal, sendo intendentessimão-dienses, por nomeação do Interventor Federal, entre outubro de 1930 e novembro de 1935, havendo prolongamento por período ou anual.

É percebido a atuação de grandes nomes ilustres que contribuíram para o desenvolvimento da política em Simão Dias. Depois de um curto período, foi criado, no município um Conselho Consultivo que era composto por três membros, nomeados pelo Interventor Federal. O objetivo do Conselho era emitir parecer aos atos do Prefeito, ou seja, fiscalizando todas os atos e decretos municipais, todavia, foram nomeados para Simão Dias o Dr. João de Matos Carvalho, Cel. Felisberto Prata e Cel. João de Deus Conceição.

A partir a redemocratização⁴⁰ dos municípios no ano de 1935, instalou a Câmara Municipal, composta pelos vereadores empossados, o José de Carvalho Déda, Manuel de Fraga Dantas, João Caetano de Oliveira, Artur Tavares de Souza, Dr. Manuel dos Santos Aguiar e Oscar Siqueira Silva. Com a grande renúncia do vereador Dr; Manuel dos Santos Aguiar, assumiu a cadeira o suplente, Dr. Clóvis Mozart Teixeira, permanecendo pouco tempo no cargo e também renunciou, sendo convocado o suplente João Batista da Conceição.

A Câmara foi anulada pelo golpe do Estado em 10 de novembro de 1937 em decorrência da revolução de 30. Extinto o “Estado Novo”⁴¹ e promulgada a Constituição Estadual de 16 de junho de 1947, foram executadas as eleições municipais, sendo a Câmara instalada em 9 de novembro de 1947, tendo seis vereadores eleitos, sendo Inocêncio Nascimento, Mário Sebastião Amaral, Gervásio Nunes de Oliveira, Joviniano Antônio de Jesus, Antônio Mascarenhas de Andrade,

³⁸ É o período da história do nosso país que se estendeu de 1889 a 1930. Os marcos que estipulam o início e o fim desse período são a Proclamação da República e a Revolução de 1930.

³⁹ Regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família.

⁴⁰ Tornar novamente democrático, replantar uma nova democracia, em substituição da anterior.

⁴¹ Foi a fase ditatorial da Era Vargas e iniciou-se em 1937, quando Vargas, aliado aos militares, realizou um golpe. Ele permaneceu no poder até a sua renúncia, em 1945. O Estado Novo foi a fase ditatorial do governo de Getúlio Vargas.

FRAGMENTOS DO PASSADO

João Fonseca Santos.

Na segunda legislatura⁴², em 1 de fevereiro de 1951, foram eleitos os seguintes vereadores, sendo, José Neves da Costa, Mário Sebastião Amaral, Joviniano Antônio de Jesus, Pedro Almeida Valadares, Oscar Siqueira Silva e Antônio Andrade Filho.

Na terceira legislatura, em 1 de fevereiro de 1955, foram eleitos os seguintes vereadores, sendo, Pedro Almeida Valadares, Mário Sebastião Amaral, João Antônio de Santana, Antônio Andrade Filho, Manuel Prata Dortas e José Neves da Costa.

Na quarta legislatura, em 1 de fevereiro de 1959, foram eleitos os seguintes vereadores, sendo, Mário Sebastião Amaral, Pedro Domingues de Santana, José da Silva Góis, João Rodrigues dos Santos, Manuel Prata Dortas e Joaquim Neves dos Santos.

Na quinta legislatura, em 1 de fevereiro de 1963, foram eleitos os seguintes vereadores, sendo, Mário Sebastião Amaral, Joaquim Neves dos Santos, Cel. João Machado Filho, José Neves da Costa, José da Silva Góis e Antônio Correia de Santana.

Nessa lógica, segue a lista de cidadãos abaixo que assumiram o poder municipal de Simão Dias:

- O Rafael de Arcanjo Montalvão, sendo eleito em 1^a de outubro de 1892.

- Outros intendentes foram importantes no cenário político simãodiense como José Zazarias de Carvalho (Nonô Zacarias); Sebastião da Fonseca Andrade (Barão de Santa Rosa); Dr. João de Matos Carvalho (pai do ex-governador Celso de Carvalho) e José Barreto de Andrade. A intendência vai até 1930, quando em Simão Dias é deposto o intendente José Barreto de Andrade pelo Golpe Militar, que tem o nome de Revolução de 1930. Os militares colocaram na presidência o gaúcho Getúlio Vargas que governou o Brasil sob Intervenção de 1930 a 1945. O intendente Cel. José Barreto de Andrade era casado com dona Pequena, filha única do coronel Pedro Freire e de dona Marocas. O referido intendente era comerciante e foi prefeito de Simão Dias pela Revolução de 1930.

- O Alexandre Dutra da Silva foi farmacêutico e assumiu o poder pela primeira vez em novembro de 1930 abril de 1932. Depois de um período, assume pela segunda vez o poder de agosto a novembro de 1935.

- O José de Carvalho Déda era jornalista, advogado e escritor, pois assumiu o poder em 18 de maio de 1932 até 29 de março de 1935, quando renunciou como gesto de solidariedade e a pedido do Interventor Augusto Maynard Gomes. A entrada do interventor José de Carvalho Déda foi através de um plebiscito realizado pela primeira vez no Estado de Sergipe, na cidade de Simão Dias. O referido político, foi responsável dentre outras coisas pela Construção do Edifício do Mercado Municipal.

- O Gaspar Leal foi nomeado pelo Governador Eronildes Ferreira de Carvalho, governando o município, de abril até agosto de 1935, quando foi exonerado a pedido.

- O Dr. Marcos Ferreira de Jesus, era educador, jornalista, Grão-Mestre da Maçonaria e assume como prefeito pela primeira vez. A partir da promulgação da Constituição Estadual, em 16 de julho de 1935, a noventa dias após as eleições municipais para Prefeito e Vereadores, sendo eleito o referido interventor, que governou até 1937, quando foi exonerado pelo golpe de Estado, daquele mesmo ano.

⁴² Período durante o qual as assembleias legislativas exercem suas funções e para o qual foram eleitas.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Logo após um curto período, assume pela segunda vez, governando como prefeito de julho de 1941 até setembro de 1942, até ser nomeado como Diretor do Departamento das Municipalidades. O referido político deixou seu governo marcado pela assistência a sócio-cultural que proporcionou em seu município.

- O Cel. João Pinto de Mendonça, era fazendeiro e foi nomeado prefeito, governando de novembro de 1937 até junho de 1941, sendo exonerado pelo Interventor Capitão Milton Azevedo.

- O Manuel da Fraga Dantas, era farmacêutico e foi nomeado em seu primeiro mandato como prefeito, no qual governou de setembro de 1942 até janeiro de 1946, quando foi exonerado pelo Interventor Des. Hunald Cardoso. Depois de um curto período, foi nomeado pela segunda vez como prefeito em março de 1946 até abril de 1947, quando foi exonerado a pedido.

- O Cícero Ferreira Guerra era comerciante, residente na rua Presidente Vargas, no município de Simão Dias. Foi prefeito nomeado, governando de fevereiro até março de 1946, sendo exonerado em virtude da coalisão política presidida no Estado pelo Interventor Cel. Antônio de Freitas Brandão.

- O Francisco Silveira Déda, era jornalista, tabelião e colunista do jornal "A Semana". Foi prefeito nomeado que teve seu governo de abril a novembro de 1947.

- O Dr. Sebastião Celso de Carvalho era advogado e foi prefeito eleito com muito êxito, sem oposição. Através da promulgação da Constituição do Estado, em 16 de julho de 1947, noventa dias depois da eleições municipais realizadas, o prefeito tomou posse no dia 9 de novembro de 1947, governando até o dia 31 de janeiro de 1951.

- O Nelson Pinto de Mendonça era fazendeiro e teve seu primeiro mandato como prefeito eleito governando de 31 de janeiro de 1951 até 31 de janeiro de 1954. Depois de um curto período, foi prefeito pela segunda vez, governando de 31 de janeiro de 1963 até 31 de janeiro de 1967.

- O Cândido Dortas de Mendonça, era fazendeiro e foi prefeito eleito que teve duração como gestor municipal de 31 de janeiro de 1954 até 31 de janeiro de 1959.

- O Pedro Almeida Valadares era agricultor, fazendeiro e industrial. Foi prefeito eleito que governou de 31 de janeiro de 1959 até 31 de janeiro de 1963.

- O Sr. Antônio Carlos Valadares é um químico industrial, advogado e político brasileiro. Foi prefeito eleito que governou de 1967 a 1970. Foi Deputado Estadual em 1970 e 1974 presidindo a Assembleia Legislativa no biênio 1977/1979. Foi Eleito Deputado Federal em 1978, licenciou-se para ocupar a Secretaria de Educação no governo Augusto Franco e foi eleito vice-governador de Sergipe pelo PDS na chapa de João Alves Filho em 1982.

- O Demeval Guerra, filho do saudoso Cícero Ferreira Guerra, era comerciante e professor. Foi prefeito eleito que governou de 1970 até 1971.

- O Jose Neves da Costa, nasceu no povoado Saco do Capim que viveu seu tempo de infância até a fase adulta. Foi funcionário público e contou com o apoio

FRAGMENTOS DO PASSADO

político da família valadares para ingressar na política. Foi eleito e governou de 1971 a 1973.

- O José Matos Valadares, era empresário sendo eleito pela primeira governando do ano de 1974 a 1977 com bastante êxito. O seu segundo mandato foi do ano de 2001 a 2004 o antigo espaço do Mercado Municipal foi transformado em um clube, cujo nome Cayçara Club em grande homenagem ao antigo clube da cidade em época anteriores. Foi reeleito no ano de 2004 a 2008.

- O Abel Jacó dos Santos foi alfaiate, comerciante e funcionário público. Foi eleito e governou de 1977 até 1982, pois seu mandato foi prorrogado por mais dois anos. Dentre suas várias obras, obteve a reforma do Matadouro e a Construção da Praça Abel Jacó.

- O Manoel Ferreira de Matos, conhecido como Seu Caçulo, era fazendeiro, sendo eleito e governou de 1983 a 1988. Sendo reeleito de 1993 a 1995, teve suas contas rejeitadas. Foi afastado e empossado sofrendo um impeachment definitivo em 1995. Apesar de alguns problemas, seu governo beneficiou muitas pessoas no município desde a casa própria até empregos sem a pratica de concurso público.

- A Josefa Matos Valadares, conhecida como Dona Caçula, era dona de casa sendo eleita e governou de 1989 a 1992. Em seu governo, obteve a maior construção municipal sendo o Mercado Municipal de Simão Dias, na Rua José Avelino de Oliveira, permaneceu até a atualidade no qual é realizado a feira livre todas as quartas-feiras e aos sábados.

- Maria Valadares de Andrade, conhecida como Edna Valadares, foi eleita e empossada como prefeita interina em 1995, mas com pouca duração.

- Vírgílio de Carvalho Sobrinho, era odontólogo, sendo eleito e empossado prefeito em 1995, tendo pouco tempo no referido cargo.

- O Luiz Albérico Nunes da Conceição, é um médico que atua a muito tempo no município. Foi eleito e governou de 1996 a 2000.

- O Denisson Déda de Aquino é professor da rede municipal de ensino e da rede estadual de ensino. Foi eleito e governou de 2009 a 2012.

- O Marival Silva Santana é empresário, tendo uma empresa de ônibus. Foi eleito no seu primeiro mandato de 2013 a 2016. Sendo reeleito em seu segundo mandato de 2016 a 2020. Fez muitas obras em seu governo, contribuindo para o crescimento do município.

- O Cristiano Viana Menezes é funcionário público municipal com cargo de motorista e ex-vereador. Foi eleito na última eleição municipal no ano de 2020 até os dias atuais.

Finalmente, o município de simão-diense possui uma extraordinária história política, pois entre a transição da monarquia até a república, diversos acontecimentos marcaram o Governo Municipal, como por exemplo, as mudanças políticas, renúncias e posses parlamentares (prefeitos e vereadores) na Câmara Municipal, consequências da revolução de 30 que impactaram o cenário político-econômico, a

FRAGMENTOS DO PASSADO

extinção do Estado Novo, entre outros; foram essenciais para o desenvolvimento político da bela Simão Dias. A história política do referido município traz transformações desde os tempos antigos até os dias atuais, proporcionando descobertas, inovações e mistérios presentes no cenário político com a atuação dos seus representantes.

CONCLUSÃO

A valorização da memória dos sujeitos históricos é importante para construções das histórias que surgem diariamente perante ao ensino da História Local com as vozes sociais transformadoras.

O ensino da História no ambiente educativo tem como função a formação da cidadania podendo obter a criticidade dos alunos em suas realidade, através dos assuntos, conteúdos e conceitos debatidos pelo alunado dentro e fora da sala de aula proporcionado pelo elo entre o passado e o presente nos acontecimentos históricos, culturais e memoráveis.

Nos livros de história os acontecimentos políticos, culturais, patrimoniais e memoráveis tornam significativos para o desenvolvimento da cidade. A vivência que os alunos estudam nos livros didáticos podem ser expostos através da historicidade de um país, estado ou município.

No território simãodiense a cultura material e imaterial está esquecida pela população, pois as gestões passadas e atuais não tem a preocupação de resgatar a história da cidade. Contudo, os professores de história promovem em suas aulas um verdadeiro enriquecimento de memórias e conhecimentos que muitos alunos não tinham; além de elaborar projetos riquíssimos com o objetivo de mostrar a relação entre os assuntos contidos no material didático com a realidade municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. Editora Cortez: São Paulo, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1998)*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 22 jan. 2022

BRASIL/MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1997.

DÉDA, Carvalho. *Simão Dias: Fragmentos de sua História*. Aracaju: Livraria Regina. 1966.

DUARTE, Newton. **A Individualidade Para Si – Contribuição e uma Teoria Histórico-Social da Formação do Indivíduo**. Campinas, Autores Associados, 1993.

GADDIS, John Lewis. Paisagens da História. **Como os Historiadores Mapeiam o Passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra 2008.

SOUZA, Marcelo Domingos de. História de Simão Dias. Outra versão, 2018. Disponível em: <https://outraversao.blog.br/>. Acesso em 21/01/2022.

DESCOBRINDO OS DESCOBRIDORES: A ANTROPOFAGIA TUPINAMBÁ COMO RESISTÊNCIA CULTURAL NO QUINHENTISMO BRASILEIRO

Danielson Santiago Portugal⁴³

Resumo: Pretende-se, neste artigo, regressar ao “descobrimento” do Brasil para descrever a antropofagia ritual praticada pelos tupinambás como forma de resistência cultural frente à invasão europeia ao Novo Mundo. Para tanto, explorar-se-á o quinhentismo, a literatura de informação dos viajantes e cronistas colonizadores e o discurso catequético dos missionários católicos. E, por meio da sociocrítica, intenta-se alguma interpretação das cenas iniciais do “encontro” intercontinental em 1500, de onde provém “a ‘forjadura’ da certidão de nascimento do Brasil”.

Palavras-chave: Invasão colonial. Antropofagia tupinambá. Resistência cultural.

Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português
(Erro de português, Oswald de Andrade)

Introdução

Propõe-se, neste artigo, uma revisão de narrativas histórico-literárias sobre os povos indígenas, em particular, os tupinambás, que viam na antropofagia ritual uma forma de resistência cultural capaz, não somente, de desacelerar o processo de colonização na região do Pindorama, o atual Brasil, mas também como a via de curso para a vingança tradicional interétnica. O plano de fundo dessas ações é o quinhentismo “literário”, em que a história dos vencedores representa a alteridade de forma degradada, imputando-lhe estigmas sociais, que perduram até hoje (século XXI). O frontispício desse estudo é a alegoria da descoberta do outro que se encerra no (re)descobrimento de si. Via de regra, na confecção de um texto, a linguagem atrai significados compartilháveis, mas, igualmente, pode trair-se, quando o pensamento crítico descortina o amplo contexto da comunicação, cujo conteúdo prescinde da veracidade da informação transformada em discurso. Isso traduz a ideia de Bakhtin (2016, p. 23-4) de que “O enunciado satisfaz ao seu objeto (isto é, ao conteúdo do pensamento enunciado) e ao próprio enunciator”.

Missionários jesuítas declararam, em cartas avulsas, que se depararam no “Novo Mundo” com “um verdadeiro inferno”, e os cronistas da corte portuguesa relataram que encontraram, nele, “o paraíso perdido”. Dois pontos de vista contrapostos na mesma contextualidade, um de ordem pedagógico-moral e outro de caráter econômico-expansionista. Uma única visão, contudo, ligava as percepções de cronistas e missionários: a de que a honra e a vingança consistiam nos principais motivos da guerra interminável para os tupinambás. Cristina Pompa (2003) sinaliza que os sistemas e valores europeus configuraram o teor das narrativas do

⁴³ Possui Bacharelado em Teologia (FSBB) e Licenciatura em Letras (Faculdade UNILEYA), com Especialização em Literatura Brasileira no Contexto da Literatura Universal (FMSP); é Mestre (e doutorando) em Literatura e Cultura (PPGLitCult - UFBA). Contato: pluvia-ae@live.com.

FRAGMENTOS DO PASSADO

quinhetismo e toda a percepção sobre a cultura dos indígenas. Observe-se, contudo, a versão do ritual antropofágico, narrada pela autóctone Seboipepe, quando explicou ao francês Jean como seriam sua morte e a transformação de seu corpo em alimento para os tupinambás, no filme “*Como era gostoso o meu francês*”:

Jean: Que devo fazer durante a festa?

Seboipepe: Mostra que és valente. Tens que correr, e todos nós correremos atrás de ti. Corre velozmente, como um guerreiro.

Seboipepe: Não conseguirás escapar. Mas, será respeitado. Irão trazê-lo de volta. E as mulheres pintarão a tua cabeça. Terás que dançar por um instante, amarrado a uma corda.

Seboipepe: Cunhambebe irá trazer a iverapema. Deixarão que tu atires frutas e pedras, naqueles que irão te comer.

Seboipepe: Então Cunhambebe dirá: “estou aqui para te matar. Porque tua gente matou muitos dos nossos”.

Seboipepe: Deves responder: “Quando eu morrer, meus amigos virão para me vingar”. Repete!

Jean: Meus amigos virão para me vingar.

Seboipepe: Não... quando eu morrer... meus amigos virão para me vingar.

Jean: Quando eu morrer, meus amigos virão para me vingar.

Seboipepe: Então Cunhambebe levantará a iverapema e deves fazer assim... assim. (Seboipepe vira o corpo de um lado para o outro, como se tentasse fugir do ataque de Cunhambebe).

Seboipepe: Mas não irá te ajudar. Porque dois guerreiros segurarão a corda. Irá golpear-te bem na cabeça.

Jean: E depois?

Seboipepe: As mulheres jogarão água quente sobre teu corpo. Cortarão os teus braços. E as pernas. E todos irão comer um pedaço.

As primeiras imagens do filme vêm acompanhadas de uma narração corriqueira, oriunda da carta escrita pelo comandante Villegagnon à Calvino, aos 31 de março de 1557. Nela, se declaram: “*O país é deserto e inculto, não há casas, nem tetos, nem quaisquer acomodações de campanha*” (Porém, as imagens mostram uma terra exuberante). “*Ao contrário, há muita gente arisca e selvagem, sem nenhuma cortesia nem humanidade. Muito diferente de nós em seus costumes e instrução*” (Na cena, percebe-se muita interação; há mulheres indígenas prestando serviços, com total hospitalidade, aos colonos, que repousam, a balançar-se, em suas redes). “*Sem religião, nem conhecimento da verdade ou da virtude, do justo ou do injusto, verdadeiros animais com figuras de homem*” (Nesse momento, pessoas nativas mostram suas técnicas e apresentam sua cultura aos europeus). Essa contradição na narrativa fílmica é muito bem explorada, pois os europeus nesse Brasil quinhetista se revelaram avarentos, ambiciosos, impiedosos, trapaceiros e truculentos.

A literatura quinhetista no Brasil

Tudo começou com a invasão dos portugueses ao denominado Novo Mundo pelos exploradores europeus. O nome histórico dessa situação colonial ficou mais conhecido como “descobrimento”, e os motivos narratológicos propulsores da “literatura” quinhetista no Brasil bifurcou-se em duas tipificações textuais: a literatura informativa e a literatura jesuítica. Esta ocupou-se de “formatar” os trabalhos missionários dos jesuítas, imbricados com a catequese; aquela catalogou textos documentais sobre o Brasil, visando informar aos colonizadores europeus sobre seu “achamento”, termo em voga àquela época. Cabe lembrar que o contexto histórico dos “descobrimientos” foi, fundamentalmente, econômico-expansionista e teve seu início, quando o comércio entre Ásia e Europa, através de Constantinopla, à época do início da decadência do Império Bizantino, obstruiu-se por volta de 1415. Esse

FRAGMENTOS DO PASSADO

episódio acelerou a busca de uma nova rota marítima rumo ao Oriente, cujos iniciadores dos descaminhos “ao paraíso perdido” foram os portugueses.

Além de fazer referência direta à cronologia mercantil da empresa colonial portuguesa do século XVI, o quinhentismo no Brasil não seguiu um plano estético *ipso facto*. Essas circunstâncias inviabilizam denominar essa fase da “literatura” no Brasil de produção artístico-cultural brasileira, pois seus produtores eram cronistas (a serviço da corte portuguesa), religiosos (que agiam em nome da cristandade) e viajantes (interessados em explorar o continente des/apropriado). Assomados aos interesses específicos dos exploradores portugueses, só a partir do romantismo literário, ocorreu, ainda que de forma idealista, uma representação do autóctone, identificado com sua terra; sem contar que, na catequese, os modelos literários – fosse na criação poética, na narrativa prosaica ou na representação teatral – se enquadravam à paisagem lusitana. Além do interesse romântico-indigenista posterior à “literatura” informativa, no modernismo brasileiro, sobretudo, com Oswald de Andrade, no século XX, houve a retomada do Brasil de 1500, como temática estética, descrito pelos cronistas e viajantes do século XVI. O movimento artístico Poesia Pau-Brasil é uma amostragem inovadora da releitura dessa fase histórica do país.

A “literatura” informativa funcionou como um registro da fase inicial do “Brasil-Colônia”, em que foram evidenciados os contatos preliminares entre europeus e autóctones do Pindorama. As paisagens naturais impressionaram os colonizadores, e os costumes aborígenes ressoaram à percepção dos de fora como o exótico passível de exibição/transformação, apropriação/neutralização, catequização/domesticação. A literatura historiográfica produzida pelos vencedores delimitou uma textualidade fantástica em que os aventureiros colonialistas teriam descoberto uma terra, um povo, uma natureza inferior(izada). Ideologicamente bárbaros, primitivos, sanguinários e traiçoeiros, os indígenas, assim descritos pelos invasores europeus, deveriam ser abençoados pela escravização e polidos pela subserviência ao homem branco. Além da prova de fogo ocasionada pelo choque cultural, os europeus criaram uma imagem animalésca dos indígenas porque o primeiro retrato, onde os pintaram como ingênuos, “infantis”, amorais e passivos logo se deteriorou. Ser bom significava não (re)agir.

Textos denominados “literatura” de informação (as cartas, crônicas, relatos de viagem e tratados), como a *Carta*, de Pero Vaz de Caminha, de 1500; o *Diário de Navegação*, de Pedro Lopes de Sousa, escrito durante a expedição de Martim Afonso de Sousa, entre 1530 e 1532; a *História da Província de Santa Cruz* e o *Tratado da Terra do Brasil*, de Pero de Magalhães Gandavo, publicados subsequentemente em 1576 e 1826; o *Tratado descritivo do Brasil em 1587* ou *Notícia do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa, publicado em 1851; os *Diálogos das grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão, de 1618; *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, de 1627; as *Duas viagens ao Brasil*, de Hans Staden, de 1557; a viagem à Terra do Brasil, de Jean de Léry, de 1578, e ainda, os gêneros poético-religiosos, desenvolvidos por José de Anchieta e companheiros para efetivar a catequização dos indígenas, confirmam os propósitos dos exploradores europeus no “Novo Mundo”. Eis o discurso colonialista no fragmento da *Carta*, de Pero Vaz de Caminha:

Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos — terra que nos parecia muito extensa. Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares

FRAGMENTOS DO PASSADO

frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!

Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calicute bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa fé! E desta maneira dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta Vossa terra vi. E se a um pouco alonguei, Ela me perdoe. Porque o desejo que tinha de Vos tudo dizer, mo fez pôr assim pelo miúdo.

E pois que, Senhor, é certo que tanto neste cargo que levo como em outra qualquer coisa que de Vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro — o que d'ela receberei em muita mercê. Beijo as mãos de Vossa Alteza.

Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500. *Pero Vaz de Caminha.*

Na citação, o interlocutor de Dom Manuel, rei de Portugal, delineia um panegírico à terra brasileira, e, no fim da *Carta*, expressa o pertencimento dessa terra e tudo que ela contém a um estrangeiro, que, alheio às realidades autóctones no Novo Mundo, toma nota do surrupio refinado por meio de uma espécie de representação linguageira desprovida de qualquer iniciativa estética. Nessa “literatura” ultramarina”, a escritura teve valor exclusivamente descritivo-exploratório, pois a metonímia da informação acentua o efeito colateral da escrita em forma de paradoxo, em que o novo é primitivo, o velho, modernista; o cruel torna-se o bem-intencionado e a vítima o algoz. Essa “literatura” se assemelha, ironicamente, à uma imagem onírica, sem que o sonho pertença ao sonhador; o objeto sonhado traduz, então, a alienação simbolizada no sujeito que viabiliza toda a matéria narrável, cujo conteúdo é o aborígene, e a forma trabalhada pelo europeu, a colonialidade, que, até o modernismo literário, será a métrica para toda produção que se pretenda estética no Brasil.

Os autóctones tupinambás

A etnia tupinambá era formada, no século XVI, por indígenas que habitavam a Costa brasileira desde o Recôncavo baiano até o atual Estado do Rio de Janeiro. Esse povo, descrito pelos invasores portugueses como cruéis porque praticavam rituais antropofágicos, acreditava que, deglutindo seus adversários capturados em combate, apreenderia suas habilidades. Nesse período, os portugueses monitoravam os passos dos rivais colonialistas ingleses e holandeses que também invadiram no século XVII o Norte brasileiro e, após ter vencido as expedições francesas, os “lusobrasileiros”, para conter os outros empreendedores e garantir seus domínios sobre novas porções territoriais, avançaram para a região do Amazônia e do Pará, onde construíram o Forte do Presépio em Belém, também chamado de Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém, localizado à baía do Guajará, na ponta de Maúri à margem direita da foz do rio Guamá, na cidade de Belém no Estado do Pará. Embora desconfiados porque muitas tribos foram subjugadas e escravizadas pelos colonos, os tupinambás dessa região, inicialmente, não impuseram resistência à presença estrangeira. Adquiriram afinidades com os franceses, fato que ocasionou conflitos entre eles e os portugueses, repercutindo, inclusive, o extermínio de várias aldeias.

A crueldade dos colonizadores portugueses, que dizimaram milhares de autóctones, tornou-se o principal motivo desencadeador do *Levante dos Tupinambás* ou *Guerra dos Tupinambás*, que visava expulsar os algozes de seus territórios, a atual

FRAGMENTOS DO PASSADO

Belém. Ocorreu uma guerra sem tréguas, e as tecnologias bélicas dos portugueses, àquela época, era das mais sofisticadas, por isso, venceram os corajosos aborígenes. O mês de janeiro do ano de 1618 representa um marco para a etnologia indígena brasileira, pois os tupinambás do Pará e do Maranhão se reuniram para enfrentar os colonos. O capitão português Castelo Branco se sentia impotente diante da resistência dos indígenas, o que comprometeu sua credibilidade frente à coroa portuguesa, resultando em sua deposição. Um ano depois, tentando alguma revanche sobre a situação do capitão, os tupinambás atacaram o forte de Belém, e seu líder Guaimiaba, o Cabelo de Velha, foi brutalmente assassinado pelos portugueses, que, ainda insatisfeitos, promoveram um massacre nas aldeias de Iguape e Guamá. Esse episódio foi retratado no poema de Alberto Amoedo (2013), intitulado *Guaimiaba (Cabelo de Velha)*:

Foi em Belém do Pará, Quando tudo aconteceu. Opressores do lado de lá, Chegaram com suas cruzadas disfarçadas nas águas do Guajará. E sem pedir licença; Estabeleceram a sua ordem... E em uma só língua, Queriam impor ao povo indígena	ajoelhar ao pé da cruz, Pedir perdão por não ter religião; E sem clemência, Sujeitando homens livres, mulheres e crianças a escravidão. Guaimiaba, chefe Tupinambá, Nativo das matas do nomeado Grão Pará, Com os seus súditos respondeu: Aqui não!...	A terra é nosso pão; Os rios são nossas ruas; As matas nossas vestes... Esse lugar é o nosso coração. Ide para longe opressor!... Foi então, que do Forte do Presépio, Castelo Branco, em brado retumbante retaliou. Fincando no peito guerreiro	a morte pela dor. Cabelo de velha, agonizando dizia com fervor Ipê... Não ao opressor! Ecoou no seio do império Português, Que com todos os grilhões a liberdade não calou. Mais tarde a Cabanagem na semente dessa terra acordou.
---	---	---	--

Em substituição a Castelo Branco, Baltazar Rodrigues foi investido de poderes executores. Os nativos que não se submetiam à escravidão eram exterminados sob os olhos da Igreja Católica, que insistia em declarar que seu papel no processo de colonização era restrito a uma catequese amigável, mas a história posterior ao século XVI tem revelado o contrário ao mostrar o contingente violado dos que sobreviveram à narrativa quinhentista. Sabe-se que a relação histórica entre portugueses e tupinambás foi desastrosa, resultando massacres de ambos os lados. Sem a resistência de Guaimiaba, ocorreu a rendição dos indígenas sobreviventes aos portugueses, uma vez que outros invasores europeus continuavam investindo na empresa colonial. Uma das estratégias dos colonos portugueses era mostrar invariavelmente às etnias indígenas que se não se aliassem a eles, acabariam assassinados ou escravizados. Esse é, inclusive, o princípio efetivo da colonialidade, extrair do outro toda a potencialidade de sua cultura tanto material quanto espiritual. O colono português buscava, então, a punição exemplar para os resistentes, crianças, jovens, mulheres (ainda que gestantes), homens e anciãos, postos em uma viela mental, um labirinto socioexistencial com entrada, e, sem saída.

Tavares (2008), apresentando sua *História da Bahia*, já ocupada há cerca de onze ou doze mil anos, redesenha o mapa dos habitantes do atual território baiano antes da invasão dos europeus e da transportação dos africanos para o Novo Mundo. Nesse caso, se reconhece a presença dos tupinambás e tupiniquins, dos gês (jês) ou tamoios ou tapuias e dos kariris ou kiriris. Tupinambás e tupiniquins, pertencentes ao mesmo tronco ancestral tupi, cultivavam uma inimizade tradicionalmente recíproca. Porém, no decorrer da história, aliaram-se para lutar contra um colonizador comum e

FRAGMENTOS DO PASSADO

outros em particular. Inclusive, foram os tupiniquins em 1500 os primeiros aborígenes a manter contato com os europeus, quando a frota de Cabral aportou no Brasil. Hoje os poucos tupiniquins sobreviventes falam apenas o português e, ao longo dos anos, demonstraram sua capacidade diplomática, haja vista tenham se incorporado, para não desaparecer da história, aos pataxós hã-hã-hães, camacãs, baenães e geréns, na região onde se localiza, hoje, o Estado do Espírito Santo.

Na organização familiar, entre os tupinambás, “o homem era o único responsável pela gestação. A mulher era reduzida à condição de saco. No caso da união da mulher índia com índio de outra tribo, ele ficava na estrita dependência da parentela da mulher e realizava trabalhos pesados”. Assim, “a mulher índia era um bem na economia tupinambá. O grau de prestígio de um velho chefe podia corresponder ao número de mulheres que ele possuía”. A título de curiosidade, resta informar que “não existiam noivado e casamento, mas cerimônias de puberdade. A virilidade do menino índio era marcada com o tembetá e o estojo peniano. A menina índia menstruada ganhava incisões nas costas e fios coloridos de algodão na cintura e nos braços” (TAVARES, 2008, p. 23). Os europeus ensejaram reconfigurar a estrutura familiar tupi, sobretudo, na interdição da poligamia e proibição de uniões entre tios maternos e respectivas sobrinhas, mas não obtiveram êxito. Em relação à organização política, houve erros nas informações registradas nas crônicas e cartas do século XVI porque os referidos morubixabas só aconteciam em ocasiões muito especiais, no contexto de guerra, por exemplo. Esse conselho de chefes reunia os mais velhos, que tiveram sido excelentes guerreiros, caçadores, pescadores etc., e não eram permanentes nem possuíam caráter hereditário como se comparou às dinastias e reinados europeus.

Quanto à cultura material, os tupinambás manuseavam arco e flecha, sem o costume de envenená-la como o faziam outros contemporâneos indígenas. Suas habitações eram ocas distribuídas em grupos de quatro a sete, formando as ocaras. Alimentavam-se de raízes, frutos da terra, aves, peixes, crustáceos, quadrúpedes, e, da mesma forma, cultivavam o solo e utilizavam a manufatura disponível, pois consumiam carimã, beiju, farinha de mandioca etc. Viviam nus, com os corpos adornados com tinta de urucu ou jenipapo; essas pinturas os protegiam dos ataques de insetos e do impacto de variações térmicas. Não cultivavam pelos corporais e estilizavam os cabelos em forma de cuia com o auxílio de conchas marinhas. Essa etnia perfurava o lábio inferior, os lóbulos das orelhas e as narinas; neles, fixavam botoques, varetas e penas de aves nativas. Sua cultura espiritual refletia a realidade local; conheciam mitos animistas e reverenciavam os fenômenos da natureza.

Tavares (2008) informa que Tupã não traduzia entidade espiritual superior; o termo designava trovões e relâmpagos, de acordo com os registros do Padre Nóbrega. Porém, os demais padres jesuítas o sincretizaram com o Deus cristão trovejante, cujas descargas elétricas representariam a cólera e o perdão dos céus. A espiritualidade indígena girava em torno da ideia da existência de seres míticos que perturbariam suas atividades ordinárias; o Yurupari ou Jurupari, por exemplo, “aos quais padres jesuítas e frades franciscanos, carmelitas e beneditinos emprestaram a figura do diabo europeu” (TAVARES, 2008, p. 25). O Curupira ou Caapora era um ser mítico que resguardava os animais e atrapalhava a caça; os europeus o “redesenharam” como uma entidade de pés virados para trás, chamando-o *caipora*; talvez, essa tenha sido outra forma de (mal)dizer que a cultura indígena é um tecido utilizado pelo avesso e os costumes autóctones conduziram seus praticantes a uma espécie de atraso cultural. Na vida espiritual indígena,

Não tinha sacerdotes ou guardiões da fé. Certa generalização tende a confundir a figura do pajé indígena com a do mágico/feiticeiro das religiões primitivas da Europa e da África. Mas não é o mesmo. Como é possível

FRAGMENTOS DO PASSADO

deduzir pelas informações de vários cronistas do século XVI, o pajé tinha múltiplas funções – adivinho, pacificador da natureza, mestre das cerimônias fúnebres e das festas da puberdade –, mas a sua revelação só se fazia nas circunstâncias da necessidade. Não era preparado para ser pajé; revelava-se pajé (TAVARES, 2008, p. 26).

O ritual antropofágico entre os tupinambás

Um ritual consiste na atualização cosmológica da cosmogonia situada nos mitos; ele assegura a manutenção, via repetição, do equilíbrio entre os mundos natural e sobrenatural. “O ritual é, portanto, um conjunto de atos, que põem o mito em movimento” (ELIADE, 2002, p. 29); e através da mitologia, as sociedades pensam sua condição socioexistencial e buscam estabelecer protótipos capazes de tecer enredos, em que os atores sociais se inserem, criando historicidades por meio de intervenções performativas. Desde Durkheim, o estudo de rituais passou a ser temática clássica na antropologia, e sua pertinência incide sobre o caráter político e transdisciplinar das ciências sociais. É possível sequenciar a abordagem antropológica sobre os ritos ao citar autores com metodologias e perspectivas bem distintas; entre outros, Tylor, Frazer, Durkheim, Maus, Lévi-Brühl, e ainda, Malinowski, Evans-Pritchard e Radcliffe-Brown. Eles mapearam, na ciência antropológica, a incidência dos rituais na constituição humana, e Lévi-Strauss efetivou a tarefa de sistematizar tal estudo, delineando o significado dos rituais no seio dos mitos (PORTUGAL, 2013).

As leituras de Lévi-Strauss (1989) puseram um ponto significativo de continuação na saga antropológica sobre as considerações sobre o tempo (evolutivo e/ou histórico) e o espaço (da narrativa etnográfica), que assomados revelam o mito, em cujo cerne se encontra a matéria prima para a execução dos rituais mais elementares ao ser humano. Aproximadamente uma década antes, Radcliffe-Brown (1973) concluíra que o ser humano tende a pensar em termos binários, fazendo emergir de suas práticas culturais a magia, a ciência e a religião. Coube a Lévi-Strauss concluir, cientificamente, no âmbito das ciências sociais, que todos os povos, “primitivos” e “civilizados”, ágrafos e letrados, criadores e usuários de tecnologias mais (e menos) rudimentares ou sofisticadas, são igualmente racionais e psicicamente unos, condição para o delineamento de uma estrutura mental comum ao ser humano. Assim, o autor de *O pensamento selvagem* estabeleceu que todos os achados do universo primitivista possuíam seu correspondente no mundo moderno, desde os costumes alimentares até a organização social e suas tecnologias.

Para Lévi-Strauss, mitologia e mitos compõem uma via privilegiada de acesso interpretativo à mente humana. E os ritos são a possibilidade de (re)leitura dos mitologemas executados a partir de ressignificações contidas nos gestos litúrgicos e seus objetos sacralizados. Assim a exegese se torna um complemento à mitologia e um suplemento do ritual. Complemento, suplemento e alimentação são termos-chave para a compreensão da antropofagia ritual; e, em particular, será abordado aqui o significado simbólico e estruturante da antropofagia entre os indígenas tupinambás.

Se a vingança era o elemento propulsor das guerras nas sociedades indígenas tupis, a memória dos antepassados mortos heroicamente alimentava o desejo de desforra sobre os inimigos. Consoante à percepção dos colonizadores, Fernandes (2006) diz que a guerra era a conexão entre os mundos dos vivos e dos mortos, e sua coroação, o ritual antropofágico, cujo vetor era a vingança insaciada. Comparando os tupi-guaranis aos tupinambás quanto ao *modus vivendi*, Métraux, mediante as cartas que circularam na empresa colonial, fornece uma descrição minuciosa da condução dos inimigos capturados em guerras. Ele diz que os prisioneiros eram acolhidos, alimentados, reanimados e recebiam bom tratamento interpessoal, inclusive, ganhavam uma companheira para assuntos esponsais. Mas, às vésperas da

FRAGMENTOS DO PASSADO

consumação do ritual antropofágico, que se iniciava com uma bebedeira festiva e culminava com o sacrifício do estrangeiro (iniciado) a golpes de tacape, ocorria a encenação da desagregação da vítima (dos nativos), ou seja, o período de “diplomacia estratégica” cedia lugar à rivalidade tradicional, onde se efetivava uma espécie de reinimização. Esse momento crucial sintetiza o itinerário do inimigo capturado: derrota, apreensão, convivência, aprendizado, teatralização ritual, revivescência da rivalidade e execução. Assim, a vítima deixava, outra vez, de ser membro integrante da sociedade que o “cativou” (FAUSTO, 1992; FERNADES, 2006; METRAUX, 1979).

“Na realidade o prisioneiro provavelmente já não era considerado como pertencente à sua tribo, sendo, desde então, assimilado pela do inimigo, que o havia adotado” (METRAUX, 1979, p. 118); isso porque, “o cativo passava a viver na casa de seu captor, que lhe cedia uma irmã ou filha como esposa” (FAUSTO, 1992, p. 391). Nisso, “casar-se” com um prisioneiro representava uma honra muito grande à mulher tupi. Quanto aos filhos gerados por uma mulher da tribo com inimigo cativo, eles eram considerados inimigos e seu destino era a morte semelhante à do seu progenitor. O nascituro poderia ser executado logo após o nascimento, exceto quando as mães conseguiam adiar a morte precoce. Mas seu destino já estava selado, pois certamente a criança morreria no mesmo dia em que seu pai fosse sacrificado. Contudo, há registros de que muitas indígenas tentavam preservar a vida de seus filhos por meio de uma espécie de adoção coletiva; para tanto, era necessário que toda a aldeia os assumisse em definitivo (METRAUX, 1979). Existiam aquelas mães que optavam pelo aborto, fato que evidencia uma questão de gênero em aberto para reflexão sobre o papel social da mulher nessas comunidades. Inclusive, quando o nascituro era uma criança do sexo feminino, era geralmente poupado da morte sacrificial nos rituais antropofágicos. Considerando, então, que os tupis eram fundamentalmente belicosos e cultivavam uma identidade heroica, o que era a mulher para eles? Esse é mais um fragmento do passado dos indígenas no Brasil a ser (re)“descoberto”.

Já se sabe que o contexto do ritual antropofágico entre os tupinambás era a guerra contínua, caracterizada como uma espécie de vingança pela memória ancestral. Então, os inimigos eram capturados vivos e faziam uma experiência pré-sacrificial, em que se tornavam semelhantes aos próprios tupinambás. Havia uma representação social cotidiana que durava vários dias, meses e, até mesmo, anos à fora, e, finalmente, em praça pública, em um clima festivo, junto aos seus aliados e convivas, os tupinambás deglutiam suas vítimas ritualmente preparadas. Citado por Métraux, o sacerdote católico Claude d’Abbeville reproduz o diálogo em que ocorria a efetivação do ritual antropofágico entre os tupinambás. Nele, percebe-se, conforme Fausto (1992), que se fortalecia a identidade tupi do indígena, à proporção que se socializava a vingança ao máximo grau prescritivo possível, vez que, ao aniquilar publicamente um inimigo, se realizava o evento central da existência tupinambá:

Dizia o algoz: “Não sabes tu, que tu e os teus mataram muitos parentes nossos e muitos amigos? Vamos tirar a nossa desforra e vingar essas mortes. Nós te mataremos, assaremos e comeremos”. Então, replicava o cativo: “Pouco me importa [...] tu me matarás, porém eu já matei muitos companheiros teus. Se me comerdes, fareis apenas o que já fiz eu mesmo. Quantas vezes me enchi com a carne de tua nação! Ademais, tenho irmãos e primos que me vingarão” (METRAUX, 1979, p, 133).

Tanto a vítima quanto o agente sacrificial exprimiam satisfação pela “morte vingada”. Porém, seria motivo de grande aflição àquele, caso seu algoz não se mostrasse um valente guerreiro durante a execução, pois a morte não seria honrosa, sim, lamentável. Após a encenação dialogada, o algoz golpeava a nuca do cativo, rachando-lhe o crânio. As anciãs abruptamente recolhiam, em suas cabaças, o

FRAGMENTOS DO PASSADO

sangue e todas as partes do corpo dilacerado, porque, nada deveria ser desperdiçado. Eram elas as responsáveis pela preparação culinária: separar as partes, escaldá-las e as assar. Convivas e convidados podiam banquetear-se fartamente, como ainda, levar consigo porções da alimentação, exceto o executor, que estaria cumprindo seu período de resguardo alimentar e, provavelmente, sexual também (FAUSTO, 1992).

Colonialidade, mecanismo de sujeição da identidade dos conquistados

A colonialidade, como sugere Maldonado-Torres (2016), é um fato social produzido pela Modernidade (colonialista) que se traduz pela desumanização do outro. O processo de colonialismo (expansão territorial europeia que ocasionou a conquista dos Novos Mundos) e seu conseqüente desdobramento, a colonialidade (fixação e sobreposição da mentalidade ocidental sobre os processos identitários dos povos subjugados pela empresa colonial europeia), começou com o desenvolvimento do capitalismo europeu entre os séculos XV e XVI, quando a sucessão das crises do final da Idade Média exigiu da Europa uma reestruturação social complexa. O progresso científico-tecnológico permitiu as navegações a grandes distâncias, em que Portugal exerceu o pioneirismo marítimo graças a fatores econômicos, políticos, culturais e geográficos, por exemplo, a *centralização administrativa*, realizada durante a dinastia de Avis, que viabilizou à monarquia governar em sintonia com os projetos socioeconômicos da burguesia; o *mercantilismo* que se configurou como Estado absolutista, atendendo aos interesses do rei (aumento do poder político) e da burguesia (acúmulo de capital); *ausência de guerras* – enquanto Portugal investia nas navegações rumo aos “mares nunca dantes navegados”, outros países europeus se encontravam comprometidos em confrontos militares; por fim, a *posição geográfica*, pois o país dos lusitanos, banhado em toda sua costa oeste pelo oceano Atlântico, facilitou a exploração das “novas” rotas marítimas.

O impacto da conquista europeia sobre os povos colonizados foi catastrófico, para esses autóctones, do ponto de vista socioeconômico, devastador no sentido político-cultural e injustificável no que diz respeito à inviolabilidade da dignidade humana. Porém, os exploradores europeus não consideravam as alteridades como genuinamente humanas; alimentava-se a crença na superioridade da civilização europeia que se justificava em pontos muito frágeis da existência, mas fortalecido pela ideologia dos colonizadores, que mesmo fragmentados em termos de etnias (portugueses, espanhóis, franceses, ingleses, holandeses etc.) e concorrentes da terra já habitada há milhares de anos, possuíam um objetivo comum: dominar esse outro, não-branco, não-cristão, não-ocidental – iletrado –. Essas características levou os europeus a se proclamarem como os povos que se encontravam no estágio mais avançado de desenvolvimento técnico, científico, artístico e cultural.

Assim, os conquistadores impuseram aos nativos do continente americano seus costumes, que alteraram radicalmente o *modus operandi* dos conquistados. Várias populações totais foram aprisionadas e realocadas em outras regiões, onde foram escravizadas. Muitos indígenas não conseguiram se readaptar à nova realidade fora de suas terras de origem; dessa maneira, os europeus oprimiram de todas as formas possíveis os nativos americanos. Além de outro meio natural, impuseram-lhes uma cultura estranha de difícil apreensão; os indígenas desconheciam os idiomas, a religião cristã, as normas jurídicas, os sistemas políticos, econômicos e sociais, e os paradigmas científicos, artísticos e mentais dos europeus. A conquista cultural dos indígenas foi demarcada por uma conjuntura político-religiosa, cuja cruz católica fincada na terra simbolizava a posse do território invadido; logo, o padre e o soldado possuíam ofícios indissociáveis e a cruz e a espada exerciam a mesma função. As palavras do Pe. Anchieta reiteram esse argumento: “Pouco fruto se pode obter deles

FRAGMENTOS DO PASSADO

se a força do braço secular não acudir para domá-los; para esse gênero de gente não há melhor pregação do que a espada e a vara de ferro” (COTRIM, 2002, p. 148).

Embora incontáveis indígenas adultos tenham resistido a aceitar a doutrinação católica e o complexo cultural europeu, eles foram vencidos porque seus costumes foram gradualmente substituídos pelos europeus à proporção que os padres se dedicavam às crianças autóctones, que aprendiam desde muito cedo a rezar o credo ocidental. Vale enfatizar que diante da violência sofrida, os “povos pré-colombianos”, lutaram bravamente, mas não puderam superar o uso da pólvora, do cavalo e do aço. Assomada à violência militar, os colonizadores estabeleceram a guerra microbiana; trouxeram várias doenças infecciosas desconhecidas dos indígenas: gripe, malária, sarampo, tifo, varíola etc. Isso ajuda a entender, também, porque uma população de 500 a 1000 autóctones para cada um europeu foi dizimada tão rapidamente.

O desconstrucionismo anticolonial vislumbrado por Oswald de Andrade

Na produção fílmica *como era gostoso o meu francês*, de Nelson Pereira dos Santos, o conceito de antropofagia desenvolvido por Oswald de Andrade funciona como uma engrenagem narrativa de inversão e reversão dos discursos historicamente construídos sobre as sociedades indígenas e europeias. Nessa produção, há uma ironia cômica que denuncia as estruturas nocivas da colonialidade e mostra, ao mesmo tempo, aspectos muito positivos dos costumes dos autóctones que, inclusive, superam as representações de personagens europeias, por exemplo, no que diz respeito à lealdade, coragem e desprendimento das riquezas materiais. A proposta da antropofagia cultural do modernista brasileiro influenciou várias produções artísticas, entre outras, *Macunaíma*, filme lançado em 1969 pelo cineasta Joaquim Pedro de Andrade, baseado na obra literária homônima de Mário de Andrade; *Pindorama*, dirigido por Arnold Jabor (1971) e *Como era gostoso o meu francês* (1971).

É interessante nesta obra o fato de que a ideologia da superioridade da “raça” branca naufraga além-mar e se perde nas selvas indígenas, onde a trama é conduzida pelos autóctones, que, no desfecho narrativo, deglute a cultura ocidental, ao sacrificar, em um ritual antropofágico, o *francês*, um dos ícones da representação do prestígio cultural europeu. Carvalho (2019, p. 3-4) apresenta uma precisa sinopse do filme:

Ambientado no Brasil do século XVI, *Como Era Gostoso o Meu Francês* conta a história de Jean (interpretado pelo ator Arduíno Colasanti), membro de uma missão que chega à França Antártica, colônia estabelecida por Nicolas de Villegagnon (1510-1571) na Baía da Guanabara. O personagem sobrevive a uma tentativa de afogamento, comandada pelos próprios jesuítas que estavam com ele no País, mas é capturado por índios Tupiniquim, amigos dos portugueses e inimigos dos franceses, nacionalidade de Jean. Após um ataque do povo Tupinambá contra os Tupiniquim, Jean se torna prisioneiro dos Tupinambá que, embora sejam amigos dos franceses, acreditam que ele é português, povo de quem são inimigos, e o condenam à morte. Enquanto espera a sua execução, o francês tem o direito de se relacionar com a mulher do chefe dos Tupinambá, Seboipepe (interpretada pela atriz Ana Maria Magalhães). Passadas oito luas (oito meses), ele será morto e comido pela sociedade indígena. O personagem Jean foi inspirado na história de Hans Staden, viajante alemão que, no século XVI, foi capturado pelos Tupinambá e ficou nove meses preso em uma aldeia. Diferente de Staden, o protagonista do longa é francês, o que de acordo com Nagib (2017), deve-se ao fato de uma possível coprodução francesa do filme, mas que não se concretizou (CARVALHO, 2019, p. 3-4).

Dada a necessidade de “descolombizar a América e descabralizar o Brasil” (ANDRADE, 1990, p. 182), surge o Manifesto Antropofágico que consistia em lançar

FRAGMENTOS DO PASSADO

um olhar crítico para a realidade sociocultural e político-econômica brasileira, visando à emancipação intelectual do povo a partir da reelaboração dos produtos culturais nacionais e estrangeiros, tão presentes no Brasil. A proposta é que se “devore” o outro após tê-lo feito participante ativo-passivo na cultura do antropófago porquê, dessa mistura suplementar, deve provir o novo transmutado, não uma síntese assimilacionista. Essa é uma “prática semelhante àquela das sociedades indígenas que devoravam o inimigo não para o assimilar, mas para se autotransformarem” (CARVALHO, 2019, p. 5). Nas palavras de Azevedo (2016, p.113), “O meu, seu, devorado, será Outro”, e, no projeto de Oswald de Andrade (1970), “só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente” (ANDRADE, 1970, p.13).

O modernista brasileiro regressa, nesse momento, à “produção artística e cultural” do quinhentismo no Brasil para ratificar (com os indígenas) e retificar aos invasores europeus que essa literatura não é, de fato, brasileira. Os principais fatores que justificam tal negativa são bastantes pontuais: os produtores das narrativas, os cronistas, viajantes e missionários, não se identificavam com a terra, pelo menos, não como um nativo. O Brasil era considerado uma espécie de Portugal situado nos trópicos; e mesmo os jesuítas, com suas catequeses, fosse em prosa ou em poesia, utilizavam modelos artísticos exclusivamente lusitanos. Não se produziam crônicas, nem memórias, porque não havia motivações literárias, embora os textos contivessem elementos fantásticos e recursos linguageiros da arte narrativa; os cronistas e viajantes, apenas, descreveram e catalogaram o ambiente invadido dos autóctones. Contudo, no século XX, Andrade, inspirado nesse Brasil, alvo da colonização do século XVI em diante, criou o movimento Poesia Pau-Brasil, de onde se pode fruir o poema *as meninas da gare*, que transcribia um fragmento da *Carta* de Caminha:

Eram três ou quatro moças bem moças e bem gentis
Com cabelos mui pretos pelas espáduas
E suas vergonhas tão altas e tão saradinhas
Que de nós as muito bem olharmos
Não tínhamos nenhuma vergonha

Os termos empregados por Caminha no século XVI são os mesmos reutilizados por Andrade no poema modernista, mas os sentidos expressos são totalmente diferentes. Na descrição quinhentista, as indígenas eram tão inocentes que não sentiam vergonha em mostrar suas *vergonhas*. O campo lexical é o mesmo por onde Oswald de Andrade transita, no entanto, ele alcança outro campo semântico ao intitular seu poema com a irônica frase: “As meninas da *gare*”; esse “empréstimo” estrangeiro traduz a palavra estação em francês, lugar de passagem, onde as *filles du port*, estacionam para exhibir-se carnalmente e despertar o desejo sexual, que se satisfaz instintivamente, semelhante ao ato de comer, sem implicar vergonha. A não-vergonha, nos dois casos, provém de contextos culturais bem distintos. O sentido conotativo conferido à palavra devora sua estrutura morfossintática; e, enquanto se digere semanticamente outros significados possíveis, um plano pragmático se estabelece como pressuposto das ações. Em Andrade, isso significa a efetivação absoluta da comunicação na linguagem artística, que se diz efetivamente no ato antropofágico, “concepção filosófica da existência” (AZEVEDO, 2016, p. 107). Por isso, no contato cultural, não basta assimilar o outro, imiscuir-se nele, traduzi-lo; é necessária uma transmutação tanto da alteridade quanto da identidade, cuja forma é a metáfora da deglutição; isso porque, “a vida é devoração”, a lei conhecida da natureza e conhecível ao mundo (ANDRADE, 1970, p. 77). Esse procedimento mostrou-se muito funcional, pois, no final da década de 1960, a antropofagia cultural inspirou o tropicalismo brasileiro, movimento artístico contemporâneo da Ditadura Militar no Brasil e do Paradigma Desconstrucionista anunciado pelo filósofo argelino-

FRAGMENTOS DO PASSADO

francês Jacques Derrida, que punha em questão a estrutura fixa e “bem fundada” do pensamento ocidental. Vivian Carvalho (2019) aponta que entre outros,

Nomes como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé e Torquato Neto lideraram a vertente musical do movimento. Nas artes plásticas, destacou-se Hélio Oiticica. No cinema, o tropicalismo se tornou uma vertente do Cinema Novo, e contava com diretores como Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Joaquim Pedro de Andrade e Arnaldo Jabor (CARVALHO, 2019, p. 5).

Talvez tantas simultaneidades, convergindo para o mesmo evento, expliquem a força do desejo modernista no Brasil, uma utopia social, realizável na imersão artística, que, por sua vez, reclama a refundação da realidade: “Revolução Caraíba. Maior que a revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem” (ANDRADE, 1970, p.14).



Tupinambá: A resistência do povo que “não existia” (Adriana Carvalho).

<https://medium.com/@antenuagarani/tupinamb%C3%A1-a-resist%C3%Aancia-do-povo-que-n%C3%A3o-existia-a4723faf19a0>
Acesso: 29/01/2022.

Conclusão

Intentou-se, neste artigo, repensar as relações sócio-históricas entre colonizadores europeus e colonizados indígenas, em particular, os autóctones tupinambás, povo guerreiro por definição socioexistencial que descobriu os descobridores por meio da antropofagia ritual. Essa cerimônia, por um lado, tradicional e constitutiva das identidades tupis, por outro, um movimento de resistência sociocultural contra invasores, foi caracterizada por viajantes, missionários e cronistas do século XVI (em diante) como prática demoníaca, cruel e animalesca a serviço da barbárie. Mas foram os europeus que invadiram o território habitado, impuseram sua cultura e dizimaram os povos nativos, reduzindo seus sobreviventes a escravos.

Conclui-se que o quinhentismo no Brasil foi, do ponto de vista da etnologia indígena, o registro da resistência cultural, sobretudo, dos tupinambás frente aos invasores europeus. Tal resistência era a fonte primária de onde efluía a identidade nativa. Portanto, para compreender esse processo, é necessário analisar a antropofagia ritual como suporte da deglutição cultural da alteridade. São cinco séculos anteriores ao século XXI, então, reler essa história silenciada requer que se atente para a dimensão sagrada da antropofagia ritual. Agnolin (1998), partindo da perspectiva histórico-religiosa, diz que a antropofagia ritual não está condicionada aprioristicamente por um valor nutritivo, mas pela complexidade entre valores nutritivo

FRAGMENTOS DO PASSADO

e simbólico, porque, “além de suas proteínas simbólicas, tanto a alimentação quanto a prática antropofágica são marcadas por sua ritualidade” (AGNOLIN, 1998, p. 136).

Antes de devorar alguns colonos, os tupinambás foram alvo predatório deles e sucumbiram à violência militar e tecnológica. Do ponto de vista da história literária, o quinhentismo no Brasil foi a fase embrião do surgimento de uma literatura nacional, já que os Tristes Trópicos (para citar a metáfora de Lévi-Strauss) eram considerados uma extensão da Europa; mas a crítica literária problematiza o fator identidade nacional, e, nesse caso, sua ausência implica a negação de que esse período se constituiu como fase da literatura brasileira. Nele, se dispõem de relatos de viagens, registros de estratégias político-invasoras, anotações sobre “os exóticos”, como se conferem nas cartas que circularam à época, catalogação dos bens naturais etc.

Querendo-se insistir na existência de uma prática artística entre os nativos, o mais coerente seria levar em consideração seus rituais transestéticos, a antropofagia ritual, por exemplo, é um deles; como também outras manifestações artísticas: a pintura corporal que possuía entre outras prestabilidades sinalizar rituais de passagem e o compartilhamento do mesmo pertencimento étnico e tribal; a confecção de objetos para uso prático e ornamentação etc. Tudo isso traduz, inclusive, a ideia de que, na dialética da colonização, toda e qualquer literariedade de algum texto dependem dos critérios estéticos dos colonizadores; no mais, resta esperar a existência de textos de informação sobre o outro, designação muitas vezes pejorativa para se referir à alteridade. Nesse entendimento, Alfredo Bosi (2006) seria um excelente porta-voz:

Os primeiros escritos da nossa vida documentam precisamente a instauração do processo: são informações que viajantes e missionários europeus colheram sobre a natureza e o homem brasileiro. Enquanto informação, não pertencem à categoria do literário, mas à pura crônica histórica e, por isso, há quem as omita por escrúpulo estético (José Veríssimo, por exemplo, na sua *História da Literatura Brasileira*). No entanto, a pré-história das nossas letras interessa como reflexo da visão do mundo e da linguagem que nos legaram os primeiros observadores do país. É graças a essas tomadas diretas da paisagem, do índio e dos grupos sociais nascentes, que captamos as condições primitivas de uma cultura que só mais tarde poderia contar com o fenômeno da palavra-arte. E não é só como testemunhos do tempo que valem tais documentos: também como sugestões temáticas e formais. Em mais de um momento a inteligência brasileira, reagindo contra certos processos agudos de europeização, procurou nas raízes da terra e do nativo imagens para se afirmar em face do estrangeiro: então, os cronistas voltaram a ser lidos, e até glosados, tanto por um Alencar romântico e saudosista como por um Mário ou Oswald de Andrade modernistas. Daí o interesse obliquamente estético da “literatura” de informação (BOSI, 2006, p. 13).

Resta informar ao público leitor, contemporâneo do século XXI, que a população tupinambá correspondia a aproximadamente 100.00 indígenas ocupando a costa brasileira no século XVI. Atualmente eles sobrevivem em reservas indígenas como se fossem refugiados estrangeiros. A sua principal aldeia fica ao sul do Estado da Bahia, os *Tupinambás de Olivença*. Eles também se encontram ao Sul do país no Estado de São Paulo, e vivem juntos com os Guarani-mbyá, conhecidos como Tupi-guarani. Sabe-se que o Brasil não é mais nem o Pindorama, a Região das Palmeiras, nem a casa dos autóctones. Dos milhares de filhos nativos, restaram algumas dezenas de descendentes indígenas, vigiadas pelo Estado e punidas pela inexistência de uma eficaz redistribuição fundiária, que informe a justiça social e reparação histórica de danos aos descendentes dos primeiros habitantes do Brasil. Redescobrir os descobridores é, portanto, recontar a história colonialista, permitindo a voz aos vencidos e assegurando que os vencedores exercitem a escuta responsável, isto é, que se impliquem na articulação de políticas públicas que amparem os descendentes

FRAGMENTOS DO PASSADO

daqueles que também foram, reciprocamente e, com maior violência, devorados pela empresa colonial, pois suas carnes desonradas, imprestáveis a algum ritual, alimentou a ambição perversa dos detentores da civilização, de onde proveio tanta barbárie. Não há, portanto, estudos históricos em perspectiva, sem conferir a devida atenção aos fragmentos do passado encoberto.

Brasil em 1500



Chegada dos portugueses ao Brasil
(Isabela Ferreira)

Disponível em:
<https://pt.quizur.com/trivia/chegada-dos-portugueses-ao-brasil-6eID>>
Acesso: 29/01/2021.



Bispo Sardinha e a antropofagia
(Theodore de Bry)

Disponível em:
<https://escolakids.uol.com.br/historia/bispo-sardinha-e-a-antropofagia.htm>>
Acesso: 29/01/2022.



Primeira missa no Brasil
(Victor Meirelles)

Disponível em:
<https://taislc.blogspot.com/2014/08/victor-meirelles-1-missa-no-brasil.html>> Acesso:
29/01/2021.

Primeira Missa no Brasil - Victor Meirelles

Das Artes

Alguns sites sobre povos indígenas do Brasil

<https://institutoiepe.org.br/povos-indigenas/>
<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br>
<https://pib.socioambiental.org/pt>
<https://www.gov.br/funai/pt-br>

Referências

- Adone Agnolin. *Antropofagia ritual e identidade cultural entre os tupinambá*. Revista de antropologia, São Paulo, USP, 2002, V. 45 nº 1. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27151/28923>> Acesso: 04/01/2022.
- AMOEDO, Alberto. *Guaimiaba*. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/poesias/4447923>> Acesso: 05/01/2022.
- ANDRADE, Oswald de. *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às utopias* (Obras completas). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- ANDRADE, Oswald de. *Os dentes do dragão*. São Paulo: Globo, 1990.
- AZEVEDO, Beatriz. *Antropofagia – Palimpsesto selvagem*. SP: C. Naify, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*; tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra, notas da edição russa de Serguei Botcharov. – SP: Editora 34, 2016.
- CAMINHA, P. V. *A Carta*. NEAD – Universidade da Amazônia. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=17424> Acesso: 04/01/2022.
- CARVALHO, Vívian de N. S. *A antropofagia de Oswald de Andrade no filme “como era gostoso o meu francês”*. Revista Ícone. Volume 19, n.2 – dez. 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/icone/article/view/9664>> Acesso: 26/02/2021.
- COTRIM, Gilberto. *História para ensino médio – Brasil e geral – volume único*. São Paulo Saraiva, 2002.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- FAUSTO, Carlos. *Fragmentos de História e Cultura Tupinambá*. In: *História dos Índios no Brasil*. Cia das Letras: Sec. Mun. de Cult.: FAPESP, 2. ed. SP, 1992.
- FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 3. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2006.
- LÉVI-STARUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papirus, 1989.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. *Transdisciplinaridade e decolonialidade*. Rev. Sociedade Estado; vol. 31, Jan/Abr, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6080>> 24/01/2021.
- MÉTRAUX, Alfred. *A Religião dos Tupinambá*. Brasileira. São Paulo, 1979.
- POMPA, Cristina. *Religião como Tradução: missionários, tupi e tapuia no Brasil*. São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2003.
- PORTUGAL, D. S. *Ritmologia nagô: delineamentos de memórias culturais nos candomblés*, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29373>> Acesso: 28/12/2021.
- RADCLIFFE-BROWN, ALFRED REGINALD. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. – 11. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Editora da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

REVOLUÇÃO CUBANA: A PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA E O HOMEM NOVO

Gabriel Mingareli Cavalini⁴⁴
Gustavo Henrique Apoloni Aguera⁴⁵

RESUMO: O objetivo deste artigo será compreender a relação entre a Pedagogia Revolucionária e o Homem Novo, proposto pela Revolução Cubana. Assim sendo, para a realização de nosso artigo, se utilizará um referencial teórico que condiz com a relação entre o homem, a Pedagogia Revolucionária e a educação. Logo, para uma melhor compreensão, valer-se-á do método de pesquisa entre o homem, a sociedade e a sua forma de pensar e organizá-la ao longo da história. Desse modo, a partir da abordagem deste artigo, será possível compreender melhor a relação dos aspectos centrais que foram propostos pela Revolução Cubana no sentido educacional.

Palavras-chave: Educação. Revolução Cubana. Pedagogia Revolucionária. Homem Novo.

ABSTRACT

The aim of this article will be to understand the relationship between Revolutionary Pedagogy and the New Man, proposed by the Cuban Revolution. Therefore, to carry out our article, we will use a theoretical framework that matches the relationship between man, Revolutionary Pedagogy and education. Therefore, for a better understanding, we will use the research method between man, society and their way of thinking and organize it throughout history. In this way, from the approach of this article, it will be possible to better understand the relationship of the central aspects that were proposed by the Cuban Revolution in the educational sense.

Keywords: Education. Cuban Revolution. Revolutionary Pedagogy. New man.

1. INTRODUÇÃO

A Pedagogia Revolucionária e o entendimento de um Homem Novo apresentada pela Revolução Cubana manifestam-se como uma das questões mais emblemáticas do último século. A Revolução Cubana, buscou demonstrar a importância do sujeito enquanto membro da sociedade ao qual se faz parte, sendo este, essencial para promover e manter os conceitos revolucionários. Isso se deve ao fato de essa Revolução buscar mostrar para o mundo um homem capaz de possuir de plena consciência social, ou seja, do seu papel de cidadão

⁴⁴ Licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pós-graduado em Filosofia Contemporânea pela faculdade UNIBF. Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá.

⁴⁵ Licenciado em Filosofia (PUCPR) e História (UEM), graduando do curso de bacharelado em Teologia (PUCPR), mestrando no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), na área de Cultura, Filosofia e História da Educação.

e cidadã na construção da futura sociedade comunista, sendo parte ativa e construtiva, não apenas um ser alienado ao sistema. Assim sendo, diante de uma atual sociedade na qual a educação é sujeitada aos interesses mais imediatos do mercado, refletir sobre a educação cubana é lançar luzes na promoção de uma educação que proporcione ao homem uma releitura das realidades materiais e das estruturas calcadas pela desigualdade, para que com coragem e espírito de guerra se mostre apto a transformá-las.

2. A PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA

Falar em Revolução Cubana⁴⁶, é explorar um momento histórico o qual o homem foi tido como o objeto central, sendo ele, capaz de mudança e de inserção total nas ações da sociedade. O papel da Revolução Cubana, foi alterar um sistema que estava em constante dominação e buscar implantar outro, sendo este mais ousado, que precisaria da adesão dos cubanos, porém este seria o ideal. Dessa forma, seria necessário pensar na criação de um novo homem cubano que tivesse plena consciência social. O objetivo da pedagogia revolucionária para o homem cubano é, segundo Huteau e Lautrey (1976, p.193), “[...] contribuir para formar o homem capaz de construir e de antever a futura sociedade comunista”, tal definição deixa claro qual seria o ideal deste homem novo proposto pela revolução, no qual pautado pela educação e pela consciência social, buscaria colaborar de modo contínuo e eficaz nos princípios revolucionários.

É possível compreender que, segundo Huteau e Lautrey (1976), a Revolução Cubana se propôs, em uma primeira fase, a criar uma sociedade **socialista**, porém, após uma série de fatores e aprimoramentos, ela caminhou pelos moldes **comunistas**, no qual “[...] cada um dá segundo as suas capacidade e recebe segundo as suas necessidades”, nesta fase, a educação tem como principal objetivo de inculcar nas jovens gerações novos valores morais que sejam condizentes com os valores empregados na nova sociedade (HUTEAU; LAUTREY, 1976, p.194-195).

Buscar dar as novas gerações uma plena consciência de seus valores morais, é dar início a construção do homem novo revolucionário, que possuirá a plena consciência de seu papel dentro desta sociedade, facilitando assim, a revolução em seu aspecto transformador. Sabem-se que a pedagogia revolucionária é o papel fundamental para a criação deste homem novo, entretanto, se deixará para mais adiante adentrar nesta temática.

2.1 O QUE É O HOMEM NOVO?

A Revolução Cubana tem como marca fundamental a proposta de dar consciência a sua sociedade, assim, pode-se dizer que a consciência é característica essencial do homem novo. Isso porque a consciência é contrária a alienação e o homem alienado produz para ganhar dinheiro não sendo

⁴⁶ A Revolução Cubana, ocorreu em 1959 e teve, em seu início, uma proposta socialista, porém, logo se consolidou no comunismo. Seu principal articulador foi Fidel Castro, um líder revolucionário que se manteve no poder por mais de 40 anos. Cuba sofre grande ataque por parte dos Estados Unidos, onde manteve um bloqueio econômico dificultando a vida dos cubanos. Após o fim da URSS, Cuba passou a ter maiores dificuldades, pois perdera seu grande aliado e fornecedor de produtos essenciais para a subsistência (AYERBE, 2004).

FRAGMENTOS DO PASSADO

necessário possuir consciência do seu significado social, ou seja, da sua importância enquanto atividade social. Dessa forma, o homem, sendo alienado, está ligado, como afirma Huteau e Lautrey (1976), pela lei do valor, esta, por seu turno, é aquela que molda seu destino. Nesse sentido, se faz necessário responder a seguinte pergunta: o que é o homem novo proposto pela Revolução Cubana?

Para responder tal pergunta, compreende-se que o homem novo revolucionário é o homem consciente da necessidade social de seu trabalho, de sua importância dentro do sistema, seja ele capitalista ou socialista. Isto é, aquele que sabe seu papel como cidadão e que está inserido plenamente na sociedade, não apenas na geração de lucro. Dessa forma, o homem deixa de ser alienado e passa a ser consciente, percebendo que seu trabalho é fundamental para conduzir e manter a sociedade em perfeito andamento.

Entretanto, para uma atitude consciente, deve, acima de tudo:

[...] tornar-se a regra em todos os domínios, **pois a construção da sociedade não deve obedecer aos mecanismos cegos** (não para todos) **da concorrência e da busca do lucro**, mas deve ser o resultado da vontade consciente dos homens, guiada pelos valores morais revolucionários [...] (HUTEAU; LAUTREY, 1976, p.196, grifo nosso).

Ora, como visto, pode-se perceber que para se ter a atitude consciente é necessário reduzir o papel desempenhado pelo dinheiro. Raul Castro, em um dos seus mais diversos discursos, já afirmava que os cubanos deveriam, de modo mais severo, recusar “a erguer um altar ao deus Dinheiro e a depor a seus pés a consciência dos homens” (HUTEAU; LAUTREY, 1976, p.196). Essa luta por dinheiro e visibilidade, torna uma exploração do homem pelo homem e mantê-la é dar maior ênfase as classes sociais e, tais classes, criam homens incompletos, voltando assim, a alienação.

Segundo Huteau e Lautrey (1976), a educação o homem novo deve possuir uma educação integral, ou seja, deve ser aliada a diversos aspectos de formação que antes era destinada a indivíduos diferentes e especializados. O homem novo da Revolução Cubana é tido, segundo os autores, como o irmão gêmeo do homem integral de Marx e é justamente pela formação integral que permite o homem ser consciente. Logo, pode-se ver as semelhanças e os objetivos propostos pela Revolução no sentido formativo, no qual, por meio dos vieses marxistas, a educação seria amplamente difundida e completa, obtendo assim, um homem consciente de suas ações e de sua importância como sujeito fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Observa-se que:

Os Cubanos referem-se sempre a Marx e a Marti quando evocam as origens de sua concepção da educação. Essas origens encontram-se igualmente na experiência da guerrilha onde coexistiam, intimamente ligados, o trabalho produtivo, a luta armada e o ensino. Se a educação Cubana se inspira em Marx, ela está profundamente enraizada no passado nacional (HUTEAU; LAUTREY, 1976, p.202).

A proposta do homem novo, ultrapassa apenas as relações nacionais, isto é, do território cubano, mas sim, adentra ao sonho internacional, onde, busca uma cooperação que se deve estabelecer entre todos os homens, implantando assim, o internacionalismo proletário. De acordo com Huteau e Lautrey (1976,

FRAGMENTOS DO PASSADO

p.197), o internacionalismo proletário, deve estabelecer novas relações de cooperação, dessa forma, ele “não é apenas um dever moral, é também uma necessidade estratégica”, pois o ideal seria educar o povo nacional, isto é, os cubanos e auxiliar aos povos atrasados em relação a Cuba, pois, caso contrário: “Levaremos ainda mais tempo a atingir os níveis mais elevados daquilo a que poderíamos chamar de um modo de vida comunista se o resto do mundo se atrasar nesta marcha” (HUTEAU; LAUTREY, 1976, p.198).

Percebe-se a preocupação dos líderes cubanos em estabelecer uma caminhada em conjunto. Diante do qual, após um bem-sucedido regime em Cuba, a proposta seria auxiliar e dar o devido suporte àquelas nações que tenham a intenção de tornar seus habitantes novos homens com uma consciência clara e que estão, em relação à Cuba, atrasados neste processo. Dessa forma, auxiliar outros povos evitaria um atraso em busca dessa revolução coletiva e a implantação do regime comunista.

2.2O HOMEM NOVO E A ATITUDE DE GUERRA

A preocupação com o homem novo é sua livre consciência, mas, de um modo mais abstrato, percebe-se que este novo homem deve possuir uma atitude de guerra, no qual os principais inimigos não serão outras nações, mas sim, as dificuldades que o seu povo está sofrendo. Dessa forma, são necessárias algumas armas que serão fundamentais para o enfrentamento desta guerra: o espírito crítico, a capacidade de julgar por si.

Nesse sentido, percebe-se que:

Virá o dia em que já não haverão mais homens políticos, em que cada cidadão será o quadro político. Virá o dia em que essa odiosa função de quadro desaparecerá. **Aquele que não se quer enganar com o cérebro de outrem deve ser capaz de pensar com o seu próprio cérebro...** E nada é mais triste do que enganar-se por intermédio de outrem (HUTEAU; LAUTREY, 1976, p.198, grifo nosso).

Tal capacidade é necessária para a construção da consciência do homem novo, e para se ter a possibilidade de pensar por si é ser livre para decidir qual o melhor projeto o ajudará e contribuirá para uma melhor sociedade. Nesse aspecto, a Revolução Cubana foi essencial, pois difundiu o pensamento crítico e deu a consciência ao povo cubano, pode-se dizer que a revolução devolveu ao homem a sua dignidade, fazendo-o se sentir um ser humano com dignidade e poder transformador.

Entretanto, para Huteau e Lautrey (1976), era necessário dar ao povo cubano um exemplo deste novo homem, para mostrar que era possível chegar a este nível de consciência e pensamento. Segundo o próprio Fidel, se o povo cubano quiser conhecer um homem que foi modelo de conduta, sem mancha, pertencente ao futuro e exemplo deste novo homem proposto pela Revolução Cubana, bastaria olhar para a figura de Che Guevara, um revolucionário que cumpriu, de maneira digna, a proposta de criar um homem consciente e livre. A representação deste homem novo, é um sinal ao qual os cubanos devem seguir e, além do mais, demonstra a possibilidade de viver os ideais revolucionários com conduta e coerência:

Assim descrito, o homem novo permanece uma abstracção, um projeto para o futuro. Era preciso dar ao povo cubano um modelo concreto de

FRAGMENTOS DO PASSADO

objetivo para o qual dente a revolução. Tais homens existiam já, e para os cubanos – e não só para eles – Che é a encarnação do homem novo (HUTEAU; LAUTREY, 1976, p.199).

Em vista disso, percebe-se que a vida de Che Guevara é dada a juventude cubana como exemplo da aliança entre a teoria e a prática, não bastando apenas absorver os princípios da revolução, mas sim os colocando em prática na sociedade. A dignidade foi a marca deste revolucionário que a manteve até seus últimos momentos, percebe-se então que, antes de tudo, que a educação tem ordem ideológica e não apenas de transmissão de conhecimento. Existe assim, uma diferença fundamental sobre os problemas educativos nos países ocidentais, pois percebe-se que:

Nesses países, o problema dos objectivos do ensino é a maior parte das vezes apresentado como problema técnico: o da transmissão do conhecimento. Como os conhecimentos se desenvolvem depressa, fala-se cada vez mais de ensinar. Injectando um pouco de qualidade de vida, isso pode tornar-se aprender a ser (HUTEAU; LAUTREY, 1976, p.200).

Isto posto, percebe-se que a atitude de guerra frente as dificuldades, deixaria o homem novo com a função do aprender a “ser”, diferentemente dos países capitalistas que pregam o “ter”, o aprender a “ser” é possuir consciência de seus atos e pensar por si, tendo a plena certeza, de sua capacidade de transformar tudo aquilo que gera um empecilho para seu crescimento e o crescimento coletivo da sociedade. Ser é uma relação entre compreender e querer, em certo sentido, é transformar a sociedade ao qual se faz parte, sendo parte integrante e fundamental para o seu funcionamento, a consciência do “ser” resulta na qualidade de vida, na participação e na evolução de toda a sociedade, de modo coletivo. Entretanto, a consciência do “ter” é marca do capitalismo, da individualidade e do egoísmo, é a fórmula do descaso com a sociedade e do culto exacerbado do dinheiro que lhe rende aspectos físicos que completam o “ter”, mas esvaziam o “ser”:

Estas perspectivas deixam na sombra todo um plano dos objectivos da educação em sistema capitalista, que poderia resumir-se, mudando de auxiliar, pela fórmula do aprender a ter. Tudo se passa como se os objectivos do sistema de ensino dos países capitalistas fossem independentes da ideologia da sociedade para o qual esse sistema prepara (HUTEAU; LAUTREY, 1976, p.200).

A grande força dos sistemas capitalistas está em “preparar o maior número a aceitarem ser explorado”, nesse sentido, se depara com a consciência e a alienação, no qual o simples funcionamento do sistema já é o suficiente, não sendo necessário algo que extrapola, ou em certa medida, questione seu modo de operar. Nos aspectos da educação cubana, o fato da educação seguir objetivos de ordem ideológicas, não se apresenta como característica específica de Cuba, a diferença desta para as europeias está no fato “[...] que em Cuba esses objetivos são explícitos, enquanto num país capitalista como a França, eles atingem de forma sub-reptícia, pelo próprio funcionamento da instituição escolar”. Logo, percebe-se em Cuba a transparência de sua proposta, no qual instiga e apresenta os conceitos revolucionários sem buscar ocultar o real interesse, enquanto em países capitalistas existem uma forma oculta que conduz

FRAGMENTOS DO PASSADO

o educando sem deixar claro o caminho ao qual está o levando (HUTEAU; LAUTREY, 1976, p.201).

Em suma, percebe-se que o homem novo é o homem consciente de seu papel social e que foi conduzido pela educação para tal percepção. Desse modo, a educação é o objeto central para tal transformação e, para isso, a pedagogia revolucionária tem o papel fundamental dentro da Revolução Cubana.

2.3 OS OBJETIVOS DA PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA

Ao se pensar nos objetivos que compõem o ideário da Revolução Cubana, tem-se que estes estão conectados a um fomento da criticidade, sem a qual não há questionamento das estruturas sociais e econômicas injustas, que, por seu turno, move o esforço de Revolução e mudança. Nessa órbita, atenta-se às fases preconizadas: a busca primeiro do socialismo (no qual cada um dá segundo o que é capaz e recebe conforme o trabalho) e o cume dessa reformulação no comunismo (cada um dá segundo as suas capacidades e recebe conforme as suas necessidades) (HUEAU; LAUTREY, 1976).

Com efeito, ter a capacidade de vislumbrar previamente essa sociedade comunista é uma característica da pedagogia revolucionária. Nisso, tem-se a perspectiva do homem novo, não mais imerso às injustiças e contradições do capitalismo. Deve-se então suprimir a exploração do homem pelo homem e estabelecer uma sociedade mais justa e igualitária (HUEAU; LAUTREY, 1976).

Dentro desse contexto histórico, político, social e pedagógico, importa elucidar os seguintes aspectos sobre a cronologia, onde:

No período de 1959 a 1961, foi introduzido um método de caráter político-social, que ainda persiste, por sua grande eficácia, com fins essencialmente educativos: os discursos dos dirigentes da Revolução, em especial de Fidel Castro. Por meio desses discursos, faz-se refletir ao povo sobre a problemática internacional, e, sobretudo, nacional. Nessas falas, foram delineados a política educacional e os parâmetros que serviram para fundamentar a pedagogia cubana. A ideia principal que se repete é aquela que diz: a educação é a única via para adquirir a plena liberdade, expressão do pensamento martiano (RODRIGUEZ, 2011. p. 45).

Ora, sobre este aspecto, percebe-se que a formação do homem novo pode ser compreendida também como busca pela plenitude humana, sendo necessária para transformar a sociedade e atribuir os valores revolucionários. Sobre isso, é interessante também ressaltar que:

Há uma abertura mais ampla e flexível em relação ao pluralismo de ideias, sem que esse pluralismo seja indiferenciado. Luta-se pela unidade do pensamento em matéria educativa, o que não significa o servilismo das opiniões. Existe uma consciência clara de que a educação é o caminho que tem o homem para se enraizar em sua cultura, sem perder sua individualidade. Como disse Fidel Castro: “é necessário mudar tudo o que deva ser mudado”, para que a educação continue seu desenvolvimento sem obstáculos de nenhum tipo, e com ela a formação e o desenvolvimento plenos do homem (RODRIGUEZ, 2011. p. 45).

Destarte, a mudanças no sujeito é consequência da transformação material produzida na história pelo esforço revolucionário. A tônica é o despertar

FRAGMENTOS DO PASSADO

da consciência, que, em verdade, se opõe à ideia de alienação. No capitalismo, a mera produção e seu conseqüente lucro são suficientes para justificar a atividade, ao passo que na sociedade reestruturada, o trabalho não é movido pela busca incessante de acumular riqueza, mas é permeada por consciência social. Para o capitalista, pouco importa se sua ação tem ou não algum significado para a sociedade, uma vez que é alienado e incapaz de se questionar criticamente sobre as injustiças estruturais (HUEAU; LAUTREY, 1976).

Todavia, não se pode identificar a conscientização enquanto uma passividade contemplativa do socialismo e comunismo que estão por vir, mas ao contrário é uma atitude de guerra, calcada na união do proletariado em busca de uma educação transformadora, porém, com plena consciência, logo, a revolução demonstra a não dominação, mas sim, a inclusão (HUEAU; LAUTREY, 1976).

A revolução levou ao povo de situação tão precária uma consciência moral, uma nova perspectiva de vida, na qual eles se sentem humanos. O movimento criado pela atitude revolucionário conferiu ao povo cubano dignidade, um atributo indispensável para qualquer esforço político, social, econômico e educativo (HUEAU; LAUTREY, 1976).

Os objetivos da pedagogia revolucionária são, portanto, todos de cunho ideológico, mas isso não quer dizer que se olvida da transmissão necessária de conhecimentos e informações (HUEAU; LAUTREY, 1976). Ocorre que os próprios conteúdos a serem transmitidos passam pelo crivo da ideologia criadora do homem novo e por ela são ressignificados. Além do mais, vale destacar as ideias de Marx, onde, em um primeiro momento, “[...] inspiraram a primeira tentativa de pedagogia revolucionária na U.R.S.S. À revolução de Outubro seguiu-se um período de intensas discussões sobre o papel da própria existência da escola na sociedade socialista” (HUAU; LAUTREY, 1976).

Dentre algumas características preconizadas, destaca-se: o fundamento da vida escolar é o trabalho produtivo; criação de uma rede de instituições pré-escolares, creches, jardins de infância com o escopo de emancipar a mulher; fazer os trabalhadores participarem ativamente da gestão das decisões escolares; supressão de exames dentro dos contextos avaliativos que passam a ter novas formas de seleção; substituição da divisão por idade por divisão em grupos de níveis distintos de instrução em algum ramo (HUEAU; LAUTREY, 1976).

Outro aspecto digno de nota é a relação do trabalho, onde compreende a relação entre o voluntariado, assim:

A prática do trabalho voluntário é um outro meio de formação. Um princípio da revolução é que cada um, quer seja estudante ou trabalhador, participe, na medida de suas possibilidades e de seu nível de consciência, no trabalho voluntário. Alguns bastante raros, nunca participam nele, outros prestam-nos várias horas todas as semanas (HUAU; LAUTREY, 1976).

O autor ainda salienta que:

O trabalho voluntário é estimulado pelo seu valor pedagógico e também, é evidente, porque constitui uma participação econômica indispensável. Do ponto de vista pedagógico, representa, no período de transição, um sector privilegiado que prefigura o que será o trabalho comunista, pois coloca os homens numa situação onde só motivações

FRAGMENTOS DO PASSADO

ideológicas, morais podem basear a sua actuação (HUAU; LAUTREY, 1976).

Isto posto, é oportuno destacar o que se tem enquanto resultados da educação revolucionária em Cuba. Sobre isso, alude Rodriguez (2011. p. 51-52), os seguintes aspectos, afirmando que:

Para apreciar, no ano 2010, o alcance da educação, as seguintes especificações são úteis: Não existe analfabetismo. O nível de escolaridade média da população cubana se aproxima a 10 graus (cada grau representa um ano de escolaridade, como as séries no Brasil), e antes de 1959 era de apenas 3 graus. Há em Cuba 11,2 milhões de habitantes e nos últimos 50 anos se formou quase 1 milhão de universitários. Por meio do Programa Eduque o seu Filho, as famílias e a comunidade foram envolvidas, para que deem atenção às crianças mais novas, com uma preparação prévia, e essa via contribuiu para que quase a totalidade das crianças do país fosse assistida nas instituições de ensino.

Com relação ao tempo escolar, existe uma relação que demonstra a inexistência de um atraso, assim o autor afirma que:

Não existe atraso escolar. Isso se evidencia ao repararmos que 99,4% das crianças que cursam o ensino básico têm entre 6 e 11 anos. Noventa e cinco por cento dos alunos que ingressam no nível básico acabam seus estudos, e os 5% que não o conseguem por alguma dificuldade terminam cursando uma das mais de 400 escolas nas que se preparam para sua integração social os 41 mil alunos com diversas deficiências. Na educação básica, no ano escolar 2009-2010, existem em média 9,8% de alunos por professor, e se levarmos em consideração todas as educações, a porcentagem é de 10,3% (RODRIGUEZ, 2011, p. 51-52).

Destarte, a transformação material é apenas um dos aspectos da revolução, mas o conferir de oportunidades, dignidade e conhecimento crítico, emancipador e livre às pessoas desfavorecidas é a tônica que mais se sobressai do contexto da Revolução Cubana e que os resultados se vislumbram até hoje.

Enquanto a lógica do capitalismo gera injustiça, desigualdade e elitização da educação, a pedagogia revolucionária realmente a torna um direito universalizado. Conquanto os países liberais tragam esse ideário em seus projetos políticos e jurídicos, é simbólico, visto que não se efetiva de fato a educação como um direito de todos, mas um meio de se acentuar diferenças e ratificar explorações e dominações.

Com efeito, o que se busca no esforço revolucionário é uma cultura popular, fundada no coletivismo. Nessa perspectiva, a educação não é nem pode ser apolítica ou imparcial (HUEAU; LAUTREY, 1976). Ao contrário, fomentando por meio da revolução uma nova cultura, calcada na ideia de homem novo, coloca este com um posicionamento bem definido e que age de modo proativo e comprometido com o futuro socialista e comunista. Este comprometimento não se dá de forma alienada, mas sim pelo livre pensamento que permitiram o homem cubano chegar a tal ideia.

Educar, necessariamente, pode ser identificado a um impulso libertador e revolucionário que visa provocar a mudança da sociedade, modificando antes a consciência das pessoas. Apenas projetar conceitos e incentivar memorizações

FRAGMENTOS DO PASSADO

não significa educação. Esta, por seu turno, está indissociavelmente ligada à necessidade de se usar da crítica e da reflexão para se consolidar um caminho de ação e transformação. O educador é, nessa perspectiva, um agente político, já que traz para o debate a necessidade de se modificar as decisões sociais, em prol da construção de um cenário mais justo e menos desigual, com bases sólidas e bem fundamentadas na educação.

Diante disso, ainda sobre a Revolução Cubana, faz-se necessário o registro sobre a postura e a inspiração daqueles que a defenderam de modo enfático, logo, percebe-se que a:

A Revolução Cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude — os mais velhos mal tinham passado dos trinta —, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária. Na verdade, era mais provável que fosse saudada pelos críticos de Moscou, há muito insatisfeitos com a prioridade dos soviéticos para a coexistência pacífica entre ela e o capitalismo. O exemplo de Fidel inspirou os intelectuais militantes em toda parte da América Latina, um continente de gente ligeira no gatilho e com gosto pela bravura desprendida, sobretudo em posturas heroicas (*sic*) (HOBSBAWN, 1995. p. 339).

O que ocorreu em Cuba pode ser tido como uma espécie de despertar heroico e iluminista, mas não em torno de um ideal abstrato de racionalidade, mas sim numa perspectiva crítica de releitura da sociedade e da necessidade de desfazimento de injustiças.

Continua o autor:

Após algum tempo, Cuba passou a estimular a insurreição continental, exortada por Che Guevara, o defensor da revolução latino-americana e da criação de “dois, três, muitos Vietnãs”. Uma ideologia adequada foi fornecida por um brilhante jovem esquerdista francês (quem mais?), que sistematizou a idéia (*sic*) de que, num continente maduro para a revolução, só se precisavam importar pequenos grupos de militantes armados para as montanhas adequadas e formar “focos” para a luta de libertação em massa (HOBSBAWN, 1995. p. 339).

Nesse âmbito, a luta é tônica constante no esforço revolucionário, assim como a busca militante por transformação. Entretanto, para que se logre a maturação necessária para a população receber esse processo modificador das estruturas materiais, faz-se imprescindível que a libertação ocorra também nas consciências. O objetivo da Revolução Cubana, como já se demonstrou, não era restrito às fronteiras da ilha, mas tinha um caráter continental que buscava abarcar toda a América Latina. Não bastava para isso que a luta armada se expandisse para os demais países, antes seria necessário que a educação em prol do homem novo fosse articulada e propagada pelas outras nações.

Salienta-se que a educação revolucionária em Cuba parte de uma conjuntura transicional, à medida que rompe com o passado, mas não é a finalidade, no sentido acabado e acomodado. Ao contrário, movimenta-se rumo ao futuro e se coloca com protagonismo na construção desse porvir, logo, se mantém uma constante evolução que busca demonstrar o homem com protagonista da sociedade.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Ante o exposto, observou-se que se trata de criar uma educação crítica, voltada para consolidação do homem novo, em que se vê agente proativo capaz de rever as estruturas injustas da sociedade capitalista. Desse modo, percebe-se que é este homem novo que tem os olhos pautados na construção do socialismo e do comunismo e se move numa atitude de guerra para fazer com que isso aconteça de modo sólido e efetivo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, percebe-se que o homem novo revolucionário é tido como o homem consciente da necessidade social de seu trabalho e da sua importância enquanto ser na sociedade. Destacando assim, a sua importância de desenvolver sua capacidade crítica e elucidando a sua clareza enquanto “ser”. Além do mais, ressalta-se que a Pedagogia Revolucionária, no contexto da Revolução Cubana, teve o condão de trazer a proposta crítica e transformadora do homem novo, que conduziram todo os itinerários presentes dentro da revolução.

Constatou-se que as realidades materiais são transformadas a partir de uma revisão crítica da realidade que gera ação e uma atitude de guerra, comprometida com a causa da libertação social. Nessa perspectiva, observou-se que a revolução move a história e a melhor forma de mover a revolução é pelo esforço educativo. Com efeito, o determinismo das dinâmicas capitalistas que persiste em boa parte do globo só pode ser superado a partir da reflexão crítica e da ação revolucionária. A passividade se incompatibiliza com o homem novo que se deve formar. Este é calcado na proatividade, no posicionamento convicto e concreto de quem está disposto a lutar com protagonismo em busca de justiça social.

Em vista disso, se observou que a Revolução Cubana buscou elucidar a consciência transformadora ao homem cubano, despertando seu papel de extrema importância na composição da sociedade. A Pedagogia Revolucionária cubana, demonstrou que a educação constitui o caráter essencial para a formação social, sendo ela, a ferramenta capaz de alcançar os objetivos levantados pelos ideais revolucionários, que despertam a consciência social e a importância do papel ao qual os cubanos possuíam frente a sociedade.

REFERÊNCIAS

- AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. Coleção Revoluções do Século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- HOBBSBORN, Eric. **Era dos extremos**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUTEAU, Michael; LAUTREY, Jacques. **Cuba: Revolução no Ensino**. Coimbra: Centelha, 1976.
- RODRIGUEZ, Justo Alberto Chávez. A educação em Cuba entre 1959 e 2010. **Estudos Avançados**, vol. 25, n. 72, p. 45-54, 2011.

A TRAJETÓRIA DE VIDA DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO⁴⁷

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues⁴⁸ (UPF)

RESUMO: O artigo apresenta a trajetória de vida de Gladstone Osório Mársico. O recorte do estudo é seu nascimento em 5 de abril de 1927, em Viadutos ex distrito em Erechim, localizada no norte do Rio Grande do Sul, até a data de seu falecimento, em 23 de abril de 1976 em Porto Alegre. Mársico atuou como escritor e um dos advogados da companhia inglesa judaica de colonização, *Jewish Colonization Association*. Além disso, foi vereador erechinense no período de 1956-1959, com isso, teve envolvimento com os grupos étnicos indígenas, afro-descentes e imigrantes, que formaram o povoamento erechinense. O estudo em termos teóricos metodológicos inclui o cruzamento de fontes, revisão bibliográfica, entrevistas de familiares e munícipes que viveram em Erechim neste período e utiliza para a análise o conceito de trajetória de vida.

Palavras-chave: Trajetória de Vida. Gladstone Osório Mársico.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva-se a trazer aspectos da trajetória de vida do advogado da *Jewish Colonization Association*⁴⁹, ex-vereador em Erechim/RS, um dos fundadores do clube *Lions Clube* de Erechim, dirigente do clube esportivo Ypiranga Futebol Clube, assessor jurídico da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Campus de Erechim e da Companhia Telefônica erechinense, e escritor satírico de renome nacional, das quais suas obras são; o livro de contos *Minha morte e outras vidas* (1958), e os quatro romances; *Gatos à Paisana* (1962) *Cogumelos de Outono* (1972) *Cágada (ou a história de um município a passo de)* (1974) e *Furúnculo* (1994) - póstumo, através da pesquisa de Vera Beatriz Sass.

O conceito de trajetória para Schmidt (1996, p. 50), “ passa necessariamente pela análise do cotidiano. Esta permite ao pesquisador atingir uma das principais metas das novas biografias: resgatar o personagem enfocado em suas múltiplas facetas, como um “ homem inteiro”, seguindo na mesma linha, sobre o conceito,

[...] deve considerar a articulação do contexto entre a trajetória social,

⁴⁷ Este artigo foi publicado apresentado e publicado nos anais do *Seminário Internacional Migrações, territorialidades e ambiente XV Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras* no e-book *Migrações, territorialidades e ambiente*. Neumann Rosane (org). São Leopoldo: Editora Oikos, 2021.

⁴⁸ Gláucia Elisa Zinani Rodrigues é doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo, bolsista FUPF, sob orientação da Dra. Gizele Zanotto. Mestre em História pela UPF, bolsista FUPF (2019), defendeu a dissertação, *A representação do imigrante judeu na literatura do Rio Grande do Sul: Cágada e O exército de um homem só*, sob orientação da Dra. Rosane Marcia Neumann, bolsista FUPF. E-mail: professoraglauciazinani@gmail.com

⁴⁹ A *Jewish Colonization Association* (JCA ou ICA, Associação de Colonização Judaica) criada em 11 de setembro de 1891 por Moritz Hirsch, com propósito de facilitar a emigração em massa de judeus da Rússia e outros países do Leste Europeu, assentando-os em colônias agrícolas em terras por ela adquiridas, particularmente na América do Norte e na Argentina e no Brasil, especificamente, em Erechim surgiu a Colônia Quatro Irmãos, na qual Mársico atuou como advogado, por volta dos anos 50 e 60.

FRAGMENTOS DO PASSADO

trajetória individual e familiar do usuário, levando em conta a totalidade das dimensões em que esse indivíduo se constitui. As trajetórias sociais de cada indivíduo trazem imbricados processos de construção e desconstrução de poderes que se entrecruzam configurando mudanças de relações, conforme (GONÇALVES; LISBOA, 2005, p. 88).

Dessa forma, busca-se trazer a trajetória individual, familiar e social deste homem, que representa uma perspectiva colocada frente à construção do conhecimento social.

2 A TRAJETÓRIA DE VIDA DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO

Gladstone Osório Mársico foi um escritor, profissional liberal que atuou na política local da cidade de Erechim, localizada ao norte do Rio Grande do Sul, nasceu em 5 de abril de 1927, no município de Erechim, na localidade hoje pertencente ao município de Viadutos⁵⁰.

Os pais de Gladstone “se chamavam Maria Carolina Osório Mársico, Fábio Sebastião Mársico, eram filhos de imigrantes italianos” (LEHMANN, 2019). Naturais de São José, município de Santa Catarina. Após o casamento, o casal transferiu residência para Viadutos, onde nasceram os filhos; o primogênito Gladstone (1927), a musicista Leda Osório Mársico⁵¹ (1928), Lígia Mársico (1930) e Gilberto Mársico (1933), advogado. Mais tarde, residindo no centro de Erechim seu pai: “Fábio Mársico trabalhou como contador e posteriormente proprietário da farmácia Erechim e da fábrica de Café Rio Azul” (MÁRSICO, 2018a).

O envolvimento de Gladstone Mársico com o mundo das letras foi precoce, inicialmente estudou em Erechim no Colégio Medianeira, no qual participava do Coro Orfeônico do Colégio Marista Medianeira no ano de 1937, com seus colegas; Rubem Franco, Oswaldo Engel, Luiz Denardim, Honorino Badalotti, Mario Guimarrães, Rubens Franco, Yedo Costamilan, José Fasolo, Elfi Tosetto, Nelson Costamilan, Luiz Hoffmann, conforme jornal *A Voz Da Serra*, (5 e 7abr. 2000, p. 6), na reportagem *Cantinho da Saudade*.

Na (Fig. 1) Mársico é o quarto menino vestindo roupa preta, na primeira fila de baixo para cima, da esquerda para direita, com seus colegas no Colégio Marista Medianeira em Erechim.

⁵⁰ Viadutos é um município do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, emancipado em 18 de fevereiro de 1959, Mársico nasceu em 1927, Viadutos era distrito de Erechim, por isso Mársico as vezes é tratado como escritor erechinense.

⁵¹ Publicou a obra *O Canto na escola de 1º grau*. Brasília: Ministério da Educação e cultura, Departamento de documentação e divulgação, 1978.

Figura 1- Coral Orfeônico do Colégio Marista Medianeira de 1937/1938



A foto ilustra o grupo que formava o "Coro Orfeônico" do Colégio Medianeira nos anos 1937/38. Entre outros alunos, identificamos: Oswaldo Engel, Luiz Denardim, Honorino Badalotti, Mario Guimarães, Rubens Franco, Yedo Costamilan, José Fasolo, Elfi Tosetto, Gladstone Osório Mársico, Nelson Costamilan, Luiz Hoffmann e ao lado o Diretor, Irmão Cláudio

Fonte: A Voz Da Serra. Cantinho da Saudade. 5 e 7 abr. 2000, p. 6.

Logo em seguida, foi estudar no Colégio Catarinense, situado em Florianópolis e aos 11 anos, fundou um jornal feito a carimbo e distribuiu aos seus colegas do Colégio Catarinense. Posteriormente, em Porto Alegre, enquanto estudante no Colégio Rosário, produziu o primeiro jornal, feito a mimeógrafo. A família também propiciou uma formação musical aos filhos: Leda e Lígia estudavam piano e canto, e Gladstone tocava violino. “Apresentaram-se no auditório da Rádio Erechim, e numa outra ocasião, no Teatro São Pedro em Porto Alegre com outros corais, acompanhados pelo pianista Oswaldo Elemer Engel” (MÁRSICO, 2018a). A família custeou as faculdades dos filhos: “Leda e Lígia cursaram as faculdades de Pedagogia e Música e jornalismo respectivamente, enquanto Gladstone, a de direito” (MÁRSICO, 2018a).

Ainda na capital, cursou Ciências Jurídicas na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, iniciando o curso em 1946. Enquanto universitário, envolveu-se em uma querela na universidade em 1948, em razão do conteúdo humorístico do seu jornal, chamado *Anzol*. O fato foi narrado em sua obra *Gatos à paisana* (1962):

Graças a este [jornal], pela sua irreverência quase foi expulso no terceiro ano, respondendo a processo administrativo pelo conselho da congregação, onde pontificavam lentes da envergadura cultural de Ruy Cirne Lima e Camilo Martins Costa. Consegui escapar-se por um golpe de espírito. Baseou a sua defesa na tese de que, se fosse condenado por seus mestres, estaria provado que eram maus professores, porque não o haviam ensinado a ser um bom advogado (MÁRSICO, 1962, s/p).

Em 1950 concluiu o curso de Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul⁵². Em 1952 casou-se com Yvonne

⁵² Na área jurídica, em meados de 1954, publicou na Revista Jurídica, de Porto Alegre, um trabalho de natureza processo civil, sob o título: *Da citação nos interditos possessórios*.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Salomoni, a filha ressalta: “meus avós maternos se chamavam Rosinha Dappio Salamoni e Ângelo Salamoni, ela era imigrante, chegou ao Brasil da Itália com 9 anos de idade, ele era filho de imigrantes italianos” (LEHMANN, 2019). O casal teve três filhos: Rosângela nascida em 1953, Fabíola em 1954 e Gladstone Mársico Filho em 1955.

Erechim era uma pequena cidade, e Gladstone participava e frequentava cinema e bares, o último endereço de Mársico situava-se na Rua Portugal, nº 119, no centro de Erechim. Na década de 50, em parceria com seu sócio, o advogado João Caruso, e posteriormente, seu irmão Gilberto Mársico, mantiveram juntos um escritório de advocacia situado na Rua Torres Gonçalves, 155. Ainda nos anos 50, Mársico e seu irmão compraram o escritório de advocacia de Dr. Caruso, que ingressou como deputado estadual.⁵³ Conforme Gritti (1995, p. 110), “Mársico desempenhou cargo de advogado da ICA no ano de 1962”.

Gladstone e sua esposa ajudavam juridicamente a Sociedade de Amparo às crianças – SAMI, e atuou como sócio fundador da *Associação Internacional de Lions Clube de Erechim*, na gestão de 1964-1965, quando foram realizadas várias campanhas sociais e em benefício ao município. “Procurou com seu espírito alegre, descontraído e possuidor de grande cultura como advogado e professor, incentivar o espírito de companheirismo no Clube e aproximar o *Lions Centro* da comunidade erechinense” (SMANIOTTO, 1998, p. 50). Sobre sua atuação de advogado em Erechim, um dos clientes, que atuava como gerente da Caixa Econômica Federal, ressalta,

[...] quando fui para lá Erechim [reside em Getúlio Vargas], que foi mais que eu o conheci, em 63 em diante. E antes eu conhecia porque morava perto do meu primo, mas não tanta amizade que depois criei como, quando fui para dar trabalho para ele [Gladstone]. Cobrança de quem não pagava [clientes da Caixa Econômica Federal] e outro tipo de processo que eu tinha para resolver eu corria lá com ele e dizia: olha tem isso aqui, peraí, que já te dou o negócio. E depois eu pagava ou a caixa pagava.

Entrevistador: E então ele era o seu advogado?

Entrevistado: Era advogado meu e da caixa.

Entrevistador: Ele também tinha ficado com a clientela do João Caruso, depois que ele foi deputado?

Entrevistado: Sim ele ficou com a clientela, porque no começo ele trabalhou com o Caruso um pouco. Quando ele foi pra lá que ele ficou mais com a coisa.

Entrevistador: E ele era uma pessoa acessível, conversava assim?

Entrevistado: Extraordinário. Tu podia ir lá com o problema pior que tu tinha, ele dava um jeito, diz me olha: volta aqui depois da manhã que te dou o resultado. E os juízes respeitavam ele, os outros advogados também respeitavam, no tribunal ele falava muito bem.

Entrevistador: E ele falava, qual que era a expressão dele assim para conversar?

Entrevistado: É ótimo. É o cara que tu simpatiza já de começo, com ele, que ele não sabia ofender ninguém.

Entrevistador: Ele era culto para conversar?

Entrevistado: Bah...cultura tremenda, aquele lá lia mesmo. Ele me dizia sempre Richetti tu tem que ler. Eu dizia, quando dar eu leio. Ele dizia não, não tem que ler mais.

Entrevistador: E o que mais você lembra dele, do jeito das

⁵³ Ata da Câmara de Vereadores de Erechim, s/d fev. 1956.s/p.

FRAGMENTOS DO PASSADO

características dele?

Entrevistado: Ele era mais alto do que eu, um cara que sempre se vestia muito bem, gravata, e em todas as festividades ele tava lá, sendo convidado, sempre (RICHETTI, 2018).

Nota-se que Mársico possuía uma vasta clientela e mantinha atendimento prestativo. Além de ser um homem extremamente culto, mantinha amizade com os escritores; Érico Veríssimo, Carlos Nejar, Josué Guimarães, dentre outros e investia na compra de livros, que segundo a filha de Mársico: “a biblioteca em casa tinha 10.000 volumes” (LEHMANN, 2019).

Mársico fundou um jornal de cunho trabalhista intitulado, *Jornal 24 de agosto*, em parceria com Paulo Emílio Nunes Garcia e seu tio Francisco Rosa Osório⁵⁴. Na rádio ZYF-7 é emitido um de seus artigos, intitulado *O voto*⁵⁵, na qual revela sua performance política, quanto ao repúdio a corrupção na compra de votos em campanhas eleitorais:

Saibamos usar o voto como uma ordem silenciosa de nossa consciência. Votamos no candidato e não na legenda que o exorno. Sejam livres. Não capitulemos ante a imposição de um partido. Primeiro a Pátria, depois o ideal partidário. Temos o direito de escolha. Façamo-la como nos aprouver, levados sempre pelo desejo do bem servir a coletividade, pois aos mentores desta, confiamos a vigilância e o destino da nossa peregrinação social.

Na sua trajetória de vida, além de profissional liberal, atuou na vida pública do município de Erechim como vereador no período de 1956-1959 sendo o mais bem votado. Participou da solenidade na Prefeitura Municipal de Erechim, em 21 de outubro de 1956, da chegada por meio do aeroporto erechinense Comandante Kraemer do Exmo. Dr. Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira⁵⁶, juntamente com Hildo Menegatti, Assis Chateaubriand, e o deputado João Caruso.

Na (Fig. 2) o cartaz, meio de divulgação de campanha eleitoral da época.

Figura 2 - Para vereador Gladstone Osório Mársico



Fonte: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

⁵⁴ Em 24/08/1954, data de falecimento do presidente da República Getúlio Vargas, que foi emitido pela rádio ZYF-7, o texto de Mársico, intitulado *Último Adeus*. MÁRSICO. Gladstone Osório. *O voto*. Rádio ZYF-7. s/d/s/a.

⁵⁶ Jornal A voz da serra. *Programa oficial de recepção e homenagens ao Exmo. Sr Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Dr. Presidente da República*. 21 out. 1956.

FRAGMENTOS DO PASSADO

No Jornal *A Voz da Serra*, em edição especial 30 de abril de 1958, traz o Relatório da Câmara Legislativa de Erechim, na qual traz que Gladstone teria elaborado mais de 30 projetos de lei aprovados⁵⁷ e fez parte das de comissões emancipatórias dos municípios de Jacutinga e Campinas do Sul, no excerto *Manifesto Público* do jornal *A Voz da Serra*, no domingo de 25/02/1958, mostra a participação de Mársico e do deputado Aldo Arioli numa reunião emancipatória (A VOZ DA SERRA, 1968).

Já na Literatura iniciou sua trajetória em 1958, com a publicação do livro de contos intitulado *Minha morte e outras vidas*, prefaciado e elogiado pelo escritor Darcy Azambuja. Em 1962 publicou *Gatos à Paisana*, e no mesmo ano, em abril, no 56º aniversário de Erechim, foi homenageado na Feira do Livro, realizada durante a Semana do Município - Biênio da Colonização e Imigração.

Mársico recebeu prêmios⁵⁸ e cartas de admiradores, numa destas correspondências de 23/06/1975, postada por alunos do Colégio Júlio de

⁵⁷ 1º Projeto de Lei abrindo Crédito Especial para a compra e aplicação de vacinas "salk". 2º Requerimento pleiteando a instalação de uma residência do "DAER" nesta cidade. 3º Requerimento pedindo ao Governo da União a abertura da Engenharia Administrativa na Escola de Iniciação Agrícola para gerenciar a agronomia pública Municipal. 4º Requerimento congratulando-se com a vitória de Maria José Cardoso, MISS Brasil. 5º Requerimento do Hospital de Quatro Irmãos, pleiteando isenção pagamento impostos municipais. 6º Requerimento pedindo uma comissão de uma comissão de vereadores para a revisão do Código Tributário e Fiscal do Município de Erechim. 7º Projeto de Lei autorizando o poder executivo a doação de terrenos para a Escola Agrícola em Jacutinga e sua transferência ao Estado. 8ª Requerimento pleiteando a construção do prédio destinado ao Grupo Escolar em Jacutinga. 9º Requerimento pleiteando extensão de rede elétrica ao Km 10, o primeiro distrito deste Município. 10º Requerimento pleiteando Inquérito para averiguar o que ocorre com a concessão de um terreno, de domínio da municipalidade ao cidadão Lionello Gelsomino, nesta cidade. 11º Requerimento congratulando-se com a passagem de mais um aniversário natalício do Senhor Aldo A. Castro. 12º Requerimento pleiteando asfaltamento de pista aeroporto local. 13º Requerimento tratando da provável entrega do governo da união das rodovias "Erechim -Getúlio Vargas" e "Erechim -Gaurama". 14º Projeto de Lei dispondo sobre o calçamento de Ruas da cidade. 15º Requerimento tratando do não pagamento pelo Ministério da Agricultura de salários aos operários da Escola de Iniciação Agrícola. 16º Requerimento protestando contra a atitude do Senhor Prefeito Municipal e da Câmara Municipal de Passo Fundo no caso da construção da Ponte sobre o Rio Uruguai. 17º Requerimento pleiteando junto ao Sr. Rubem Berta, diretor da VARIG, seja aeroporto local incluído no plano de cobertura de pistas com placas metálicas importadas das bases americanas, na África. 18º Projeto de Lei instituindo o prêmio literário "Professor Carlos Mantovani" e abrindo um crédito de Cr\$ 20.0000.00. 19º Requerimento pleiteando a criação nesta cidade de um Escritório Regional de Urbanismo, da Secretaria das Obras Públicas do Rio Grande do Sul. 20º Requerimento pleiteando a construção nesta cidade do prédio para a agência da "Caixa Econômica Federal". 21º Projeto de Lei criando a Companhia Telefônica Municipal. 22º Requerimento tratando dos gastos feitos, nas Oficinas Mecânicas e postos de gasolina locais, pelo ex-diretor da Escola de Iniciação Agrícola, agrônomo Pinheiro Machado. 23º Requerimento contendo apelo às professoras Maria José Carvalhosa e Elina Hornes para permanecerem em Erechim. 24º Requerimento pleiteando, junto ao governo da União, uma verba de Cr\$. . . 10.000.000,00 destinada ao asfaltamento da pista do aeroporto local. 25º Requerimento pleiteando a dispensa de multa aos eleitores que deixaram de votar nas últimas eleições. 26º Requerimento solicitando uma "reunião extraordinária" do Legislativo. 27º Requerimento pleiteando a criação, em nossa cidade, duma junta de conciliação e julgamento. 28º Requerimento pleiteando seja o "Bar" do aeroporto local explorado, em caráter precário, pela municipalidade. 29º Requerimento pleiteando o reaparecimento dos serviços da Delegacia de Polícia local . Jornal A Voz da Serra. Relatório da Câmara Legislativa. 30 abr. 1958.

⁵⁸ Em 2 julho de 1972 recebeu da Biblioteca Pública de Erechim o prêmio Jubileu de Prata, em 2 julho de 1972, conferindo-o membro do Círculo dos amigos da Biblioteca, pelos serviços prestados à entidade.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Castilhos de Porto Alegre conta a realização de um trabalho escolar, sobre a obra *Cágada (ou a história de um município a passo de)*. Na carta os alunos desejam que Mársico “se destaque cada vez mais na literatura brasileira, que realmente está necessitando de grandes escritores como o senhor” (MÁRSICO, 1975, s/p).

A sua obra de maior destaque foi o romance *Cogumelos de Outono*, em 1972, o crítico literário Temístocles Linhares, em sua obra *História Crítica do Romance Brasileiro* (1987, s/p), considerou *Cogumelos de Outono* “o maior romance satírico jamais escrito entre nós”. Em outra crítica, publicada na revista *Veja*, sessão de Literatura, sob o título *À espera do Führer* (edição nº 187, de 5 de abril de 1972, p. 88), considerou Gladstone Mársico o “melhor talento satírico da nova literatura brasileira”. Na correspondência de 13/04/1975, que Mársico envia para Carlos Jorge Appel, revela que,

[...] ontem, estiveram aqui em Erechim dois repórteres da *Veja* para, dentre outras coisas (reportagem sobre soja etc.) me transmitirem um convite da direção central para ser um contratado da Editora Abril. Quer dizer; a *Abril* pretende lançar uma revista para combater o status da Editora Três, a ser denominada *O Homem*, e quer que eu escreva uma sessão permanente de duas a três páginas (semi-contas-sátiro-eróticas) e contos, uns doze por ano, mais ou menos. Pelos semi eu receberia uns mil e quinhentos mensais e pelos contos, conforme as páginas, de três a cinco mil cruzeiros. Contrato exclusivo. Senti uma tremedeira nas pernas, a tentação foi grande, mas me aguardei. Pedi prazo para pensar. [...]. Honestamente não posso aceitar a oferta agora. Estou num acúmulo de trabalho tremendo, escrevendo o *Forúnculo* [última obra, publicado *post mortem*] nas horas que sobram [...] (MÁRSICO, 1975a).

Aqui, Mársico recebeu um convite de trabalho pela Editora *Abril* para escrever na revista *Veja*, mas o recusou, em função do excesso de trabalho e da vontade de empenhar-se na escrita da obra *Forúnculo*. Logo na sequência, em 1974, publicou *Cágada (ou a história de um município a passo de)*, sua última obra em vida, tratando da imigração judaica no norte do Estado, especificamente na colônia de Quatro Irmãos. O jornal *A Voz da Serra*, do domingo de 30 de março de 1975, na reportagem *Da mulher para a mulher*, listou Gladstone Osório Mársico como um dos dez homens mais elegantes do ano de 1974, em Erechim (*A VOZ DA SERRA*, 1975, p. 75). Em 15 de outubro de 1975 recebeu o prêmio de Cidadão Benemérito⁵⁹, numa solenidade realizada Câmara Municipal de Vereadores, com a presença de autoridades, políticos e outras pessoas da sociedade.

Faleceu em 25 de abril de 1976, logo após a morte, surgiram homenagens de colegas vereadores e do meio jurídico, dentre os quais destaca-se, *Um erechinense de exceção* de autoria do amigo e confidente, Danton Hartmann, publicado em 1976, salienta que Mársico: “Prestou relevantes serviços públicos, quer como mentor intelectual da Criação da Telefônica Municipal, obra pioneira na época [...], advogado ímpar, com trabalhos publicados em revistas especializadas em Direito, exerceu o sacerdócio profissional” (MÁRSICO, 1976, s/p).

Em 1994, foi publicado o romance *Furúnculo*, que faz uma sátira ao poder

⁵⁹ *Cidadão Benemérito*. *A Voz da Serra*, 19 out. 1975. Ano 46, nº 151. Arquivo Histórico Municipal Dr. Juarez Miguel Illa Font, Erechim.

FRAGMENTOS DO PASSADO

judiciário sendo uma obra póstuma publicada por Vera Beatriz Sass⁶⁰, que ao longo de sua vida incentivou a leitura das obras de Mársico e como professora na Universidade Regional Integrada orientava seus alunos do Curso de Letras a realizarem trabalhos de conclusão de curso, cujo tema era o estudo da obra de Mársico, aqui escrevo como uma de suas orientandas. Além disso, a professora Vera preocupou-se em resgatar documentos de Mársico para o acervo na Biblioteca Pública Dr. Gladstone Osório Mársico.

Pelo viés científico o trabalho de Mársico foi estudo, primeiramente em 1994, na dissertação de mestrado da Professora Dra. em Letras, Vera Beatriz Sass, com a obra: *O satírico e o picaresco em Gladstone Osório Mársico*, encontra-se uma análise de como Mársico faz o uso da sátira em suas obras, partindo do referencial teórico da picaresca clássica espanhola, e da influência da picaresca no Modernismo Brasileiro. Em 2009, foi fruto da dissertação de mestrado do Professor Mestre em Letras Adilson Barbosa, com *Cágada: riso, humor e representação*, que analisou o romance *Cágada*, sob a perspectiva do humor e dos ativadores de comicidade, mostrando como Mársico usou a sátira para ridicularizar dois contextos históricos diferentes: a colonização judaica no Rio Grande do Sul e o Golpe militar de 1964. Em 2017, Daniele Rosa Monteiro, produziu *Patrimônio documental: um estudo sobre a preservação do arquivo pessoal do Dr. Gladstone Osório Mársico*, recuperou os documentos da trajetória de vida do escritor Gladstone Osório Mársico, representada por seu acervo pessoal, localizado na Biblioteca pública municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

A biblioteca situa-se na Av. Pedro Pinto de Souza, 100 - Centro, Erechim - RS, 99700-000, e disponibiliza o site : < <http://biblioteca.erechim.rs.gov.br/> >. Acesso em 21 mai. 2021, que contém o acervo de obras disponíveis para uso local e empréstimos para a população da região do Alto Uruguai, além disso, conta com uma parte documental do escritor.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo atingiu seus objetivos porque trouxe a trajetória de vida de Gladstone Osório, este artigo, faz parte da dissertação, *A representação do imigrante judeu na literatura do RS: Cágada e O exército de um homem só*, produzida na Universidade de Passo Fundo no ano de 2019, pela mestra bolsista FUPF em História, Gláucia Elisa Zinani Rodrigues, sob orientação da Dra. Rosane Márcia Neumann, tratando a obra *Cágada* como fonte histórica, trata-se de um estudo comparativo dos espaços e seus sujeitos, da Fazenda Quatro Irmãos e do bairro porto-alegrense Bom-Fim.

Pode-se concluir que pesquisar a trajetória de vida de Mársico têm a contribuir ao processo de entendimento da colonização e imigração erechinense, visto que Mársico muito contribuiu para a cidade Erechim, ora por meio da sua participação na política ora pela sua escrita satírica na literatura, por isso o conjunto de sua produção literária é uma fonte de acesso para futuros debates sobre a relação entre Literatura e História.

⁶⁰ Em 24 de outubro de 2007, foi realizada em Erechim a X Feira do Livro, no qual a patrona foi Vera Beatriz Sass e o escritor homenageado Gladstone Osório Mársico *post mortem*.

REFERÊNCIAS

- Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico. Disponível em: < <http://biblioteca.erechim.rs.gov.br/>>. Acesso em: 21 mai. 2021.
- BARBOSA, Adilson. Comicidade e riso em Cágada, de Gladstone Osório Mársico. Arquivo Maaravi: **Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**. Belo Horizonte, v. 5, n. 8, mar. 2011.
- _____. **Cágada: riso, humor e representação**. Dissertação. Mestrado em Letras. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus de Frederico Westphalen. Disponível: < <http://www.fw.uri.br/NewArquivos/pos/dissertacao/27.pdf>>. Acesso: 20 jan. 2018.
- GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista: Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 83-92 2007. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0910spe.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- GRITTI, Silvana Maria. **A intertextualidade em Cágada**. Erechim. Revista Perspectiva URI Erechim, p. 110, 1995.
- JORNAL A VOZ DA SERRA. **Da mulher para a mulher**. 30 mar. 1975.
- _____. **Cantinho da Saudade**. 5 e 7 abr. 2000, p. 6.
- _____. **Cidadão Benemérito**. 19 out. 1975. Ano 46, nº 151.
- _____. **Programa oficial de recepção e homenagens ao Exmo. Sr Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Dr. Presidente da República**. 21 out. 1956.
- _____. **Sede do Festival de Coral**. 13 mar. 1976.
- _____. **Lions Clube**. 30 mar. 1976.
- _____. **Destaques em foco**. 23 abr. 1976.
- _____. **Aprovada a criação da Companhia Telefônica Municipal**. 05 fev. 1958 Ano XXIX.
- _____. **Relatório da Câmara Legislativa**. 30 abr. 1958.
- _____. **Diálogos Secretos**. 06 jul. 1956. Ano XXVII, nº 147, p. S/N.
- _____. **Manifesto Público**. 03 abr. 1968.
- _____. **56ª aniversário de Erechim**. Abr. 1962.
- _____. **ALUNOS DO COLÉGIO JÚLIO DE CASTILHOS**. Abril. 23 jun. 1975.
- JORNAL CORREIO DO POVO. **Gladstone Osório Mársico**. p. 4. 24 dez. 1977.
- JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. **Erechim resgata a memória de Gladstone Osório Mársico**. 22 abr. 1989.
- LEHMANN, Rosangela Mársico. Suíça, cidade Meggen, (entrevista via Facebook) 15 jan. 2019. Possui 65 anos de idade, filha de Gladstone Osório Mársico.
- MÁRSICO, Gladstone Osório. **Discurso para formandas do Ginásio São José**. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.
- _____. **Gladstone Osório Mársico**. 1976 s/p. Fonte: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.
- _____. **Último Adeus**. Rádio ZYF-7. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.
- _____. **Correspondência para Paulo Hecker Filho**. 06 dez. 1974b. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.
- _____. **Correspondência a Carlos Jorge Appel**. 15 jul. 1974c. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Gladstone Osório Mársico.
- _____. **Aristides Agostinho Zambonato escreve para Gladstone Osório**

Mársico. 1976 s/p. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

_____. **O voto.** Rádio ZYF-7. s/d/s/a.

_____. **Documento Câmara eclesiástica de Erechim.** 23 dez. 1971. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

_____. **Correspondência para Carlos Jorge Appel.** 13 abr.1975a. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

_____. **Danton Hartmann escreve: Um erechinense de exceção.** 1976, s/p. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

LINHARES, Temístocles. **História Crítica do Romance Brasileiro.** Rio de Janeiro: Itatiaia, 1987.

MÁRSICO. Gladstone Osório. **Gatos à Paisana.** Porto Alegre. Sulina, 1962.

_____. **Cogumelos de Outono.** Porto Alegre: Movimento, 1972.

MÁRSICO, Gaby Garbin, Erechim, 05 set. 2018b. Professora aposentada, colunista do jornal *Bom dia* de Erechim, publicou o livro *Mulher Ladainha*, cunhada de Gladstone Osório Mársico.

MÁRSICO. Gilberto. Erechim, 05 set. 2018a. Advogado aposentado, irmão de Gladstone Osório Mársico.

MONTEIRO, Daniele Rosa. Manancial Repositório Digital da Universidade Federal de Santa Maria. **Patrimônio documental: um estudo sobre a preservação do arquivo pessoal do Dr. Gladstone Osório Mársico.** Disponível em: < <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/12685> >. Acesso: 10 ago. 2018.

PREFEITURA DE ERECHIM. **10ª Feira do Livro de Erechim inicia na quarta-feira.** Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/1094/22-10-2007/10-feira-do-livro-de-erechim-inicia-na-quarta-feira%20%3E> . >. Acesso: 23 ago.2018.

RODRIGUES, Gláucia Elisa Zinani Rodrigues. Migrações, territorialidades e ambiente. Neumann Rosane (org). São Leopoldo: **Editores Oikos**, 2021.

RICHETTI, Euclides. Getúlio Vargas, 15 out. 2018. Gerente da caixa econômica federal de Erechim aposentado, idade 86 anos, cliente de Gladstone Osório Mársico.

SASS, Vera Beatriz. **O satírico e o picaresco em Gladstone Osório Mársico.** Porto Alegre: IEL: Movimento, 1994.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945).** Porto Alegre. Dissertação de mestrado em História – UFRGS, 1996. Mimeo. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/109241/000122834.pdf?sequenc%20=1%20%3E> . >. Acesso em: 11 abr. 2021.

SCLIAR, Moacyr site oficial. RODRIGUES. Gláucia Elisa Zinani. **A representação do imigrante judeu na literatura do Rio Grande do Sul: Cágada e O exército de um homem só.** Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019, 234 p. Disponível em: < <https://www.moacyrscliar.com/wp-content/uploads/2019/11/dissertacao-mestrado-glaucia-zinani-rodrigues.pdf> >. Acesso em: 19 out. 2021.

SMANIOTTO, Maria Lúcia Carraro. **Associação Internacional de Lions Clubes.** Erechim: EDELBRA, 1998.

VEJA. **Sessão de Literatura. À espera do Führer**, edição nº 187, 5 abr.1972, p. 88.

FRAGMENTOS DO PASSADO

WIKIPÉDIA. **GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO**. Disponível em:<
https://pt.wikipedia.org/wiki/Gladstone_Os%C3%B3rio_M%C3%A1rsico >.
Acesso em 21 mai. 2021.
ZAMBONATTO, Aristides Agostinho. **Os meus Erechim**. Erechim RS:
EDELBRA, 2000.

Locais de Pesquisa

Arquivo Histórico Municipal Dr. Juarez Miguel Illa Font.

Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

NOVO OLHAR ACERCA DOS JESUÍTAS NO ESPÍRITO SANTO

Gracineide Maria de Souza⁶¹
Renata Souza Cassimiro⁶²

RESUMO: Este trabalho é fruto do estudo produzido a partir da análise das informações contidas na Devassa da Reforma Religiosa da Companhia de Jesus Nesta Comarca do Espírito Santo. A Devassa teve como objetivo levantar questões acerca da conduta religiosa e moral dos Inacianos que viveram em terras capixabas durante o período colonial. Para este artigo, analisamos 04 questões do total de 08 que compõem o documento e confrontamos com as respostas fornecidas pelos 63 testemunhos entrevistados. Como arcabouço teórico utilizamos a história e a memória a partir dos depoimentos que constam nos documentos manuscritos da Devassa dos Jesuítas.

Palavras Chave: Devassa. Reforma Religiosa. História e Memória. Jesuítas.

1 INTRODUÇÃO

Os Jesuítas foram atores essenciais no processo da colonização portuguesa e espanhola nas novas terras além mar. Para a formação da sociedade capixaba, foram peças fundamentais, sendo responsáveis pela disseminação da cultura Cristã Católica, aculturação dos nativos e desenvolvimento econômico com fazendas, engenhos, produção do açúcar – produto voltado ao comércio exterior, dentre outros cultivos de substâncias. Apresentar as informações oriundas de estudos realizados na Devassa da Reforma da Religião da Companhia de Jesus Nesta Comarca do Espírito Santo, é o objetivo deste trabalho. Visto que a pesquisa teve como finalidade adentrar nas questões jesuíticas presentes no território capixaba em meados do século XVIII, nos possibilitando apresentar à comunidade acadêmica e civil, nova versão da historiografia capixaba no que diz respeito à trajetória dos religiosos Jesuítas. Nesse estudo destacaremos algumas questões apuradas a partir dos depoimentos apresentados pelas testemunhas no processo de inquirição.

De acordo com relatos do pesquisador e professor Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (2018), a Devassa é um documento composto com as informações a respeito das atividades desenvolvidas pelos Padres Inacianos no Espírito Santo, cujo manuscrito original encontra-se depositado no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. Ela teve como finalidade realizar o levantamento das ocupações e comportamentos dos Jesuítas durante o período que estiveram à frente do processo de povoamento e colonização da Colônia Portuguesa em terras Capixabas, quando possuíam a função de levar a fé católica “catequização/dominação” a todas criaturas, o “documento informa sobre o longo

⁶¹ Doutoranda e Mestra em História (PPGHIS-UFES); Especializações em Gestão empresarial, Educação Especial, Informática na Educação e Modalidade EJA (IFES); graduada em Arquivologia e História (UFES); Membro do Grupo de Pesquisa CNPq-UFES "Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES/UFES).

⁶² Especializada em Informática na Educação (IFES), Educação Infantil/séries iniciais (ISEAC); graduada em Artes Visuais (UFES); Professora educação básica (PMV).

FRAGMENTOS DO PASSADO

processo de investigação com a inquirição de testemunhas acerca da atuação dos jesuítas no Brasil e em outros domínios do Império Português logo após a Companhia de Jesus ter sido declarada expulsa do Brasil (RIBEIRO, 2018, p. 7)". Ainda, conforme apresentado por Ribeiro (2018, fl. 1), os documentos provenientes da transcrição paleográfica do manuscrito, a devassa da reforma da religião da Companhia de Jesus na Comarca do Espírito Santo, foi a atuação da Comissão Apostólica, ocorrida em 28 de maio de 1761, na Vila de Nossa Senhora da Vitória, Capital da Capitania do Espírito Santo.

Para dar andamento ao processo de inquirição da Devassa, foi formada uma comissão responsável por levantar as informações junto a amostragem escolhida para responder os questionamentos apresentados pela Coroa. O Cardeal Francisco Saldanha da Gama, constituiu para Comissário Subdelegado, da mesma religião da Comarca do Espírito Santo no Bispado do Rio de Janeiro, o Reverendo Doutor Antônio Estevez Ribeira, quem pertencia ao apostolado da Religião da Companhia de Jesus na Comarca do Espírito Santo. Para atuar como secretário, foi designado o Padre José de Barros Xavier, bacharel, formado nos Sagrados Cânones pela Universidade de Coimbra, no qual, teve que fazer o juramento de lealdade para tal tarefa, onde ele afirmou escrever tudo o que for passado e que fizesse parte das investigações na devassa.

De acordo com os documentos manuscritos com a transcrição paleográfica apresentada na devassa, a inquirição foi realizada a contar de 8 (oito) questões direcionadas aos assuntos que dizia respeito às ocupações e funções exercidas pelos Padres Jesuítas, representantes legais da Companhia de Jesus na Comarca do Espírito Santo. Foram transcritas e apresentadas por Ribeiro (2018, fl. 2v. a fl. 4v.), conforme especificadas nas descrições a seguir, de acordo com a íntegra do texto da Devassa, o questionário que deu sua origem e teve como incumbência, conhecer as diretrizes implantadas pelos Jesuítas.

Tabela 1 - Inquirições da Devassa

<p>Primeiro: Se sabem, ou ouvirão dizer que os Religiosos da Companhia de Jezus neste Bispado tem faltado a observância regular dos seus status, e inteiro cumprimento dos Seus votos, tanto nos seus Conventos, Collegios e Casas de residência, como fora deles”;</p> <p>Segundo: “emquanto ao voto de pobreza, se são comerciantes, fazendo negociaçoens publicas, ou particulares: se compravão por menos para venderem por mais e se fazião conduzir fazendas, ou outro algum gênero de huã para outra parte por interesses, lucros ou câmbios, contratando por si, ou por diversas pessoas, ainda pelos seus mesmos escravos, fazendo fabricas, manufacturas, ou artefactos por intuito meramente de negócio”.</p> <p>Terceiro: “Se vexavão aos povos, especialmente aos seus vizinhos, com demandas injustas, para lhes tirarem as terras, que lhes não pertencião; e se para terem Sentenças á Seu favor nisto, ou em outra qualquer couza procuravão, e induzião testemunhas falsas, ou se com dinheiro, e dadas movião aos Officiaes de justiça, e outras quaisquer pessoas, que para isso concorressem, conseguindo com falsidades o que lhes-não era devido por justiça; ou se para este fim das duas conveniências particulares e injustas uzavão de papeis falsos, como escripturas, ou outros quaisquer documentos falsificados”.</p> <p>Quarto: “Enquanto ao voto de obediencia, se ensinavão ou praticavão ritos, doutrinas falsas ou opinioens errôneas contra os Decretos Canonicos, Concilios Geraes, Bullas Pontificias e contras as Leys de Sua Magestade Fidelissima, opondo-se com qualquer pretexto à sua inviolável observância, ou persuadindo, movendo, e aconselhando a alguã pessoas, para que não cumprisse com a devida, e necessária obediência”.</p> <p>Quinto: “Se erão arrogantes, querendo que todos lhes fossem subordinados, ainda contra o que entendião; tendo por inimigos da Companhia a todos aquelles, que não condescendião com a suas vontades, e que não lhes obedecião; e se a estes por vingança procuravão fazer lhes o mal, que podião, pertencendo os taes Padres com o seu poder, e malevolência ser de todos</p>
--

FRAGMENTOS DO PASSADO

temidos, e obedecidos, compelindo-os por estes meyoos injustos à falta da observância das Leys Divinas, e humanas, e só a cumprirem indefectivelmente os preceitos das suas vontades, e os meyoos dos seus interesses”.

Sexto: “Sobre o voto de castidade: Se vivem ou viverão castamente nas cidades, Villas, Fazendas e Aldeas, que administravão, se tinhão ou tiverão tratos menos lícitos, e continuados com pessoas, que podião causar algum perigo próximo de pecado; e se nas conversações, e trato comum erão honestos, ou se fallavão, e aconselhavão alguã couza, que causasse escândalo nesta matéria de castidade”.

Setimo: “Se nas suas Aldeas, em que servião de Parochos áos Índios, que administravão, cumprião inteiramente as suas obrigações, não só vivendo com observância regular dos votos, que professavão, más também no que lhes pertencia pelo officio de Pastores, ensinando os rudimentos da Nossa Santa Fé Catholica, pregando-lhes as verdades Evangelicas, e preceitos da Igreja, persuadindo-os, e movendo-os à sua indefectível observância, administrando-lhes os Sacramentos, e os demais pasto espiritual sem negligencia, e omissão”.

Oitavo: “Se tratavão aos Índios com charidade, sem lhes perturbar, ou impedir o uso das suas liberdades, prohibindo-lhes a comunicação com as pessoas brancas, e que estas fossem padrinhos de seus filhos; e se fora do necessário para a cõgrua sustenção dos Padres, que lhes-administravão as Aldéas, os compelião com castigos a trabalhar, usurpando-lhes os lucros dos seus trabalhos, e rendimento das suas propriedades, e se com efeito, os castigavão com crueldade, prendendo-os, e degradando-os de huã paternal correção. Se tãobem exercitarão com eles jurisdição, não só política, e moral, mas também civil, e criminal, sendo seus Legisladores, e Juizes, decindindo as suas controvérsias, e contractos, punindo-lhes os seus delitos sem intervenção de justiça alguã eclesiástica, ou Secular”.

Fonte: Manuscritos da Devassa apresentado por Ribeiro (2018, fl.2v. a fl.4v.).

Os questionamentos que compreendem a tabela 1, fazem parte do conjunto de inquirições documentadas na Devassa da Reforma da Religião da Companhia de Jesus Nesta Comarca do Espírito Santo. Da amostragem apresentada, 63 (sessenta e três) pessoas responderam as 08 (oito) perguntas, sendo elas, homens brancos comuns e natural da região, índios, negros e alguns Padres e reverendos também foram encontrados no relatório de testemunhas, porém em menor proporção. A Devassa, segundo informado por Cunha e Ribeiro (2018, p, 35), “é um documento imprescindível e de rara importância para quantos desejarem aprofundar-se na história jesuítica e em história regional do Espírito Santo no período de governança da capitania por Portugal”. A Devassa trata de um documento com riquíssimas informações em relação aos projetos desenvolvidos pelos Jesuítas enquanto estiveram à frente dos trabalhos nas colônias portuguesas, com isso o documento contribui para desmistificar muitas convicções até então concebidas.

Com posse dessas narrativas, constatamos que o uso da Devassa foi um instrumento muito aplicado no período colonial, na medida em que várias foram as devassas instauradas no Brasil Colônia com propósito de qualificar os procedimentos considerados improcedentes na época, em concordância ao que é apresentada na obra de José Teixeira de Oliveira (2008). Em conformidade com Oliveira, em 1656, foram descobertas informações reincidentes a respeito da Devassa contra Simeão de Carvalho, onde, apresentava a “ordem para que fosse remetida à sede do governo colonial uma cópia de papéis, por via terrestre” (OLIVEIRA, 2008, p, 155). Outro esclarecimento a respeito das devassas na província capixaba, foi identificado em “Consulta do Cons Ult e relatório do Dr. Pedro Alves Seco de Macedo, sobre a Devassa de residência constituída com objetivo de tirar o ouvidor geral do Rio de Janeiro e o Capitão do ES Antônio Mendes de Figueiredo” (OLIVEIRA, 2008, p, 167). Ainda, em consonância as citações de Oliveira, em 1744 foi emitida uma carta régia ordenando inferir Devassa contra alguns índios que apresentavam umas atitudes suspeitas. Essa

FRAGMENTOS DO PASSADO

Devassa resultou na “deportação dos índios Manuel Lobato e João Lopes para a colônia do Sacramento e a “exterminação para longe da aldeia” dos menos culpados” (OLIVEIRA, 2008, p, 214).

Dessa maneira, compreendemos que o uso da devassa foi uma prática bem corriqueira no período colonial, sendo o veículo utilizado para levantar as irregularidades cometidas pelos que ocupavam algum cargo administrativo e/ou de outra natureza. Conforme constatamos na devassa emitida contra Joaquim José Coutinho Mascarenhas, pessoa de confiança do governo e ocupava cargo na ouvidoria da capitania do Espírito Santo.

Em 1788, a ouvidoria da capitania tinha por titular Joaquim José Coutinho Mascarenhas, acusado pela Câmara de Vitória, perante a rainha, “de ter praticado graves irregularidades e abusos no exercício do seu cargo e de se embriagar constantemente”. No ano seguinte foi baixada permissão régia determinando que o ouvidor de Porto Seguro viesse ao Espírito Santo suspender seu colega e proceder a devassa sobre os fatos de que este era acusado. Do que resultou intimação para que o acusado embarcasse imediatamente para o Reino. (ALMEIDA *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 250).

Várias foram as Devassas apresentadas por Oliveira, porém não é interesse do trabalho citá-las na íntegra, apenas apresentar como era habitual tirar devassas em casos suspeitos, sendo um recurso comum para esclarecer os fatos. Contudo, não se pode levar em consideração como um fato real tudo que está inserido nas devassas, visto que em muitos casos elas poderiam ser manipuladas de acordo com interesse da política local. Fato é que, não é conveniente afirmar como verdade e sim apenas como relatos históricos disponíveis em fontes primárias.

De acordo com o que contemplamos nas perguntas e respostas da devassa contra os jesuítas, notamos um teor indutivo, situação que propõe certa destreza em alguns questionamentos e entendimentos das perguntas disponíveis na devassa: As perguntas foram induzidas? Os respondentes foram direcionados? São questionamentos sem respostas, dessa maneira, não podemos criar juízo de valor e, sim, cabe a nós historiadores apresentar apenas as provas cabais contidas no documento analisado.

Conforme o documento analisado, notamos em várias respostas a presença de testemunhas falando “por ter ouvido falar”, “é notório”, ou seja, frases construídas a partir do senso comum, o que nos levou a compreensão de que o fato ocorrido se configurou na prática a contar das informações adquiridas a partir do uso da memória construída ao longo do tempo, uma vez que as perguntas já induziam as respostas, a partir do vício de linguagem “por ter ouvido falar”, “é notório”. O uso da memória como recurso para fazer história tornou-se um dos cabedais bastante utilizados pelos historiadores, visto que, a contar da memória resgatada pela história da memória, contempla um dos métodos comuns na construção da historiografia. Dessa forma, Thompson; Frisch e Hamilton apresenta que,

Ao situarem a memória simultaneamente como fonte de alternativas e resistências vernaculares ao poder estabelecido e como objeto de manipulação ideológica hegemônica por parte das estruturas do poder cultural e político, os historiadores fizeram muito mais do que simplesmente incorporar a memória à sua coleção de ferramentas, fontes, métodos e abordagens. A própria memória coletiva vem se

FRAGMENTOS DO PASSADO

convertendo cada vez mais em objeto de estudo (THOMPSON; FRISCH; HAMILTON, 2005, p. 77).

Jacques Le Goff (1990, p. 423), informa como a memória aparece nas ciências humanas, e se utiliza “mais da memória coletiva que das memórias individuais”. Com isso, Le Goff diz que a memória, atua como forma preponderante no sentido de manter determinadas, isto é, a memória “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 423). A partir dessa compreensão, o estudo da memória compreende “a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia” (LE GOFF, 1990, p. 423). Nesse sentido, é comum os historiadores lançarem os olhares a partir da memória construída, coletiva ou individual, com a finalidade de ratificar os acontecimentos históricos a partir da memória.

Conforme notamos nas falas de algumas testemunhas ao relatarem os fatos, onde disseram: “falava por ver e presenciar”, isto é, trata-se de testemunhas que vivenciaram o momento com os Padres Jesuítas e suas atitudes com os subordinados, tendo esses, experiências empíricas diante dos dados encontrados na Devassa, fato que não deixa de ser também um recurso da memória alicerçada no coletivo. Muito comum encontrarmos situações atuais provenientes da memória fundamentada no coletivo e forma o senso comum, como exemplo, “Lula Ladrão”, a maioria dos conservadores e os que não compartilham da ideologia de uma política democrática e social, mais conhecida como “esquerda”, “socialista” e até mesmo “comunista”, dizem que Lula é ladrão. No entanto, se perguntar o que ele roubou, não saberão dizer, ou talvez o “Triplex no Guarujá”, ou seja, existe a mídia que constrói e leva esta informação até a sociedade e a partir dela, foi construído o estereótipo que o Lula é ladrão⁶³, e esta informação proporcionou a construção da memória coletiva. De acordo com a definição de Henry Russo

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino da vida humana (RUSSO, 2005, os 7 e 8).

Pretendemos apresentar neste trabalho, a análise das respostas apresentadas pelas testemunhas e confrontá-las com literaturas do mesmo período. Como técnica da pesquisa, optamos pela análise qualitativa e quantitativa, visto que trata de um método que mais se aproxima do trabalho proposto. De acordo com Maria Cecília de Souza Minayo, a pesquisa qualitativa,

(...) responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos

⁶³ Apenas figurativo, não estou dizendo que o Lula é ou não culpado.

FRAGMENTOS DO PASSADO

fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p, 21).

Para análise da pesquisa, buscamos explorar as respostas de algumas perguntas, logo, não será realizada em todas, em razão de pretendemos elencar as questões de viés socioeconômico e cultural dos nativos contemporâneos aos Jesuítas, com isso, entendemos que algumas perguntas contemplam assuntos já tratados em outras e algumas com pouca aceitação pelos respondentes, resultando em poucas respostas, o que dificultou a realização da análise. Dessa forma analisamos apenas as questões: “segunda, quarta, sexta e oitava”, por acreditar que essas apresentaram respostas mais condizentes ao estudo proposto.

Em primeiro lugar, analisamos assuntos considerados relevantes a partir das respostas obtidas na segunda pergunta. Esta pergunta apresenta em seu contexto, indagações no que refere a prática usada pelos Padres Jesuítas no sentido de adquirir lucros para o próprio bem-estar, nela é apresentado se era comum as práticas de produção e comércios com fins lucrativos exercidas pelos jesuítas. Outra questão que será explorada, refere-se à quarta pergunta, nesta, averiguou se os Padres Jesuítas eram obedientes e praticantes das doutrinas impostas pelo regimento da Igreja Católica, bem como se eles exerceram algum ato de benevolência aos Índios. A contar da confluência dos depoimentos das testemunhas, foi possível entender algumas das práticas da religião europeia em terras capixabas.

Em continuidade aos estudos, foi investigada a sexta questão, essa busca em seu questionamento o tema que refere a castidade dos Padres, ou seja, se os mesmos cumpriam com o voto de castidade feito ao ingressar para alguma ordenação religiosa, contemplada na doutrina da igreja católica Apostólica Romana, como a castidade dos integrantes independente do gênero. Esta questão obteve vários comentários, por tratar da vida religiosa dos Padres tornou-se bastante relevante para nosso trabalho. Trata-se de um assunto ainda bastante recorrente, principalmente entre membros de instituições religiosas na contemporaneidade. Por último, foi analisado os conteúdos apresentados na oitava pergunta, essa dispõe de uma riqueza de informação, visto que esmera em saber sobre a forma que os índios e escravos eram tratados, se os Padres tinham algum tipo de clemência e empatia pelos seus discípulos. Essa também ofereceu várias referências a respeito do que foi tratado, e contribuiu com entendimento geral do cotidiano dos índios em época da colonização, sendo este, um dos motivos que nos levou a adentrar em suas respostas, e serão apresentadas de forma mais detalhada a seguir.

2 ANÁLISE DA DEVASSA

Ao analisarmos a Devassa da Reforma da Religião da Companhia de Jesus nesta Comarca do Espírito Santo, que trata da transcrição paleográfica do manuscrito de 1761, fornecida pelo Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (RIBEIRO, 2018, p. 7), instituição responsável pela conservação e guarda do documento. Identificamos o quanto o documento contribuiu com informações pertinentes a atuação dos jesuítas no Espírito Santo. Esse documento veio enriquecer as fontes de pesquisa no que diz respeito a historiografia capixaba, ela presenteia com esclarecimentos acerca da Companhia de Jesus, e a

FRAGMENTOS DO PASSADO

percepção dos moradores em relação a atuação dos Padres Jesuítas após o período que foram expulsos.

Não pretendemos com esta análise, esgotar o assunto da Devassa, uma vez que trata de um documento riquíssimo em conhecimento. Dessa forma, conforme já informado, atentamos apenas em alguns pontos, por considerá-los relevantes ao entendimento acadêmico científico e de forma geral, trazer à luz das fontes, novos esclarecimentos no que diz respeito à conduta dos Jesuítas em solos capixabas.

Como metodologia para a análise, elaboramos uma planilha com todos os dados considerados relevantes ao desempenho da pesquisa, a partir desta planilha, foi possível apresentarmos alguns resultados quantitativos e qualitativos. Em primeiro lugar, levantamos o perfil e denominação dos testemunhos que apresentaram seus depoimentos. Não causou surpresa a ausência de depoentes do gênero feminino na amostragem dos 63 (sessenta e três) indivíduos que atestaram a Devassa, em virtude de que as mulheres sempre estiveram à margem da política no período colonial.

Na totalidade dos que prestaram depoimentos, foram encontrados 27 (vinte e sete) identificados como homens brancos e comuns; 5 (cinco) padres e/ou reverendos de outras ordenações religiosas como os Carmelitas; apenas 2 (dois) pertenciam ao grupo dos ex-escravos, definidos como escravos forros; 18 (dezoito) foram denominados como atuantes em cargos públicos, tais como Capitão Mor, Juiz, Assistente, Tenente e vereador; apenas 11 (onze) dos entrevistados foram denominados como índios e/ou nativos, informação que nos causou estranheza, uma vez que a Devassa tratou de assuntos diretamente relacionados ao tratamento que os jesuítas mantinham em relação a esse grupo, entendemos que seria mais coerente esse grupo fazer parte da maioria. As informações a respeito dos depoentes podem ser melhores observadas no

gráfico 1- denominações das testemunhas -, abaixo:

Gráfico 1



Fonte: Devassa da Reforma da Religião da Companhia de Jesus Nesta Comarca do Espírito Santo.

Os números encontrados não nos surpreenderam, considerando que, dos que atuaram como testemunhas, a maioria eram homens brancos, supostamente descendentes de europeus e os informados como pertencentes a

FRAGMENTOS DO PASSADO

algum cargo público, ao que parece, também fazem parte desse grupo de pessoas – homens brancos -. Totalizaram 45 (quarenta e cinco) do público respondente, ou seja, o equivalente a 71,43% dos que apresentaram os depoimentos, supostamente pertenciam a elite branca. Quanto ao resultado dos negros, também já era esperado, apenas 2 (dois) foram encontrados no grupo dos respondentes, o que representa 3,17% da amostragem dos identificados como negros forros. No que diz respeito aos Padres e Reverendos, foi encontrado o número de 5 (cinco), totalizando 7,93% dos religiosos que também forneceram suas declarações a respeito do comportamento dos Jesuítas enquanto estiveram atuando nas colônias portuguesas com o papel de educador, administrador e catequizador.

Por último, apresentamos a amostragem dos índios, somente 11 onze) fizeram parte dos que apresentaram seus depoimentos a Devassa, com a proporção de 17, 47%. Nessa categoria, muitos dos que responderam ao questionário relataram que vivenciaram os fatos apresentados no documento, dado que as explicações fornecidas por eles vêm ricas de detalhes, sendo que, em diversas falas eles disseram que experimentaram no cotidiano das Aldeias tais situações. Um dos fatos que nos chamou a atenção na amostragem dos índios, foi que a maior parte dos que participaram dos depoimentos na devassa, pertenciam a Aldeia de Ereritiba/Benevente.

Outra temática contemplada a partir dos dados da planilha, foi a quantidade de respostas obtidas em cada pergunta, lembrando que os documentos foram compostos por 8 (oito) perguntas. Mesmo tendo em nossa proposta de trabalho apresentar análise de apenas 4 (quatro) perguntas, optamos por levantar e apresentar o resumo encontrado de todas as questões que fazem parte do conjunto que compõem a devassa.

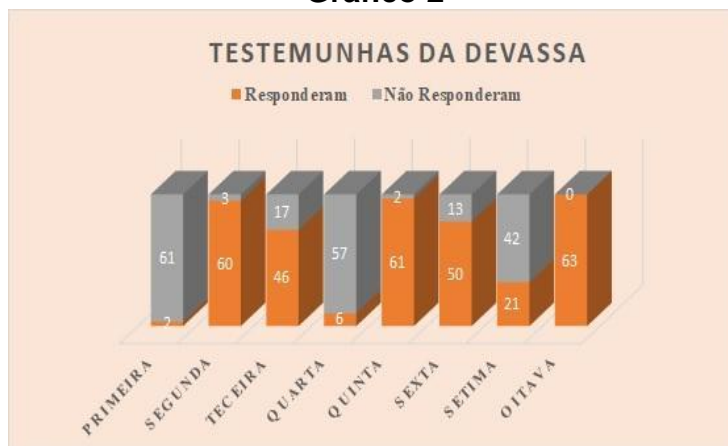
Na primeira pergunta apresentada pelos inquisidores, o documento identificou apenas dois depoentes evidenciando algum conhecimento a respeito do assunto veiculado, 61 (sessenta e umas) pessoas não demonstraram conhecer o assunto tratado na pergunta. Na segunda, do total de sessenta e três respondentes, apenas 2 (dois) não comentaram a respeito do assunto abordado. Na questão de número três, também teve boa aceitação pelos entrevistados, 46 (quarenta e seis) apresentaram informações a respeito do assunto. Já na quarta não teve o mesmo desempenho, apenas 6 (seis) do público pesquisado demonstrou saber alguma coisa em relação ao que fora inquirido. Para a quinta questão foi diferente, 61 (sessenta e umas) pessoas das que foram interrogadas, demonstraram ter domínio sobre o conteúdo e apresentaram suas opiniões acerca do que foi inquirido. Outra questão bastante polêmica e que teve boa aceitação por parte das testemunhas, foi a sexta, nesta, 50 (cinquenta) dos que responderam ao questionário, possuíam algum esclarecimento a fazer. A sétima questão não teve a mesma aceitação, apenas 21 (vinte e um) dos que responderam, demonstraram conhecimento sobre a temática arguida. Por último, no oitavo questionamento, foram unânimes, 63 (sessenta e três) manifestaram conhecer o assunto interpelado, tanto este quanto a segunda, quarta e sexta serão mais detalhadas a seguir.

Com a finalidade de evidenciar com mais clareza os dados encontrados, essas informações podem ser identificadas com mais clareza no Gráfico 2 – testemunhas da devassa -, onde apresenta sistematicamente as perguntas que compõem o documento e o número das que foram respondidas. Representadas

FRAGMENTOS DO PASSADO

pela cor laranja aos que responderam, e o número dos que não disseram nada a respeito do que fora perguntado está evidenciado na cor cinza.

Gráfico 2



Fonte: Devassa da Reforma da Religião da Companhia de Jesus na Comarca do Espírito Santo (RIBEIRO, 2018, fl. 1 à fl. 181).

2.1 Os Padres jesuítas e os votos de pobreza

A primeira questão analisada na Devassa apresentada neste trabalho foi a segunda questão do questionário, onde foi perguntado “*Se sabem enquanto ao voto de pobreza, se são comerciantes, fazendo negociações publicas, ou particulares: se compravão por menos e vendião por mais e se fazião conduzir fazendas, ou outro algum gênero de huã para outra parte por interesses, lucros ou câmbios, contratando por si, ou por diversas pessoas, ainda pelos seus mesmos escravos, fazendo fábricas, manufaturas, ou artefactos por intuito meramente de negócio*”.

Para esta pergunta, 60 (sessenta) pessoas apresentaram respostas e na maioria delas parecidas, os depoimentos não destoaram um dos outros, no geral as respostas eram bem parecidas. Mesmo a devassa ter sido realizada com pessoas de diversas regiões da Comarca do Espírito Santo, tais como: Colégio São Tiago, Aldeia de Reis Magos, Araçatiba, Morubeca, Eiritiba, Divino Espírito Santo, entre outras. O teor das respostas manteve sempre em torno do mesmo contexto, não foi encontrada nenhuma resposta diferenciada das demais, a maior parte das testemunhas mantiveram respostas com base no senso comum.

Em quase todos os depoimentos foram apresentados que os Padres mantinham comércio em vários locais da Vila, tais como nos trapiches, dentro do colégio e ou comércio de rua, entre outros. De acordo com as informações, era comum a prática do comércio pelos Padres Inacianos, onde eles comercializavam: feijão, arroz, mandioca, açúcar, melado, peixes, chumbo, pólvora, frutas, taboados, canoas, tecido de algodão, entre outros. Quanto ao questionamento a respeito dos lucros recebidos pelos Inacianos, houveram vários comentários a respeito de que os Padres compravam tecidos de algodão por valores mais baixos e vendiam para outras localidades com valores mais altos, configurando assim a prática do lucro próprio. Comentaram também que os jesuítas não pagavam os impostos alfandegários dos produtos transportados por embarcações para outras localidades, o que denominou prática comercial fora da lei com fins lucrativos. Outro ponto que corroborou com esse discurso,

FRAGMENTOS DO PASSADO

foram as falas a respeito dos produtos processados pelos trabalhos indígenas tais como pesca, plantação, construíam canoas, serrava madeira, fiava algodão, entre outros. Esses produtos eram vendidos e às vezes para os próprios índios que os produziam, fato que colaborou com o discurso das atividades lucrativas e a revolta dos nativos. Conforme pode ser verificado em algumas falas das testemunhas em seus depoimentos:

Dep. 1 – *Disse que sabe por ver e ser público e notório, que os Padres tinham casa de comércio dentro de seus muros, uma venda pública e nela uma escrava Bibianna vendia: farinha, melado, açúcar, arroz, feijão, dentre outras frutas e legumes, tudo feito no engenho da Fazenda de Araçatiba”, onde a testemunha mandou por várias vezes comprar estes produtos.*

Dep. 2 – *Disse que os padres mandavam comprar várias peças de algodão, enviavam pela fragata sem pagar impostos aos contratadores, a testemunha ouviu dizer dos Padres que tais planos não eram para negócio, mas sim para vestuário dos escravos e outros colégios, porém eram vendidos por preço mais alto.*

Dep. 3 – *Disse que sabe de fonte certa, que os Padres vendiam no seu trapiche pelos seus escravos: açúcar arrobado, e também mel de purgar a todo o povo.*

Dep. 4 – *Disse que sabe pelo ouvir dizer ao Padre Frey Manoel da Conceição, que o Padre Caetano Mendes, mandava comprar queijo, e vendia na Vila para José Sylverio (defunto)*

Dep. 5 – *Sabe por público e notório que o Padre Thomaz superior de Araçatiba, vendia Taboado, gamelas, porcos, galinhas, limões doces, laranjas, e outras coisas.*

Dep. 6 – *Disse que lhe disseram os moradores de Ubú, que o Padre Ignacio Leão vendia pólvora, xumbo por um copinho de medida, o povo reclamava que não chegava ao peso justo, disse mais que o Padre vendera a ele cinquenta peixes salgados por preço de 2 mil reis, pouco tempo antes uns homens haviam vendido 500 peixes; disse mais, que o padre mandava tecer pano de algodão com listras vermelhas, e os mandava vender na Vila, o que fora informado por pessoas fidedignas que havia comprado o pano.*

Dep. 7 – *Disse mais, por ser pública voz e fama, não só os superiores de Ereritiba, mas todos da Aldeia mandavam vender madeiras e taboados, que os índios serravam; disse mais que José Sylverio Boticario (já defunto) dicara que os padres mandaram pedir ao Padre Manoel Caetano vir 50 queijos da Fazenda de Moribeca para venderem e repartirem o lucro entre ambos.*

Diante destes relatos, constatamos que as testemunhas estavam bem instruídas ao fornecer as informações, umas mais detalhadas, outras mais sucintas, porém no geral, em quase todas as respostas o conteúdo era o mesmo. Dessa forma, de acordo com o documento, entendemos que os Padres Jesuítas mantiveram comércio dentro das Aldeias, Fazendas e Colégios, o cultivo não foi apenas para manutenção dos Padres e dos povos aldeados. Havia também o interesse comercial e lucrativo, prática contrária aos princípios dos votos de pobreza realizados pelos Religiosos ao ingressar na Ordenação dos Jesuítas na Igreja Católica Apostólica Romana.

2.2 Voto de obediência dos Padres Jesuítas

Na quarta pergunta da devassa e segunda analisada por nós, ela tinha como objetivo saber se os Padres quando administravam e/ou coordenavam os índios no período colonial, praticavam a obediência no que referia aos Cânones da Igreja Católica Apostólica Romana, se o que praticavam estavam de acordo com as leis e diretrizes da Igreja. *“enquanto ao voto de obediência, se ensinavam ou praticavam ritos, doutrinas falsas ou opiniones erroneas contra os Decretos Canônicos, Concílios Geraes, Bullas Pontíficias e contras as Leys de Sua Magestade Fidelissima, opondo-se com qualquer pretexto à sua inviolável*

FRAGMENTOS DO PASSADO

observância, ou persuadindo, movendo, e aconselhando a alguã pessoas, para que os não cumprisse com a devida, e necessária obediência”.

Apenas 6 (seis) depoentes responderam esta questão. O fato da pequena atenção ao que foi perguntado, pode ter ocorrido pela dificuldade de interpretação na pergunta, ou mesmo por considerar um assunto irrelevante ao cotidiano da comunidade indígena. Tendo em vista que, a pergunta sustenta em seu contexto arguição sobre a conduta dos Padres no que refere aos ensinamentos religiosos e a obediência das leis eclesiásticas, assuntos aparentemente pouco disseminados entre a comunidade nativa da época. Mesmo com o baixo índice de resposta, alguns comentários foram realizados a respeito da temática, conforme podem ser comprovados nas declarações evidenciadas pelos depoentes a seguir:

Dep. 1 – *“Disse que os Padres eram frequentes nos confessionários, e púlpitos, e não sabe se ensinarem doutrinas contrárias às determinações da Igreja, e Leis de sua Majestade Fidelíssima”.*

Dep. 2 – *“Disse que quanto às doutrinas que os Padres ensinavam, ao parecer da testemunha eram boas”.*

Dep. 3 – *“Disse por ouvir e presenciar, um sermão em certa solenidade que o Padre dizia, só através dos Jesuítas salvariam, aludindo a este dito a religião deles”.*

Dep. 4 – *“Disse que é certo, e sem dúvida, público, e notório que os Padres tinham por inimigos aqueles, que não condescendia com suas vontades, vontades justas, ou injustas”.*

Dep. 5 – *“Disse que sabe por dizer o Padre Manoel da Rocha Presbítero do hábito de São Pedro, e morador nesta Vila, que indo o Padre Luiz Alvares a São Matheus para ser missionário, casou uma preta com Miguel Gomes, homem branco, sendo seu marido vivo, e assistente em campos, por dizer ao Padre apenas que estava mal casada com primeiro marido com nulidade do primeiro matrimônio”.*

Dep. 6 – *“Disse mais que sabe por lho dizer o seu Reverendo Padre Prior Frey José de Jesus Maria, e alguns religiosos, que o Padre Gonçalo da Costa, Pregando em dia de Jesus no colégio desta Vila, dissera que só os jesuítas se salvaram, sem outra explicação”.*

Dep. 7 – *“Disse que pelo ouvir dizer o Padre Ignacio Rodrigues em uma pregação na Igreja de Ereritiba em que uns índios tinham revoltado contra os Padres, ele disse que os Padres da Companhia de Jesus tinham mais poder do que os Reis, porque reis, uns são respeitados outros não. Para os índios não tentar revoltar contra os Padres, porque eles tinham muito poder”.*

Conforme já informamos, poucos foram os comentários a respeito desse assunto, apenas mencionaram alguns casamentos pela segunda vez efetivados por Padres, situação contrária a doutrina da Igreja, bem como a realização de pregações onde os Padres colocavam os jesuítas como detentores do poder junto a Deus, fato que ocorria para coibir os índios de praticar qualquer tipo de delito ou manifestação contrária às ordens dos Padres. No geral, não tivemos muito a apresentar referente ao assunto questionado, contudo, identificamos o sentimento coercitivo sofrido pelos nativos, posto que eles relataram a pregação dos Padres como forma de evitar as manifestações e reivindicações.

2.3 A Castidade dos Padres Jesuítas

Na pergunta de número 6 (seis), a terceira analisada por nós, a inquirição foi sobre a castidade dos Padres e se os mesmos praticavam algum ato ilícito enquanto estiveram à frente dos trabalhos da Companhia de Jesus. Onde foi perguntado: *“Sobre o voto de castidade: Se vivem ou se viverão castamente nas*

FRAGMENTOS DO PASSADO

Cidades, Villas, Fazendas e Aldeias, que administravão. Se tinham ou tiverão tratos menos lícitos, e continuados com pessoas, que podião cauzar algum perigo próximo de pecado; e se nas conversações, e trato comum erão honestos, ou se fallavão, aconselhavão alguã couza, que cauzasse escândalo nesta matéria de castidade”.

Para esta pergunta, os inquiridores obtiveram 50 (cinquenta) respostas dos sessenta e três respondentes. Trata-se de um assunto bastante polêmico, visto que lidou com a sexualidade e moral dos representantes da Igreja no período do Brasil colônia da época. Dentre as várias respostas obtidas, grande parte repetidas, segundo o que ocorreu em quase todas as questões levantadas. Nessa pergunta foram quase unânimes nas respostas, isto é, os Padres mantinham relacionamento com índia, negras e mestiças casadas e/ou solteiras, ou seja, a promiscuidade que os Padres mantinham dentro dos colégios e Aldeias, o uso e abuso do poder a fim de conseguir o que queriam ficou claro nas respostas, informações que apresentam maiores esclarecimentos diretamente nas falas manifestadas pelas testemunhas, a seguir:

Dep. 1 – *“Disse que sabe por ouvir dizer e ser público e notório na Villa, que o Padre Manoel de Magalhaes, viveu escandalosamente amancebado com a Mulata Engracia (solteira), escrava de Dona Úrsula, e hoje casada com Mulato André Barreto; o Padre Andre Victoriano andava concubinato com Maria Nunes Solteira, mulata, escrava de Manoel Correa de Lemos e que dele teve duas filhas gêmeas”.*

Dep. 2 – *“Disse que era pública a fama pela maior parte dos moradores da Vila, que o Padre Magalhaes tinha ato ilícito e continuada com a mulata mestiçada Claudia Monteiro, na época solteira, hoje casada, com a qual a vi uma vez conversando com o dito padre”;*

Dep. 3 – *“Disse que era notório o Padre Thomaz de Campos que fora da Fazenda de Araçatiba por muitos anos, teve tratos ilícitos com a mulata Leocadia, forra, solteira, natural, e moradora desta Vila, e com outras mulheres”.*

Dep. 4 – *“Disse mais, que o Padre Matheus Teixeira tivera com a escrava Ana uma filha chamada por Maria”.*

Dep. 5 – *“Disse que sabe do mesmo modo que o Padre Andre Victriano teve duas filhas gêmeas, de ato ilícito e continuado com a mulata Maria Nunes, escrava de Manoel Nunes”.*

“Disse que sabe por ser público e notório que o Padre Miguel Carlos sendo Minorista, saia repetidas vezes fora do seu colégio a noite encapuzado em um capote, com um lenço amarrado na cabeça e um chapéu andando a procura de mulheres de má fama”.

Dep. 6 – *“Disse que o Padre Luiz Cardozo saia com uma mulata chamada Maria, escrava de Capitão Jose de Jesus Sylva”;*

Dep. 7 – *“Disse mais que sabe da mesma forma e por ver o Padre Jose Mattos na casa de sua meretriz Sebastiana de Lyrio, Parda e Forra”.*

Dep. 8 – *“Disse que sabe por ser pública voz, e fama que o Padre Francisco Ferraz teve dois filhos de duas índias solteiras; Padre José Baptista teve um filho com uma índia; Padre Jeronimo de Souza teve uma filha Nataria de Souza com uma índia; disse que a maior parte dos Padres relacionavam com as índias e tiveram filhos”.*

Dep. 9 – *“Disse que sabe por ser público e notório, que o Padre Júlio de França viveu com a índia Paulina e Paschoa de quem teve uma filha, e disse que esse Padre castigava os pais que proibiram ele de relacionar com as filhas”;*

Dep. 10 – *“Padre Francisco Ferraz teve dois filhos de uma índia chamada Paulina; Padre José Baptista teve uma filha da índia chamada Antônia, depois o Padre foi para a Vila de Benevente e relacionou com a índia Elena”.*

Dep. 11 – *“Disse que sabe por ser público nesta Vila que o Padre Nicolao Rodrigues, andou amigado com uma índia Rosa, casada; Padre Júlio de França amancebado com Raymundo, casada, da qual teve um filho; os Padres José Baptista, e o Caetano Mendes, e o André Victoriano, viveram escandalosamente com as índias, eles chegavam a brigar por causa das índias; enfim a maioria deles envolveram com as índias”.*

Dep. 12 – *“Sabe por ser fama pública que o Padre Nicolao Rodrigues, andou amancebado com a índia solteira, chamada Faustina; o Padre Caetano Mendes teve um*

FRAGMENTOS DO PASSADO

filho com uma índia casada, chamada Catharina, este mesmo Padre teve relação com Maria, índia solteira; o Padre Francisco Ferraz, mandou açoitá-lo o índio chamado Victoriano, marido de sua amante”.

Dep. 13 – *“Padre Nicolao Rodrigues vivia com Lourença, índia e casada com um índio com o nome de Francisco da Flor, e andou concubinato com outra Índia Sebastiana, também casada com Maurício Lopes, que se ausentou da Aldeia devido a traição da mulher; o Padre Antônio Pinto vivia com Francisca Freyre casada e assistente em Ubu; a maioria dos Padres da Aldeia de Ereritiba viviam amancebados com as mulheres casadas e solteiras, sendo este os pais e maridos consentiam”.*

Dep. 14 – *“o Padre Paschoal Bernadino Minorista presenciou o Padre Joaquim de Moraes que engravidou uma Índia chamada Francisca, teve a criança, o Padre batizou, matou e enterrou”.*

Optamos por destacar o fragmento a seguir dada a observação de ter sido o único que elogiou os Padres, dizendo que os mesmos eram honestos, porém não argumentou em nada sua resposta, sem muitos detalhes, apenas que os Padres eram honestos, resposta que chamou atenção, visto que divergiu diante das demais: **“Disse que os Padres da Companhia pareciam honestos, e mais nada disse deste”.**

Em suma, com análise do documento, identificamos o quanto os Padres não respeitaram os votos de castidades realizados nas ordens religiosas. É interessante notar como os Padres utilizavam de seus poderes para persuadir as mulheres índias, negras e mestiças a sucumbirem a seus desejos. Infelizmente esta prática perpetua em nossa cultura até o presente momento (2021), convivemos com esse tipo de situação no dia-a-dia, e é muito comum saber de chefes que assediam as funcionárias, patrões que forçam as trabalhadoras em seus lares a saciarem suas fantasias e desejos. Na maioria das vezes, elas aceitam por não ter opção, com medo de perder o emprego, ou até mesmo para tentar a partir desse contato mais próximo, conquistar alguma ascensão funcional ou econômica na empresa. Ou seja, o relacionamento abusivo, a violência simbólica (Bourdieu) permanece viva em nossa sociedade. O poder é uma forte arma usada pela minoria que as detêm (dominadores) como forma de coibir e constranger aqueles que são mais fracos (dominados) a realizar seus desejos.

2.4 Caridade ou Crueldade: tratamento dos Jesuítas aos Índios

Por último, analisamos a questão 8 (oito), nela os inquisidores procuraram saber se os Padres mantinham algum gesto de caridade com os gentios, e se havia liberdade para que eles pudessem agir conforme suas vontades, se havia alguma repressão como forma de disciplinar, conforme pode ser observado na pergunta em sua íntegra: *“Se tratavão aos Índios com charidade, sem lhes perturbar, ou impedir o uso das suas liberdades, proibindo-lhes a comunicação com as pessoas brancas, e que fossem padrinhos de seus filhos; e se for a do necessário para a congrua sustentação dos Padres, que lhes administravão as Aldeias, o compellião com castigos a trabalhar, usurpando-lhes os lucros dos seus trabalhos, e rendimento das suas propriedades, e se com effeito, os castigavão com crueldade, prendendo-os, flagelando-os, e degradando-os de huã para outra parte, excedendo nisto os limites de huã paternal correção. Se tão-bem exercitarão com elles jurisdição, não só política, e moral, tão-bem civil, e criminal, sendo seus Legisladores, e Juizes, decidindo as suas controvérsias,*

FRAGMENTOS DO PASSADO

e contractos, punindo-lhes os seus delitos sem intervenção de justiça alguma eclesiastica, ou secular”.

Para esta questão, os inquisidores alcançaram o maior índice de aceitação, 100% dos entrevistados tinha algo para falar a respeito do que estava sendo questionado. Conforme já apresentado nas demais questões analisadas, esta não foi diferente, a maior parte das testemunhas foi coesa em suas respostas. No geral, eles foram unânimes em dizer que os índios eram tratados como escravos; não tinham liberdade de lidar com os brancos; não podiam se vestir nem calçar conforme os brancos; eram proibidos de falar a língua portuguesa para evitar o contato com os brancos; eram tratados com violência sendo açoitados, amarrados em troncos; trabalhavam nas fazendas dos Padres sem nenhum soldo; em suas folgas eram submetidos ao trabalho de carregar os padres em redes. Isto é, a justiça deles era própria dos Jesuítas, os Padres não utilizavam da justiça secular ou eclesiástica para punir seus súditos. Conforme pode ser observado em alguns depoimentos a seguir.

Dep. 1 – *“Disse que os Padres que administravam os Índios da Aldea Reys Magos, lhes impediam e perturbavam o uso da liberdade, e comunicação com os brancos, nem lhes consentia que os brancos fossem padrinhos de seus filhos, e os obrigavam com castigos a trabalhar e usurpa-lhes o lucro da maior parte do trabalho, além do que era necessário para seu sustento; e os proibiam de vender madeiras e canoas que faziam; e se não obedecesse, eram presos, açoitados a mando dos Padres. o testemunho utilizou de informações passadas pelos próprios índios”.*

Dep. 2 – *“Disse que sabe de fonte certa, por ter alugado alguns índios para trabalharem em sua lavoura por jornada, e estes não saíam da Aldeia para ganhar jornal sem a licença dos padre, e nas licenças que lhes davam, estipulavam um tempo que poderia trabalhar fora de suas Aldeias, se excederem o prazo estipulado, eles eram castigados com prisões e açoites, por faltarem nas atividades dos padres, e proibiam dessa forma o direito do uso da liberdade”.*

Dep. 3 – *“Disse mais, que sabe por ouvir publicamente, e ser público e notório, que se o índio cometer algum crime, os padres não aceitavam a justiça eclesiástica e nem a secular e sim a própria justiça”.*

Dep. 4 – *“Disse que sabe por ver, e ser público que os Padres serviam dos índios como seus escravos, fazendo que os mesmos os carregassem em redes, os prendiam e mandava açoitar, e degradava de um lado para outro, e se cometiam alguma morte, recolhiam em suas Aldeias, as justiças não os punia por respeito aos Padres, só estes os castigavam com açoites, prisões de troncos dentro da igreja, e nas casas os padres”.*

Dep. 5 – *“Sabe por ouvir dizer que geralmente os Padres, uns mais outros menos, castigavam (...) em uma ocasião vários índios fugiram desta Aldeia (reis Magos) para freguezia da Vila do Espirito Santo e pediram ao Paracho Padre Manoel Lopes de Abreu que lhes administrassem os sacramentos porque não aguentavam os Padres da Aldeia. A testemunha presenciou e foi padrinho de uma filha de 4 (quatro) dias que uma Índia trazia, a qual batizou na freguesia”.*

Dep. 6 – *“Dia de Sao Miguel um Padre Minorista espancou um índio com um pau, por ciúmes de uma Índia; no fim da prossição os índios fizeram um motim, os Padres tiveram que se trancar dentro do colégio para não ser feridos pelo Motim. Na noite seguinte, os Padres mandaram o Minorista para Vila de Vitoria, os índios revoltados expulsaram os Padres. os padres disseram que eles estavam perdoados do seu levante, porem chamou oito escravos armados e chamou 5 índios líderes do motim, mataram dois e prenderão três...Fls. 093v e 94”.*

Dep. 7 – *“o Padre Francisco de Abreu, entrava nas casas dos índios com uma pistola, faca e pau ou bordao na mão, espancando todos os índios que estavam dentro de casa, e tinham que sair e ir ao trabalho”.*

Com estas respostas acerca da inquirição, inferimos o quanto os Padres não cumpriram com quase nenhum código de caridade para com os índios, eram

FRAGMENTOS DO PASSADO

autoritários e usavam do poder para coibir e mantê-los presos a suas ordenações. Sobretudo, deveria haver algo que mantivesse os índios e cativos nessa situação de submissão. De acordo com Nara Saletto (2011, p. 125) “Os aldeamentos deveriam então oferecer proteção a uma parte dos indígenas, aos quais caberia participar da defesa da colônia e prestar outros serviços, como aliados haviam feito”. Dessa forma, os índios que não aceitavam livremente as diretrizes impostas nos aldeamentos, “deveriam ser objeto da “guerra justa” e da escravidão” (SALETO, 2011, p. 125). Talvez essas explicações justifiquem a sujeição dos índios aos abusos que foram submetidos, conforme apresentado pelas testemunhas.

Não obstante, não podemos basear nos fatos apresentados como verdades absolutas, na medida que não temos conhecimento da forma como as testemunhas foram escolhidas e/ou orientadas, bem como se houve exagero nos detalhes apresentados nos depoimentos, com finalidade de asseverar a condenação dos Padres Jesuítas, ou se realmente apresentaram os fatos. Não é objetivo deste trabalho analisar se os fatos foram reais ou não, mas sim, analisar as informações fornecidas pelas testemunhas na Devassa da Reforma da Religião da Companhia de Jesus Nesta Comarca do Espírito Santo. Sobre esse assunto, Ribeiro discorre que,

Alguns aspectos dessa devassa que merecem atenção. Entre todos os depoentes, nenhum apresentou opinião favorável aos jesuítas, o que denota a imensa antipatia pelos inicianos entre os que foram escolhidos. E mais, que o preparo do interrogatório era muito apropriado ao tipo de queixas que as testemunhas tinham a fazer dos padres, além de revelar uma intenção muito definida pela da Igreja de Portugal de produzir um desfecho desfavorável à Cia de Jesus por intermédio da Devassa, uma fórmula antiga e eficaz de justificar punições e perseguições aos que caíam em desgraça perante as sociedades constituídas (RIBEIRO, 2108, p. 12).

Sobretudo, a análise realizada a partir das investigações apresentadas pela Devassa da Reforma da Religião da Companhia de Jesus Nesta Comarca do Espírito Santo, trouxe à luz dados inéditos e não comuns à historiografia capixaba. Quando contemplamos alguns relatos historiográficos no que diz respeito a trajetória dos Jesuítas em solos capixabas, é comum depararmos com algumas dificuldades que eles tiveram em estabelecer as doutrinas religiosas e educacionais aos nativos capixabas. Em consequência de que os índios eram bastantes hostis, e os portugueses tiveram vários problemas com a manutenção do programa para povoar e ocupar a região do Espírito Santo, conforme esclarece Saletto,

Os índios continuavam hostis quando chegaram os jesuítas, no início de 1551. O padre Afonso Brás mencionou a existência de numerosos escravos e de grande quantidade de índios livres. Quando aqui estive o padre Luís da Grã, em 55 a situação não se havia alterado: os índios continuavam “mui apartados” e não davam seus filhos para os jesuítas educarem, como em outras capitanias. Para iniciar a escola tiveram de pedir meninos índios de fora (SALETO, 2011, ps. 119-120).

Na verdade, os índios sempre estiveram em suas terras, os invasores eram os europeus, logo, não poderiam esperar um povo pacífico, que concordasse com todos os mandos e desmandos dos recém-chegados. Todavia,

FRAGMENTOS DO PASSADO

a presença dos jesuítas apresentada em alguns trabalhos historiográficos capixaba, retrata como benéfica aos nativos. Saletto (2011, p. 121) disse que “inicialmente, os jesuítas apostaram na eficácia da pregação tradicional, na qual o pregador leva a doutrina religiosa aos pagãos e procura convencê-los e convertê-los, e na educação de meninos índios, que se tornaram agentes da cristianização em suas comunidades”. Ainda de acordo com Saletto, os jesuítas buscaram meios para tornar as pregações mais cativantes com a finalidade de atrair a atenção dos nativos, “utilizando inclusive elementos da cultura indígena” nos ritos religiosos, o que lhes custou a insatisfação e “conflito com o bispo Fernandes Sardinha”. Com base nesses relatos, muito chama a atenção a distância encontrada entre as características dos jesuítas do século XVI para os do século XVIII apresentado pelos inquiridos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar esse estudo a partir de um documento elaborado por meio de fontes primárias foi essencial para o enriquecimento e veracidade historiográfica capixaba. A Devassa dos Jesuítas publicada num exemplar e disponibilizada à comunidade acadêmica e demais, contribuiu de forma determinante para compreendermos os trabalhos desenvolvidos pelos Jesuítas e as relações de poder praticadas com aqueles que estavam incluídos no grupo dos oprimidos e submissos àqueles detentores do conhecimento e poder.

Contemplamos na Devassa da Reforma da Religião da Companhia de Jesus nesta Comarca do Espírito Santo, fatos que nos levou a repensar e aprofundar os estudos a respeito da permanência dos jesuítas na capitania do Espírito Santo. A Devassa faz parte de um riquíssimo acervo de conhecimentos e informações, ela traz à luz vertentes inéditas no que diz respeito às atuações dos religiosos jesuítas enquanto estavam presentes em solos capixabas. Esses novos esclarecimentos adormecidos com o tempo podem e devem serem escrutinados a partir da Devassa e propiciar a comunidade em geral melhor esclarecimento a respeito dos “caridosos” Jesuítas.

REFERÊNCIAS

- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora), *et al.* **Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade**, 21ª Edição, Editora Vozes, Petrópolis, 2002.
- OLIVEIRA, José Teixeira, História do Estado do Espírito Santo. 3ª edição, Vitória, Coleção Canaã, Vol. 8 Arquivo Público do Estado do espírito Santo, 2008.
- RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés, Organizador. **Devassa da Reforma da Religião da Companhia de Jesus nesta Comarca do Espírito Santo**. Edufes, Vitória, ES, 2018.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. Capítulo 7, p. 94. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. Coordenadoras. **Usos & Abusos da História Oral**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FRAGMENTOS DO PASSADO

SALETTTO, Nara. Donatários, Colônia, Índios e Jesuítas. **O Início da Colonização do Espírito Santo**. Coleção Canaã. Volume 13, 2ª edição revisada. Vitória, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011.

THOMPSON, Alistair; FRISCH, Michael e HAMILTON, Paula. Os Debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Coordenadoras. **Usos & Abusos da História Oral**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

**UPS VILA TRINDADE: UMA ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO POLICIAMENTO
E A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DOS MORADORES DO BAIRRO
CAJURU EM CURITIBA/PR**

**Gerson de Jesus Monteiro Junior⁶⁴
Dyegho Henrique Almeida da Silva⁶⁵**

RESUMO: O presente trabalho demonstra a percepção dos moradores do Bairro Cajuru em relação a permanência da UPS vila Trindade no período de 2012 a 2018, bem como analisar os dados do business intelligence, do banco de dados da Polícia Militar do Paraná, em relação ao número de atendimentos de ocorrências no referido Bairro, notou-se que a maioria dos moradores defendem a permanência da UPS, e os dados demonstraram que teve uma diminuição no número de atendimentos no Bairro a saída da UPS, concluiu-se que o policiamento tanto preventivo quanto repressivo ficaram prejudicados com a retirada do módulo policial do bairro.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão visa demonstrar a sensação de segurança dos moradores do bairro Cajuru, em relação a UPS da vila Trindade, que teve sua sede na rua da Trindade entre os anos de 2012 e 2018.

Foi realizada uma pesquisa qualitativa com moradores do bairro por meio de um questionário anônimo do Google, onde foi questionado quanto a ciência da existência da UPS, se ela era eficaz do ponto de vista dos moradores, e em paralelo a esta coleta de dados, foi utilizada um banco de dados secundário, chamado B.I (business intelligence), que é um software da Polícia Militar do Estado do Paraná, que registra o número de ocorrências e atendimentos policiais, gerando estatísticas.

A hipótese a ser corroborada ou derrubada é de que a unidade Paraná Seguro da vila Trindade era benéfica para sensação de segurança dos moradores, e se na prática era eficaz do ponto de vista propriamente aplicado ao serviço policial.

UPS (UNIDADE PARANÁ SEGURO) E UPP (UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA).

As unidades de Polícia Pacificadora (UPP) foi um programa de segurança pública realizado no Rio de Janeiro, que teve início em 2008, com objetivo geral de melhorar a imagem da cidade, uma vez que a copa do mundo de 2014 e os

⁶⁴ Policial Militar do Paraná, Especialista em Segurança Pública, Polícia Comunitária, Inteligência policial e Polícia Legislativa (Facul Este), graduado em Segurança Privada (Cruzeiro do Sul) Acadêmico de História (Faculdade católica paulista), Acadêmico de geografia (UFPR) www.flow.page/gersonmiliko

⁶⁵ Policial Militar do Paraná, Graduado em Segurança pública - IFPR; Acadêmico de direito - UFPR; especializando em direito penal e processo penal - UNINA; Especializando em atualização policial - Uniasselvi; membro do Conselho de Usuários de Serviços Públicos - Controladoria Geral da União.

FRAGMENTOS DO PASSADO

jogos olímpicos de 2016 se aproximavam e a segurança pública do Rio de Janeiro era diuturnamente questionado.

O Programa de Unidades de Polícia Pacificadora foi criado no ano de 2008, após a escolha da cidade para sediar alguns jogos e a grande final da Copa do Mundo de Futebol Fifa, a ser realizada no ano de 2014, e oficialmente qualifica-se como programa que visa a retomada permanente de comunidades dominadas pelo tráfico de drogas e a proximidade do Estado com estas populações, que se daria por meio do conceito de polícia de proximidade, que vai além do de polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e instituições de segurança pública. (ALMEIDA et al., 2018 p.7).

As UPPs tinham como objetivo retomar os locais dominados pelo tráfico de drogas e demais criminosos, por meio de grandes operações policiais e a instalação das unidades de polícia pacificadora, justamente nos pontos críticos, para defender a ideia de local retomado pelo estado, e guarnecido por ele.

Já no estado do Paraná ocorreu uma cópia da ideia das UPP, quando o governo do estado do Paraná, o então Beto Richa, instituiu por meio da secretaria de segurança pública do estado as UPS, unidade Paraná seguro, que tinha um objetivo parecido com as UPP, eram então instaladas em bairros com maior índices criminais, por meio de grandes operações policiais para demonstrar uma “ocupação do estado” e posteriormente instalação das UPS, que na prática eram um módulo policial onde ficaram sedes menores dos batalhões responsáveis pela área em questão.

No estado do Paraná foi adotado o modelo de policiamento comunitário, as UPS, no ano de 2012, com o objetivo principal de reduzir a criminalidade relacionada, principalmente, ao tráfico de drogas e ao homicídio (PARANÁ, 2013a). Definido o objetivo, redução da criminalidade, passa-se à estratégia de ingresso de agentes do estado (principalmente policiais militares) em regiões de alta incidência desses tipos penais, para posterior implementação efetiva das unidades, com presença e patrulhamento policial permanente. A etapa seguinte é o desenvolvimento de atividades sócio educacionais de inclusão chamada cidadã da população no entorno da sede da UPS. (OLIVEIRA et al., 2014, p. 499).

A SENSÇÃO DE SEGURANÇA

O termo “sensação de segurança” nada tem haver com a segurança de fato, ela é a percepção do indivíduo com si próprio com o meio onde vive e como ele sente-se seguro, as instituições policiais utiliza muita comunicação social e campanhas para aumentar a sensação de segurança dos moradores da área onde se estabelece o serviço policial, seja ele preventivo ou repressivo.

A polícia, como se vê, incrusta-se, portanto, na afetividade humana que contagia todo o corpo social, por essa razão deve haver a boa proximidade entre polícia e comunidade. Por conseguinte, é produzindo com sua atividade a sensação de segurança que ela cumpre seu mister constitucional de preservar a ordem pública. Paixão versus paixão, de igual potência e na direção oposta, como uma “ideia adequada” que, ligada em cadeia, instaura uma “paixão alegre” sempre

FRAGMENTOS DO PASSADO

mais forte que uma "paixão triste", no caso, o pathos agressivo, diria Espinosa.(LEAL, 2015 p.19).

Até no contexto filosófico na mais alta filosofia antiga, seja de Espinosa ou de Hobbes, fica estipulado que a sensação de segurança é a paz de espírito que o indivíduo tem com si mesmo em relação a segurança dele e do local onde vive, nada mais é que a percepção de segurança do próprio ser com os demais.

Para LEAL, 2015, "A sensação de segurança, pensado a partir da filosofia de Hobbes e da ontologia do abismo [...] e isso acarreta efeito de medos ligados aos males da saúde física e mental, é correto dizer que nunca como antes nossa sociedade esteve tão neurótica em busca da vida saudável" ou seja, fica claro que a sensação de segurança é mais influenciada do que se acredita ser real, pelo que se percebe nas mídias sociais e noticiários, do que propriamente influenciada por experiências reais vivida pelos indivíduos.

METODOLOGIA

Foi realizado uma pesquisa bibliográfica referente ao programa unidade Paraná seguro e ao programa Unidade de Polícia Pacificadora desenvolvida no rio de janeiro, juntamente com a revisão de literatura pertinente foi realizado uma pesquisa documental com dados estatísticos gerados pelos sistemas de gerenciamento de ocorrências policiais do COPOM (Centro de operações policiais militares) da polícia militar do Paraná a fim de verificar a eficiência da UPS diretamente nos índices criminais do bairro Cajuru.

Foi aplicado um questionário através do *Google Forms*, de forma anônima porém coletando endereços de e-mail para garantir a integridade dos dados bem como que houvesse apenas uma resposta por entrevistado, o referido questionário foi respondido apenas por moradores do bairro Cajuru e suas perguntas eram referentes a quanto tempo reside no local, se tem conhecimento da existência da UPS da vila Trindade, se a referida unidade Paraná seguro auxiliou a diminuição da criminalidade, se a UPS proporcionou mais policiamento ao bairro Cajuru e se aproximou a população da polícia efetivamente, se a existência de uma unidade paraná seguro no Bairro proporciona maior sensação de segurança aos moradores e se na opinião deles classificam o bairro como um local seguro ou não.

Após a coleta de todos os dados, deu-se então uma análise de todas as pesquisas realizadas a fim de concluir se a unidade Paraná seguro realmente diminuiu a criminalidade ou a demanda de ocorrências policiais e se em relação à opinião dos moradores e sua sensação de segurança no bairro.

Foi perguntado quanto tempo o entrevistado reside no bairro Cajuru, 6% respondeu morar no bairro de 01 a 03 anos, enquanto que 86% residem no Cajuru há 05 anos ou mais, 7% relatam residir no bairro de 03 a 05 anos e apenas 1% afirmam morar no Cajuru a menos de 01 ano.

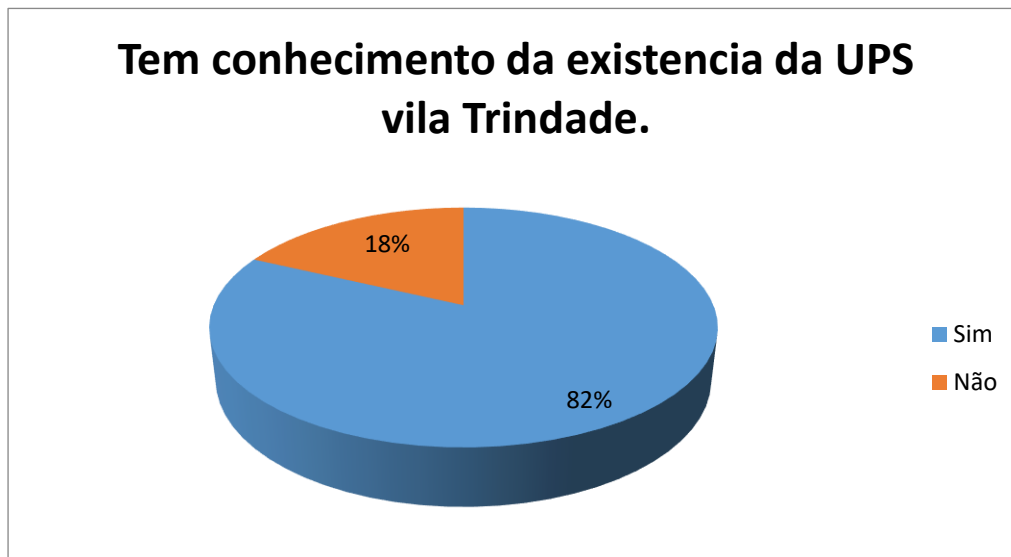
GRÁFICO 01



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi perguntado se o entrevistado tem conhecimento do programa chamado Paraná Seguro que instalou a UPS vila trindade, que ficou sediada na rua Da Trindade, entre 2012 e 2018, 82% responderam que sim, tiveram conhecimento deste programa, enquanto que 18% afirmam desconhecer totalmente a existência da USP, onde se pode verificar representado no gráfico 02.

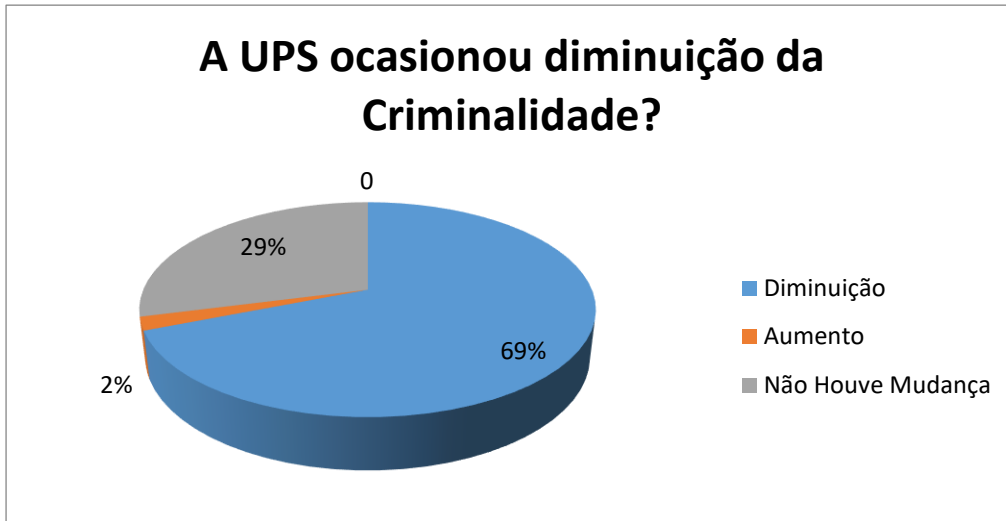
GRÁFICO 02



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi questionado se a Unidade Paraná Seguro- UPS Vila Trindade contribuiu para a diminuição da criminalidade no referido bairro, 69% afirmam que houve diminuição dos crimes no bairro enquanto que 02% acreditam ter aumentado os índices de crimes no bairro durante o programa paraná seguro e 29% afirmaram não haver nenhuma interferência da UPS na ocorrência de crimes, onde está representado no gráfico 03.

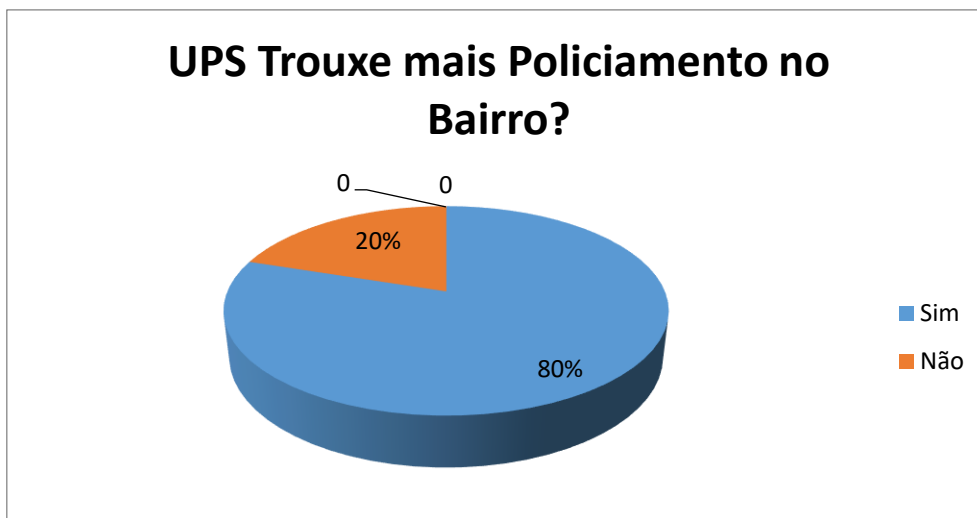
GRÁFICO 03



Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico 04 podemos verificar que foi questionado segundo o ponto de vista dos moradores se a Permanência da UPS Vila Trindade Contribuiu para que houvesse mais policiamento no bairro, onde 80% dos entrevistados responderam que sim, e 20% acreditam que a UPS não gerou mais policiamento no bairro.

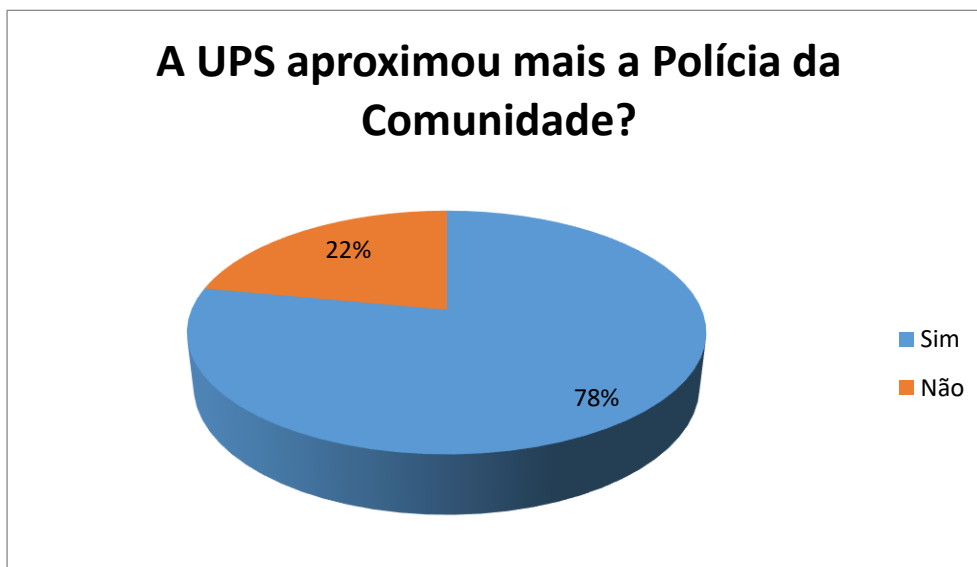
GRÁFICO 04



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi questionado se a UPS ocasionou mais proximidade da população para com a polícia militar, 78% acreditam que sim, enquanto que 22% responderam que não houve mais aproximação da polícia com a comunidade do bairro, onde está representado no gráfico 05.

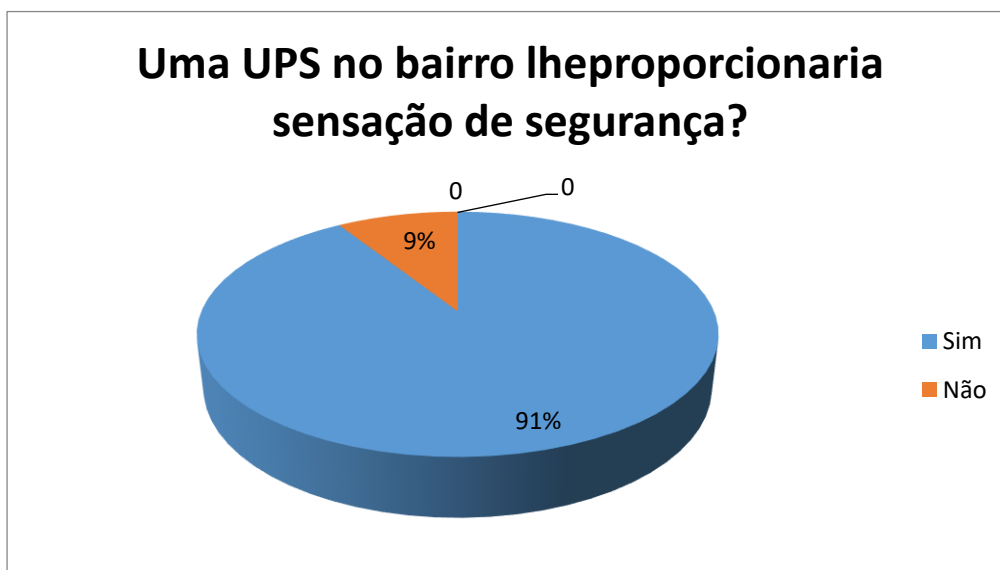
GRÁFICO 05



Fonte: Elaborado pelo autor.

Questionado se o fato de haver uma Unidade Paraná Seguro na vila trindade, te traria mais sensação de Segurança, 91% responderam que sim, enquanto que 09% afirmam que não se sentiriam mais seguros com uma UPS no bairro.

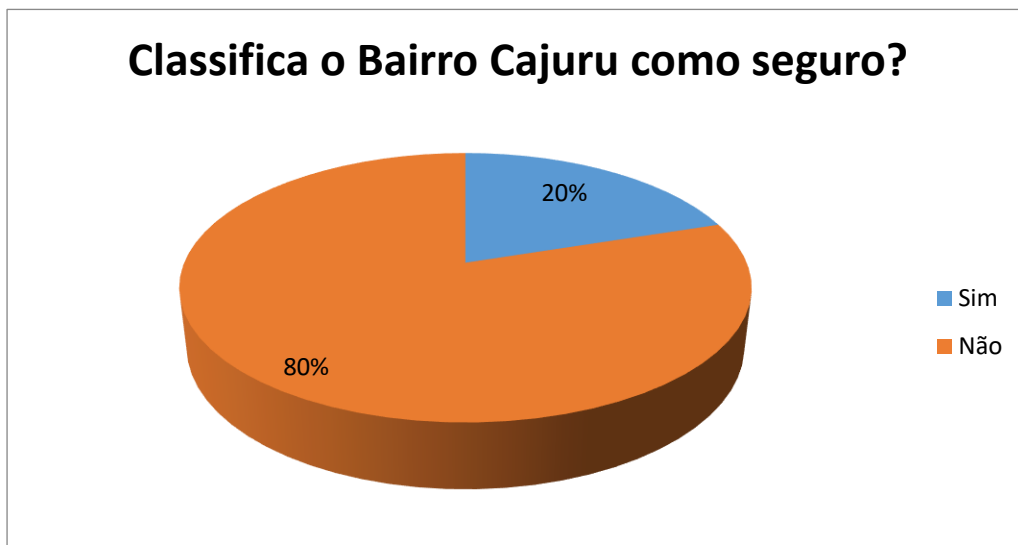
GRÁFICO 06



Fonte: Elaborado pelo autor.

Questionado se o morador classifica o Bairro Cajuru como um bairro seguro, 20% classificam como um bairro seguro enquanto que 80% responderam que o bairro não é seguro, apesar dos dados demonstrarem que o bairro Cajuru é um “Campeão” em número de ocorrência, foi abordado apenas a sensação de segurança dos moradores e sua percepção pessoal sobre o local onde moram.

GRÁFICO 07

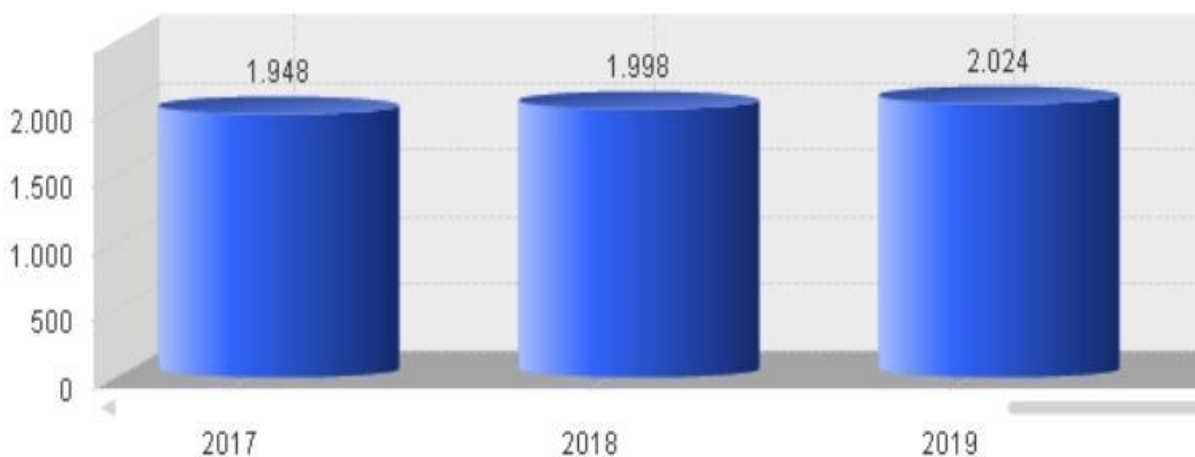


Fonte: Elaborado pelo autor.

ESTATÍSTICA DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS NO BAIRRO CAJURU

Abordaremos agora os dados estatísticos referente a ao atendimento da polícia militar nesta região, nos anos de 2016 a 2019, tendo por média que a UPS-Cajuru foi desativada no ano de 2018, fica nítido um crescente aumento do número de ocorrências após a ausência de uma base policial que prestava serviço à sociedade. De forma abrangente, observamos que nos anos 2017, enquanto havia a UPS há ocorreram menos ilícitos na região, contudo nos anos subsequentes após o encerramento das atividades, tivemos um crescimento aproximadamente de 2,5% (2018) é de aproximadamente 4% (2019) no número de atendimentos. Como podemos observar no gráfico.

Gráfico 08 –Número de ocorrências no bairro Cajuru em 2017;2018; 2019.



Fonte: SISCOPOM³

No gráfico 08, podemos verificar o número total de ocorrências atendidas, ou seja, quantas ligações de solicitantes para o número 190, onde gerou uma

FRAGMENTOS DO PASSADO

abertura de ocorrências que foram por fim despachadas para a viatura dar atendimento, no ano de 2017, foi registradas 1948 (mil novecentos e quarenta e oito) ocorrências, em 2018 foi registrado um total de 1.998 (mil novecentos e noventa e oito) ocorrências enquanto que no ano de 2019 foram registradas 2.024 (dois mil e vinte e quatro ocorrências).

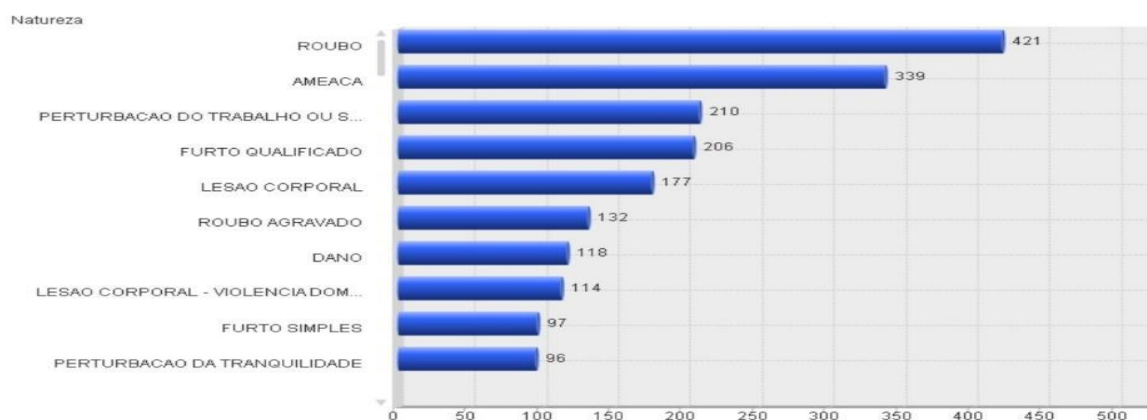
Podemos verificar claramente que em 2017 e 2018 quando o bairro contava com a UPS da vila Trindade o número era aproximado , teve uma pequena alta no ano subsequente a saída do programa.

NÚMEROS DE OCORRÊNCIAS POR NATUREZA

O atendimento policial se baseia em ilicitude para ser deslocada uma equipe e dar atendimento a sociedade, observamos que normalmente as ocorrências que há risco a vida são prioritárias, além do mais devem ser dadas uma resposta efetiva da corporação. Por esse viés, elencamos as 5 ocorrências mais acionadas pela população, de forma a ser com risco ao bem jurídico físico ou material.

Em 2017, ocorreram mais crimes relacionados a roubo, ameaça, perturbação do trabalho e do sossego, furto qualificado e lesão corporal. Tais ocorrências são apenas um reflexo dos demais crimes que ocorrem na região, porém nos anos subsequentes após a desativação da UPS, este panorama teve um aumento, não tão significativo, porém para a vítima ou quem necessitou mais do atendimento da PMPR, não pode ser desconsiderado.

Gráfico 09 – naturezas das ocorrências em 2017



Fonte: Business Intelligence 2017.

No ano de 2017 foram registrados, 421 roubos, 339 ocorrências de ameaça. 210 situações de perturbação do trabalho e do sossego, 206 furtos qualificados, 177 lesões corporais, 132 roubos agravados, 118 danos, 114 ocorrências de violência doméstica, 97 furtos simples e 96 perturbação da tranquilidade.

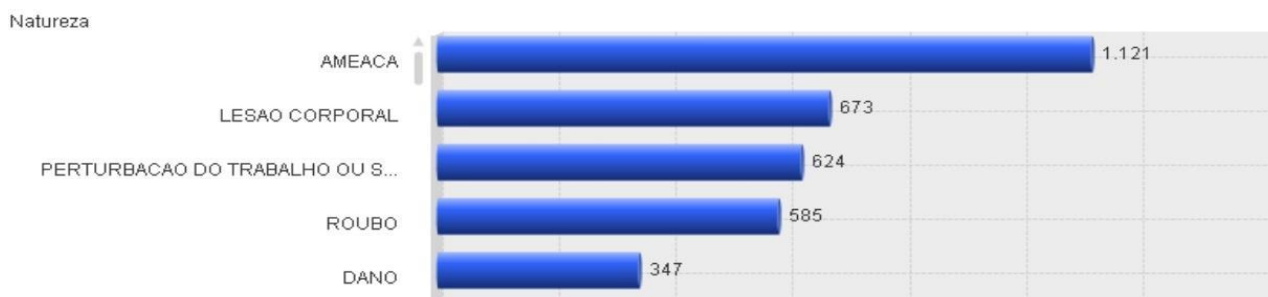
Ao analisar os demais anos (2018 e 2019), verificou-se que subsequentemente as 5 natureza das ocorrências mais atendidas pela polícia militar no bairro do Cajuru envolvendo os crimes de ameaça, lesão corporal, perturbação do sossego, roubo e dano para o ano de 2018 e ameaça, lesão corporal, roubo, perturbação do sossego e furto qualificado em 2019.

No que se trata do crime de ameaça tivemos 1.121 ocorrências enquanto que no ano de 2019 o número caiu para 459, no mesmo período de 2018 o crime

FRAGMENTOS DO PASSADO

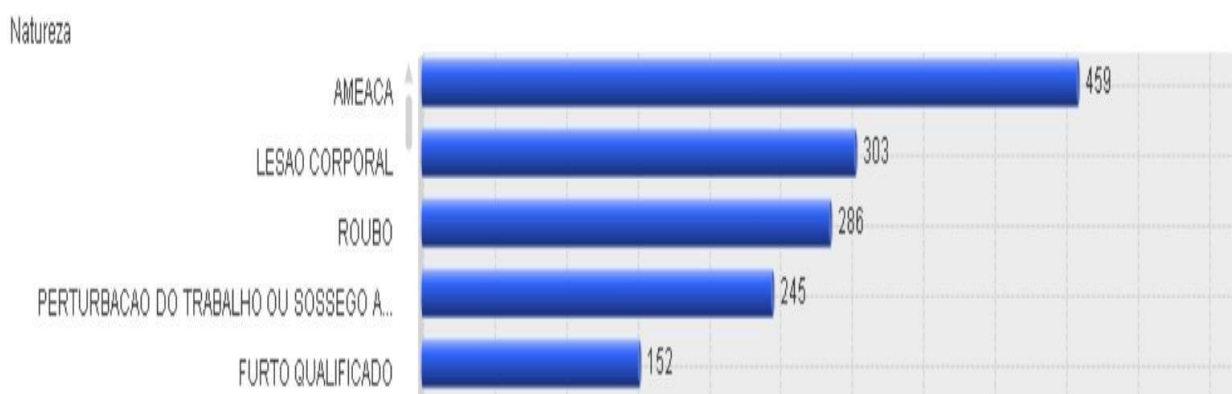
de lesão corporal foram registrados 673 ocorrências enquanto que no mesmo período de 2019 esse número caiu para 303 ocorrências, 624 situações de perturbação do trabalho e do sossego alheio o famoso “ som alto” foram registrados em 2018 foram 245 em 2019, roubos em 2018 foram 585 e em 2019 foram 286 ocorrências de roubo, a quinta natureza de ocorrência mais registrada em atendimento no ano de 2018 foi o crime de dano com 347 ocorrências atendidas, já em 2019 a quinta natureza mais atendida pela polícia militar no bairro Cajuru foi o de furto qualificado com 152 situações atendidas.

Gráfico – 10 - Ocorrências por natureza no bairro Cajuru 2018.



Fonte: Business Intelligence 2018.

Gráfico – 11 Ocorrências por natureza no bairro Cajuru 2019.



Fonte: Business Intelligence 2019.

HIPÓTESE 01: O POLICIAMENTO FICOU PREJUDICADO COM A SAÍDA DA UPS.

O bairro do Cajuru, é um dos que geram mais ocorrências policiais na Cidade de Curitiba, é o 3º mais populoso com aproximadamente 96.200 (noventa e seis mil e duzentos) habitantes segundo o IBGE (instituto Brasileiro de geografia e estatística), por ocasião da existência da UPS da vila trindade e a UPS Uberaba, o Bairro Cajuru foi dividido ao meio, ficando metade para cada subunidade policial, ou seja uma área fora dividida, e ficou menor, e assim poderia ser mais bem patrulhada pelas viaturas e tinham um campo de atuação menor, tanto em dimensão territorial quanto em densidade demográfica.

Após a retirada da UPS da Vila Trindade, o Bairro Cajuru inteiro (que é o terceiro maior em extensão e em densidade demográfica), passou a possuir mesmo número de viaturas, porém agora integrando a 2º Cia do 20º Batalhão de Polícia Militar, essa nova divisão de área faz com que essas 03 viaturas

FRAGMENTOS DO PASSADO

policiais agora sejam responsáveis por 07 bairros inteiros (Cajuru, Capão da imbuia, Cristo rei, Jardim Botânico, jardim das Américas, Guabirota e Tarumã), o que pode explicar a queda ao número de atendimentos no Bairro Cajuru exemplificados nos dois últimos Gráficos.

HIPÓTESE 02: A POPULAÇÃO CHAMAVA A POLÍCIA COM MAIS FREQUÊNCIA.

Outra possível hipótese que explicaria o número maior de ocorrências policiais durante a permanência da UPS da Vila Trindade, poderia ser que devido haver mais viaturas patrulhando o bairro, maior sensação de segurança maior abrangência no que se pauta atendimentos de ocorrência, ou seja, nenhum chamado seria encerrado por falta de viatura.

Essa maior sensação de segurança ou sensação de que a polícia faria um atendimento excelente durante a permanência da UPS no bairro Cajuru, e que a saída da Unidade Paraná Seguro da Vila Trindade poderia passar uma informação mesmo que não confirmada de que a polícia se retirava do bairro, e que o atendimento seria prejudicado, fazendo com que os moradores deixassem de chamar a polícia com a mesma frequência que chamavam durante a UPS.

O que fez com que os chamados diminuíssem em decorrência ao abandono mesmo que não ocorra realmente, a impressão, que fica para a população é de que estão desamparados, o que corrobora para que diminuam os chamados e conseqüentemente diminuam os atendimentos de ocorrência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as respostas dos moradores do Bairro Cajuru, podemos demonstrar que a Grande maioria defende a existência de um Módulo Policial no Bairro, seja ele chamado de UPS, UPP, ou apenas módulo policial, o nome do Programa político é o que menos importa para a população, o que importa, é a redução do “Tempo de Angústia” (lapso temporal entre o acionamento da Polícia até a chegada da equipe policial no local), bem como maior policiamento preventivo.

Os dados apresentados pelo sistema da Polícia Militar do Paraná demonstram que a UPS , devido sua divisão do Bairro que propiciava um atendimento de maior qualidade por parte da Polícia e maior quantidade de ocorrências atendidas.

Após a saída da Unidade Paraná Seguro da Vila Trindade do bairro Cajuru, os dados mostram que a população que reside no local sente, uma insegurança maior não se sabe qual a motivação, se por não ver tantas viaturas quanto havia antes no bairro, ou sendo por que as mesmas viaturas da UPS que atendiam apenas um bairro agora são divididas para mais 6 bairros.

Considerando todos os dados coletados e a revisão de bibliografia utilizados para realização da pesquisa e confecção do presente artigo podemos concluir que a UPS Vila Trindade trazia uma maior sensação de segurança aos moradores, mesmo que não se possa mensurar a diferença exata dessa sensação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Adilson (2018). O programa de unidade de polícia pacificadora como instrumento do projeto de cidade competitiva. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.º 15 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 5-29, dx.doi.org/10.17127/got/2018.15.001

Leal, Gabriel Rodrigues. Fundamentos filosóficos, políticos e educativos da polícia: da sensação de segurança à instituição policial. 2015. 363 f. **Tese (Doutorado em Educação)** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Andréa B. C; TEODOROVICZ, Thomaz; ESTEVES, Luiz A.; CARDOSO, Marlon A. UNIDADES PARANÁ SEGURO E SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA:: uma avaliação quantitativa local da implementação das unidades. **Revista de Políticas Públicas: UFMA**, São Luís- Maranhão, v. 18, ed. 2, p. 497-510, 2014. DOI <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v18n2p497-510>. Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3153/3942>. Acesso em: 29 out. 2021.

A ASCENSÃO LÍBIA NO EGITO ANTIGO: RELAÇÕES DE PODER DURANTE O TERCEIRO PERÍODO INTERMEDIÁRIO (1069-664 A.C.)

Hector Eliahou Leon Levy⁶⁶.

Resumo: Com o término da XX dinastia, observamos que a civilização egípcia adentra em um período marcado pela fragmentação política e perda de prestígio no exterior, ao mesmo tempo que indivíduos de origem líbia ascendem socialmente no Alto e Baixo Egito. Desta forma, através do estudo de fontes históricas (a exemplo do chamado Portal Bubastita, em Karnak), e utilizando como conceitos teóricos os ensinamentos de Norberto Bobbio e Max Weber, buscamos analisar as interações políticas e sociais envolvendo os líbios no Egito durante o chamado Terceiro Período Intermediário (1069-664 a.C.).

Palavras-Chave: Dominação estrangeira no Egito. Líbios Antigos. Relações de Poder no Mundo Antigo. Shoshenq I. Terceiro Período Intermediário.

Introdução

No decorrer do desenvolvimento da antiga civilização egípcia, verificamos por meio de diversas fontes históricas a existência de contatos entre os habitantes do Egito com culturas estrangeiras, seja por meio das relações de comércio, alianças ou conflitos militares. Dessas interações, observamos, como resultado, a existência de trocas culturais, a presença de imigrantes no Egito e, em certos casos, a participação de estrangeiros em altos cargos na sociedade egípcia, a ponto de alguns conseguirem ocupar a posição de faraó, a exemplo dos diversos personagens de origem líbia que ascenderam socialmente durante o chamado Terceiro Período Intermediário (c. 1069-664 a.C.)⁶⁷. Nesse sentido, nosso trabalho analisa as interações entre os líbios e egípcios, durante a época histórica acima mencionada, marcada não apenas pela fragmentação política e territorial na terra dos faraós, mas também pela perda do prestígio da autoridade faraônica tanto no Egito como no mundo exterior. Assim, estudamos as estratégias e o ambiente político e social que propiciaram a ascensão dos líbios no Egito, ao mesmo tempo que discorremos sobre alguns elementos culturais que diferiam as culturas em questão.

Desta forma, ao analisarmos as relações de poder no mundo antigo, adotamos os ensinamentos do sociólogo e jurista alemão, Max Weber, sendo que, para ele, o poder é visto como “toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra as resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 2015, p. 33). Contudo, uma vez apresentado esse primeiro conceito, nós nos questionamos de que maneira

⁶⁶ Advogado formado pelas Faculdades Metropolitanas unidas (FMU-SP) em 2017. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio (SP), e aluno dos cursos de pós-graduação em Direito Contratual (faculdade Legale- SP) e História Antiga e Medieval (UERJ). E-mail: hectorlevy62@gmail.com .

⁶⁷ Em nossa pesquisa, adotaremos a cronologia presente na obra do egiptólogo Toby Wilkinson “*The Rise and Fall of Ancient Egypt*” (2011, pp. 14-23). Válido destacar que todas as datas são aproximadas e antes da Era Cristã, de modo que dispensamos o emprego das abreviações “c.” (cerca de) e “a.C.” (antes de Cristo) nos períodos mencionados após a introdução.

FRAGMENTOS DO PASSADO

podemos medir essa “probabilidade de impor a própria vontade em uma relação social” mencionada por Weber? Buscando responder a essa pergunta, verificamos em nossos estudos que tal probabilidade está relacionada com algumas capacidades e medidas que devem ser tomadas pelo grupo dominante.

Nesse cenário, o cientista político e filósofo italiano, Norberto Bobbio, destaca a existência de diversos tipos de poder existentes em uma sociedade, como é o caso do político, onde se observa a “exclusividade do uso da força em relação a todos os grupos que agem em um determinado contexto social” (poder esse considerado por Bobbio como “supremo em uma sociedade de desiguais”); o econômico, no qual se verifica a capacidade do dominador em recompensar os subordinados pelos seus serviços (com terras e privilégios, por exemplo). Não menos importante é o poder ideológico, no qual se percebe a existência de ideias estabelecidas pelos governantes que influenciam a vida dos governados (BOBBIO, 2000, pp. 160-164), como é o caso de a figura do faraó ser considerada divina entre os antigos egípcios. Verificamos em nossos estudos que tais poderes devem estar em harmonia, na medida que um serve de alicerce para o outro. Caso contrário, o desequilíbrio pode resultar em momentos de enfraquecimento em determinada sociedade, como veremos mais adiante.

Os Antigos Líbios e as suas Interações Iniciais com o Egito.

Ao analisarmos as relações entre o mundo egípcio e o líbio durante o Terceiro Período Intermediário, destacamos a necessidade de abordar, primeiramente, as interações entre esses povos em épocas anteriores àquele que é o objeto de nosso estudo, visto que os contatos entre esses grupos são muito antigos, remontando aos momentos iniciais da civilização egípcia. Tal abordagem nos auxiliará na compreensão sobre a ascensão desses estrangeiros na terra dos faraós.

Verificamos primeiramente que, para os antigos egípcios, aqueles que viviam a oeste do Egito eram considerados líbios. Contudo, ao empregarmos o termo “líbio” na Antiguidade fazemos referência a diferentes grupos humanos, os quais encontravam-se divididos em tribos, como bem aponta o egiptólogo Roger Forshaw (2019, p. 06). Através do trabalho do pesquisador em questão, observamos que o primeiro grupo desses estrangeiros a aparecer nos registros egípcios, durante as primeiras dinastias, são os *tjehenu*, oriundos do norte do chamado Deserto Ocidental. Posteriormente, verificamos a menção dos *tjemehu*, os quais habitavam, provavelmente, as regiões localizadas ao sul do deserto acima mencionado, até a Terceira Catarata do Nilo. Conforme destaca o professor e egiptólogo, Donald. B. Redford (2001, p. 291), os nomes em questão designavam tanto os indivíduos, como as suas respectivas regiões de origem.

Ademais, Redford menciona que novos grupos étnicos seriam posteriormente identificados pelos egípcios, como é o caso dos *libu* e dos *meshwesh*. O egiptólogo aponta que esses dois grupos eram oriundos da região da Cirenaica (noroeste da Líbia), e que, posteriormente, migraram para o Leste. Oportuno destacar que o nome “Líbia” tem a sua origem na palavra *libu* (Ibidem, pp. 191-192).

Forshaw, por sua vez, destaca que os grupos líbios eram, em sua maioria, nômades que se dedicavam ao pastoreio (criação de gado, ovelhas e bodes), muito embora algumas fontes egípcias indiquem a existência de alguns

FRAGMENTOS DO PASSADO

assentamentos (2019, p. 08). Ademais, Redford aponta que não há nenhum registro que comprove que esses grupos tinham conhecimento da escrita. É certo também que os líbios praticavam o comércio de gado e de outros produtos. Contudo, o egiptólogo em questão esclarece que a extensão dessas práticas é difícil de medir, devido à falta de evidências (REDFORD, 2001, pp. 291- 292)⁶⁸.

Como destacamos anteriormente, as interações entre egípcios e líbios existiam desde os primórdios da civilização egípcia. Por sua natureza, muitos dos grupos nômades oriundos da Líbia se deslocavam para regiões mais férteis, visando alimentar seus pastos, e aqui destacamos a presença desses estrangeiros não apenas no Egito (sobretudo na área do Delta, no Norte), mas também em regiões mais distantes como a antiga Palestina, como bem destaca o egiptólogo Juan Carlos Moreno Garcia. Contudo, para esse autor, a vida autônoma desses grupos era contrária aos interesses de fiscalização e produção da monarquia egípcia, razão pela qual a existência de conflitos entre esses povos se mostrou inevitável (GARCIA, 2014, pp. 05-06).

Nesse cenário, atestamos para uma fonte egípcia datada do final do Período Protodinástico (cerca de 3000 anos antes de Cristo), conhecida como a “Paleta Líbia” (ou a “Paleta do Tributo Líbio”)⁶⁹, na qual observamos, em um dos lados, a presença de animais (asnos e caprinos) e árvores frutíferas. Segundo Redford, esses elementos representam os butins de uma guerra dos egípcios contra os líbios. Do outro lado do objeto, temos a presença de assentamentos murados conquistados pelo Egito (REDFORD, 2001, p. 291)⁷⁰. A menção dos grupos líbios em registros egípcios também é atestada em fontes de épocas posteriores, como o Reino Antigo (2575-2125), no governo dos faraós como Niuserre, Pepi I e II. Já na história de Sinuhe, datada do Reino Médio (2010-1630), verifica-se uma interação entre esses povos, durante uma campanha militar egípcia na terra de Tjemehu (FORSHAW, 2019, p. 08).

Nesse sentido, boa parte das informações que temos sobre a antiga Líbia e seus habitantes provêm dos registros dos seus vizinhos do Leste, os egípcios.

⁶⁸ Nesse cenário, várias hipóteses surgiram sobre o comércio existente entre os antigos líbios e outros povos. Segundo Forshaw (2019, p. 07), os registros egípcios que discorrem sobre as campanhas militares dos faraós Merneptah e Ramsés III contra os líbios apontam para uma quantidade significativa de objetos de ouro, prata e carros de guerra (bigas), registrados como butim de guerra dos faraós. Essas fontes sugerem um alto nível de cultura material que os líbios adquiriram, muito provavelmente por meio do comércio externo (possivelmente com as regiões da Ásia Ocidental). Ademais, o autor aponta para as escavações na região de Merza Matruh, localizada no noroeste do atual Egito. Acredita-se que o local fosse, na Antiguidade, um centro comercial, no qual povos como cipriotas e/ou cretenses comercializavam com a população líbia local.

⁶⁹ A peça em questão localiza-se atualmente no Grande Museu Egípcio (Cairo). Imagem do objeto encontra-se disponível em: <https://www.egyptprivatetourguide.com/egyptian-art/ancient-egyptian-art-libyan-palette/>. Acesso em 07 de dezembro de 2021.

⁷⁰ No que se refere as interações entre líbios e egípcios durante o Período Pré-Dinástico da civilização egípcia, o pesquisador Luiz César Aguiar Bittencourt da Silva (UFF), destaca uma forte ligação entre os egípcios do Delta e os líbios, apontando algumas influências desses estrangeiros no norte do Egito (1971, p. 41). Nesse sentido, o autor destaca, por exemplo, que o 3º nomo do Ocidente adorava o Hórus *Tchenu*, isto é, o líbio. Válido destacar que o Egito era dividido em 42 regiões administrativas, conhecidas pelos egípcios como *sepaut*, ou nomos para os gregos. Um outro exemplo que encontramos nesse trabalho de Silva é a deusa Neit, a qual “nos 4º e 5º nomos tem como sinal flechas cruzadas e é chamada de *Tchenu*, isto é, a líbia”. Para maiores informações quanto às interações entre esses grupos no período em questão, recomendamos a leitura do trabalho de Silva aqui utilizado: “A Importância dos Caminhos Líbios na Época Pré-Dinástica”, mencionado também em nossas referências.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Contudo, estes últimos carregavam, por sua vez, uma visão estereotipada do mundo líbio. Forshaw destaca em sua obra que os líbios são, na maioria das vezes, vistos nos registros egípcios como simples “portadores de tributos” (2019, p. 07). Redford acrescenta que muitas dessas fontes também buscavam representar os líbios como rebeldes que deveriam ser derrotados (REDFORD, 2001, p. 291). Nas representações egípcias, os personagens de origem líbia são geralmente retratados com pele clara, penteados trançados, barbas pontiagudas e os corpos cobertos com tatuagens. Quanto à vestimenta, em certas representações esses estrangeiros carregam um manto colorido com desenhos geométricos, ao passo que em outras os habitantes do Oeste só vestem um simples saio. Para Forshaw, certos elementos acabam por distinguir alguns desses grupos líbios. Os meshwesh, por exemplo, usavam tangas em formato de falo, ao passo que os libu são representados com simples saios curtos (FORSHAW, 2019, p. 09). Ademais, era comum os líderes líbios utilizarem penas de avestruz como adornos na cabeça, indicando o seu status social como chefes tribais (REDFORD, 2001, p. 291).

Como destaca Roger Forshaw:

os relatos reais [egípcios] que fornecem informações específicas relacionadas com os “líbios” são raros, e só depois das campanhas militares de Merenptah e Ramsés III, que ocorreram contra os líbios e os povos do mar, é que tais pormenores se tornam disponíveis. Os outros inimigos tradicionais do Egito, como os núbios e os sírios, recebem muito mais atenção nas inscrições e nos relevos egípcios, devido à sua maior importância econômica e estratégica. Mais tarde, no século V a.C., a “Líbia” e os seus povos tornaram-se mais bem compreendidos quando o autor grego Heródoto documentou um relato sobre eles no livro IV das suas Histórias (FORSHAW, 2019, p. 07).

Nesse sentido, verificamos durante o chamado Reino Novo (1539-1069), sobretudo com a XIX dinastia (1292-1190), uma intensificação das relações entre esses povos por meio de conflitos militares. Como bem aponta Roger Forshaw, até a XVIII dinastia (1539-1292), tudo indica que os líbios não eram uma grande ameaça para o Egito, embora fossem considerados inimigos tradicionais. Contudo, durante a XIX e XX dinastia (esta última datada de 1190-1069), verificamos sucessivas tentativas por parte das várias tribos líbias de se assentarem na terra do Egito. Faraós como Seti I (1290-1279, figura nº 1 na página seguinte) e seu sucessor, Ramsés II (1279-1213), teriam combatido esses estrangeiros. No reinado deste último líder, verificamos a criação de uma cadeia de fortalezas na fronteira ocidental (FORSHAW, 2019, pp. 08-09).

As causas dessas migrações para Egito podem ser encontradas em desastres ecológicos que ocorreram na Líbia, os quais ocasionaram a fome. Nesse sentido, Forshaw destaca para os registros egípcios presentes no templo de Karnak conhecidos como “A Inscrição da Guerra Líbia de Merneptah”. Nessa fonte, é mencionada a existência de fome na terra a oeste do Egito, razão pela qual os seus habitantes estavam lutando contra o faraó para “encherem as suas barrigas diariamente” (FORSHAW, 2019, p. 10). Na época de Merneptah (1213-1204), observamos a formação de uma aliança entre os libu e os povos do mar (designação dada a diversos grupos oriundos de regiões como o Egeu e a Anatólia Ocidental. Entre eles destacamos os sherden, peleset, lukki, ekwash e os teresh). O autor aponta que a presença dos povos do mar em território líbio também teria, muito provavelmente, agravado os problemas dos grupos nativos

FRAGMENTOS DO PASSADO

da região, obrigando-os a imigrarem para o Egito (Ibidem, pp. 09-10). Essas várias contendas entre povos resultaram na vitória egípcia e, nesse cenário, muitos dos cativos de guerra foram alocados forçosamente em campos militarizados, nos quais os faraós buscaram aculturar os prisioneiros à maneira egípcia⁷¹, visando, muito provavelmente, um maior controle sobre esses estrangeiros, procurando, desta maneira, evitar revoltas.

O Final do Reino Novo e o Início da Ascensão Líbia no Egito

Durante os momentos finais do Reino Novo, muitos líbios acabaram se assentando na terra dos faraós, seja como resultado de migrações pacíficas, ou em decorrência dos conflitos militares. Nesse cenário, observamos que a presença desses estrangeiros no Egito se deu principalmente na região do Delta Ocidental, bem como no território que compreende a área de Mênfis até Heracleópolis, além dos oásis ocidentais, como bem aponta John Taylor, um dos curadores do Museu Britânico (TAYLOR *in* SHAW, 2003, p.333). Contudo, é importante nos atentarmos para um fato de grande importância para a compreensão da ascensão líbia no Egito: muitos dos soldados que serviram aos faraós do Reino Novo, seja em expedições ou protegendo as fronteiras, eram líbios, geralmente mercenários que, por conta das suas habilidades, acabavam ascendendo socialmente (junto com suas famílias), chegando a ocupar importantes cargos no Egito⁷². Nesse sentido, Taylor destaca a possibilidade do exército egípcio no final do Reino Novo ser composto, em sua maioria, por mercenários líbios (Ibidem, p. 328).

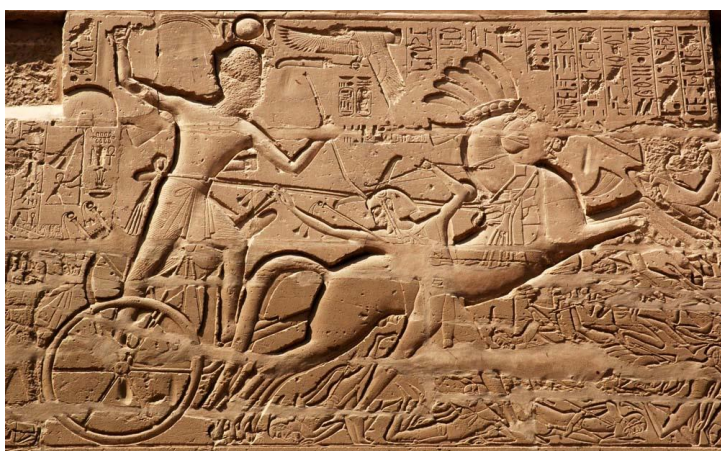


Figura nº 1 Representação parcial de uma batalha entre o faraó Seti e os líbios. Templo de Karnak.

Fonte: https://www.memphis.edu/hypostyle/tour_hall/seti_scenes.php. Acesso em 08 de dezembro de 2021.

⁷¹ Conforme destaca Forshaw (2019, p. 12), observamos no reinado de Ramsés V (1156-1151), uma vitória contra os líbios e, segundo consta em uma estela retórica oriunda de Deir El Medina (localizada na região ocidental de Tebas): “Ele [o faraó] capturou a terra dos (tjemehu), libu e meshwesh. Ele os fez cruzar os córregos do Nilo, os trouxe ao Egito e os fez assentarem nos campos [...] para que ouvissem a fala do povo egípcio, antes de seguir o seu rei. Ele fez com que a sua linguagem [a dos cativos líbios] desaparecesse, mudando suas línguas [...]”.

⁷² Forshaw (2019, p. 12) aponta que esses mercenários líbios já se faziam presentes no Egito desde o reinado de Akhenaton (1353-1335). Quando se “aposentavam”, esses antigos combatentes recebiam terras em troca do seu tempo de serviço, e os que atingiam altas posições no exército podiam ocupar cargos proeminentes na burocracia egípcia.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Durante o final da XX dinastia, verificamos um período de turbulência no reinado de Ramsés XI (1099-1069), destacando a guerra civil no Egito envolvendo o vice-rei de Kush, Panehsy, e o general Piankhy. O militar em questão acabou se sobressaindo nessa contenda. Contudo, como resultado, temos a perda do controle egípcio na região da Núbia (localizada ao sul do Egito), famosa pelo seu fornecimento de ouro aos faraós. Ademais, também observamos a perda do controle egípcio no Levante (a exemplo da Palestina, Síria e Fenícia), bem como o fortalecimento dos sacerdotes de Amon em Tebas⁷³. Somado a esses problemas, verificamos a diminuição do comércio exterior no período em questão (FORSHAW, 2019, pp. 04-05). Diante desses fatos, era evidente a perda do prestígio da figura real egípcia, tanto na política interna como no mundo exterior.

Nesse cenário, como destaca Roger Forshaw:

Houve uma diminuição da autoridade real e a decadência dos programas de construção de templos. As atividades no estrangeiro foram reduzidas. A falta de qualquer feito militar e a impossibilidade de empreender uma campanha além das fronteiras do Egito teria reduzido o prestígio militar do monarca, um importante atributo da instituição faraônica. Cada vez mais, o faraó confiava o controle da administração provincial aos oficiais. Tal estratégia resultou na redução da influência pessoal e estima pelo rei, o qual, inevitavelmente, teria aumentado o poder dos administradores regionais (FORSHAW, 2019, p. 02).

Com a morte do último dos Ramsés (XI) teríamos a ascensão da XXI dinastia e o início da época conhecida como Terceiro Período Intermediário.

Características da Dominação Líbia no Egito durante o Terceiro Período Intermediário

Após a morte de Ramsés XI, encontramos um Egito dividido entre duas famílias reinantes: o último dos faraós da XX dinastia foi sucedido por Smendes, fundador da XXI dinastia (1069-1045), cuja capital se localizava no Baixo Egito, na cidade de Tânis (também conhecida como Djanet). Contudo, em Tebas, localizada no Alto Egito (Sul), verificamos a criação de uma dinastia paralela com a dos faraós tanitas, cujos líderes eram originalmente generais, mas que também assumiam o título de “Sumo Sacerdote de Amon”. Nesse cenário, como bem destacam os egiptólogos John Baines e Jaromír Málek:

O vale do Nilo, de el-Hiba até Assuã, era controlado pelos grandes sacerdotes tebanos, que reconheciam os faraós tanitas, contavam datas por seus anos de reinado e se casavam com mulheres de sua família real, mas na realidade exerciam o papel de soberanos de um estado separado. Os tebanos recordavam suas origens militares e, a julgar por muitos dos seus nomes é evidente que entre eles era muito importante o elemento “líbio”. (BAINES; MÁLEK, 2008, p. 46).

⁷³ Nesse cenário, Forshaw (Ibidem, p. 02), destaca as doações de grandes extensões de terra aos templos (em especial ao de Amon em Tebas), registradas no chamado Grande Papiro Harris, datadas da época de Ramsés III (1187-1156). Essas doações acabavam por fortalecer o poder dos sacerdotes. Destacamos, nesse sentido, a inexistência de dinheiro no Egito antigo (pelo menos até o Período Ptolomaico), de forma que a riqueza era medida principalmente com base nas propriedades de terras e os seus frutos.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Desta forma, trataremos como exemplo da presença líbia na área tebana a figura do general Herihor (1069-1033), que ocupava o trono em Tebas, cumulando suas funções militares com as sacerdotais. Segundo aponta o egiptólogo Robert K. Ritner, ao analisarmos os relevos do templo de Khonsu em Karnak, verificamos na muralha sul a representação de Herihor realizando oferendas ao chamado “Hórus do Campo”, sendo que o “Campo” faz referência à fortaleza de el-Hibeh (Teudjoi para os egípcios antigos), uma das colônias de mercenários líbios e base militar de origem de Herihor. Além disso, encontramos em Karnak uma representação dos familiares do general em uma procissão e o que nos chama atenção neste caso é que alguns dos filhos de Herihor possuem nomes líbios, como é o caso dos príncipes Osorkon, Masaqarharta e Nawasun (RITNER, 2009, pp. 82-84). No tocante à XXI dinastia em Tânis, verificamos que o mesmo ocorre com o faraó de origem líbia, conhecido como Osorkon, o Ancião (975-970).

Em que pese o Egito fosse comandado por duas dinastias paralelas no início do Terceiro Período Intermediário, é válido destacar que, na realidade, existiam diversos outros focos de poder na terra dos faraós, sobretudo no Delta. Trata-se das regiões controladas pelos chamados “Chefes dos Ma” (abreviação de meshwesh) ou “dos Libu”, fazendo referência aos principais grupos líbios que se assentaram no Egito na época em questão. Esses líderes tribais juravam lealdade aos faraós de Tânis (WILKINSON, 2011 pp. 392-393) e, nesse cenário, uma das formas de fortalecimento do poder tanita, se dava por meio de casamentos envolvendo as filhas do rei (ou faraó) e os chefes líbios regionais, bem como por meio da nomeação de membros da família real em cargos de poder. Desta forma, como destaca John Taylor, ao longo do Terceiro Período Intermediário, temos o surgimento de uma “federação de líderes semiautônomos”, os quais encontravam-se subordinados e que tinham ligações familiares com os faraós de Tânis por meio de casamentos (TAYLOR *in* SHAW, 2003, p. 338). É válido ressaltar que, por conta da sua origem tribal, esses senhores líbios não sentiam a necessidade de estabelecer um Egito unificado, como ocorrera com os faraós nativos de outrora (Ibidem).

Já no cenário econômico, verificamos que a XXI dinastia é marcada pelos programas de construção, visando rivalizar a capital tanita com Tebas. Deste modo, tendo em vista que as pedreiras se encontravam no Alto Egito (dominado por Tebas), os faraós tanitas decidiram utilizar e reaproveitar os materiais empregados nas construções de uma das capitais do Reino Novo, Pi-Ramsés. Assim, observamos nesse momento histórico que blocos de pedra, obeliscos e estátuas que foram erigidas em Pi-Ramsés, acabaram sendo enviadas para Tânis, onde posteriormente serviriam para embelezar a cidade em questão. Válido destacar que materiais oriundos de outras cidades no Delta também foram utilizados na capital do norte, como menciona o egiptólogo Toby Wilkinson (2011, p. 393). Por outro lado, na região tebana, verificamos que os generais de origem líbia, como Piankhy (mencionado anteriormente na contenda contra o vice-rei de Kush, Pahnesy) e Herihor, estabeleceriam a política do saque de tumbas, na região do Vale dos Reis. Nesse cenário, destacamos a figura de Butehamun que ficou encarregado dos trabalhos de saque (ironicamente conhecido como o “Supervisor dos Tesouros dos Reis”) (Ibidem, p. 396). Como resultado, verificamos o aumento das riquezas dos sacerdotes-generais de Tebas. As atividades que aqui mencionamos, tanto em Tânis como na área tebana, foram,

FRAGMENTOS DO PASSADO

sem dúvida alguma, uma das formas de assegurar as riquezas das famílias reinantes, conforme destaca Taylor (TAYLOR *in* Shaw, 2013, p. 345).

Ademais, tanto Taylor como o egiptólogo Toby Wilkinson apontam para uma militarização do mundo egípcio durante o período de dominação líbia, sendo que, para Taylor, “era o poder militar e não mais o burocrático a principal base da autoridade” na terra dos faraós durante esse período histórico, de modo que os altos cargos no poder eram, na maioria das vezes, ocupados por militares, sobretudo generais (Ibidem, p. 342). Taylor também destaca para a construção de fortalezas em várias regiões do Médio Egito, como el-Hiba, Sheikh Mubarek e Tehna. Segundo Wilkinson, o Alto Egito (região de controle tebano) era propenso a revoltas, visto que o governo líbio não era muito popular entre os nativos egípcios. No reinado de Pinedjem (1063-1033), por exemplo, verificamos um momento de guerra civil em Tebas. Posteriormente, esse faraó tebano enviou seu filho, Menkheperra, para combater os rebeldes e restaurar a autoridade da sua família em Tebas. Esse foi um dos motivos que levou os líbios a construir fortalezas e a fortificar as cidades egípcias com muralhas. Essas atitudes serviriam não apenas para monitorar o tráfego no Nilo, mas também para servir como “um aviso diário aos nativos de que agora eram um povo submisso na sua própria terra” (WILKINSON, 2011, p. 402).

A nível cultural, percebemos que a região do Delta, mais descentralizada, era a área na qual mais se encontrava a presença líbia no Egito. Contudo, é oportuno destacar que, em que pese as tentativas dos faraós do Reino Novo de egipcianizar as populações líbias, nós verificamos que esses estrangeiros mantiveram, em certo grau, os elementos de sua cultura de origem. Assim, Taylor destaca que existem várias indicações de que os líbios carregavam as suas tradições no Egito. Entre elas, destacamos a permanência de títulos tribais (ex. “Chefes”, “Anciãos” etc.), nomes (como Osorkon, Shoshenq e Takelot) e adornos típicos, a exemplo das penas de avestruz, utilizadas pelos chefes líbios em suas cabeças (TAYLOR *in* Shaw, 2013, p. 334). Roger Forshaw destaca que dentro do Delta e em outras regiões, como Mênfis e Heracleópolis, as estruturas tribais líbias se mantiveram (FORSHAW, 2009, p. 14).

Nesse cenário, verificamos algumas fontes que apontam para a presença do elemento líbio no Egito durante o período em questão, sendo que, entre elas, estão as estelas de doações dos chefes locais aos templos. Como exemplo, destacamos o caso de Smendes, personagem que carregava o título de “Grande Chefe de Ma”, e que fez uma doação de terra ao deus Harpócrates (no caso, ao templo do deus). As doações de terra demonstravam o poder dos chefes líbios locais (FORSHAW, 2019, p. 13-14). Por outro lado, na chamada Estela de Pediese (datada do reinado de Shoshenq III, faraó da XXII dinastia), verificamos que esse membro da elite era, ao mesmo tempo, alto sacerdote em Mênfis e um chefe de ma, sendo representado com uma pena na cabeça, característica do seu status social (Ibidem, p. 13).

Ademais, no que se refere às questões religiosas, verificamos que os líbios, ao contrário dos egípcios, não davam tanta importância para os assuntos relacionados com a morte, o que explica a existência, na época em questão, de tumbas pouco suntuosas. Segundo Wilkinson (2011, pp. 390-391), os grupos líbios tinham o costume de enterrar os seus membros no local em que eles faleciam e, no período de dominação líbia no Egito, os faraós de origem estrangeira se contentavam em ser enterrados em tumbas modestas, junto com seus familiares, feitas com qualquer bloco de pedra disponível. Nesse momento

FRAGMENTOS DO PASSADO

da história egípcia, cessaram-se os enterros no Vale dos Reis (e não mais seriam retomados no Egito).

Outro elemento que merece destaque é que a cultura líbia, tradicionalmente sem escrita, valorizava muito as longas genealogias, geralmente transmitidas oralmente entre os integrantes da tribo. Mesmo tendo acesso a escrita posteriormente, por meio do contato com os egípcios, os líbios continuaram valorizando as suas longas linhagens familiares, muitas vezes mencionando-as em monumentos (WILKINSON, 2011, pp. 390-391)⁷⁴. Acreditamos que, por conta desse apreço à ancestralidade, o culto aos ancestrais pode ter desempenhado um papel de grande importância na religiosidade líbia. Um outro ponto cultural que difere os povos em questão é que os líbios, ao contrário dos egípcios, não praticavam a circuncisão (REDFORD, 2001, p. 292).

Como destaca Redford, esses estrangeiros não tinham arquitetura própria, prevalecendo, desta maneira, a egípcia no período em questão (REDFORD, 2001, p. 293).

No cenário político, verificamos ao longo da história egípcia que os líbios, assim como outros povos vizinhos, eram vistos como inimigos tradicionais do Egito, sendo muitas vezes tratados com desdém pelos egípcios nativos, e essa mentalidade dificilmente favoreceria a aceitação desses estrangeiros como os novos senhores da terra dos faraós. Deste modo, em que pese o poder líbio no Egito tivesse como principal alicerce o uso da força, é certo que esses estrangeiros recorreram também à ideologia. Nesse sentido, a religião, assim como nas épocas anteriores, teria um importante papel nas relações de poder. Tanto os faraós tanitas como os tebanos seriam vistos como sumo sacerdotes de Amon, sendo essa divindade representada em monumentos como o verdadeiro rei do Egito. Nesse cenário, destacamos a importância dos nomes dos faraós, como é o caso o sucessor de Smendes, Amenemnisu (1045-1040), cujo nome significa “Amon é rei”. Como aponta Wilkinson, se Amon era o verdadeiro rei, então o faraó humano era reduzido a “Primeiro Servo” da divindade (WILKINSON, 2011, p. 398). Para o egiptólogo em questão:

Essa forma teocrática de governo resolvia efetivamente dois problemas de uma vez. Tornou-se possível ter mais de um “soberano” mortal simultaneamente, uma vez que Amon era o único verdadeiro rei. Ademais, esse sistema ajudou que a dominação líbia fosse mais palatável para a população nativa, especialmente em Tebas e no Alto Egito, região onde os devotos egípcios ainda dominavam (WILKINSON, 2011, p. 399).

No terceiro Período Intermediário, verificamos, tanto em Tebas como Tânis, uma forte presença de oráculos, que serviam como instrumentos da política governamental, beneficiando tanto os líderes líbios, como também os sacerdotes que interpretavam os sinais divinos. Destaca-se nessa época a celebração conhecida como “O Belo Festival da Divina Audiência”, no qual o

⁷⁴ Para Wilkinson (2011, p. 389), a presença líbia no Egito também é evidenciada na linguagem. Os egípcios possuíam dois tipos de escrita: a considerada clássica (representada pelos hieróglifos nas paredes dos templos, por exemplo), e a língua falada, vernacular. Essas duas, por conta das suas diferenças, são vistas por Wilkinson como dialetos diferentes. Os sacerdotes e burocratas líbios, por questões práticas, mostraram preferência pela língua falada no dia a dia, considerada mais simples, e tal predileção se mostra presente nas inscrições oficiais do período em questão.

deus Amon se pronunciava através do oráculo sobre várias questões de Estado (como a sucessão dos faraós, por exemplo). Ademais, as elites líbias também buscavam assegurar o seu poder (e a dos seus respectivos clãs) por meio da inserção dos seus membros em altos cargos religiosos, sobretudo em Tebas. Nesse cenário, destacamos a chamada “Divina Esposa de Amon”, cargo religioso que logo eclipsaria o posto de Sumo Sacerdote de Amon, ocupado por homens (Ibidem, pp. 399-400).

A Ascensão da XXII dinastia e a Política Exterior durante o Terceiro Período Intermediário

Com bem mencionamos anteriormente, durante os momentos finais do Reino Novo verificamos a perda do controle egípcio de terras estrangeiras, como a Núbia e o Levante, localidades de onde provinham valiosos recursos, como o ouro e a madeira de cedro. Entre as fontes que destacam para um momento marcado pela perda do prestígio egípcio no mundo exterior, mencionamos, ainda que brevemente, os escritos conhecidos como “Os Relatos de Wenamon”, nos quais se narra a aventura de um funcionário egípcio (Wenamon) enviado à Fenícia por Herihor, a fim de conseguir a madeira necessária para a construção da barca do deus Amon. Embora a narrativa que chegou até nós esteja incompleta, os relatos que chegaram até nós apontam para a divisão política que existia no Egito (Herihor e Smendes) e também destacam as dificuldades que o protagonista enfrentou em sua tarefa no exterior (como ser roubado e aprisionado pelos fenícios), destacando a arrogância do príncipe da cidade de Biblos, Tchekerbaal, com relação a Wenamon e os emissários egípcios enviados anteriormente no reinado de Ramsés XI, bem como o fato dos funcionários egípcios na época dependerem das autoridades locais nativas e não mais das guarnições egípcias, como ocorrera em momentos anteriores, quando o Egito exercia influência no Levante (RITNER, 2009, pp. 87-88).

Contudo, embora as atividades com o mundo exterior tenham diminuído no Terceiro Período Intermediário, verificamos a partir da XXI dinastia, certas tentativas por parte de alguns faraós em reestabelecer a influência egípcia no Levante (que compreende as regiões como a Palestina, Síria e Fenícia). Assim, observamos no reinado de Amenemope (985-975) que a corte de Tânis teria, de acordo com os estudos do professor de egiptologia, Kenneth A. Kitchen (1973, pp. 273-275), mantido boas relações com a família real de Edom, um reino localizado no sul da região levantina. Nesse sentido, o príncipe Hadad dos edomitas, após a queda do seu reino nas mãos do rei hebreu Davi, buscou refúgio no Egito, sendo bem recebido pelo faraó (Amenemope, segundo Kitchen), conforme apontam os registros bíblicos (1 Reis 11:14-19). Ademais, segundo os estudos do pesquisador em questão, é provável que Hadad tenha se casado com uma irmã da rainha egípcia Tahpenes, durante os momentos iniciais do reinado de Siamon (970-950). Posteriormente, no reinado do faraó Shoshenq I, teríamos a figura do personagem bíblico Jeroboão, o qual, após se revoltar contra o rei Salomão, buscaria refúgio no Egito, e por lá ficaria até saber da morte do seu rival (1 Reis 11:40).

Os registros bíblicos também apontam que, no reinado do rei Salomão, os exércitos egípcios invadiram o Levante e teriam destruído a cidade de Gezer, localizada na fronteira entre a Filisteia e o reino hebreu (1 Reis, 9:14-16). Kitchen destaca que as intenções do faraó da época (identificado pelo professor como

FRAGMENTOS DO PASSADO

Siamon), eram, provavelmente, diminuir o poder comercial dos filisteus (KITCHEN, 1973, pp. 281-282). Posteriormente, as fontes bíblicas destacam que esse faraó teria oferecido a mão de sua filha a Salomão e, nesse cenário, a cidade de Gezer serviria como dote de casamento (sendo, posteriormente, reconstruída pelo rei hebreu para fins militares, dada a sua posição estratégica). Logo, Siamon e Salomão estabeleceram uma aliança comercial e militar: o faraó passaria a ter vantagens comerciais na região levantina, e Salomão asseguraria a sua fronteira com o Egito (Ibidem)⁷⁵. Com a morte do sucessor de Siamon, Psusenes II (950-945), temos o fim da XXI dinastia. A partir de então, verificamos uma presença maior de líbios como faraós no Egito, destacando-se a figura de Shoshenq I (945-925), fundador da XII dinastia (945-715).

Shoshenq I, originalmente um chefe de ma, era oriundo da cidade de Bubastis (localizada no Delta), e tinha relações familiares com os faraós de Tânis e os sacerdotes de Mênfis. Por conta dessas ligações políticas e familiares, Shoshenq acabou assumindo o trono e seria rapidamente reconhecido como faraó nessas localidades. Em outras regiões, como Tebas, houve uma certa relutância, sendo o soberano aceito pelos tebanos a partir do seu 5º ano de reinado. Ao contrário dos senhores tanitas da XXI dinastia, Shoshenq demonstrou interesse pela reunificação do Egito. Nesse cenário, destacamos a extinção natural da dinastia dos sacerdotes-generais em Tebas, após a morte de Pinedjem II (985-960). A partir de então, a ligação entre Tebas e a família real se daria por meio de alianças (geralmente através de casamentos entre as famílias de elite) e/ou pela nomeação em altos cargos (KITCHEN, 1973, pp. 287-288). Shoshenq aproveitou-se da ocasião, e visando aumentar a sua influência no Sul, nomeou seu segundo filho, Iuput, como sumo sacerdote de Amon em Tebas (Primeiro Profeta de Amon), o qual também tinha funções militares. Ademais, o faraó casou sua filha com outro sacerdote importante na região (Terceiro Profeta de Amon) e, em Heracleópolis, Shoshenq nomeou seu filho, Nimlot, como o líder de todo o exército. Assim, por meio da força e da celebração de alianças, Shoshenq consegue assegurar o seu domínio sobre todo o Egito (Ibidem, pp. 289-290).

No que se refere as relações exteriores, Kitchen destaca para a retomada das relações entre o Egito e o Levante. Nesse cenário, o pesquisador em questão aponta para uma estátua do faraó que foi enviada para a Fenícia, provavelmente destinada ao templo de Baalat-Gebal (“Senhora da cidade de Biblos”). O autor aponta para o estabelecimento de uma possível aliança política e comercial entre Shoshenq e o rei fenício de Biblos, Abibaal (Ibidem, p. 292). Embora não tenhamos certeza sobre as atividades egípcias na Núbia, Kitchen

⁷⁵ Nesse cenário, importante se faz mencionar que, como regra, os faraós egípcios não tinham o costume de casar as suas filhas com líderes estrangeiros, mas o oposto acontecia (reis enviavam as suas filhas para se casarem com o faraó, visando o estabelecimento de alianças com o Egito). Desta forma, o ocorrido no reinado de Siamon foge ao padrão. Contudo, alguns autores como Kitchen (1973, p. 282) destacam que, no Terceiro Período Intermediário, os faraós líbios tinham um costume diferente daquele que imperava em épocas anteriores, como é o caso do Reino Novo. Assim, era normal que princesas egípcias se casassem com indivíduos de origem comum e, inclusive, estrangeiros. Ademais, o professor Gösta W. Ahlstrom, destaca em sua obra os ensinamentos de A. R. Schulman (1979), o qual acredita que os faraós egípcios, em períodos de fraqueza, poderiam enviar suas filhas para se casarem com líderes estrangeiros, mas o mesmo não ocorria quando a posição do Egito era de superioridade (AHLSTROM, 1993, p. 520).

FRAGMENTOS DO PASSADO

sugere que Shoshenq I poderia ter enviado suas tropas para obter produtos nessa região africana em questão, e que, posteriormente, o comércio entre núbios e egípcios teria sido reestabelecido. Em alguns registros existentes em Karnak, o faraó menciona certos produtos que trouxe da Núbia, como frutos de palmeiras, ocre e touros (Ibidem, p. 293). Acreditamos que essas possíveis interações egípcias com o mundo núbio também teriam favorecido o recrutamento de mercenários locais, os quais foram provavelmente empregados nas campanhas de Shoshenq na Palestina.

Em que pese o faraó Siamon tenha estabelecido boas ligações com os hebreus, não podemos dizer que elas se mantiveram no reinado de Shoshenq I, uma vez que o novo faraó via os seus vizinhos orientais como uma ameaça crescente. Como pretexto para iniciar uma campanha na Palestina, o faraó líbio se serviu de um incidente militar na fronteira oriental envolvendo uma tribo semita, a qual o faraó intencionalmente identificou como judaíta (ou seja, oriunda do reino bíblico de Judá) (Ibidem, p. 294). Assim, Shoshenq (conhecido na Bíblia como Shishak/Shishac) enviou o seu exército para a Palestina e, segundo os relatos presentes no chamado Portal Bubastita (localizado no templo de Karnak em Tebas, figura nº 2 na página seguinte), ele teria capturado cerca de 150 cidades no Levante. Nesse cenário, os registros bíblicos destacam, no livro 1 Reis (14:15-26), que no quinto ano do rei Rehavam (Robão de Judá), “Shishak, o rei do Egito, subiu contra Jerusalém, e tomou os tesouros da casa do Eterno e os tesouros do palácio real, tomando tudo, inclusive todos os escudos de ouro que Salomão tinha feito”.

Por outro lado, o livro 2 Crônicas (12: 2-4;9), oferece uma versão mais detalhada do evento, destacando que a guerra de Shoshenq contra Jerusalém foi uma punição divina, pois os judaítas haviam transgredido contra Deus. Ademais, o narrador acrescenta novas informações, destacando os números do exército egípcio: 1.200 carros e 60.000 cavaleiros. As tropas eram compostas por etíopes, líbios e sukitas (esses últimos eram, possivelmente, um grupo de origem africana). Assim como no relato do livro de Reis, o livro de Crônicas destaca que Shishak tomou os tesouros da “Casa do Eterno” e do palácio real. Verificamos, contudo, que o reino bíblico de Judá e a sua capital, Jerusalém, não são mencionados nos registros egípcios⁷⁶. Entre outras fontes dessa campanha

⁷⁶ Como aponta o egiptólogo Garry J. Shaw (2017, pp. 147-148) e o especialista israelense, Israel Finkelstein (2002, pp. 112;128-129), os estudos arqueológicos revelam que cidade de Jerusalém era, na época em questão, um pequeno e pobre centro populacional, e, muito provavelmente, não tinha um templo cheio de riquezas como menciona a Bíblia. Para Finkelstein, o historiador hebreu do Período Pós-Monárquico, que escreveu os acontecimentos presentes no livro de Reis e Crônicas tinha, muito provavelmente, uma vaga memória da invasão egípcia (passada por meio da transmissão oral), mas não sabia ao certo quando ela ocorreu. Assim, decidiu, intencionalmente ou não, situar tal evento no reinado de Robão, como punição divina pelos pecados do rei. Ademais, o especialista israelense destaca que os interesses de Shoshenq na Palestina estavam relacionados com questões comerciais e visavam enfraquecer os focos de poder que estavam se desenvolvendo na região de Gibeon (localizada no reino de Israel, não em Judá). O faraó teria destruído algumas cidades, como a Ekron dos filisteus. Todavia, outras cidades filisteias acabaram se aliando com o Egito, e até mesmo os judaítas teriam provavelmente apoiado Shoshenq em sua campanha na Palestina, sobretudo contra os israelitas. Finkelstein destaca que, em que pese essa presença egípcia no Levante tenha sido passageira, é certo que ela afetou as estruturas políticas e territoriais na região. Shoshenq tomou a região do Vale do Jezreel, o que possibilitou (após a retirada das forças do faraó) a expansão territorial israelita para essa área. Quanto aos judaítas, como resultado da cooperação com o Egito ou por conta da retirada egípcia no Levante, os seus líderes conseguiram se expandir mais

FRAGMENTOS DO PASSADO

destacamos uma estela de Shoshenq I erigida na cidade de Megido, área localizada no atual Israel.



Figura nº 2: Prisioneiros de guerra no Portal Bubastita. Templo de Karnak, Egito.
Fonte: <https://digitalkarnak.ucsc.edu/bubastite-portal/>. Acesso em 08 de dezembro de 2021⁷⁷.

No que se refere a outras interferências egípcias em assuntos levantinos, destacamos que a XXII dinastia também teria, possivelmente, auxiliado uma coalizão de reinos do Levante (como Biblos, Israel e Damasco, incluindo grupos árabes), contra os assírios. Em uma estela assíria erigida em Kurkh (hoje Turquia), verifica-se a menção da palavra Musri, que se refere a um reino que forneceu 1000 tropas para auxiliar a coalizão levantina contra o rei assírio Salmaneser III na batalha de Qarqar, ocorrida em 853. Segundo Garry J. Shaw, se a tradução correta da palavra Musri for Egito, então os egípcios teriam colaborado militarmente contra a Assíria, durante o reinado do faraó Osorkon II (874-835). Contudo, tal aliança acabou sendo derrotada (SHAW, 2017, p. 149).

Ademais, os registros bíblicos do Antigo Testamento (2 Reis 17:3-6), destacam a figura de “Sô, o rei do Egito”, identificado como Osorkon IV da XXII dinastia (735-715) por Kitchen. Nessa época, o rei israelita Oséias (vassalo dos assírios) tentou formar uma aliança com o faraó contra a Assíria de Salmaneser V. Contudo, a traição foi descoberta, resultando no aprisionamento de Oséias e no cerco da capital israelita, Samaria, pelas tropas assírias.

ao Norte. No que se refere a questões arqueológicas, Finkelstein aponta que a presença de Shoshenq na região encerrou a chamada Primeira Idade do Ferro na Palestina.

⁷⁷ A representação em questão destaca os prisioneiros de Shoshenq durante a campanha egípcia no Levante. Cada cativo carrega um cartucho com inscrições, as quais representam os respectivos locais de origem desses personagens. Para uma versão mais detalhada das conquistas de Shoshenq (incluindo as inscrições da Estela de Megido), recomendamos a leitura da obra de Ritner, “*The Libyan Anarchy: Inscriptions from Egypt Third Intermediate Period*” (2009, pp. 193-219).

A Queda da XXII dinastia e a Ascensão Saíta

Após a morte de Shoshenq I, verificamos um período de decadência da XXII dinastia no Egito. Segundo destaca John Taylor, os sucessores do faraó em questão tentaram manter um governo unificado, mas o crescente poder dos líderes regionais acabou por enfraquecer a realeza, resultando em uma nova fragmentação política no país. Tebas logo reconquistaria a sua independência e, a partir do reinado de Shoshenq III (835-793, da XXII dinastia), vários líderes locais se tornaram autônomos e se autoproclamaram reis, sobretudo na região do Delta (TAYLOR *in* SHAW, 2013, p. 330). Entre os documentos que destacam esses momentos de fragmentação, mencionamos a “Crônica do Príncipe Osorkon”, filho de Takelot II (838-812, fundador da XXIII dinastia). Nela, são descritos os conflitos existentes em Tebas entre o sumo sacerdote nomeado, Osorkon, e um grupo rival. Verificamos dessa forma o surgimento de dinastias paralelas com a XXII, como a XXIII (838-720) e XXIV (740-715).

Enquanto o poder no Egito se fragmentava, na distante terra da Núbia (outrora controlada pelos egípcios no Reino Novo) observamos a ascensão do reino kushita (ou núbio) de Napata, que muito em breve estenderia a sua área de influência até o Egito. Nesse cenário, o rei núbio Kashta, aproveitando-se da fragmentação política na terra dos faraós, conseguiu exercer inicialmente o domínio na região do Alto Egito. O seu sucessor, Peye (747-716), fundador da XXV dinastia (728-657), nomeou sua irmã, Amenírdis, para ocupar o cargo de Divina Esposa de Amon em Tebas, visando fortalecer o poder da realeza núbia na região em questão (Ibidem, p. 347)⁷⁸. Posteriormente, esse faraó kushita derrotou uma coalizão dos príncipes líbios do Delta, chefiados por Tefnakht de Saís (fundador da XXIV dinastia). Suas façanhas militares estão imortalizadas na chamada “Estela de Vitória do Rei Peye”. No reinado do núbio Shabaqo (716-702), o faraó derrota o sucessor de Tefnakht, Bakenrenef (717-712), queimando-o vivo até a morte, segundo algumas fontes (WILKINSON, 2011, pp. 423-424). Mênfis torna-se a capital da realeza núbia no Egito. Contudo, em que pese os esforços dos faraós kushitas, eles não conseguirão estabelecer um Egito reunificado, tendo em vista a permanência de pequenos reis locais de origem líbia no Norte (BAINES; MÁLEK, 2008, p. 49).

No reinado do núbio Taharqa (690-664), os assírios invadem o Egito, utilizando-se como pretexto a interferência egípcia no Levante contra os seus interesses imperiais. Os reis conquistadores, como Esarhaddon e Assurbanipal, estabelecerão um sistema de vassalagem envolvendo os pequenos líderes líbios, sobretudo no Delta. Contudo, um desses governantes de origem líbia, Psamético I (664-610), fundador da XXVI dinastia, também conhecida como “Saíta” (664-525), aproveitando-se da sua posição inicial como aliado da Assíria,

⁷⁸ Observa-se, nesse sentido, uma importante característica dos detentores do poder político, mencionada por Norberto Bobbio, que é justamente “a tendência [...] de não permitir no seu âmbito de domínio, a formação de grupos armados independentes, e de subjugar, ou desbaratar, aqueles que forem se formando” (BOBBIO, 2000, p. 166). Assim, uma das formas de impedir a ascensão de grupos que rivalizassem com os núbios em Tebas se deu justamente com a adoção de Amenírdis, como esposa de Amon. Válido destacar que o acesso ao cargo se dava por meio de adoção, e a princesa deveria praticar o celibato na condição de esposa do deus (BAINES; MÁLEK, 2008, p. 48). Ademais, ela era detentora de vastas porções de terras controladas pelos templos, o que favorecia economicamente a sua família de origem, sobretudo a figura de Peye. Oportuno mencionar que esse tipo de nomeação também ocorreu em uma época anterior, envolvendo a princesa Shepenwpet, filha do faraó líbio Osorkon IV.

FRAGMENTOS DO PASSADO

irá gradualmente expandir o seu poder, obtendo o apoio das elites locais e de famílias estrangeiras (como o reino lídio na Ásia Menor, que forneceu ao líder egípcio apoio militar). Em breve, graças a essas alianças, Psamético conseguirá expulsar os assírios do Egito e derrotar os líderes líbios rivais, tendo posteriormente reunificado a terra dos faraós (WILKINSON, 2011, pp. 430-440).

Considerações finais

Em nossa pesquisa, analisamos os impactos da presença líbia no Terceiro Período Intermediário egípcio. De pastores a faraós, esses estrangeiros e seus descendentes deixariam marcas profundas na terra do Egito, impactando os diversos setores da sociedade, como a economia, a administração, a religião e, principalmente a política. Ainda que alguns autores afirmem que o poder líbio na terra dos faraós se deu predominantemente pela força, é certo que os novos senhores do Egito também utilizaram outros mecanismos para manterem o controle no mundo egípcio. É verdade que o militarismo merece destaque nessa época, mas as ligações entre líderes locais e as famílias reinantes por meio de casamentos também foram, em certa medida, eficazes para o fortalecimento das dinastias líbias, uma vez que favoreciam os laços de lealdade. A nomeação de membros da família real em altos cargos no sacerdócio tebano também foram uma outra estratégia importante empregada por esses estrangeiros. A ideologia, por outro lado, também se fez presente nesse contexto, destacando a atividade dos oráculos nos grandes centros de poder. Ainda que o Egito durante a dominação líbia não tenha exercido uma grande presença no exterior como nos períodos anteriores, verificamos que as relações entre as famílias dominantes líbias e levantinas contribuíram para o desenvolvimento econômico e a segurança do Egito, como é o caso das alianças entre Siamon e Salomão, ou Shoshenq I e Abibaal de Biblos. Ademais, a retomada das atividades no Levante (e possivelmente na Núbia), sobretudo durante a XXII, bem como os sucessos nas campanhas militares, também serviram como um dos alicerces do poder faraônico.

Posteriormente, nos momentos finais da XXII dinastia, o Egito, outrora reunificado por Shoshenq I, se fragmenta e em breve será alvo de disputas entre os pequenos reis líbios locais e outros grupos estrangeiros, como é o caso dos núbios e, posteriormente, dos assírios oriundos da Mesopotâmia. Esses conquistadores também deixarão a sua marca de dominação no Egito, mas não destruirão o elemento líbio na sociedade egípcia, visto que ele se fará presente na XXVI dinastia, oriunda da cidade de Saís (no Delta), quando Psamético I, príncipe de ascendência líbia, conseguirá reunificar a terra dos faraós, estabelecendo uma dinastia que perdurará por mais de um século, até a conquista persa do Egito em 525.

Referências

AHLSTROM, Gösta W. *The History of Ancient Palestine from the Palaeolithic Period to Alexander's Conquest*. 1ªed. Sheffield: Sheffield Academy Press, 1993.

Ancient Egyptian art, the Libyan palette. Disponível em <https://www.egyptprivatetourguide.com/egyptian-art/ancient-egyptian-art-libyan-palette/>. Acesso em 07 de dezembro de 2021.

FRAGMENTOS DO PASSADO

- BAINES, John; MÁLEK, Jaromír. **Deuses, Templos e Faraós. Atlas Cultural do Egito Antigo**. 1ª ed. Barcelona: Folio, 2008.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. 14ªed. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2000.
- FINKELSTEIN, Israel. **The Campaign of Shoshenq I to Palestine: A Guide to the 10 Century BCE Polity**. Zeitschrift des Deutschen Palästina, Deutscher verein zur Erforschung Palästinas (*German Society for the Exploration of Palestine*), H.2, 2002, pp. 109-135.
- FORSYTH, Roger. **Egypt of Saite Pharaohs, 664-525 B.C.** 1ªed. Manchester: Manchester University, 2019.
- GARCÍA, Juan Carlos Moreno. **Invaders or just herders? Libyans in Egypt in the third and second millennia BCE**. *World Archaeology*. Londres: Routledge, 2014.
- GORODOVITS, David. FRIDLIN, Jairo. **Tanah completo: Hebraico e português**. São Paulo: Editora & Livraria Sêfer, 2018.
- MÁLEK, Jaromír. In: SHAW, Ian (ed.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- KITCHEN, Kenneth. **The Third Intermediate Period in Egypt (1110-650)**. 1ªed. Warminster: Aris & Phillips LTD, 1973.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva, Volume 1** (Tradução de Regis Barbosa e Karen Elzabe Barbosa). 4ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.
- REDFORD, Donald B. **The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt (vol.2)**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- Prisioneiros de guerra no Portal Bubastita.Templo de Karnak**. Disponível em: <https://digitalkarnak.ucsc.edu/bubastite-portal/>. Acesso em 08 de dezembro de 2021.
- Representação parcial de uma batalha entre o faraó Seti e os líbios**. Templo de Karnak - Egito. Disponível em: https://www.memphis.edu/hypostyle/tour_hall/seti_scenes.php. Acesso em 08 de dezembro de 2021.
- RITNER, Robert K. **The Libyan Anarchy: Inscriptions from Egypt Third Intermediate Period**. 1ªed. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2009.
- SHAW, Gary J. **War and Trade with Pharaohs. An Archaeological Study of Ancient Egypt's Foreign Relations**. 1ªed. South Yorkshire: Pen & Sword Books, 2017.
- SILVA, Luís César Bittencourt da. **A Importância dos Caminhos Líbios na Época Pré-Dinástica**". Anais do V simpósio Nacional dos Professores Universitários de História: Portos, Rotas e Comércio (vol.1) -ANPUH. São Paulo, Brasil, 1971, pp. 41-49. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/6-snh05?start=260>. Acesso em 07 de dezembro de 2021.
- WILKINSON, Toby. **The Rise and Fall of Ancient Egypt**. 1º ed. Londres: Bloomsbury Publishing, 2010.

O CAFÉ E SUA IMPORTANCIA POLITICA E ECONOMICA NO BRASIL

Jeferson Cararo⁷⁹
Adriana Ribas Adriano Cararo⁸⁰

RESUMO: Esse estudo pretende analisar o modo agrícola mono exportador implementado a partir do renascimento agrícola após a decadência da mineração em meados do século XIX. O café rouba a cena e se torna a principal fonte de riqueza comercial brasileira até sua derrocada econômica ocasionada com a crise de 1929, que acabou impulsionando a queda da oligarquia cafeeira e a implantação de uma nova ordem política e econômica no Brasil, a partir de 1930.

PALAVRAS-CHAVE: Cafeicultura; Regime Republicano; Revolução de 1930.

1. INTRODUÇÃO

Desde a instalação do processo de colonização empreendido pela coroa portuguesa, particularmente a partir de 1530 com a implantação do Governo Geral e da divisão do território em Capitanias, o Brasil vê-se as voltas de suprir as necessidades cada vez mais crescentes do mercado europeu, primeiro com riquezas naturais e metais preciosos, e posteriormente com produtos agrícolas.

Com a decadência da produção açucareira no século XVII e com o declínio da mineração (fim do século XVIII), o café foi escolhido para suprir as necessidades de consumo desse mercado e também dos Estados Unidos, além de servir de instrumento para alavancar a economia colonial.

Com clima favorável, grandes extensões de terra, mão-de-obra abundante e disponibilidade de capital para novos investimentos, o Brasil passou a produzir café (*Coffea arábica*)⁸¹.

Segundo Martins (1999, p. 10), mesmo tendo iniciado seu cultivo em 1727, foi somente após 1850 que o investimento na nova cultura aumentou, pois com a abolição do tráfico de escravos o que se investia naquele comercio foi revertido para aquisição de terras.

Posteriormente as lavouras de café passaram a receber investimentos de capitais estrangeiros, que aos poucos foi propiciando a melhoria do processo produtivo com a introdução de maquinário, mão-de-obra assalariada (após a abolição da escravidão), além da recuperação e construção de estradas, e da

⁷⁹ Graduado em Ciências Econômicas pela UNICENTRO (1999), especialista em Gestão Financeira e Controladoria pela UNICENTRO (2002), mestre em Integração Latino-americana pela UFSM (2008) e professor assistente no curso de Ciências Econômicas da UEPG desde 2013.

⁸⁰ Graduada em História pela UNICENTRO (2001); especialista em Formação de Professores para Docência no Ensino Superior pela UNICENTRO (2004) e mestre em História, Cultura e Identidades, pela UEPG (2016).

⁸¹ Fruta considerada exótica, o café era associado a um “estimulante pecaminoso” consumido por elementos pagãos, pois era procedente da Abissínia (Etiópia), ao norte da África, terra de muçulmanos, exatamente da região de Kaffa, de onde lhe vem o nome. (MARTINS, 1999, p. 5)

FRAGMENTOS DO PASSADO

instalação de ferrovias, que barateavam o escoamento do mesmo junto aos portos, além do aumento no lucro dos cafeicultores.

Por fim, a cultura cafeeira passou a ser a força econômica, que sustentou não só o império brasileiro (até 1889) como também deu forma ao regime republicano até a chamada Revolução de 1930, que substituiu a oligarquia cafeeira no poder até então.

2. A IMPORTANCIA DA PRODUÇÃO CAFEIRA: DA SUA IMPLANTAÇÃO ATÉ A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Apesar de introduzido no Brasil em 1727, a produção cafeeira só adquiriu importância a partir do século XIX, com a decadência das lavouras tradicionais (açúcar, algodão e tabaco) e da produção do ouro, cujas atenções coloniais estavam voltadas no decorrer de todo o século XVIII. (PILETTI, 1992, p.111)

O desenvolvimento extraordinário do café na Província do Rio de Janeiro ocorreu paralelo à consolidação da cidade do Rio de Janeiro como capital e, segundo Enders (2012, p. 134-135) como resultado houve a transferência do centro de gravidade econômica e demográfica do Nordeste do Brasil, para as províncias do Sudeste em pleno dinamismo.

Ainda segundo o autor, as plantações de café estenderam-se do Rio de Janeiro em direção a São Paulo, pelo vale do rio Paraíba, e também em direção ao sul de Minas Gerais, que se tornou a terceira província produtora.

Além disso, a Independência dos Estados Unidos, em 1776, contribuiu para a expansão da produção brasileira de café:

“Grandes consumidores, os norte-americanos voltavam-se para o produto brasileiro para livrar-se da importação da Inglaterra e de suas colônias, e pela proximidade geográfica com o Brasil, absorvendo mais de 50% das nossas exportações. (PILETTI, 1992, p.112)

Segundo Costa (2016, p. 72; 74-75) em 1831, com a abdicação de D. Pedro I e com o início das regências, os barões do café aparelharam o Estado, e toda a política econômica brasileira passou a atender às necessidades e aos anseios dessa classe:

“A alternância no poder entre liberais e conservadores no período regencial inaugurou no Brasil uma prática muito comum até os dias de hoje. A disputa entre grupos político-partidários ou grupos econômicos que não visa formar uma unidade com vistas à construção de um projeto de nação comum a toda a sociedade, mas, sim, projetos particulares ou de classe”.

Portanto, o café, que tinha uma grande demanda na Europa e nos Estados Unidos, floresceu no clima tropical e de altitude elevada, fazendo com que, segundo Enders (2012, p. 134-135), em poucos anos as fazendas se multiplicassem, e que alguns fazendeiros acumulassem imensas fortunas.

Quando D. Pedro II assume o trono em 1840, a economia do Brasil já está totalmente dependente do café e, do ponto de vista sociopolítico, toda a estrutura que girava em torno dos interesses da oligarquia cafeeira estava fortemente arraigada na sociedade brasileira.

O café conservou-se, portanto, como o mais importante produto de exportação e, como consequência imediata desse aumento crescente de

FRAGMENTOS DO PASSADO

consumo no exterior, a balança comercial brasileira teve a substituição, principalmente a partir de 1860, de déficits por superávits. O que, segundo Piletti (1992, p. 113) gerou uma melhoria do padrão de vida e algum progresso técnico de algumas regiões, principalmente nas voltadas à produção do café.

Ainda segundo o autor, na verdade toda essa importância extraordinária do café constituiria, ao mesmo tempo, a riqueza e a pobreza da nossa economia:

“Riqueza, na medida em que trouxe divisas para o Brasil, embora essas divisas não resultassem na melhoria das condições de vida da população, em virtude da sua concentração nas mãos de poucas pessoas; e miséria, por fazer a economia depender quase exclusivamente da monocultura cafeeira”. (PILETTI, 1992, p. 113)

Conseqüentemente qualquer crise que ocorresse em sua produção ou comercialização internacional arrastaria consigo a economia do país, como de fato haveria de ocorrer durante o século XX, com a que ficou conhecida como “a crise de 1929”.

Por outro lado, a expansão da lavoura cafeeira permitiu reforçar a estrutura tradicional da economia agrícola brasileira, baseada na grande propriedade, na monocultura de exportação e na exploração da mão-de-obra.

Além da lavoura cafeeira, o concurso de capitais ingleses contribuiu também para que se mantivesse essa estrutura tradicional.

A par dos inconvenientes que trouxeram os capitais ingleses, segundo Piletti (1992, p. 114), estes possibilitaram a construção de estradas de ferro e de indústrias, o aparelhamento dos portos e o equilíbrio das finanças externas, sem que fossem sacrificadas as importações.

O autor ainda observa que a construção de estradas de ferro e outras melhorias no Brasil só foram efetivadas enquanto interessavam ao capital internacional, pois facilitavam o escoamento da produção e a manutenção da economia tradicional baseada na monocultura de exportação.

Havia, portanto, um duplo interesse do capital internacional, especialmente o inglês, nos empréstimos que fazia ao Brasil: ao mesmo tempo em que garantia o fornecimento de produtos primários a baixo custo, o que era facilitado pela construção das estradas de ferro, isso era feito à custa dos brasileiros que pagavam os empréstimos acrescidos de juros, não significando nenhum risco para os banqueiros.

Outros dois fatos contribuíram também para o equilíbrio econômico e financeiro do Brasil: a modificação da política alfandegária, em 1844⁸²; e o fim do tráfico de escravos em 1850, que diminuiu os gastos com importação.

Mas o fim do tráfico e a abolição dos escravos colocaram em xeque toda a estrutura colonial, baseada na mão-de-obra escrava. Segundo Piletti (1992, p. 118), essa estrutura se recompôs em parte, nas regiões produtoras de café, através da utilização de mão-de-obra livre (assalariada) de imigrantes europeus.

Portanto, com o enriquecimento da região cafeeira do interior paulista, surgiram novas condições socioeconômicas, tais como crescimento das cidades, a ampliação do trabalho assalariado e o desenvolvimento de setores de prestação de serviços.

⁸² A partir desse ano foi estabelecida uma taxa única sobre as importações, fixada em 30% - a chamada Tarifa Alves Branco; deixando de vigorar a taxa de 15% para os produtos ingleses, o que acarretou o aumento das rendas públicas. (PILETTI, 1992, p. 114)

FRAGMENTOS DO PASSADO

Essas mudanças, segundo Nadai & Neves (1995, p. 257) deram origem a um processo de formação de novas classes sociais, como a classe média, cujos interesses iam se tornando cada vez mais conflitantes com os do grupo que detinha o poder, ou seja, os senhores de terra e de escravos.

Ao lado de outros fatores, a influência desses novos grupos sociais também teve algum peso no movimento pela mudança do regime político.

Segundo Piletti (1992, p. 118), as ideias republicanas sempre tiveram grande aceitação e difusão no Brasil. Já na Colônia, e mais frequentemente no Império, numerosos movimentos pretenderam, entre outros objetivos, a instalação de um governo republicano.

Apesar de ter-se intensificado durante o período regencial, foi, porém, na fase final do Segundo Império que a ideia de um governo republicano passou a ser defendida de forma sistemática, com a organização do Partido Republicano, em 1870.

Sendo assim, ao lado da incipiente industrialização urbana, a expansão do café passou a produzir também novos grupos sociais desejosos de participação política e para os quais a monarquia não abria espaço:

“Esta retardava e mesmo atrapalhava a modernização exigida pelos barões do café e pelos empresários urbanos, setores que tiveram uma influência considerável na queda do império”. (PILETTI, 1992, p. 119)

Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o regime monárquico foi deposto, mas a organização da sociedade brasileira não foi alterada nas suas bases, pois tratava-se de uma transformação política que deveria ser feita com um mínimo de conturbação social e, se possível, até sem alterações na ordem estabelecida. (NADAI & NEVES, 1995, p. 262)

Deste modo, a proclamação da República resultou da conjugação de três forças: uma parcela do exército, fazendeiros do oeste paulista e representantes das classes médias urbanas que, para obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais.

As instituições republicanas deveriam expressar as transformações socioeconômicas que provocaram a queda do regime monárquico. Contudo, como não foi um ato revolucionário, sua organização institucional procurou apenas acomodar os possíveis conflitos, mantendo as transformações sociais nos estreitos limites do que se definia como ordem pública.

Por outro lado, assinalam Nadai & Neves (1995, p. 264), por mais que as mudanças tivessem sido significativas, a própria estrutura socioeconômica da sociedade brasileira havia se mantido praticamente inalterada: a agricultura exportadora ainda era o sustentáculo da economia, e seus interesses acabaram por determinar a feição política do novo regime.

Havia, porém, alguns elementos novos, que exigiram tratamento específico por parte dos organizadores da república e imprimiram novas características à sociedade e à vida política brasileira. Basicamente, esses elementos foram: a hegemonia econômica do centro-sul cafeicultor e a questão da organização do trabalho assalariado.

3. A POLÍTICA CAFEIEIRA NOS BASTIDORES DA CONSOLIDAÇÃO DO REGIME REPÚBLICANO

Uma vez proclamada a República, instituiu-se imediatamente um governo provisório que ficou responsável pela estruturação do regime no Brasil.

Foi estabelecido por Decreto a Federação como forma de organização do país; a transformação das províncias em estados, e a forma como seria governada a nação e os estados até serem realizadas eleições. Mas para concretizar esses objetivos era necessário a promulgação de uma nova constituição.

A primeira constituição promulgada no regime republicano foi assinada em 24 de fevereiro de 1891, estabelecendo uma república federativa, nas quais as antigas províncias tornaram-se os Estados Unidos do Brasil, que passaram a gozar de ampla autonomia, podendo inclusive contrair empréstimos no exterior.

A constituição também estabeleceu a separação e a independência entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, reservando inclusive extensos poderes ao presidente da república.

O primeiro governo republicano foi eleito pelos componentes do Congresso Constituinte, que passou a formar o Congresso Nacional, que excepcionalmente ficou encarregado de eleger quem cumpriria o primeiro mandato presidencial, dando fim ao governo provisório.

Como a República surgiu de uma composição de forças e grupos que estavam longe de serem homogêneos, isso foi motivo para que os seus primeiros tempos fossem marcados por uma série de conflitos na sua consolidação. (NADAI & NEVES, 1995, p. 267)

Além disso, como afirmam Nadai & Neves (1995, p. 268), as questões que haviam abalado a monarquia, como a abolição, disparidades regionais, descontentamento de alguns setores da sociedade como o exército, não haviam sido resolvidas, e nem seriam automaticamente com a simples mudança de regime.

Para solucionar a série de conflitos gerados após a proclamação da República e consolidar o regime, era preciso dotar o mesmo de condições financeiras e políticas para que funcionasse correspondendo aos interesses internos e externos, com os quais estava comprometido.

O primeiro passo nesse sentido foi o afastamento dos militares do poder e a consequente retomada deste pelos civis. (NADAI & NEVES, 1995, p. 272)

O terceiro presidente da República, que governou de 1894 a 1898, foi o paulista Prudente de Moraes. Republicano histórico era um legítimo representante dos fazendeiros de café.

Seu governo decorreu o tempo todo em estado de sítio e assinalou a ascensão ao poder do grupo que foi o primeiro articulador do movimento republicano.

Segundo Nadai & Neves (1995, p. 272) esse grupo, que se manteve à frente do país até o final da Primeira República, era constituído, predominantemente, pelos cafeicultores de São Paulo e pelos criadores de gado de Minas Gerais. Foram os seus interesses que, praticamente, passaram a nortear e controlar a política brasileira.

Ainda segundo as autoras, a ordem civil estabelecida por Prudente de Moraes só foi consolidada de fato no governo de Campos Sales (1898-1902), seu predecessor, cujo governo foi marcado pela organização da vida financeira e

FRAGMENTOS DO PASSADO

política do Brasil, conturbada desde a implantação do governo provisório do Marechal Deodoro.

Campos Sales ao ser empossado quarto presidente da República, encontrou um país praticamente falido e sem recursos para atender aos compromissos da dívida externa, pois a política financeira colocada em prática pelo governo provisório (o Encilhamento), provocou uma inflação desenfreada e, apesar de possíveis efeitos positivos no tocante à industrialização, teve como resultado principal o total desequilíbrio da vida financeira do país.

Para tentar solucionar os problemas financeiros em que se encontrava o Brasil, Campos Sales, procurou contrair mais empréstimos no exterior. Contudo, segundo Nadai & Neves (1995, p. 273), os principais credores estrangeiros não confiavam ainda no novo regime implantado no país e, por isso, obter um novo empréstimo seria algo impossível de acontecer.

A solução encontrada pelo novo presidente foi então decretar a moratória (não pagamento da dívida) e o *funding loan*, que consistia na compra da dívida do país por um único credor em troca da renovação dos serviços da dívida e da concessão de garantias seguras.

Para obter o referido acordo, o Brasil empenhou, segundo as autoras, entre outros recursos, as rendas alfandegárias e as receitas da maior estrada de ferro do país. E, com isso, a situação financeira, no tocante aos compromissos externos, ficou regularizada, e o país pode obter o novo empréstimo.

Mas a política interna implantada pelo governo não foi muito popular, pois implicava numa rigorosa contenção financeira, que aludia na diminuição dos gastos públicos, prejudicando principalmente os setores que dependiam ou que se beneficiavam das obras públicas, afetando sobretudo o incipiente processo de industrialização. Contudo, essa forma de política dava segurança às classes rurais, principalmente os cafeicultores.

Campos Sales também foi o autor da Política dos Governadores (por ele chamada de Política dos Estados), que foi responsável pela solução dos impasses criados pelas contradições entre os poderes executivo e legislativo.

Dessa política resultaram o predomínio do poder executivo (nas três esferas - federal, estadual e municipal) e a consolidação do poder das oligarquias, que consubstanciadas nos partidos republicanos estaduais (principalmente o paulista e o mineiro), nos grupos familiares (sobretudo no Nordeste), ou na projeção de “caciques”, como Pinheiro Machado (Rio Grande do Sul), mantiveram o controle político e do governo federal até o fim da chamada República Velha. (NADAI & NEVES, 1995, p. 274)

Com relação a Política dos Governadores, as autoras afirmam que esta possibilitou ao regime republicano uma forma específica de estabilidade política, através de um controle rigoroso dos mecanismos institucionais (processo eleitoral, por exemplo), sendo possível ao grupo dominante manter o poder e usá-lo segundo seus interesses, sem ter que se utilizar de recursos excepcionais, a não ser em momentos de crise.

Após o término do mandato de Sales, outro paulista tomou posse como o quinto presidente da República: Rodrigues Alves (1902-1906).

Seu governo foi considerado progressista, pois segundo Piletti (1992, p. 126), além de entregar ao sucessor a economia como recebera, com as finanças estabilizadas, comprou o território do Acre, modernizou o Rio de Janeiro, alargando praças, construindo avenidas, melhorando o porto. E com a

FRAGMENTOS DO PASSADO

colaboração do médico sanitário Osvaldo Cruz erradicou quase que completamente a febre amarela da capital federal.

Em seu governo dinheiro não faltou, pois além de ter suas finanças estabilizadas pode contar com o apogeu do ciclo da borracha.

Deste modo, o período compreendido entre 1902 e 1918 é considerado, segundo Nadai & Neves (1995, p. 282), como a fase de apogeu da Primeira República, pois essa fase conheceu um progresso material, possibilitado principalmente pela política de saneamento financeiro do Governo Campos Sales.

E tal como no Segundo Reinado, as instituições apresentaram-se estáveis pelo fato de a classe dominante ter mantido seu predomínio oligárquico sem que as demais camadas sociais tivessem condições de manifestar seus descontentamentos. Assim, durante esse período, em todos os setores da vida socioeconômica e política do país, verificou-se a vigência das características impostas pelo poder das oligarquias ao conjunto da sociedade brasileira. (NADAI & NEVES, 1995, p. 282)

Em contrapartida, a década de 1920 registrou uma profunda crise, que se caracterizou por manifestações de revolta de grupos populares contra o domínio oligárquico, acabando por afetar o regime político.

Na década de 1920, a monocultura cafeeira e a indústria nacional, os dois setores básicos da economia brasileira, enfrentaram uma crise muito séria.

O café por ser o principal sustentáculo da economia e os estados de São Paulo e Minas Gerais sendo seus maiores produtores e os detentores do poder político nacional, foram os principais interessados na criação e no incremento de uma política de valorização e defesa do mesmo.

Segundo Piletti (1992, p. 142), essa política de valorização do café não se iniciou na década de 1920, mas foi iniciada em 1906, no governo de Afonso Pena (1906-1909) por intermédio do Convenio de Taubaté, baseada na retenção de estoques e no financiamento para a produção, o que exigia constantes emissões de moeda e empréstimos externos, que acabavam por sobrecarregar a economia nacional.

Em 1926, o Brasil contava com 60% da produção mundial de café e por isso, podia regular o mercado vendendo mais ou menos café e, assim controlar os preços.

Porém, o Brasil não poderia reter o café por muito tempo, pois não tinha condições de suportar a progressiva acumulação de estoques. Por lado, segundo Piletti (1992, p. 142-143) o país dependia do mercado consumidor externo para vender o produto. Daí a crise.

Em 1924, ainda no governo de Artur Bernardes (1922-1926), tentando auxiliar as oligarquias cafeeiras, o governo financiou até 50% das safras retidas. Mas, essas manobras especulativas, visando a elevação dos preços, eram revertidas em proveito dos banqueiros e dos interesses internacionais, que controlavam a comercialização do café, em detrimento da economia nacional.

Os altos preços estimulavam a produção e, conseqüentemente a superprodução e o acúmulo de estoques, o que, apesar de aparentar a prosperidade da lavoura, escondia o progressivo endividamento e a dependência externa.

Os estoques, aumentando sem parar, exigiam preços altos e novos financiamentos para a produção, o que não poderia continuar indefinidamente.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Segundo Piletti (1992, p. 143), com o craque da Bolsa de Nova York, em outubro de 1929, veio a derrocada, pois os Estados Unidos diminuíram as importações de café, com isso derrubando o preço do produto em mais de 30%; o crédito externo foi suspenso e por sua vez, os débitos tiveram de ser liquidados e milhões de sacas de café acabaram sendo queimadas na tentativa de se manter os preços.

4. TRANSIÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DA REPÚBLICA DO CAFÉ COM LEITE (1928) E SUA POSTERIOR RUPTURA OLIGÁRQUICA A PARTIR DA REVOLUÇÃO DE 1930

A década de 1920 marcou, portanto, também o início da crise político-administrativa brasileira que gerou uma profunda instabilidade política, a tal ponto que os governos de Epitácio Pessoa (1919-1922); Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930) enfrentaram revoltas de setores das forças armadas e de civis, sendo que o último destes presidentes foi derrubado um pouco antes do término do seu mandato, pelo golpe militar que ficou conhecido como “Revolução de 1930”.

Com a cotação do café caindo a zero, a queda do preço e os enormes estoques acumulados em função da política de defesa do produto, fez com que a oligarquia cafeeira se desarvorasse e passasse a pressionar o governo para que se ampliassem os mecanismos de defesa do café.

As demais classes sociais, sobretudo as mais pobres também se viram em desespero, devido à carestia cada vez maior, o que provocou uma forte agitação social, com constantes eclosões de greve. (NADAI & NEVES, 1995, p. 310)

O governo, por sua vez, respondia com repressão, contribuindo para a criação de um clima favorável à Revolução.

Mas, a administração de Washington Luís ficou caracterizada também pela preocupação em melhorar as finanças do país. (LACOMBE & CALMON, 1989, p. 5) E, seu destino seria auspicioso segundo Sant’Anna (2019, p. 16), se não fosse a escolha de seu sucessor na presidência da República.

No ‘espírito da República do Café com Leite’, o próximo presidente na sucessão de 1930 deveria ser necessariamente um mineiro, mas São Paulo lançou a candidatura de Júlio Prestes num sinal inequívoco de ruptura com Minas Gerais:

Pela regra, Washington Luís e o Partido Republicano Paulista (PRP) deveriam apoiar o governador mineiro Antonio Carlos de Andrada. Mas, desde 1927, entretanto, o nome preferido era o de Júlio Prestes, afilhado político e amigo do presidente. (SANT’ANNA, 2019, p. 23)

Uma vez desarticulado o principal grupo oligárquico, buscou-se então a composição de um novo arranjo:

“Organizou-se então a Aliança Liberal, que reuniu forças políticas situacionistas dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba e alguns grupos de oposição de outros estados, como o Partido Democrático de São Paulo (PD), fundado em 1926 quebrando o exclusivismo político do PRP”. (NADAI & NEVES, 1995, p. 310)

FRAGMENTOS DO PASSADO

Havia muito tempo a oligarquia gaúcha era uma das mais poderosas e cujo crescimento econômico era notável desde o final da década de 1920. Além do mais, a administração federal vinha prejudicando financeiramente estados exportadores como Minas Gerais, portanto, a união entre esses estados desequilibrava o arranjo de forças da Primeira República. (SANT'ANNA, 2019, p. 25)

Das negociações Minas-Rio Grande ficou resolvido que o Sul se uniria principalmente em torno de uma candidatura gaúcha com chances e, caso não fosse possível, em torno de um nome mineiro.

Com astúcia e perspicácia, o governador mineiro percebeu que a unidade dessa nova aliança só seria possível se se desse ao estado gaúcho o que São Paulo procurava negar: a primazia do nome. E, o nome escolhido foi o de Getúlio Vargas, que governava o estado gaúcho. (MEDEIROS, 1989, p. 26)

Por fim, em 12 de setembro de 1929 ocorreu o anúncio da candidatura oficial de Júlio Prestes à presidência da República. E, uma semana após foi apresentada a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal, tendo como vice, o governador da Paraíba, João Pessoa.

De novo, e agora pela última vez, as engrenagens da Primeira República funcionaram. Cada oligarquia estadual fez das suas ao recorrer a fraudes, mas o voto de cabresto de 'Seu Julinho' (como era conhecido Júlio Prestes pela população), com a força de São Paulo e do Catete, falou mais alto.

Segundo Vizeu (2019, p. 104), em março de 1930, o paulista foi eleito com mais de 1 milhão de votos contra 740 mil dados ao candidato gaúcho.

A reação dos derrotados foi de aceitação, embora tivessem denunciado as costumeiras fraudes. Porém, enquanto Vargas aceitava o resultado das eleições, entre os tenentes e outros setores revolucionários havia um grande descontentamento.

Alguns líderes tenentistas e políticos passaram a articular a revolução, procurando convencer o candidato derrotado a aceitar sua liderança. E, como o clima político estava cada vez mais propenso à exaltação, um fato acirrou mais os ânimos revolucionários:

“Em 26 de outubro de 1930, numa confeitaria da cidade de Recife, João Pessoa foi assassinado por João Dantas, seu inimigo político e pessoal”. Sua morte acabou desencadeando o clamor revolucionário propício às articulações tenentistas”. (NADAI & NEVES, 1995, p. 311)

O crime ocorreu por questões locais, sem ligação com a eleição presidencial, mas, como afirma Vizeu (2019, p. 104), “quem se importa com detalhes quando há tanta gente à espera de um rastilho de pólvora capaz de derrubar a República?”

Políticos e lideranças militares se lançaram então à conspiração, e em 3 de outubro, explodiu no Rio Grande do Sul um levante contra o governo federal, sob a liderança do candidato derrotado Getúlio Vargas.

Os rebeldes derrubaram governos fiéis ao Catete pelo país e avançaram firmemente do Sul em direção ao Rio de Janeiro. E, rapidamente a agitação tomou conta:

“O povo saiu às ruas, embora não se possa atribuir sua agitação à consciência claramente revolucionária, pois não saiu às ruas propriamente para aplaudir os revolucionários, que ele desconhecia e que sempre se haviam mantido longe deles. Saiu às ruas – agora que

FRAGMENTOS DO PASSADO

não havia polícia – para deitar fogo nos chalés de bicho, depredar clubes de jogo e escritórios de políticos, que apenas haviam feito, até então advocacia administrativa”. (NADAI & NEVES, 1995, p. 311)

De qualquer forma, segundo as autoras afirmam, a agitação popular somou a favor dos revolucionários.

As tropas do sul marcharam sobre o Rio de Janeiro, mas não houve combates.

No Rio de Janeiro, uma junta militar, a 24 de outubro, exigiu a renúncia de Washington Luís, que estava a menos de um mês do final do seu mandato.

“Com o Palácio do Catete cercado, Washington Luís recebeu uma ordem para deixar o governo e se tornou oficialmente prisioneiro, sendo colocado em um carro e levado para a carceragem do Forte de Copacabana. E, em menos de um mês o agora ex-presidente da República embarcava para o exílio, de onde só retornaria dezessete anos mais tarde”. (SANT’ANNA, 2019, p. 29)

A junta assumiu, provisoriamente, o governo. Os revolucionários, porém, não aceitaram esse governo e, a 3 de novembro a Junta o entregou a Vargas, que havia, enfim, aceito o encargo de chefiar a Revolução.

Abria-se então, uma nova fase da vida republicana brasileira iniciada com a Revolução de 1930: a Era Vargas ou o Período Getulista, que continuou com a política protecionista com relação ao café, até o último ano de mandato de Vargas em 1945.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, o desenvolvimento da economia cafeeira foi responsável por transformações econômicas e sociais significativas para o Brasil, colocando o país, através das exportações de café nos quadros da economia mundial. Criou-se um mercado interno, instalaram-se ferrovias, as cidades se desenvolveram, a mão-de-obra livre foi introduzida, nasceram as primeiras indústrias, instituiu-se um sistema de crédito e os centros urbanos conheceram um surto de modernização.

Mas esses sinais de progresso, como afirma Martins (1999, p. 20-21) ocorreram apenas nos principais centros exportadores, no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, especialmente nas cidades beneficiadas pelo café.

E enquanto os núcleos urbanos atrelados à demanda mundial de café procuraram se modernizar durante os anos em que a cafeicultura esteve no auge, o restante do país permaneceu atrasado, e a mercê de políticas que beneficiavam somente os chamados “barões do café”, que com a queda da monarquia e a instituição da República passaram a dar as cartas na política e na economia da nação brasileira.

As políticas implementadas para cada vez mais beneficiar o café, principalmente no período conhecido como República Velha, com a vigência da Política dos Governadores, estagnou a economia brasileira, e que teve sua derrocada tanto política quanto econômica a partir da década de 1920, principalmente com a crise de 1929, que pôs em cheque as políticas protecionistas praticadas. Além de descontentar setores da sociedade que estavam se mobilizando para retirar os “oligarcas” do poder, para poderem eles atender as suas próprias demandas.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Nesse cenário desponta o movimento revolucionário de 1930 que destituiu a oligarquia cafeeira e assume as rédeas da nação, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COSTA, M. **A História do Brasil para quem tem pressa**: dos bastidores do descobrimento à crise de 2015 em 200 páginas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Valentina, 2016.

ENDERS, A. **A Nova História do Brasil**. tradução Marisa Motta. Rio de Janeiro: Gryphus, 2012.

LACOMBE, A. J. & CALMON, P. **Presidentes da República**: símbolos, hinos e canções. Brasília: CEDIL/ALHAMBRA/MEC/FAE, 1989. (Cem anos de República – Centenário da Bandeira – 1889/1989)

MARTINS, A. L. **Império do Café**: a grande lavoura no Brasil (1850-1890). 7ª ed. História em Documentos, 1999.

MEDEIROS, D. H. de. **1930 A Revolução Disfarçada**. São Paulo: Editora do Brasil, 1989. Coleção Lutas do Nosso Povo.

NADAI, E. & NEVES, J. **História do Brasil**. 17ª ed reformulada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 1995.

PILETTI, N. **História do Brasil**: da pré-história do Brasil aos dias atuais. 14ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SANT'ANNA, P. **Washington Luís**: o fim da Primeira República. São Paulo: Folha de São Paulo, 2019. Coleção Folha A República Brasileira – 130 anos; v. 11.

VIZEU, R. **Os Presidentes**: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil. De Deodoro e Bolsonaro. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019.

**REFLEXÕES SOBRE O TEMPO: ENTRE A CONSCIÊNCIA E A NATUREZA,
PERSPECTIVAS SOBRE TEMPORALIDADES HISTÓRICAS.**

**João Paulo de Oliveira Farias⁸³
Francisco Alex de Oliveira Farias⁸⁴
Vanderlene de Farias Lima⁸⁵**

Resumo: O presente artigo procura enfatizar os conceitos de tempo histórico, tomando por base algumas das contribuições e análises de historiadores já consagrados quanto essa problemática, tais como Paul Ricouer, Reinhart Koselleck e François Hartog. Um dos pontos fundamentais da discussão, é entender os aportes que estes teóricos trazem sobre as formas de lidar com o tempo histórico, percebendo as principais abordagens historiográficas sobre o conceito de temporalidades usadas por estes pensadores, já que existem certas questões que sempre estão postas quando o assunto é História. As definições e aplicações sobre o uso da temporalidade dentro do contexto da historiografia é uma delas.

Palavras-chave: Tempo. Temporalidades. Teóricos “do tempo”.

Introdução

Poderíamos retomar, a propósito da história a questão colocada por Santo Agostinho a propósito do tempo: “ O que é o tempo? Se ninguém pergunta isso, eu não me pergunto, eu o sei; mas se alguém me pergunta e eu quero explicar, eu não o sei mais”. (AGOSTINHO apud DOSSE, 2003, p.7).

Ao entramos em contato com a História, principalmente em seu campo acadêmico, temos a oportunidade de fazer determinadas reflexões que nos inquietam sobre as práticas e “ferramentas” que auxiliam os historiadores e os professores de história na construção, caracterização e explicação dos seus objetos de análise. Através das diversas leituras, das abordagens propostas e do referencial teórico estudado, é possível perceber alguns elementos cruciais para a construção de pensamentos e ações pertinentes neste campo do saber.

Apropriar-se de alguns destes elementos e das percepções teóricas é imprescindível para desenvolver trabalhos tanto no que diz respeito às pesquisas historiográficas, quanto no campo do ensino da História, visto que auxilia principalmente com o exercício de questionar e ter uma significação mais clara sobre estes processos e estes campos de atuação. Nas discussões historiográficas, ideias da consciência sobre o tempo histórico e de como operar com esse e outros elementos, por exemplo, é um dos principais questionamentos para aqueles que possuem a História como ofício.

⁸³Professor de História; Mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri/CE (PROFHISTORIA-URCA).

⁸⁴ Professor e Diretor Escolar; Mestre em Ensino de Física, pela Universidade Estadual do Ceará (MNPEF-UECE).

⁸⁵ Professora de Sociologia; Mestre em Ensino de Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Sociologia (PROFSOCIO-UFC).

FRAGMENTOS DO PASSADO

O trecho que inicia este trabalho, retirada do texto de François Dosse citando Santo Agostinho, ao mesmo tempo que expõe as dificuldades de entendimento, nos mostra claramente essa necessidade para o exercício da indagação desse elemento imprescindível no trabalho do historiador e do professor de história, o tempo.

As discussões sobre tempo e temporalidade, portanto, devem perpassar a sala de aula. Somente reconhecendo sua importância, será possível compreender melhor os processos históricos e estabelecer uma aprendizagem também histórica.

Assim, este artigo procura enfatizar os conceitos de tempo histórico, tomando por base autores como Reinhart Koselleck, François Hartog, entre outros. Um dos pontos fundamentais da discussão, é entender os aportes que estes teóricos trazem sobre as formas de lidar com o tempo histórico. A intenção é perceber as principais abordagens historiográficas sobre temporalidades usadas por estes pensadores, já que existem certas questões que sempre estão presentes quanto o assunto é História, as abordagens sobre a disciplina e suas teorias são algumas delas.

Portanto, fazer um balanço bibliográfico sobre o tempo, analisando alguns dos principais teóricos que lidam com estes conceitos será de grande relevância para termos um melhor entendimento sobre o estudo da história no tempo presente e como devemos lidar com determinadas técnicas para uma legitimação no nosso campo de estudo.

Para explorar alguns dos conceitos no presente trabalho, são analisados, entre outros, os seguintes textos: “Sobre a antropologia de experiência histórica do tempo”, contido no livro “Estratos do tempo” (2014), de Reinhart Koselleck, “Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo” (2003), de François Hartog.

O Historiador e sua relação com o tempo

Marc Bloch nos coloca que história é a ciência “dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55), ressalta assim, que enquanto historiadores temos o tempo como um recurso essencial para a compreensão das representações e narrativas sobre as sociedades humanas. O tempo, portanto, é o principal objeto e ferramenta de sua pesquisa e deve ser pensado de modo a trazer outros questionamentos, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento sobre sua historicidade e sua construção dentro de um contexto de temporalidades. O que irá definir a consciência histórica é o entendimento sobre o tempo histórico.

Para entender melhor o conceito de tempo histórico, utilizaremos neste artigo o trabalho do professor José Carlos Reis (1996), no qual expõe alguns dos principais historiadores que lidam com a problemática do tempo histórico e da relação com o conhecimento histórico. No trabalho o autor, procura diferenciar o tempo físico do tempo filosófico e também do tempo do historiador. Para ele em relação ao tempo existem “duas perspectivas inconciliáveis: a da física e a da filosofia” e entre essas duas perspectivas existe a problemática do tempo histórico, ou seja, “a do acompanhamento dos homens em suas mudanças e a sua ‘descrição e análise” (REIS, 1996, p.230). Assim o historiador, seria o responsável e precisaria criar um “terceiro tempo” que está entre o tempo da natureza e o da consciência, tempo este, capaz de mediar um diálogo essencial para as sociedades humanas.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Citando algumas das contribuições de Paul Ricoeur (1978), e a sua teoria do “terceiro tempo”, o autor elucida as diferentes formas que o tempo assume, seja de maneira individual quanto coletiva, para ele a “vida humana” é o objetivo do historiador. Para ilustrar as formas de um tempo mediador entre o tempo da natureza e o da consciência, Ricoeur estabelece o que é chamado de conceitos/pontes, mostrando que a prática histórica produz conexões, através desses artifícios, que possuem características próprias e singulares entre o vivido e o natural. Assim temos três pontes principais a saber: o calendário, as gerações e os vestígios.

O tempo histórico é duplo: ele é a organização que a própria vida coletiva se dá – nesse sentido ele é um vivido concreto, efetivo é uma auto-organização da vida social; e é conhecimento desse vivido. Enquanto conhecimento, o tempo histórico seria uma solução poética, isto é, prática e imitativa e não teórica da aporia do tempo físico e da consciência. Enquanto puro vivido o tempo da consciência é inorganizável e inenarrável- é pura sucessão dispersiva, descontínua, sem costura possível. Com o calendário, as sociedades se organizam, as gerações ganham uma posição em sua sucessão, os documentos são datados. Ainda com esses recursos, a experiência humana torna-se narrável (REIS,1996, p.234)

Com base na leitura de José Carlos Reis, vemos que para Ricoeur a noção de tempo histórico, se dá através desses três componentes que se referem ao desenvolvimento da vida humana e do seu diálogo enquanto mediador, no qual o calendário seria a primeira ponte entre o tempo da natureza e o tempo da consciência. Portanto, algo indispensável, pois por ser um evento original, que também confere à ordem aos acontecimentos, visto que “sempre há um evento fundador, que abre uma nova época, ‘ponto zero’ a partir do qual se conta e se data os eventos; depois, deste ponto zero percorre-se o tempo em duas direções: do presente ao passado e, do passado ao presente”(REIS,1996, p. 234). Já o conceito de gerações mostra a vida compartilhada, no qual o tempo histórico representa tanto a permanência como uma sequência das gerações, uma vez que “a ideia de geração é antiga e liga-se às ideias de ‘continuidade da tradição’ e de ‘inovação’” (REIS,1996, p.236). Aqui geração é entendida e está relacionada a um conceito/ponte biológico-histórico.

“O presente possui as marcas de sua passagem”, temos então a terceira conexão do tempo histórico, que são os vestígios, ou seja, tudo aquilo que foram deixados em um determinado momento, e servem como sinais ou marcas que são utilizadas pelo historiador : “O vestígio indica o aqui-agora da passagem dos vivos, ele assegura que houve a passagem anterior de outros homens vivos” (REIS,1996, p.238).

Ao estabelecer esses elementos que fazem parte do “terceiro tempo”, Ricoeur evidencia uma aproximação do tempo da natureza e das questões filosóficas pertinentes ao trabalho do historiador em situar seus diferentes tempos históricos. Sobre as três pontes que fazem a conexão com o tempo da história, Dosse, tratando das ideias de Ricoeur e Dilthey explica que:

O tempo calendário empresta caráter cosmológico ao tempo vivido e humaniza o tempo cósmico. A noção de geração é considerada por Ricoeur uma mediação maior da prática histórica que torna possível também, conforme mostrado por Dilthey, encarnar a conexão entre o tempo público e o tempo privado. A noção de geração atesta a dívida,

FRAGMENTOS DO PASSADO

além da finitude da existência, para além da morte que separa os ancestrais dos contemporâneos. E existe, enfim, a noção de vestígio: objeto usual do historiador, materializado por documentos, arquivos, não menos enigmáticos e essencial para a reconfiguração do tempo. (DOSSE,2017, p. 139)

Portanto, Dosse e Reis mostram que para a formação do tempo histórico, Ricoeur estabelece um “terceiro tempo”, no qual procura diminuir o abismo existente entre o tempo da natureza e da consciência, assim objetiva as condições necessárias da vida humana em sociedade, tornando esse processo um fenômeno sempre contemporâneo. Reis tece, no entanto, uma crítica às ideias ricoeurianas, em que essas propostas de um terceiro tempo, constituído pelo tempo histórico, não se dá por um tempo propriamente novo, mas está mais vinculado a um caráter de meio termo, de “ponte”, sendo assim, este, não consegue superar o vivido e o tempo do mundo, mesmo assim : “ Ele sabe que o calendário é uma referência objetivante do tempo da consciência e que ele não o reduz à sua estrutura” (REIS, 1996, p.239).

O tempo Histórico em Reinhart Koselleck

Quando falamos em tempo histórico devemos dar destaque a um dos grandes historiadores contemporâneos que dedicou consideráveis trabalhos e estudos, voltando-se atenção especial para a Teoria da História, o alemão Reinhart Koselleck (1923-2006). As leituras de Koselleck encontram-se envolvidas principalmente à chamada escola da “história dos conceitos” (*Begriffsgeschichte*) e busca discutir a historicidade referente às ideias de tempo e espaço e sua relevância para os estudos históricos.

José Carlos reis, ao fazer um trabalho com alguns dos principais historiadores que lidam com o conceito de tempo histórico e temporalidades, coloca em evidência o pensamento de Koselleck para contrapor a tese de Ricoeur sobre o tempo do calendário como um “terceiro tempo”:

Para ele, o tempo histórico está longe de ser resolvido pelo calendário e continua a questão mais difícil posta pelo conhecimento histórico. Datas corretas são essenciais, mas são somente as condições prévias e não poderiam definir o “tempo histórico” (REIS,1996, p.240).

Vemos que diferentemente de Paul Ricoeur, que atribui uma grande importância ao tempo determinado pelo calendário, Koselleck é mais cauteloso e confere a este um papel secundário, para ele a história determina a cronologia e não uma subordinação a ela.

No campo da definição do conceito de tempo histórico em Reinhart Koselleck, este afirma ainda que "definir isso que representa o tempo da história é, de todas as questões colocadas pela ciência histórica, uma das mais difíceis de ser resolvida".(KOSELLECK apud EUGÊNIO, 2004, p.113). Vemos na citação que o autor lembra que tal forma de datação não consegue resolver todo o contexto do tempo da história, sendo, então, apenas sua condição precedente. Koselleck nos indica que o passado chega até nós em “ruínas, aos pedaços e em fragmentos”,

São os restos de um mundo humano. Datá-los é fundamental, mas é só o começo do trabalho do historiador. O conceito de tempo histórico,

FRAGMENTOS DO PASSADO

portanto, não se refere ao tempo medido da natureza. Essa noção se liga a um conjunto de ações sociais e políticas, a seres humanos concretos, agentes e sofrendores, às instituições e organização que dependem deles. Cada uma delas com o seu ritmo próprio de realização. (REIS, 1996, p.240)

Para analisar as relações de tempo proposta por Koselleck, além do texto de José Carlos Reis, procuramos fazer uma breve discussão da tese do próprio autor, através do livro *“Estratos do tempo: estudos sobre história”*, que foi lançado originalmente em 2000, e foi traduzido e publicado para o português somente em 2014. A problematização trazida por ele, procura abordar as estruturas temporais da história humana com base nas experiências e nas narrativas.

Ao iniciar o texto, Reinhart Koselleck procurou evidenciar o uso de metáforas para falar sobre o tempo, ressaltando a necessidade de buscar também a ideia de unidade espacial, ou seja, os conhecimentos temporais.

O historiador precisa servir-se dessas metáforas retiradas da noção espacial se quiser tratar adequadamente as perguntas sobre diferentes tempos. A história sempre tem a ver com o tempo, com os tempos que permanecem vinculados a uma condição espacial, não só metafórica, mas também empiricamente [...] Os espaços históricos se constituem graças ao tempo, que nos permite percorrê-los e compreendê-los, seja do ponto de vista político ou do econômico. Mesmo quando a força metafórica das imagens temporais tem origem em noções espaciais, as questões espaciais e temporais permanecem entrelaçadas. (KOSELLECK, 2014, p.9)

Koselleck, portanto, faz uma reflexão sobre o tempo histórico, trazendo questões espaciais e temporais, constituindo com isso relações de grande importância as quais se tornam referências imprescindíveis para os historiadores e/ou aqueles que lidam com o assunto, como o professor de história. Fica evidente na citação acima que só há possibilidade de representar o tempo através do movimento também das unidades espaciais, por isso o emprego de metáforas com o modelo geológico, proposto pelo autor, ao fazer tal menção. Assim, infere que o tempo, então permanece ligado a uma condição também espacial, até mesmo empiricamente:

Muitas coisas acontecem ao mesmo tempo, emergindo, em diacronia ou em sincronia, de contextos completamente heterogêneos. Em uma teoria do tempo, todos os conflitos, compromissos e formações de consenso podem ser atribuídos a tensões e rupturas-não há como escapar das metáforas espaciais-contidas em diferentes estratos de tempo e que podem ser causadas por eles. (KOSELLECK, 2014, p.9-10).

É perceptível que o historiador assegura que a utilização da metáfora traz alguns benefícios, “com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes simultaneamente” sendo possível até reunir no mesmo conceito “a contemporaneidade do não contemporâneo” (KOSELLECK, 2014, p.9).

Situo-me no campo das metáforas: a expressão ‘estratos de tempo’ remete a formações geológicas que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformaram e se diferenciaram

FRAGMENTOS DO PASSADO

umas das outras em velocidades distintas no decurso da chamada história geológica. [...] Sua transposição para a história humana, política ou social, permite separar analiticamente os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados. (KOSELLECK, 2014, p. 19).

O autor procura compreender o tempo histórico, rompendo, através da metáfora com os tempos geológicos, das tradicionais maneiras que alguns historiadores procuraram organizar o tempo, ou seja, através da compreensão temporal linear e a circular, modelos que se tornaram bastante recorrentes na História, como afirma na seguinte passagem:

Ambos os modelos são insuficientes, pois toda sequência histórica contém elementos lineares e elementos recorrentes. A circularidades também deve ser pensada em termos teleológicos, pois o fim do movimento é o destino previsto desde o início: o decurso circular é uma linha que remete a si mesma [...] Os tempos históricos consistem em vários estratos que remetem uns aos outros, mas que não dependem completamente um dos outros. (KOSELLECK, 2014, p. 19-20).

A leitura de Koselleck propõe que pensemos o tempo a partir de três estratos básicos, que são trabalhados quando se refere aos “vestígios da experiência”. São eles: a *singularidade*, a *repetibilidade* e, também, as *experiências que transcendem a experiência individual*. Fazendo uma alusão as metáforas geológicas, teríamos respectivamente, os acontecimentos, ou experiência primordial, ou seja, “experiências surpreendentes e irreversíveis”; um tempo das “estruturas de repetição que não se esgotariam nas singularidades”; e as temporalidades que sendo mais duradouras acabam por transcender a vida de alguns indivíduos e de gerações.

Buscando alternativas em relação aos decursos temporais lineares ou circulares, o autor procura mostrar que somente a partir da constatação da complexidade e da multiplicidade da experiência temporal, através de sua concepção em estratos, e de seus distintivos, o processo histórico pode ser melhor entendido. Para Koselleck,

O proveito de uma teoria dos estratos do tempo consiste em sua capacidade de medir diferentes velocidades, acelerações ou atrasos, tornando visíveis os diferentes modos de mudança, que exibem grande complexidade temporal. (KOSELLECK, 2014, p. 22).

Com base em uma leitura inicial de Koselleck, percebemos que o autor buscou debater a historicidade dos conceitos de tempo e espaço e sua importância para a historiografia. Vemos que tanto o conceito de tempo quanto de espaço é imprescindível e pertence às condições de possibilidade da história.

Conhecer um mundo histórico, para Koselleck, é responder a esta questão maior: como, em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro foram postas em relação? Sua resposta a essa questão é a sua hipótese sobre o “ser” do tempo histórico: determinando a diferença entre passado e futuro, entre “campo da experiência” e “horizonte de espera”, em um presente, é possível apreender alguma coisa que seria chamada de “tempo histórico”. (REIS, 1996, p.240)

FRAGMENTOS DO PASSADO

A “temporalização”, assim, é medida através de uma relação entre passado (experiência) e futuro (espera), que se concretizam no presente, assim experiência e expectativa, conforme Koselleck, definem o tempo histórico. Tempo este que não pode ser entendido como único para todos os homens, já que há diferentes sociedades em diferentes ritmos temporais, estabelecendo assim uma pluralidade dos tempos : “O tempo, aqui, não é tomado como algo natural e evidente, mas como construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como horizonte de expectativa” (JASMIN, 2006, p. 9).

O tempo histórico em François Hartog: “Regime moderno de historicidade”

Outro historiador preocupado com as questões e pressões do mundo contemporâneo, bem como voltado para trazer instrumentos conceituais para refletir tanto sobre o tempo quanto no tempo, é o francês François Hartog, o qual recebe bastante influência de teóricos como Reinhart Koselleck. O texto aqui analisado “*Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo*” (2003) revela essas preocupações.

Na leitura em questão, Hartog constrói uma teoria mostrando que cada sociedade e época tem uma relação com o tempo: seja ele passado, presente e futuro, ou seja, analisa as diferentes temporalidades, dentro de uma categoria chamada Regime de historicidade, fazendo assim reflexões sobre elas:

Não irei considerar todas as formas de tempo ou experiência temporal, mas apenas aquelas que pertencem à tradição do saber: mais precisamente, os modos por que se conectam presente, futuro e passado na escrita da história. Estas configurações intelectuais compõem apenas uma camada nas relações complexas e intrincadas para com o tempo mantidas por toda sociedade a cada momento, uma trama percorrendo a tapeçaria. O historiador vive quotidianamente o tempo, mas mesmo que ele não mais se interesse, no dizer de Benjamin, pelo tempo linear “homogêneo” e “vazio”, ele corre o risco de simplesmente instrumentalizar o tempo. Compõe também parte da tarefa do historiador tentar pensar sobre o tempo, não sozinho, é óbvio. (HARTOG, 2003, p.10)

Na citação acima é possível analisar ainda a função do historiador com o tempo. Hartog, assim como Koselleck, nos ensina a questionar a mecânica do tempo, já que nem todas as sociedades têm a mesma relação com esse elemento, esclarecendo ainda, que é uma forma bem específica e recortada, e que as formas de se relacionar com o tempo afeta de forma direta a sociedade. O texto parte inicialmente de um destes recortes, o ano de 1989, fazendo as seguintes indagações:

Seria significativo considerarmos nossa atual situação, digamos a partir de 1989, do ponto de vista de nossas relações com o tempo? Lança alguma luz reintroduzir a questão do tempo ou tratar o tempo como questão? [...] Por que 1989? Bem obviamente, por causa da queda do Muro de Berlim. 1989 não significa de modo algum o fim da história (ou seja, segundo F. Fukuyama, a democracia, entendida como a forma final dos governos humanos e a História concebida como um processo evolutivo simples e coerente). (HARTOG, 2003, p.10)

FRAGMENTOS DO PASSADO

A queda do Muro de Berlim, portanto, serve como marco significativo, segundo Hartog, na maneira como a sociedade se relaciona com o tempo, e como os historiadores passam a pensar o tempo a partir dessas grandes mudanças provocadas pelas transformações sociais da época. Há nesse processo histórico uma ruptura com o modelo de historicidade moderno e com sua relação de progresso. Para Hartog, a teoria teleológica “acaba” a partir de 1989: “1989 significaria antes o fim (ou pelo menos uma nítida quebra) do que denomino o regime moderno de historicidade (*régime d’historicité*), que começou por volta de fins do século XVIII” (Hartog, 2003, p.11).

Sobre a expressão *moderno regime de historicidade* o autor tece algumas considerações: em relação a historiografia como uma ideia de que o ponto principal seria o futuro, como algo que “domina”, a palavra-chave seria “progresso”, a história seria entendida como “processo” e o tempo estaria destinado a “um fim” (progressão) (Hartog, 2003). O fim desse regime de historicidade acaba por impor uma série de questões, colocando em evidência uma certa crise, inclusive em relação às “orientações” a serem seguidas pelos historiadores, há novas formas de entender o tempo, percebidos através da “experiência do tempo”:

O fim deste regime moderno significaria que não é mais possível escrever história do ponto de vista do futuro e que o passado mesmo, não apenas o futuro, se torna imprevisível ou mesmo opaco. Deve ser reaberto. Mas como o veremos? Que questões devemos colocar? O que temos experienciado por uns vinte anos nas ciências sociais é, no mínimo, uma certa perplexidade (fim dos grandes modelos, pós- isto ou aquilo). Mas desde 1989, especialmente entre os historiadores, uma frase apareceu com uma singular frequência: a necessidade ou a falta de "orientações". Por em questão o tempo nos ajudaria a encontrar uma orientação? Ofereceria uma guia? Como devemos proceder? (HARTOG, 2003, p.11)

Essas mudanças no regime de historicidade, a partir de 1989, mostradas pelo autor, coloca em evidência o *presentismo*, já que temos uma sociedade cada vez mais preocupada com o tempo presente, e a História, também acaba tendo uma função de lidar com as questões do tempo presente. Com base nessa crise vivenciadas após o regime moderno de historicidade (1989), Hartog sugere pôr em questão o tempo para encontrar uma direção ou/e uma orientação; investigando, portanto, as relações das sociedades anteriores com o tempo, e como essas em alguns momentos entraram também em crise, através de um questionamento também histórico. Portanto, vemos que o *regime de historicidade*, proposta por Hartog se mostra como sendo um importante instrumento de questionamento do papel do historiador sobre as diferentes relações da sociedade com o tempo.

Atento às pressões do contemporâneo, François Hartog há alguns anos se esforça, senão em explicar a complexidade da situação atual (e essa provavelmente não seria sua pretensão), pelo menos na tarefa de oferecer instrumentos conceituais para se pensar e se escrever tanto sobre o quanto no presente. Dois termos correlatos e convergentes aparecem como significativos do esforço salientado: presentismo e regime de historicidade. Ambos passaram pelo crivo de seu olhar analítico, um olhar de historiador cabe frisar, no livro publicado em 2003, *Régimes d’historicité. Présentisme et expériences du temps*, dentro de uma coleção cujo título é também representativo

FRAGMENTOS DO PASSADO

do momento: *La librairie du XXI e siècle*. Como se ressalta nas palavras utilizadas no título, o tempo funciona como uma espécie de eixo norteador através do qual o olhar se desenvolve, olhar que, em uma única expressão, pode-se dizer que atravessa o tempo (NICOLAZZI,2010, p.231) . (NICOLAZZI,2010, p.231).

As formas como a sociedade se relacionam com o tempo e como essa relação também lhe afeta, é denominada pelo autor de regimes de historicidade, como já mencionado. Nesse regime de historicidade, acaba que um tempo, seja ele o passado, o presente ou o futuro tem predominância diante dos outros tempos. Tal conceito, tende, portanto, a colaborar com o entendimento do vivido e assim analisar crises ou até desordens do tempo.

Ao longo da leitura do texto de Hartog, em que o autor vai fazendo as devidas relações do tempo com a Historiografia desde a Antiguidade, questionando o *topos* da *Historia magistra*, analisa os momentos da pré-história da historicidade e os momentos de questionamentos de um regime de historicidade, até os dias atuais, e também novas perspectivas, ampliando assim a percepção dessas “(des)ordens do tempo”. Fica claro sua intenção de propor em sua abordagem comparativa uma história da história.

Para ele é através da observação do passado ou da perspectiva de futuro que se legitima o presente, pois é neste tempo que o passado é idealizado, enquanto o futuro permanece ou traz algumas promessas por vezes catastróficas. É no presente que a possibilidade da ação se estabelece, sendo que a história, cada dia mais, lida com questões desse tempo. Salienta ainda que para entender o tempo e a sociedade é necessário haver um diálogo entre o passado, o presente e o futuro:

No que respeita as nossas relações com o tempo, esta reabertura do passado vai de par com o fato de tomar em consideração a dimensão do futuro. Não o Futuro, com F maiúsculo. Mas mais modestamente devemos restaurar alguma forma de comunicação entre presente, passado e futuro, sem admitir a tirania de qualquer um deles. História escrita em nome do passado, do futuro ou do presente. Precisamos estabelecer a ponte entre experiência e horizonte de expectativa, ou, para dizê-lo como o filósofo Paul Ricoeur, "tornar nossas expectativas mais determinadas e nossas experiências mais indeterminadas". (HARTOG, 2003, p.31)

Assim, Hartog procura empregar o conceito do regime de historicidade, alargando a percepção das ordens do tempo. O conceito do regime de historicidade pelo autor, colabora para o entendimento entre passado, presente e futuro.

Considerações finais

A História, como área de conhecimento, passou e passa por transformações significativas, desde cânones, objetos de pesquisas, seus problemas, novas preocupações, no entanto, a questão do tempo parece central no trabalho do historiador. O historiador brasileiro José D'Assunção Barros, nos aponta que desde Heródoto existe uma tentativa de pensar a relação entre tempo e história:

FRAGMENTOS DO PASSADO

A consciência do tempo entre os historiadores pode ter variado consideravelmente no decurso da história da historiografia, ao adquirir as mais diversas formas e intensidades, mas de alguma maneira ela esteve sempre ali, desde os primórdios da prática historiográfica. (BARROS, 2014, p.241).

E mesmo com muitos debates sobre a natureza do tempo, por vários pensadores e ao longo de vários “tempos”, dentro do que chamamos de consciência humana, a noção de temporalidade é de grande valia, assim trabalhar com a ideia de temporalidade “permite ao historiador fazer uma relação melhor entre tempo, memória e formação do relato histórico” (MARQUES, 2008, p.45). A apreensão da história só é possível pela ideia da Temporalidade, deste modo “o tempo histórico precisa ser uma intermediação entre consciência e natureza” (REIS, 1996, p.249).

As reflexões apresentadas neste ensaio procuraram mostrar algumas das visões de notáveis historiadores que se preocuparam em trabalhar com o conceito de tempo histórico e temporalidade. José Carlos Reis(1996) adentrando na reflexão ricœuriana, mostra que o tempo histórico é representado principalmente através do tempo-calendário, que se caracteriza como um terceiro tempo. Para Ricouer esse terceiro tempo seria, portanto, uma adequada mediação entre o tempo da natureza e o tempo da consciência.

Reinhart Koselleck, como vimos, trouxe uma relação entre as questões espaciais e temporais. O autor esclarece o uso da metáfora espacial para indicar os diferentes planos do tempo histórico, com durações e origens distintas, e que, todavia, agem simultaneamente. Sua teoria dos estratos do tempo, quando se refere aos “vestígios da experiência”, sugere que pensemos o tempo a partir de três estratos básicos. Estes estratos são caracterizados por estruturas de repetição, singularidade e as estruturas de maior duração, que transcendem a experiência de indivíduos e até das gerações, dentro de um olhar do tempo heterogêneo e plural.

Outro autor que se dedica em pensar as diversas formas e modalidades de experiência com o tempo, e discutido no trabalho, é François Hartog. Sua teoria é construída tomando por base que cada época tem uma relação com o tempo, o que ele denomina de *regime de historicidade*. Assim, presentismo e regime de historicidade são recursos teóricos de compreensão da nossa relação com o tempo. É a partir desses conceitos que há uma articulação das categorias temporais do passado, do presente e do futuro, dentro de determinada época, sociedade e contexto histórico. Hartog expõe em suas obras as mudanças sofridas pela ideia de tempo histórico, mostrando que o regime de historicidade acaba sendo um importante instrumento de questionamento do papel do historiador sobre as diferentes relações da sociedade com o tempo.

Portanto, problematizar de que forma a categoria “tempo” está sendo pensada pela historiografia, a fim de entender as implicações nas relações de temporalidade, possibilitará um melhor entendimento também em relação às maneiras como ensino de história está sendo tratado nessa dimensão. Conhecer as principais teorias da história, especialmente as contribuições dos autores tratados nesse artigo se fazem necessários, possibilitando uma ampliação do nosso campo de atuação e investigação epistemológica para a história.

Referências Bibliográficas

- BARROS, José D'Assunção . *A Historiografia e os conceitos relacionados ao tempo*. Dimensões: Revista de História da UFES , v. 32, 2014, p. 240-266.
- BLOCH, Marc. *A história, os homens e o tempo*. In: Apologia da História ou O ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001, pp. 51-68.
- CERTEAU, Michel. *A operação historiográfica*. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2002.
- DOSSE, François. *Paul Ricoeur: um filósofo em seu século*. Tradução de Eduardo Lessa. Peixoto de Azevedo. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2017
- _____. *A história*. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- EUGÊNIO, Maria Marlene. *O tempo da história em Paul Ricoeur*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Minas Gerais. 2004.
- HARTOG, François. *Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo*. Revista de História, 148, 1º – 2003, pp. 9-34.
- JASMIN, Marcelo. *Apresentação*. In: KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão técnica de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, 368p.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo-Estudos sobre história*. Rio de Janeiro, Editora PUC Rio, 20014, pp.7-110.
- MARQUES, Juliana Bastos. *O conceito de temporalidade e sua aplicação na historiografia antiga*. Revista de história, 158 (1º semestre de 2008), 43-65.
- NICOLAZZI, Fernando. *História entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 53, p. 229-257, jul./dez. 2010.
- REIS, José Carlos. *O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e nos Anales: uma articulação possível*. Síntese Nova Fase, Belo Horizonte, v.23, n.73, 1996.

**PROTESTANTISMO, IMIGRAÇÃO E AÇÃO SOCIAL: A HISTÓRIA DO
PRESBITERIANISMO VICENTINO**

José Antônio Lucas Guimarães⁸⁶

RESUMO: O artigo analisa a contribuição do presbiterianismo vicentino à inserção dos imigrantes nordestinos e à ação social na cidade de São Vicente a partir da década de 40. Através dos registros contidos em atas e de pesquisa bibliográfica, buscou-se compreender as rupturas vivenciadas pelos imigrantes e como ocorreu o processo de ação socializante na adesão ao novo grupo. Conclui-se, que o imigrante encontrou no grupo um espaço de plausibilidade, que o ressocializou. Também que ele não apenas se beneficiou, mas gera uma nova condição ao grupo que, depois, identifica-se com os que sofrem de exclusão social e se volta à ação social.

Palavras-chave: Imigração. Presbiterianismo. Ação Social. Identidade.

INTRODUÇÃO

A pesquisa é resultado de análise do primeiro Livro de Atas da Igreja Presbiteriana de São Vicente (IPSV) e de entrevistas a sua membresia, tencionando elaborar o histórico comemorativo ao Jubileu de Ouro de sua organização. Quando analisada a Ata de organização, verificou-se um número significativo de membros oriundos da Região Nordeste do Brasil. Concluído o referido histórico, surgiram alguns questionamentos que tomaram a forma de suspeita metodológica. Nela se afirmava que o presbiterianismo vicentino, implantado na cidade de São Vicente em meados do século XX, serviu de mecanismo de inserção aos imigrantes nordestinos, de referencial a sua integração e afirmação de nova identidade, quando esvaziados da condição anterior pelo processo de migração, bem como forneceu o ambiente propício a sua mobilidade social. Portanto, restava apenas elaborar um estudo que fundamentasse o que insistia em figurar como hipótese. Tendo essa proposta a seguir, pretendeu-se o que almejava Max Weber (1991, p. 279), ao declarar sua intenção de empreender a compreensão do fato religioso:

...não é da essência da religião que nos ocuparemos, e sim das condições e efeitos de determinado tipo de ação comunitária cuja compreensão também aqui só pode ser alcançada a partir das vivências, representações e fins subjetivos dos indivíduos – a partir do sentido –, uma vez que o decurso externo é extremamente multiforme.

Desta forma, não são as experiências religiosas que tomamos como objeto de análise, mas a instituição religiosa como estrutura social e determinada pela formação de uma dinâmica cultural em torno da filiação de indivíduos. Toma-se como fontes históricas a Ata de organização da IPSV, bem como as

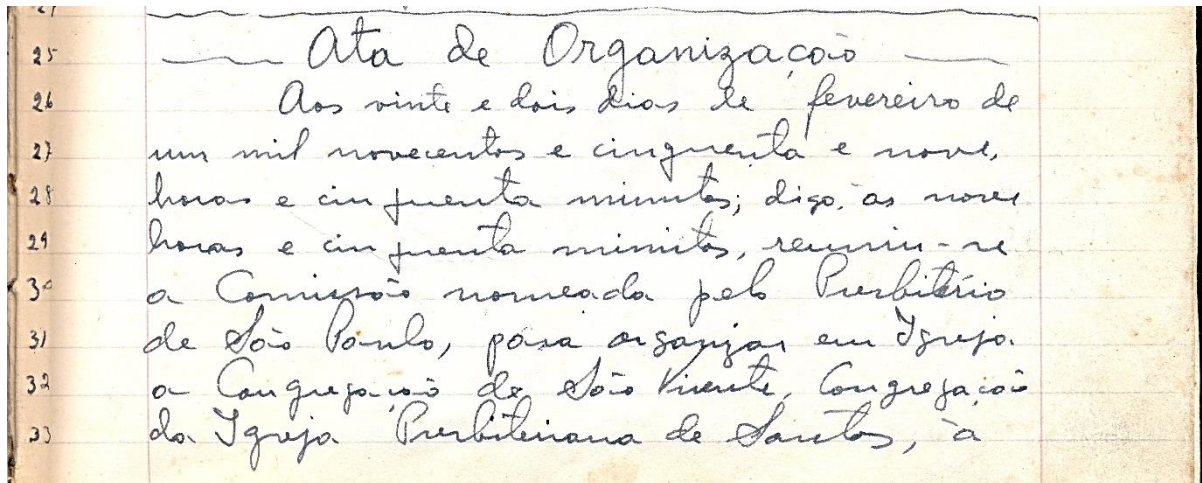
⁸⁶ Historiador, professor da rede de ensino do Estado de São Paulo (PEB II - História), licenciado em História (UVA/CE), bacharel em Teologia (EST/RS), especialista em História e Sociologia (URCA/CE) e Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM/SP).

FRAGMENTOS DO PASSADO

entrevistas realizadas com seus membros. No que se pretende, essa documentação é determinante para, a partir das condições sociais e históricas, verificar o *ethos* do presbiterianismo vicentino. E. P. Thompson (1981, p. 27) observa que:

Um historiador [...] deveria ter plena consciência disto. O texto morto e inerte de sua evidência não é de modo algum “inaudível”; tem uma clamorosa vitalidade própria; vozes clamam do passado, afirmando seus significados próprios, aparentemente revelando seu próprio conhecimento de si mesmas como conhecimento.

Essa observação sugere que é necessário fazer com que o passado se torne conhecido e parte da construção da realidade, como em diálogo com o presente. Em busca de alcançar essa tarefa, procurou-se esclarecer duas questões: A história da IPSV tem pertinência para figurar como parte da atual formação historiográfica da cidade de São Vicente? É possível estabelecer como fato histórico que a IPSV serviu de mecanismo de inserção de imigrantes e que a migração nordestina contribuiu para a expansão do protestantismo presbiteriano vicentino?



Recorte da primeira página da Ata de organização. Fonte: Arquivo da IPSV.

De caráter qualitativo, a pesquisa teve como referencial teórico os seguintes estudos: Peter Berger & Thomas Luckmann (1974), em seu esforço de compreender a realidade; Norbert Elias & John Scotson (2000) e a questão da inserção do outro (outsiders); e Eunice Ribeiro Durhan (1973), sobre a dinâmica da imigração nordestina para São Paulo. Tomado esse rumo, a pesquisa mostra-se plenamente pertinente ao estudo da relação entre imigração e religião protestante, bem como a construção da história contemporânea de São Vicente.

1. PRESBITERIANISMO VICENTINO: DA PERIFERIA, À PERIFERIA

O presbiterianismo tem suas origens históricas no trabalho realizado na cidade de Genebra por João Calvino, reformador protestante, no século XVI. Contudo, popularizou-se como movimento sob denominação de “presbiteriano” pelos esforços de John Knox (1514-1572), na Escócia. Inspirado num governo eclesiástico representativo, as comunidades presbiterianas são lideradas por um

FRAGMENTOS DO PASSADO

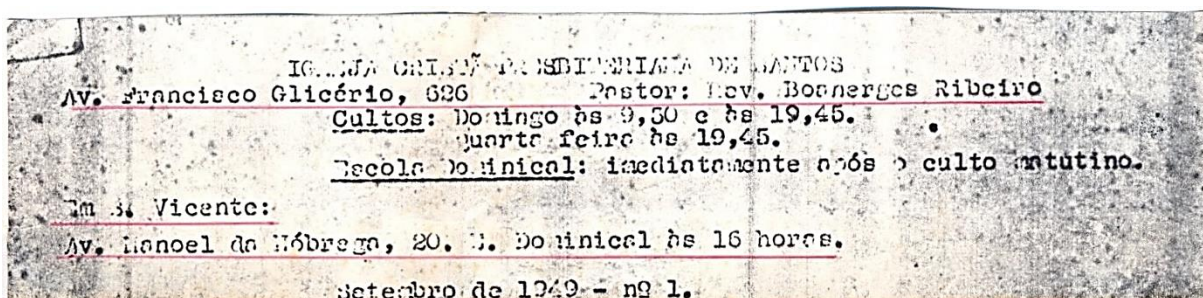
grupo de presbíteros, daí o termo “presbiteriano”, chamado de Conselho. Eles são escolhidos democraticamente pelos membros da comunidade religiosa para os representar. Portanto, tem-se nessa estrutura um sistema representativo de governo. O presbiterianismo tem como símbolos doutrinários a Confissão de Fé de Westminster e seus Catecismos (Breve e Maior). Sua origem remonta ao documento originário da Assembleia convocada pelo Parlamento inglês em 1643 e realizada na Abadia de Westminster (1643-1646), durante a Guerra Civil Inglesa. Ela resulta da tentativa dos puritanos de reformar a Igreja da Inglaterra, isto é, a Igreja Anglicana.

Com as perseguições religiosas na Europa, grupos de presbiterianos emigraram para a Nova Inglaterra no Novo Mundo, hoje os Estados Unidos da América. É da Igreja Presbiteriana americana que enviaram ao Brasil, o reverendo Ashbel Green Simonton, missionário americano. Ele desembarcou na cidade do Rio de Janeiro no dia 12 de agosto de 1859, data considerada como marco da implantação do presbiterianismo no Brasil.

Quanto ao presbiterianismo vicentino, é originário indiretamente da atividade missionária do evangelista leigo Willis Roberto Banks (SOARES, 1998). Esse evangelista foi responsável pela implantação do presbiterianismo no Vale do Ribeira e no Litoral Sul Paulista. Em 1924, presbiterianos vindos do Litoral Sul passaram a residir na cidade de Santos e se organizaram em uma pequena congregação, estrutura religiosa não organizada oficialmente em igreja. Em 1934, essa congregação foi organizada em igreja, atualmente a 1ª Igreja Presbiteriana de Santos. A IPSV é resultado direto dessa atividade religiosa.

O início das atividades religiosas de implantação do presbiterianismo na cidade de São Vicente ocorreu em um local bem diferente de sua atual localização. Deu-se próximo à praia e em frente à Ilha Porchat, na residência de D. Leonor Villares, situada na Avenida Manoel da Nóbrega, no número 20. O boletim informativo da Igreja Presbiteriana de Santos, com data de setembro de 1949, já apresentava esse local como referência de atividade religiosa regular. No boletim informativo da referida igreja, em sua edição de número 104, de 17 de maio de 1953, consta a presença presbiteriana em São Vicente na qualidade de congregação, ou seja, como estrutura religiosa da qual se organiza uma igreja, quando determinados aspectos sociais, financeiros e políticos são favoráveis. Esse primeiro empreendimento foi realizado sob o pastado do reverendo Boanerges Ribeiro, então pastor da Igreja Presbiteriana de Santos. Nessa ocasião, as atividades religiosas eram realizadas através da Escola Bíblica Dominical, nome dado aos encontros dominicais para estudos bíblicos e doutrinários, e de cultos aos domingos à tarde, no horário das dezesseis horas, no qual se reunia também um departamento da Sociedade Feminina de Santos, organização interna da igreja sob liderança das mulheres e exclusivamente para suas atividades. Os seguintes nomes estão relacionados à história do presbiterianismo vicentino em sua implantação: seu primeiro pastor, reverendo Boanerges Ribeiro, reverendo Alfredo Stein, o segundo pastor, e os leigos Sátiro Xavier, Amantino Xavier, João de Abreu e Carlos Heilliz, como também Francisco Damião de Lima e Joaquim Camargo Júnior, presbíteros da Igreja Presbiteriana de Santos. Dentre as mulheres, destacou-se pelo trabalho realizado com as crianças, a senhora Ruth Xavier.

FRAGMENTOS DO PASSADO



Cabeçalho do boletim informativo com referência à Congregação. Fonte: Arquivo da IPSV.

Era conclusiva a análise escrita pelo secretário, contida no primeiro Livro de Atas, sobre a situação da igreja, quanto ao seu espaço físico em relação a capacidade de frequência às atividades religiosas públicas, bem como de aspectos geográficos: “Projetando o futuro, concluiu-se que o local não era o mais apropriado para o funcionamento de uma futura igreja.” Assim, no dia 7 de junho de 1953, as atividades da congregação foram transferidas para o Bairro Catiapoã e se instalaram na residência do senhor Francisco Muniz, situada na rua Piquerobi. Nesse ano, houve adesão das famílias dos senhores Francisco Muniz, Sátiro Xavier, Amantino Xavier, Benedito Bueno e João de Abreu. Nesse período, mesmo havendo nítido potencial para crescimento, não ocorreu muita adesão ao presbiteriano vicentino, pois não disponha de espaço físico que comportasse um público mais numeroso. Novamente, era confrontado com o mesmo problema, que em pouco menos de um ano causou sua mudança de endereço. No ano de 1954, já sob o pastorado do reverendo Pércio Gomes de Deus, designado nessa atividade desde julho de 1953, foi adquirido um terreno localizado na rua Piquerobi, no número 426. Em 18 de setembro de 1955, foi inaugurado o templo, construído de madeira, que serviria de espaço às famílias presbiterianas vicentinas para seus serviços religiosos a Deus, que como relatado no primeiro Livro de Atas da igreja, pretendiam realizá-los em “espírito e em verdade, com ordem e decência, amor e temor.” No boletim informativo da Igreja Presbiteriana de Santos, em sua edição de número 227, de 25 de setembro de 1955, noticia a inauguração desse templo, nesses termos:

Foi inaugurado na semana passada, o templo da Congregação de São Vicente; tivemos uma serie de conferências, com ótimas reuniões. Está com uma Escola Dominical animadíssima, cuja frequência no domingo passado foi de 155 pessoas e já foi estabelecido culto à noite naquela Congregação.

No dia 22 de fevereiro de 1959, a IPSV foi organizada sob determinação da Comissão nomeada pelo Presbitério Paulistano (PLIS), jurisdicionado ao Sínodo Meridional da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), composta pelos seguintes presbíteros docentes (pastores): relator, reverendo Pércio Gomes de Deus, reverendo Rubens Pires do Amaral Osório, eleito secretário, e reverendo Boanerges Ribeiro. Também composta pelos presbíteros regentes: Dr. Marcílio Ribeiro Josias Navarro e Luiz Pieire. A reunião de organização teve início às nove horas e cinquenta minutos da manhã. A Comissão resolveu que o corpo de oficiais seria formado por quatro presbíteros e quatro diáconos. Foram eleitos os seguintes membros ao ofício de Presbítero: Joaquim Camargo Júnior, Francisco Damião de Lima, José Rodrigues e Ezequias Pereira Alves. E ao ofício de

FRAGMENTOS DO PASSADO

Diácono, foram eleitos João de Abreu, Benedito Bueno, Adarcir Seidl e Benedito Guerra dos Passos.



A igreja na organização. Fonte: arquivo da IPSV.

Em evento posterior à organização da igreja, a ordenação e instalação dos oficiais foram realizadas às quinze horas e dez minutos. A Igreja listava em sua organização com 60 membros comungantes (adultos batizados e aptos ao sacramento da Ceia do Senhor) e 64 não-comungantes (crianças batizadas e não autorizadas ao sacramento da Ceia do Senhor, antes de realizarem a profissão de fé). Ela estava estruturada por uma Escola Dominical com 106 alunos matriculados, uma Sociedade de mulheres com 02 departamentos e 31 sócias, uma Sociedade de jovens com 04 departamentos e 25 sócios, e por uma Sociedade de homens em atividade. Seu estatuto foi aprovado na reunião do Conselho, ocorrida no dia 21 de maio de 1959, e encaminhado à Assembleia Geral, realizada no dia 02 de julho de 1959. Ele foi registrado em Diário Oficial do Estado de São Paulo, no dia 21 de outubro de 1959, e em Ata de número 13, de 09 de abril de 1960. Quando a Congregação foi elevada à condição de Igreja, incitou a produção de um empolgado editorial do jornal “A UMP em Marcha”, órgão informativo oficial da Sociedade da Mocidade na época. Noticiava o editorial, o seguinte: “Podemos dizer com os olhos rasos d’aguas (sic) que o ‘Primeiro sonho de 1959 está realizado: São Vicente é igreja’.”

FRAGMENTOS DO PASSADO



Comissão de organização presidindo a assembleia geral da igreja. Fonte: arquivo da IPSV.

Sobre a aquisição do terreno, que se tornaria a futura sede da IPSV, foi apresentada proposta na reunião do Conselho, realizada no dia 20 de agosto de 1959. Com decisão favorável à aquisição, foi encaminhada à Assembleia Geral da igreja, ocorrida em 13 de setembro de 1959, sob a presidência do reverendo Rubens Pires do Amaral Ozório. A pedra fundamental do novo templo foi lançada em culto festivo, no dia 31 de março de 1961, com a presença do reverendo Pércio Gomes de Deus, convidado especialmente para este evento. A mudança ao novo templo, na atual avenida Capitão-mor Aguiar, no número 612, ocorreu em 20 de agosto de 1961, seguindo a seguinte programação: Abertura da Escola Dominical e Culto de despedida às dez horas. O Culto de Ação de Graças no novo templo foi realizado às quinze horas e trinta minutos, tendo como pregador o reverendo José Borges. O Culto público, ocorrido às vinte horas, teve como pregador o reverendo Natanael de Almeida. Na fachada do templo, foi escrito: “Templo Presbiteriano”.

Com objetivo de angariar recursos financeiros para o término da construção do templo, foi organizada uma campanha para que cada membro comprasse sua cadeira. Os coralistas foram os primeiros a se engajarem, ressalta um membro da Igreja com muito entusiasmo. As tábuas da construção foram usadas como bancos improvisados até a aquisição dos bancos definitivos. Lembrando essa época, certo membro esclarece: “Não era pobreza, era a riqueza do Reino de Deus que da simplicidade tornava nossa Igreja um farol de amor e vida em Cristo na primeira cidade do Brasil.” Diante de uma decisão do Conselho, relacionada aos gastos financeiros, o secretário do Conselho, Joaquim Camargo Júnior, deixou aflorar seus sentimentos, fato raro nas atas pesquisadas, quanto à situação econômica da igreja naquele momento:

FRAGMENTOS DO PASSADO

O Conselho estudou a situação da Igreja, as dificuldades com ela, lutas, os poucos membros que são dizimistas, as dívidas com que começou este ano [1962], o que temos de fazer este ano com respeito as despesas da construção e o grande orçamento que temos pela frente. Enfim, somos pequenos demais para tão grande obra mesmo na parte material.

Mesmo assim, o Conselho aprovava os gastos necessários ao funcionamento das atividades religiosas regulares e da construção do novo templo. Segundo relato dos membros mais antigos, esse foi o melhor período da Igreja, pois, relembram: “Havia muito interesse, união e firmeza de propósitos.” O presbítero Francisco Damião de Lima, lembrando com saudades desse período, foi ressaltar: “De um nada se fizeram grandes coisas.”



Primeiro templo na Av. Capitão-mor Aguiar, ainda sem letreiro na faixa. Fonte: arquivo da IPSV.

Após 18 anos dedicadas ao serviço religioso, fez-se necessário a construção de novas instalações para comportar a igreja que crescia e se comprometia com suas atividades religiosas e ação social na cidade. A programação de inauguração ocorreu do dia 25 a 31 de dezembro de 1979. No dia 25, realizou-se o culto inaugural, juntamente com as festividades do Natal. No dia 29, a pregação foi proferida pelo reverendo Boanerges Ribeiro, vice-presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil (SC/IPB). E, finalmente, no dia 30, pregou o presbítero Paulo Breda Filho, presidente do Supremo Concílio. Consta na foto comemorativa da despedida das antigas instalações, por ocasião da reinauguração do templo, quando ocorreram os últimos acréscimos e demolição das antigas instalações em 1995, as palavras de Jesus registradas em Mateus 11.28: “Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu aliviarei.” Esse texto bíblico havia se tornado em lema da Igreja. Ele estava escrito na parte interna do templo, acima do púlpito. O templo reinaugurado, é o que atualmente atende à comunidade presbiteriana vicentina.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Organizada a Igreja, prosseguiu no pastorado o reverendo Pêrsio. Com sua transferência, em agosto do mesmo ano, foi designado o reverendo Rubens Pires do Amaral Ozório. Ele pastoreou a IPSV até a chegada do reverendo Arael Fernandes Costa, no início de 1960. A este sucedeu o reverendo Boanerges Ribeiro. Foi ele quem presidiu a primeira eleição pastoral da Igreja, em outubro de 1960. Nela foi eleito o reverendo Jonas Rufino Silva para o período de 1961 a 1963. Ele permaneceu por designação após esse período até janeiro de 1965, quando o Supremo Concílio o designou Lente do Instituto Cristão de Castro e Diretor de seu internato, no Paraná. Até março do ano seguinte, a Igreja ficou sob o pastoreio do reverendo João Silva, auxiliado pelo reverendo Humberto Xavier Lenz César. Foi o reverendo João Silva quem presidiu a Assembleia Geral, ocorrida no mês de novembro, que elegeu o reverendo Elcias Alves de Mello. Nisso, no início de março de 1963, o pastorado da Igreja foi assumido pelo referido pastor eleito. O reverendo Elcias pastoreou a IPSV por 33 anos. Ele permaneceu nesse cargo até sua morte, em setembro de 1999.



Foto editada para evento de despedida do primeiro templo. Fonte: arquivo da IPSV.

Em 1968, o reverendo Elcias reestruturou o, então, Serviço Social Evangélico e o organizou como entidade jurídica, como também o tornou extremamente relevante à cidade de São Vicente. Durante décadas, manteve em funcionamento o Lar da Criança Feliz, chegando a atender semanalmente quase mil crianças e suas respectivas famílias. Ele foi fundador e chegou a presidir a Associação de Amparo ao Menor Carente (AMENCAR), com sede na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Foi vereador por duas legislaturas (1989; 1996), sendo seu trabalho na área da ação social reconhecido pela cidade através da outorga do título de “Cidadão Vicentino” pela Câmara Municipal, em 1984. Também recebeu dessa casa legislativa a distinção honorífica com o título de “Amigo das Crianças”. Consta no requerimento do

FRAGMENTOS DO PASSADO

vereador Anguair Gomes dos Santos, em data de 13 de maio de 1993, depois de apresentar o histórico do reverendo Elcias, em mais de três páginas, o seguinte enunciado:

Requeiro, ouvido o Plenário, sejam apresentadas as congratulações desta casa ao Reverendo Elcias Alves de Mello, pelo imprescindível e brilhante trabalho desenvolvido em defesa de melhores condições de vida para a população vicentina, especialmente em relação às crianças, ressaltando-se a relevância do seu desempenho nas grandes decisões que norteiam o exercício das atribuições desta Câmara municipal (*apud* MELLO, 2012, p. 130).

Certamente a maior identificação da pessoa do reverendo Elcias, que deve ter se cristalizado no conceito de seu caráter, está na frase inserida na elaboração do primeiro Estatuto do Lar da Criança Feliz: “Um incomensurável amor pelas crianças desvalidas de nossa cidade.” É possível que ela tenha se tornado seu lema. Todavia, essa declaração estatutária reforça a crença de que esse empreendimento era próprio da ação do presbiterianismo vicentino, pois, como é possível verificar na ata da organização, possuía mais crianças em sua membresia do que pessoas adultas.

Com o falecimento do reverendo Elcias Alves de Mello, a Igreja foi pastoreada por três meses pelo reverendo Milton Ribeiro, até a eleição do reverendo Sérgio Ribeiro Santos, que exerceu pastorado na IPSV por três anos (2000-2003). Ao final desse período, pediu transferência para assumir pastorado de uma igreja em Cuiabá, no Mato Grosso do Sul, sendo substituído pelo reverendo Fábio Ferraz Ciribelli. Eleito em agosto de 2003, assumiu o pastorado da IPSV em janeiro de 2004. Após reeleições, o reverendo Fábio foi substituído pelo reverendo Vulmar Dutra de Rezende, em janeiro de 2014, e se mantém até o momento no pastorado da igreja. Fato notável é que desde sua organização, a IPSV elegeu apenas cinco pastores para assumir seu pastorado. Isso é reflexo de sua consciência de propósito e foco em sua identidade e empreendimentos, não submetidos a rupturas bruscas.

A IPSV tem assumido a vanguarda na região. Duas igrejas da região resultaram de seus esforços: Igreja Presbiteriana de Vicente de Carvalho (Guarujá) e a Igreja Presbiteriana Filadélfia (São Vicente). Na lista de pastores presbiterianos, dez pastores figuram como encaminhados ao seminário sob seu envio, dentre eles o atual ministro da Educação do Brasil, o reverendo Milton Ribeiro. Um dos seus pastores, já citado, atuou diretamente na vida política da cidade como vereador, em dois mandatos. Também a IPSV marcou por mais de 30 anos o jeito de realizar ação social na cidade de São Vicente. Durante décadas, o Lar da Criança Feliz foi referencial na região, em termos de organização e assistência às crianças carentes. Através de convênios com entidades internacionais, garantiu treinamento profissionalizante de jovens, educação às crianças e adolescentes, bem como assistência alimentar às suas famílias.

2. IMIGRAÇÃO E AÇÃO SOCIAL: O PRESBITERIANISMO VICENTINO COMO PARADIGMA DE INSERÇÃO SOCIAL

Na Ata de organização da Igreja Presbiteriana de São Vicente, datada de 22 de fevereiro de 1959, é possível observar que dentre os 60 membros

FRAGMENTOS DO PASSADO

comungantes arrolados em sua organização como igreja, 24 membros (40%) eram oriundos da Região Nordeste, principalmente da Bahia. Isso equivale a 40% de sua membresia, que não se pode deixar de considerá-lo expressivo. A partir dessa constatação, percebe-se que o presbiterianismo vicentino serviu como referencial de integração e oportunizou uma identidade àqueles que foram esvaziados de sua condição anterior, bem como proporcionou o ambiente propício a sua ascensão social.

Em meados do século passado, a migração nordestina com destino a São Paulo superou os valores de imigrantes até então registrado, sendo considerado como o maior fluxo migratório da História do Brasil. Isso ocorreu no período do segundo governo do presidente Getúlio Vargas. Entre os anos de 1951 e 1953, o fluxo de imigrantes para São Paulo foi muito intenso. Monia Ferrari (2005, p. 156) pontua:

Assim, na primeira metade da década de 1950, quando a migração foi muito intensa, os estereótipos negativos em relação aos migrantes nordestinos já estavam consolidados, resultando em preconceito, discriminação e generalizações, que podem ser percebidas na rotulação de todos os migrantes vindos da região Nordeste como baianos.

Essa rotulação “baianos”, surge porque entre as décadas de 60 e 70 do século XX a maioria dos imigrantes era de origem baiana. Isso é possível perceber na membresia da IPSV em sua organização. Como constatado, 40% dos membros eram imigrantes. Desse percentual, a maior parte era de origem baiana. Essa constatação nos remete ao que Elias & Scotson (2000, p. 24) denominaram de “estigma social”, cuja consequência culmina em atingir a autoestima da pessoa, a ponto de enfraquecê-la e desarmá-la. Desta forma, é erguida uma “barreira emocional”. De um lado, os estabelecidos que lutam por proteger a identidade do grupo e de sua superioridade cultural. Do outro, os imigrantes que diante do poder do outro, como pontua Elias & Scotson (2000, p. 28), começa a se “avaliar pela bitola de seus opressores.” Nisso, percebe-se como é formada a rede de estigmatização que impede a socialização do imigrante no espaço dos “estabelecidos”.

Não é possível negar que o fator climático não esteja presente nas motivações do imigrante, principalmente quando se constata que no início da década de 50 do século XX, houve uma intensa seca na Região Nordeste. Contudo, convém considerar, conforme Eunice Durhan (1985, p. 113), que:

...a imigração não decorre, em geral, de uma situação anormal de fome ou miséria, desencadeada por calamidades naturais. Ao contrário, a emigração aparece como resposta a condições normais de existência. O trabalhador abandona a zona rural quando percebe que “não pode melhorar de vida”, isto é, que a sua miséria é uma condição permanente. Isto não quer dizer que calamidades naturais ou acidentes não sejam fatores que precipitem a emigração... Mas, fundamentalmente, a emigração decorre de uma situação desfavorável que é vista como permanente.

Nessa perspectiva, o destino do imigrante são os lugares em processo de expansão industrial e crescimento da região, que oportunizam emprego e melhoria de vida. É justamente o que ocorre com o Estado de São Paulo. Propriamente, desde o início da década de 40 do século XX, a Baixada Santista

FRAGMENTOS DO PASSADO

tornou-se uma região de grande atração migratória. Comparando o Censo realizado do ano de 1940 com o de 1950, verifica-se que a população da cidade de São Vicente quase dobrou em uma década: de 17.294 habitantes para 31.684. Já em relação ao Censo de 1960, a população mais que dobrou. Nesse Censo, é registrado uma população de 75.997 habitantes para a cidade de São Vicente (IBGE, 2020). Um dado importante que mostra a influência da imigração nordestina, é o fato desses censos enumerarem a população masculina como superior à feminina. Como a maioria dos imigrantes era solteiro do sexo masculino e sem família, observa-se pelas entrevistas com os membros da igreja, que muitas uniões conjugais ocorreram entre imigrante e natural vicentino.

O fluxo de imigrante para a região da Baixada Santista na década de 40 do século XX, aconteceu devido à construção da atual Via Anchieta, na Serra do Mar. Quanto ao fluxo da década de 50, foi motivado pela construção da primeira refinaria de petróleo do Brasil: a Refinaria Presidente Bernardes Cubatão (RPBC), iniciada em 1951. Convém considerar que, a partir da década de 50, o Porto de Santos passou por reestruturação, o que acarretou aumento na contratação de mão de obra (especializada e não-especializada).

É dentro desse contexto que o presbiterianismo se insere em solo vicentino. Ele se organiza na periferia da cidade, onde a presença imigrante é muito marcante. Como consta registrado em ata, o primeiro templo presbiteriano construído era de madeira, semelhante às construções residenciais da periferia e numa área geográfica da cidade com total ausência de benfeitorias sanitárias. É nesse espaço que ocorre o “processo de mudanças da realidade subjetiva” ao extremo. Como diz Berger & Luckmann (1974, p. 207), “há uma transformação quase total, isto é, no qual o indivíduo ‘muda de mundos’.” Isso como processo de “ressocialização” e não apenas como mudança de endereço (espaço geográfico). Entretanto, é necessário que seja encontrada uma “estrutura de plausibilidade” ao indivíduo, de forma a estabelecer uma estrutura afetiva significativa. Para Berger & Luckmann (1974, p. 209), isso é possível a partir da “conversão religiosa”. Ela possibilita que o indivíduo localize uma nova identidade. Convém atentar à observação de Luiz Duarte (2004, p. 71), quando esclarece que: “O primeiro grande foco sob o qual podemos observar os embaraços da identidade é o da relação entre ‘identidade pessoal’ e ‘identidade social’.” Considerando que a identidade é uma construção das interações sociais e não um pressuposto de uma individualidade, ela encontra na comunidade seu reconhecimento e sua confirmação. Isso remete à afirmação de Thomaz Silva (2011, p. 89): “A identidade é um significado – cultural e socialmente atribuído.” Agora a condição de forasteiro é anulada e a força do preconceito perde sua capacidade de agressão à condição social da pessoa. Por mais que em outros espaços não ocorra a plausibilidade, em sua nova comunidade a interação social reconstrói as conexões perdidas no processo de imigração. A comunidade não apenas valida uma nova identidade, mas estabelece uma função social. O indivíduo ocupa o espaço e faz dele seu lugar: universo de esperanças, sonhos, lutas e superações. Em entrevista com os antigos membros da IPSV, pode-se perceber que os sentimentos do imigrante em relação à igreja e sua liderança assume uma profunda semelhança ao que se sente na dinâmica familiar: a igreja como se fosse a mãe e o líder como um pai. Isso porque, segundo Berger & Luckmann (1974, p. 208), a pessoa passou por processo semelhante à “socialização primária”, de identificação fortemente afetiva, como é característico da infância.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Não se deve menosprezar o processo de perda que se efetiva na imigração. Por mais intenso que fosse o sentimento da religião católica no nordestino, ele não é capaz de, por si mesmo, manter vivenciada essa identidade. A adesão ao protestantismo, religião considerada como caminho da perdição, segundo apregoava a catequese da época aos nordestinos, assume uma condição de comprovação de que realmente a “mudança de mundos” é consequência imediata e necessária numa migração dentro desse contexto.

Estabelecida a identidade com a plausibilidade do grupo, o indivíduo avança em sua socialização em relação à sociedade próxima. Pelo que se pode perceber dos imigrantes na organização da IPSV, sua ascensão social ocorreu mais nesse nível. A maioria era condicionada pelo analfabetismo, consequência da realidade nordestina da época, que limitava a ascensão social. Deve-se considerar que com a adesão à igreja, sua condição social foi alterada. Em nível local, houve ascensão social. Muitos passaram a assumir cargos na igreja e começaram a se relacionar com pessoas de outras classes sociais. Nesse momento, ainda não se observa a ascensão em nível financeiro. Todavia, a ascensão social obtida pela adesão à igreja, comporta possibilidades futuras. Muitos efetivam a ascensão a partir dos filhos ou netos. Constrói-se a possibilidade de que os filhos ou netos ascendessem socialmente. Como consequência da socialização da comunidade que os proporcionou interações, houve a possibilidade de melhor educação aos filhos e netos ou de superar os subempregos. Tudo como consequência das interações sociais obtidas pela ressocialização, proporcionada pelo grupo de adesão.

É apoiado nessas considerações, que se define o presbiterianismo vicentino como um agente de transformação social e de afirmação da identidade do imigrante. Ele gerou o ambiente que acolheu, validou e socializou, bem como estabeleceu o mecanismo de contatos e serviços que possibilitou que o imigrante fosse encaminhado à ascensão social. Como essa ação ocorreu de forma intencional e programática, ela assume uma condição de paradigma de ação social que haveria de, posteriormente, revelar-se profundamente significativa no amparo de crianças, a partir da década de 70, com a construção do Lar da Criança Feliz. Assim, historicamente, o presbiterianismo vicentino apresenta-se como uma força de ação social que, desde antes de sua organização, estabeleceu uma dinâmica de inserção do imigrante. Posteriormente, direcionou sua ação aos grupos que sofriam de exclusão social, tornando a realidade vicentina palco de lutas em prol da dignidade humana, consciência cidadã e combate à pobreza.

Por outro lado, pode-se afirmar que o imigrante favoreceu à expansão do presbiterianismo vicentino, com as características que lhe são próprias: caridade, afetividade, compromisso e trabalho. Daí, desempenhou um papel significativo na própria identidade do presbiterianismo na cidade. Assim, o imigrante não atuou como expectador, mas ocupou um *status* de sujeito. Sua necessidade de assumir uma nova identidade fez com que o presbiterianismo vicentino se identificasse com as identidades sociais em estado de exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Censo de 2000, a cidade de São Vicente declarava-se como tendo mais de 20,43% de sua população formada por imigrantes nordestinos: dos

FRAGMENTOS DO PASSADO

303.551 habitantes, 62.012 declararam serem imigrantes nordestinos (IBGE, 2020). Resgatar a história da imigração através do presbiterianismo nordestino é estabelecer laços culturais e fundamentar a própria identidade vicentina. Como declarou Rubem Alves (1982, p. 170):

O historiador [...] é alguém que recupera memórias perdidas e as distribui, como se fossem um sacramento, por aqueles que perderam a memória. Na verdade, que melhor sacramento comunitário existe que as memórias de um passado comum, marcadas pela experiência da dor, do sacrifício e da esperança? Recolher para distribuir. Ele não é apenas um arqueólogo de memórias. É um plantador de visões e de esperanças.

As atas da IPSV e as memórias de seus membros fundadores não podem ser esquecidas. Elas revelam a pertinência da ação do presbiterianismo vicentino, como acontecimento marcante à contemporaneidade da cidade de São Vicente. Sua relação com a imigração norteia os posteriores olhares sobre essa temática. Sua ação social deve figurar no rol dos empreendimentos em prol dos excluídos da cidade. E não apenas isso. Vê-se um pioneirismo do presbiterianismo vicentino que pode até contribuir para a compreensão da expansão do protestantismo brasileiro.

As vozes do passado não se calam. A deficiência é sempre da audição do presente. Que cada nordestino ou pessoa atendida pelo presbiterianismo vicentino, ao promover a inserção social ou em sua atuação como agente de ação social, possa se sentir como parte da construção da cidade de São Vicente, nessa audição de sua história. A história da Igreja Presbiteriana de São Vicente é processo de migração e ação social em solo vicentino, como movimento da periferia, à periferia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubem. *Dogmatismo e tolerância*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção da realidade*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1974.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Classificação e valor na reflexão sobre identidade social. In: Cardoso, Ruth (org.). *A aventura antropológica*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- DURHAN, Eunice Ribeiro. *A caminho da cidade – A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FERRARI, Monia de Melo. *A migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas (1951-1954) – seca e desigualdades regionais*. São Carlos: UFSCar, 2005.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo de São Vicente – 1960*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t13_sp.pdf. Acessado em: 24 de agosto de 2020.
- MELLO, Jorge. *Reverendo Elcias: o amigo das crianças*. São Paulo: All Print Editora, 2012.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In:

FRAGMENTOS DO PASSADO

Silva, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SOARES, Caleb. *Banks: ainda hoje*. Santos: Instituto de Pedagogia Cristã, 1998.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WEBER, Max. *Economia e sociologia*. Brasília: UNB, 1991.

O ADVENTO DOS MECANISMOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

José Arthur Sedrez ⁸⁷

Resumo: A corrupção tem se mostrado como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil: A corrupção tem ditado a tônica do Estado Brasileiro, deixando um legado de desconfiança das instituições, prestações ineficientes de políticas públicas e proliferação de chagas sociais. Ao longo deste trabalho abordaremos as principais motivações para a infestação da corrupção no Brasil, bem como traçaremos uma linha histórica acerca da formação dos institutos Constitucionais de combate à corrupção e malversação de recursos públicos.

Palavras-chave: Direito Constitucional; Combate à Corrupção; História Constitucional; Compliance.

Introdução

A corrupção remonta a tempos imemoriais, sendo possível considera-la tão antiga quanto o próprio Estado. Embora seja verdade que a maioria dos ordenamentos jurídicos coíba práticas como subornos, peculatos, extorsões e fraudes em contratos públicos, o fato é que a mera disposição legislativa pouco nos diz sobre a forma como este problema é encarado: É a independência das instituições e a construção de um ambiente ético que permitirá se perceber um combate eficiente a agentes públicos corruptos. Luís Roberto Barroso, ao falar das origens remotas da corrupção no Brasil, leciona que:

A corrupção no Brasil tem origens e causas remotas. Aponto sumariamente três. A primeira é o patrimonialismo, decorrente da colonização ibérica, marcada pela má separação entre a esfera pública e a esfera privada. Não havia distinção entre Fazenda do rei e a Fazenda do reino – o rei era sócio dos colonizadores – e as obrigações privadas e os deveres públicos se superpunham. A segunda causa é a onipresença do Estado, com o controle da política e das atividades econômicas, seja pela exploração direta, seja por mecanismos de financiamento a empresas privadas e de concessão de benefícios. A sociedade torna-se dependente do Estado para quase tudo que é importante, sejam projetos pessoais, sociais ou empresariais. Cria-se uma cultura de paternalismo e compadrio, acima do mérito e da virtude. O Estado e seus representantes vendem favores e cobram lealdades. A terceira causa é a cultura da desigualdade. As origens aristocráticas e escravocratas formaram uma sociedade na qual existem superiores e inferiores, os que estão sujeitos à lei e os que se consideram acima dela. A elite dos superiores se protege contra o alcance das leis,

⁸⁷ Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Direito Administrativo pela Universidade Ritter dos Reis. É aluno Especial do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas e servidor público junto ao Ministério Público Federal.

FRAGMENTOS DO PASSADO

circunstância que incentiva as condutas erradas.⁸⁸

O Estado Brasileiro é historicamente associado à corrupção. Esta formatação acaba produzindo problemas sociais crônicos, como uma crescente desigualdade social, e uma sensação generalizada de impunidade: Veja-se, por exemplo, que ao mesmo tempo em que o Brasil ostenta o posto de 9ª economia do mundo, apresenta o incompatível Índice de Desenvolvimento Humano (IHD) na 79ª colocação. Percebemos, também, que um ambiente político dominado pela corrupção deixa profundas marcas na forma como o desenvolvimento econômico irá se desenrolar: Quantas empresas deixaram de crescer, de inovar, de ampliar o seu mercado relevante, porque empresas se juntaram como um clube para lotear contratos públicos, em conduta de cartel, e exterminar as concorrentes? Essas empresas que se dizem ameaçadas de extinção, porque foram pegas em atos de corrupção, também foram responsáveis pela falência de tantas outras. Naturalmente que, em decorrência disso, vemos associados problemas sociais como desemprego, criminalidade e ineficiência generalizada de políticas públicas.

Longe de ser um problema exclusivo de brasileiros, o combate à corrupção tem ganho protagonismo no cenário jurídico internacional, considerando a proliferação de boas práticas de administração pública republicana como uma das metas da Organização das Nações Unidas para 2030. Gize-se, inclusive, que nas últimas décadas temos vivenciado uma verdadeira pulverização de tratados e acordos anticorrupção. No plano internacional, Vladimir Aras informa que:

Ao longo dos séculos 20 e 21, tratados internacionais bilaterais e multilaterais têm estabelecido obrigações de proteção de determinados bens jurídicos ou de tutela de certos direitos fundamentais. Na ordem mundial, tais obrigações estatais englobam os deveres de investigar, processar, julgar e punir os autores de crimes graves, de acordo com o devido processo legal, assim como o dever de assegurar o acesso à justiça e à reparação dos danos às vítimas. (...) A partir dos anos 1990 viu-se a formação de um novo desses regimes globais de proibição, este voltado à redução da corrupção no planeta. A percepção de que a corrupção, especialmente a sistemática e a estrutural, está associada ao subdesenvolvimento, a baixos índices de desenvolvimento humano, a instabilidade econômica e à espoliação levou a comunidade internacional a adotar mecanismos de promoção da integridade nos planos global e regional, com foco na corrupção doméstica e na corrupção transnacional.⁸⁹

Não obstante, diversos tratados internacionais possuem papel de destaque neste cenário, e serviram, em dada medida, como dínamo para algumas mudanças legislativas pátrias que mencionaremos adiante. Pode-se elencar, como exemplos, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo), a Convenção das Nações

⁸⁸ BARROSO, Luis Roberto. Empurrando a história: combate à corrupção, mudança de paradigmas e refundação do Brasil. In: SALGADO, Daniel de Resende. ARAS, Vladimir. QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de. [Org.]. Corrupção: aspectos sociológicos, criminológicos e jurídicos. 1 ed. Salvador: JusPODIVM, 2020, pp. 24-25.

⁸⁹ ARAS, Vladimir. Mecanismos internacionais anticorrupção. In: SALGADO, Daniel de Resende. ARAS, Vladimir. QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de. [Org.]. Corrupção: aspectos sociológicos, criminológicos e jurídicos. 1 ed. Salvador: JusPODIVM, 2020, pp. 138 e 142.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida); a Convenção Interamericana contra a Corrupção (Convenção de Caracas) e a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (OCDE).

Ao longo deste trabalho teceremos algumas considerações sobre os instrumentos de combate à corrupção criados pelo direito brasileiro, bem como apontaremos algumas das causas que, historicamente, vêm sendo compreendidas como incentivadoras deste cenário de corrupção no Brasil.

1. A percepção de corrupção no Brasil

Desde o período colonial é possível apontarmos práticas que lesam o interesse público no Brasil. Estas práticas podem ser institucionalizadas, como durante a ditadura militar, ou durante o período colonial, tornando tais regimes corruptos por essência, ou apresentar-se como acidente em regimes que supõem-se republicanos.

Somente faz sentido falar em corrupção quando estamos inseridos em governos que prometem, ao menos em tese, governar de forma democrática e entendendo as coisas do Estado como públicas. Na Carta de 1988, que constitui o país como república e democracia, a corrupção se põe como um entrave. Não apenas por ela estar em desacordo com a constituição normativa do país, mas por ela ser um problema grave aos olhos da opinião pública.

De acordo com um pesquisa realizada pelo Centro de Referência do Interesse Público (CRIP) em parceria com o Instituto Vox Populi em 2008, 77% da população brasileira considera o problema da corrupção muito grave e 20% o considera grave, colocando-o como fenômeno fundamental da vida pública nacional. Em pesquisa realizada mais recentemente, no auge da Operação Lava Jato, 34% dos entrevistados chegaram a afirmar que a corrupção era o maior problema do país.⁹⁰

A maior parte dos entrevistados classifica o Legislativo, seguido pelos órgãos de polícia e pela classe empresarial como os setores mais afetados pela corrupção. Também pudera: Numa eleição, como a de 2014, em que apenas três empresas doaram 39% do total de recursos que entrou na contabilidade oficial dos três principais concorrentes ao Palácio do Planalto e que apenas 10 empresas ajudaram a eleger 70% dos membros da Câmara dos Deputados, a captura do Estado por uma pauta muito restrita de interesses privados fica até escancarada, com seríssimos riscos à democracia.

Bignotto conclui com sua análise sobre a corrupção na opinião pública brasileira, ela “reconhece os efeitos nefastos da corrupção e liga-os a atividades relacionadas diretamente com as práticas associadas ao aparelho estatal” (BIGNOTTO, 2011, p. 24).

Embora o alvo preferencial do combate à corrupção seja justamente os agentes governamentais, não parece que o empresariado e a própria sociedade estejam imunes ao fenômeno. A opinião pública brasileira tende a associar a corrupção com o comportamento dos funcionários públicos, políticos e governantes em geral. Percebe-se uma forte influência liberal que, de certa forma, inocenta homens do mundo privado quando o assunto é corrupção. A

⁹⁰Disponível

<http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/survey_corrupcao_crip_2008.pdf>. Acesso em: 27 janeiro 2021.

em:

sonegação de impostos e o pagamento de propinas a um guarda de trânsito ou a um funcionário público, por exemplo, tendem a ser passivos de convivência por parte da opinião pública, mesmo que tais ações lesem o interesse público e constituam, portanto, corrupção. Essa visão tende a apelar à redução do Estado e não raramente aponta que a solução para o extermínio da corrupção em empresas públicas se dará mediante sua privatização.

Não pode-se ignorar que sociedade e Estado brasileiro se constituíram com forte influência ibérica, manifestando características que, ao longo de mais de 500 anos desde o início da colonização portuguesa, se reinventaram, embora seja possível traçarmos uma certa linha comum de comportamentos. Esta herança ibérica, por exemplo, é percebida numa certa visão fatalista que o brasileiro apresenta acerca da corrupção, também caracterizada por aquilo que Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda chamariam do espírito patrimonialista.

2. Patrimonialismo e cordialidade

O patrimonialismo português herdado pelo Brasil a partir da colonização pode ser caracterizado por três aspectos fundamentais: (a) a confusão entre as esferas pública e privada; (b) o descolamento entre os homens de Estado e a sociedade; e (c) o capitalismo orientado pelo Estado. No que pese as diversas formatações que o Estado brasileiro adquiriu ao longo dos últimos 500 anos, percebemos que estes elementos seguem presentes, e ainda apresentam fortes conexões com a corrupção institucionalizada.

Em um Estado onde as esferas pública e privada são mal separadas, percebe-se que com frequência que membros do estamento diretor do Estado utilizem-se de seus cargos para enriquecer ao dirigir a atividade econômica. No que pese o capitalismo orientado pelo Estado não seja sinônimo de corrupção, o caso português apresenta peculiaridades, haja vista sua formação baseada na concessão de privilégios à burguesia mercantil. Havia um ciclo que se retroalimentava: a captação de recursos pelo rei nas guerras de Reconquista e em contribuições da população permitia que direcionasse estímulos, por exemplo, ao comércio ultramarino, que era dependente de concessões régias, levando Portugal ao pioneirismo das Grandes Navegações. A presença e a direção do rei sobre as atividades econômicas fizeram com que se instalasse uma ordem burocrática, com o soberano sobreposto ao cidadão, como em uma relação chefe-funcionário, uma rede patrimonial de servidores. Como consequência destes estímulos verificamos que a orientação e presença do Estado na economia suprimiu as liberdades econômicas: “[...] o capitalismo, dirigido pelo Estado, impedindo a autonomia da empresa, ganhará substância, anulando a esfera das liberdades públicas, fundadas sobre as liberdades econômicas, de livre contrato, livre concorrência, livre profissão, opostas, todas aos monopólios e concessões reais” (FAORO, 2008, p. 35).

O enriquecimento a partir do trabalho alheio em um cargo prestigioso, como na administração pública, parece nessa mentalidade o que há de digno e nobre, o que é bom e apresentável para a sociedade. A carência da moral do trabalho e a cultura personalista que foca no indivíduo, em detrimento do geral, incide na falta de solidariedade com a sociedade como um todo. Nessa sociedade, não tem lugar “o esforço humilde, anônimo e desinteressado [que] é agente poderoso da solidariedade dos interesses e [que], como tal, estimula a

FRAGMENTOS DO PASSADO

organização racional dos homens e sustenta a coesão entre eles” (HOLANDA, 1995, p. 39). Newton Bignotto, em análise cujo tema é corrupção no Brasil, aponta a importância do que bem identificou Faoro (2008) sobre o público e o privado no patrimonialismo:

[...] é preciso reconhecer que, além das polêmicas que envolvem a tese da conservação do patrimonialismo como fundamento para as práticas políticas até os nossos dias, não temos como deixar de lado o fato de que o Estado brasileiro se constituiu a partir de um modelo de organização que ao longo da história misturou as esferas e contribuiu em muitos momentos para sua indistinção. (BIGNOTTO, 2011, p. 26)

Por sua vez, José Maurício Domingues identifica no contexto atual práticas de privatização das coisas públicas:

É na vinculação entre interesses privados, do indivíduo isolado que suborna o guarda de trânsito à grande empresa que se articula a parlamentares e ministérios, passando pelo financiamento de campanhas eleitorais, que as próprias posições e os cargos estatais são tomados como objeto de posse privada de seus ocupantes. (DOMINGUES, 2011, p. 160)

Perceba-se que a privatização de coisas públicas enseja numa compreensão débil daquilo que significa interesse público, conceito essencial de ser assimilado em uma República. Guimarães (2011) anota que a escusa delimitação do público e do privado resulta que o “conceito de interesse público carece de uma base legitimada de fundamentação” (2011, p. 177). Isso acaba gerando a confusão de que parte da população entende que o interesse da maioria seja sinônimo de interesse público, incapazes de detectar o traço patrimonialista aí escondido.

3. A corrupção ao longo da história brasileira

Embora governado por uma sucessão de governantes de diversas matizes ideológicas, a corrupção se mostrou uma constante dentre os mais diversos governos. Embora o conceito moderno de “corrupção” seja relativamente recente – durante o período colonial, corrupção significava deterioração moral -, sempre é perceptível entre a população um sentimento de indignação face o favorecimento de poderosos em detrimento da exploração da população.

Depreendemos de Faoro (2008) e Avritzer et al. (2008) um panorama sobre a corrupção no Estado brasileiro em épocas passadas: Na colônia, a própria lógica estatal era estimuladora de uma intensa e frequente de corrupção governamental, ou do peculato, viabilizada pelo problema da distância com a metrópole e pela demora dos meios de coação, tornando-se prática legítima devido à sua regularidade. É relevante que a ocupação de cargos régios por servidores se dava por cessão patrimonial e que a política régia remunerava mal seus servidores, por isso tolerava complementação de sua remuneração com ganhos relacionados às suas atividades.

São incontáveis as denúncias de corrupção de servidores públicos neste período: “os ordenados dos funcionários pouco crescem no curso dos anos numa despesa global fixa, apesar do número crescente de pessoal, com o aumento

FRAGMENTOS DO PASSADO

das tenças e dos juros nas despesas públicas, o que sugere a expansão da nobreza e do comércio, controlada a burocracia numa rede de governo, que gravita em torno do rei e de sua aristocracia” (FAORO, 2008, p. 199). Esse vício que se revelou nos funcionários portugueses, como sugere Faoro, se escondia na contradição entre regimentos, leis e provisões e a conduta jurídica, “com o torcimento e as evasivas do texto em favor do apetite e da avareza” (2008, p. 199).

Pouco se evoluiu, em termos práticos, com a transição do período colonial ao imperial: ainda era difícil de afirmar o que é responsabilidade do rei ou o que cabia ao Estado. O imperador personificava o Estado e criticá-lo significava atacar o Estado, de modo que a mídia da época mostrou muito descontentamento com a “falta de lei, carência de ordem, poder público frágil, monarquia desacreditada, [e] polícia dominada por interesses vis” quando deu publicidade a uma série de escândalos envolvendo a família do imperador (SCHWARCZ, 2008, p. 198). Um escândalo, citado por Schwarcz (2008), foi o furto de joias da casa do imperador, pelo qual a mídia o acusou de frágil, conivente e ineficaz na punição. Pela falta de clareza na distinção entre público e privado no governo da época, até mesmo devido à natureza do regime, não é possível utilizar o termo “corrupção”, como o conhecemos hoje, para descrever fatos do contexto do império. No entanto, o incômodo com a fragilidade, com a inidoneidade e com a distância entre o ser e o dever ser da autoridade, que corroíam a administração do governo, era tamanho que resultou em sua derrocada (SCHWARCZ, 2008).

Durante a Primeira República, embora esperasse-se uma ampla reforma das estruturas estatais, o que se percebeu fora somente uma substituição do aparato imperial para uma oligárquica, que de certa forma reproduzia as mesmas práticas corruptas que diziam combater. Os revolucionários de 1930 acusavam os políticos republicanos de carcomidos, não querendo dizer que eram ladrões, mas pretendendo demonstrar que o sistema estava ruído, estragado e velho, por apresentar características tradicionais e excludentes, ao tempo em que havia anseios na população pela superação dessa forma de governo. O sistema democrático-representativo era acusado de estar corrompido em sua essência (CARVALHO, 2008).

Getúlio Vargas, por sua vez, governou sob constantes escândalos de corrupção, sendo uma tônica a percepção de que os políticos getulistas e o próprio Vargas enriqueceram significativamente durante o período em que governaram. (CARVALHO, 2008). A hipotética falta de moralidade individual dos membros do governo incomodava a oposição e a imprensa. Na figura de Carlos Lacerda, acusou-os de estarem “mergulhados em um mar de lama”. Nesse momento, o descontentamento pela moralidade de posturas individuais dos políticos foi vocalizado de forma maior do que em épocas anteriores, quando o sistema era o principal alvo de acusação.

Pouco se altera no panorama pós-Vargas: Juscelino Kubitschek foi visto pela oposição como um continuador do varguismo, inclusive no mau uso da máquina pública. A construção de Brasília e a realização de grandes obras, previstas no projeto desenvolvimentista, forneceram aos opositores argumentos para denunciar a corrupção (MOTTA, 2008).

A construção de Brasília esteve fortemente associada ao superfaturamento de obras e de favorecimento de empreiteiras ligadas ao grupo político de JK, embora tais denúncias jamais tenham sido efetivamente levadas

FRAGMENTOS DO PASSADO

a investigação. Vale lembrar que é neste cenário de intensa desconfiança da probidade administrativa que Jânio Quadros vence as eleições de 1960, com a promessa de acabar com a corrupção no país: Não por acaso, a candidatura de Quadros adotou a vassoura como símbolo de campanha, que prometera limpar do governo a corrupção e seus praticantes. Este discurso afastou o apoio de parlamentares – pouco atraídos pelo discurso moralizador -, e tornou sua governabilidade inviável, culminando em sua renúncia poucos meses após assumir a presidência. A sucessão, por João Goulart, não parecia ser uma alternativa moralizadora. Motta lembra que:

Parte da indisposição contra o governo de Jango deveu-se à convicção de que o presidente era tolerante com a corrupção, característica que seria típica de seu grupo político. De acordo com seus adversários, a corrupção seria prática corriqueira na gestão Goulart e esse foi o argumento importante na mobilização liberal-conservadora responsável pelo golpe de 1964. (2008, p. 208)

A seu turno, a ditadura militar veio na promessa de derrotar o comunismo e combater a corrupção – agora já compreendida como o peculato de dinheiro público. Havia a ideia de que o vício estava impregnado no espaço público, enquanto a virtude na sociedade se encontrava fora do governo, e que somente um “punho firme” limparia o país de tamanha desonestidade. Da mesma forma que o regime possuía agências que tinham grande liberdade para agir contra a corrupção e a subversão da ordem (como a Comissão Geral de Investigações), e sua autonomia era tão excessiva que resultou na suspensão de direitos políticos de cidadãos, prisões e expurgos de funcionários civis e militares de instituições públicas, através de informações que careciam de comprovação. É contrassenso imaginar que um governo autoritário seja capaz de combater efetivamente a corrupção: Na medida em que o acesso a cargos públicos não é democrático, mas limitado àqueles que possuem relações com o governante, percebe-se que os cargos são utilizados para enriquecimento pessoal de forma indiscriminada. Escândalos de corrupção perpetrados por militares foram sucessivamente suprimidos na base da censura, enquanto que os de opositores eram amplamente divulgados e resultantes em processos de expurgo de direitos políticos.

Constata-se que a corrupção se instalou no Estado durante o regime militar drasticamente. A repressão a liberdades dos cidadãos, por um lado, e a exagerada liberdade de ação do governo, por outro, são causas da corrupção nesse governo. Ribeiro (2000) enxerga a liberdade e a corrupção como sendo duas faces da mesma moeda: uma luminosa e outra sombria. Ambas ganharam mais espaço na modernidade a partir da perda de importância de uma comunidade una de valores, tão forte em épocas anteriores. À medida que se tem mais liberdade de ação, se ganha também mais liberdade para agir de modo corrupto. Ribeiro aponta que o caminho no combate à corrupção deve incluir, portanto, a amplificação de liberdades, capaz de reprimir esse mal. Ou seja, o remédio contra a corrupção é mais democracia.

Mas, se a democracia apresenta instrumentos suficientes para o combate à corrupção, é perceptível que é necessário um prazo significativo para que questões enraizadas tão profundamente no ideário nacional possam ser superadas: A democracia do Brasil após 1985 continuou a conviver com corrupção no Estado, embora, desta vez, corrupção não possa ser enxergada

como parte da essência desse regime. Sem dúvida, porém, a democracia permite a corrupção por permitir que os homens sejam livres para agir e que alguns homens tenham mais poder do que outros; os indivíduos em uma democracia real têm liberdades desiguais, ainda que mais iguais do que em um regime autoritário. Apesar disso, o projeto ideal da democracia é buscar a igualdade de liberdades dos homens, portanto, seu ideal é que não haja corrupção e que, se houver, os homens que a praticarem sejam julgados e que os danos sejam reparados na medida do possível.

Fora somente através da verdadeira explosão de instrumentos normativos de combate à corrupção, bem como com a garantia de direitos advindos da Constituição de 1988 – por exemplo, a liberdade de imprensa -, que passamos a perceber alguma mudança significativa no cenário. A liberdade de imprensa, inclusive, culminou por dar publicidade a um número muito alto de casos de corrupção que abalaram a opinião pública em maior ou menor medida. Pode-se citar como consequências desses escândalos os impeachments de Fernando Collor em 1992, e Dilma Rousseff em 2016. Collor, ironicamente, havia sido eleito com base em uma campanha que o colocava como o “caçador de marajás”: aquele que tiraria privilégios em forma de salários altos e desproporcionais de funcionários públicos.

No contexto, o das reformas neoliberais, o governo Fernando Henrique Cardoso executou uma série de desestatizações que geraram fortes questionamentos acerca da probidade dos procedimentos, sendo também corriqueiramente lembrada a suposta compra de parlamentares para que aprovassem a emenda da reeleição. Os governos que sucederam também foram fortemente marcados por esta mácula: O governo de Luís Inácio Lula da Silva foi marcado pelo escândalo do Mensalão, pelo qual, surpreendentemente na história do Brasil, políticos de alto escalão foram julgados e presos. No governo de sua sucessora, Dilma Rousseff, deflagrou-se uma das maiores operações de combate à corrupção da história: A operação Lava Jato investigou corrupção na Petrobras, resultando na restituição de ao menos três bilhões de reais desviados de cofres públicos, e na prisão de grandes empreiteiros e políticos, inclusive do ex-presidente Lula.

Este, inclusive, talvez tenha sido o momento de maior euforia no combate à corrupção na história brasileira. Manifestações ganharam as ruas, tendo por mote a moralização da gestão pública. Neste cenário, elegeu-se Jair Bolsonaro, com promessas de ampla moralização da máquina pública. Promessa esta que logo no início do governo mostrou-se incompatível com sua forma de governar, sendo assolado por uma série de escândalos de corrupção – com destaque ao chamado escândalo da rachadinha -, e associando-se a réus condenados por improbidade administrativa para assegurar sua governabilidade.

4. Formação do microssistema de combate à corrupção

Todas as Constituições anteriores (1824, 1891, 1934 e 1937, 1946, 1967, 1969) exigiram probidade na administração pública. No entanto, a Constituição da República de 1988 ampliou a escala axiológica de respeito à legalidade e à moralidade administrativa, e pela primeira vez apresentou instrumentos de controle e repressão à corrupção. No campo infraconstitucional, inúmeras são as leis que abordam o tema da corrupção no Brasil, em diferentes perspectivas e finalidade, podendo-se citar as principais normas em vigor:

FRAGMENTOS DO PASSADO

(a) Código Penal Brasileiro (Decreto-lei 2.848/40), que em seu título XI pune os crimes contra a administração pública, a maioria deles podendo ser considerados atos de corrupção em sentido lato;

(b) Lei do Impeachment (Lei 1.079/1950), que passou a considerar a corrupção como razão para o impedimento do exercício de cargo público ou mandato, tendo como parâmetros a proibidade na administração, a observância da lei orçamentária e a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos (art. 9º);

(c) Lei de Ação Popular (Lei 4.717/65), que conferiu legitimidade aos cidadãos para fiscalizar e controlar a conduta dos agentes públicos, podendo anular atos da administração lesivos ao patrimônio público, patrimônio cultural, moralidade administrativa e meio ambiente;

(d) Código Eleitoral (Lei 4.737/1965), que tratou da corrupção para fins eleitorais, quando criminalizou a compra de votos (art. 299), punindo com até 4 anos de reclusão, quem dá, oferece, promete, solicita ou recebe, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção;

(e) Crimes de prefeitos (Decreto-Lei 201/67), dispondo sobre crimes funcionais de prefeitos e crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores;

(f) Regime jurídico dos servidores públicos federais (Lei 8.112/90), significando um padrão de conduta ética para os agentes públicos federais e prevê, entre outras sanções disciplinares, a pena de demissão em casos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública;

(g) Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90), que visa a afastar da disputa eleitoral para cargos políticos pessoas que praticaram abuso de poder político, econômico, crimes contra a administração pública, entre outros ilícitos;

(h) Lei de Licitações (Lei 8.666/93), que mesmo que esteja em substituição por uma nova norma, foi revolucionária ao ter definido regras de boa governança na aquisição de bens, serviços e obras e regula a formalização de contratos pela administração pública, bem como criminaliza práticas contrárias ao espírito da lei;

(i) Lei Geral das Eleições (Lei 9.504/1997), prevê uma série de condutas vedadas aos agentes públicos, servidores ou não, quando tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais;

(j) Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/1998), modificando o panorama normativo, eis que corrupção e os crimes contra a administração pública estavam inseridos no rol de delitos antecedentes para fins de branqueamento de capitais na redação original (antigo inciso V do art. 1º). A Lei 10.467/2002 suprimiu o rol de crimes antecedentes para ampliar o alcance da norma, de modo que qualquer forma de corrupção pode ser antecedente do crime de lavagem de capitais;

(k) Lei da Compra de Votos (Lei 9.840/1999), que reforçou as sanções eleitorais contra candidatos que comprem votos, estatuinto que “constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive”, sob pena de multa e cassação do registro ou do diploma;

(l) Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), responsável por regras rígidas para controle do gasto público e orienta a boa governança, como medidas protetivas do patrimônio público e preventivas de corrupção;

FRAGMENTOS DO PASSADO

(m) Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010), que alterou a LC 64/90 para tornar inelegível por 8 anos quem for condenado por crime contra a administração pública e o patrimônio público (art. 1º, I, 'e', LC 64/90) ou por ato doloso de improbidade administrativa (art. 1º, I, 'I');

(n) Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), que potencializa o dever de transparência do Poder Público, funcionando para prevenção de atos de corrupção e fiscalização ampla pela sociedade, propiciando controle e repressão pelos demais instrumentos legais anticorrupção;

(o) Lei de Conflito de Interesses na Administração Pública Federal (Lei 12.813/2013); define as situações que configuram conflito entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública, durante e após o exercício de cargo ou emprego no Poder Executivo Federal. A Lei estabelece formas do agente público se prevenir da ocorrência do conflito de interesses, prevendo, por outro lado, punição àquele que se encontrar em alguma dessas situações;

(p) Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), visa a punir a pessoa jurídica, em responsabilidade objetiva, pela prática de corrupção praticada perante a administração pública nacional ou estrangeira;

(q) Lei Anticrime (Lei 13.964/2019), aperfeiçoa a legislação penal, processual penal, entre outras esferas, como a improbidade administrativa, em que foi criado o acordo de não persecução civil;

(r) Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), que modernizou os conceitos para fiscalização de contratos e para procedimentos de compras públicas, prevendo sanções para atos que violem a impessoalidade e a concorrência;

(r) Lei de Improbidade Administrativa (Lei 14.230/2021), que reprime a prática de atos de improbidade administrativa em face de qualquer agente público que cause enriquecimento ilícito, lesão ao erário e ofensa a princípios da administração pública.

Diante deste extenso rol normativo, não podemos afirmar que o problema da corrupção, no Brasil, seja causado por ausência de normas fiscalizadoras. Alguns autores, inclusive, apontam existir no ordenamento jurídico um verdadeiro microsistema anticorrupção, abrangente desde a Constituição da República, passando pelas normas internacionais (devidamente incorporadas ao direito pátrio) e leis específicas sobre o tema. Assim, a sociedade e as agências de controle têm à sua disposição um arsenal de instrumentos legais dispostos a combater à corrupção com rigor e adequação, abrindo persecução em diversas esferas de responsabilidade que atuam concorrentemente para debelar esse mal contra o Estado.

Cada norma jurídica visa a prevenir, controlar e reprimir a corrupção dentro de uma finalidade específica, formando uma instância autônoma de proteção do bem jurídico (patrimônio público, moralidade administrativa, publicidade, eficiência, etc), de tal modo que a violação da regra de conduta pode dar ensejo a uma punição vinculada a subsistema sancionador específico.

Conclusão

Nossa jovem democracia ainda sofre da herança carregada por 488 anos de governos formatados para a corrupção. Em nossa república, a soberania popular ainda não se afirmou completamente, uma vez que ainda há privilégios

FRAGMENTOS DO PASSADO

legitimados, mesmo que em nossa Constituição direitos e deveres de todos os cidadãos sejam considerados iguais. Na falta da completa vontade soberana do povo na realidade do Estado brasileiro, o privatismo e o particularismo possuem uma força tal que o interesse público é devastado. Em outra via, a pouca consideração do interesse público no Brasil dá margem à existência de privilégios particulares. A destruição do interesse público é em si a corrupção do Estado baseado na soberania popular, de sua democracia e república.

A construção de uma ordem democrática depende de uma ampla transparência da administração pública, além da existência de instituições capazes de defesa do que é público. A formação do Brasil deixou na atualidade resquícios incompatíveis com a verdadeira república e democracia. Nossa corrupção é um resultado da acomodação de nossa realidade a um modelo ideal imposto sobre o país. O combate à corrupção no Brasil envolve pensar em como superar esse impasse.

Percebe-se que muitas vezes a formação de instrumentos de combate à corrupção acaba significando não uma preocupação real do governante em coibir as práticas corruptas de sua gestão, mas de instrumento político destinado à promoção pessoal ou, em muitos casos, à perseguição de opositores.

Desta forma, parece perceptível a existência de instrumentalidade jurídica suficiente ao combate à corrupção, em especial desde o advento da Constituição de 1988, que permitiu a formação de instituições capazes de tomar o protagonismo. Espera-se, no entanto, que a solidificação destas instituições acabe por resultar numa mudança comportamental a longo prazo.

Bibliografia

ARAS, Vladimir. Mecanismos internacionais anticorrupção. In: SALGADO, Daniel de Resende. ARAS, Vladimir. QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de. [Org.]. Corrupção: aspectos sociológicos, criminológicos e jurídicos. 1 ed. Salvador: JusPODIVM, 2020.

AVRITZER, L. Governabilidade, sistema político e corrupção. In: AVRITZER; FILGUEIRAS, (Org.). Corrupção e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARROSO, Luis Roberto. Empurrando a história: combate à corrupção, mudança de paradigmas e refundação do Brasil. In: SALGADO, Daniel de Resende. ARAS, Vladimir. QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de. [Org.]. Corrupção: aspectos sociológicos, criminológicos e jurídicos. 1 ed. Salvador: JusPODIVM, 2020.

BIGNOTTO, N. Corrupção e opinião pública. In: AVRITZER, L.; FILGUEIRAS, F. (Orgs.). Corrupção e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, J. M. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira. In: AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N.; GUIMARÃES, J.; STARLING, H. Corrupção: ensaios e críticas. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FIGUEIREDO, L. R. A corrupção no Brasil colônia. In: AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N.; GUIMARÃES, J.; STARLING, H. Corrupção: ensaios e críticas. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

GUIMARÃES, J. Sociedade civil e corrupção. In: AVRITZER, L.; FILGUEIRAS, F.

FRAGMENTOS DO PASSADO

(Org.). Corrupção e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OSÓRIO, Fábio Medina. Teoria da Improbidade Administrativa. São Paulo: Saraiva, 2007.

**OS ATRAVESSAMENTO DA SUBJETIVIDADE NO PROCESSO DE
ESCRITA DA HISTÓRIA E DA LITERATURA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
OBRA “O CERCO DE LISBOA”**

**Letícia Portella Milan⁹¹
Ueliton André dos Santos Silva⁹²**

Resumo: O presente capítulo busca analisar a obra de José Saramago, *O Cerco de Lisboa*, no qual será buscado estabelecer uma discussão teórica acerca das influências da subjetividade humana no processo de (re) construção textual e narrativo da História e da Literatura. Frente ao exposto, e em decorrência do objetivo geral a ser alcançado, mobilizaremos autores e autoras como Pesavento, Chartier, Seixo, Bomeny e White para materialização de nossa investigação.

Palavras-chave: Subjetividade; História; Literatura.

Introdução

Ao eleger um acontecimento histórico como tema de sua ficção, Saramago, em sua obra *A História do Cerco de Lisboa*, narra a vida de Raimundo Silva, um revisor que tem como ofício averiguar e corrigir obras para sua editora. Ao receber um livro intitulado *História do cerco de Lisboa*, que lida com o evento real da tomada de Lisboa pelos portugueses dos mouros em 1147, Raimundo rompe com sua ética profissional e faz uma alteração no texto original, introduzindo a palavra "não" no momento em que os cruzados ajudaram o rei português a tomar a cidade. Dessa forma, a obra (e a própria narrativa histórica) fica adulterada, uma vez que os cruzados passam a *não* ajudar o rei a retomar a cidade. Após o ocorrido, o chefe do revisor perdoa seu "erro", porém o coloca sob supervisão de outra revisora: Maria Sara, revisora-chefe da editora. Ela incentiva Raimundo Silva a partir do “não”, criar outra história da tomada de Lisboa.

Nesta segunda história, a obra assume caráter de romance histórico, mostrando a descrição medieval do mundo islâmico e cristão, e mais do que isso, Raimundo procura retratar esse passado por meio das evidências que ele encontrava no presente, no contato com a cidade. Dessa forma, a ficção de Raimundo vai sendo construída a partir de um contato intenso e doloroso com seu presente, instigando-o a criar narrativas que buscam problematizar a versão dos historiadores. Assim, neste texto, buscamos apontar como as influências da vida de Raimundo estiveram presentes no momento de fabulação do Cerco de Lisboa. A partir disso, será feita uma reflexão sobre as críticas de Saramago à forma como foi escrita a história do Cerco de Lisboa na versão canônica da

⁹¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas. Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria.

⁹² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural ofertado pela Universidade do Estado da Bahia-Campus II. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário UNIRB. Integrante do Grupo de Estudos em Resiliência, Educação e Linguagens-GEREL/CNPq-UNEB.

FRAGMENTOS DO PASSADO

historiografia. A partir disso, conclui-se as possíveis contribuições que a literatura propõe para a disciplina histórica a partir de teóricos que buscaram diferenciar os elementos entre estes dois campos.

A subjetividade na escrita textual: influências externas na trama fictícia de Raimundo Silva

Raimundo Benvindo Silva é um homem de 50 anos, revisor de textos e solitário. Sua história começa a partir de um embate com a revisão de um livro chamado *História do Cerco de Lisboa* escrito por um historiador. Na ocasião em que Raimundo recebe da editora o referido livro, Raimundo se vê uma situação complexa: a identificação de erros históricos em detrimento de erros gramaticais. Raimundo se sente tolhido diante desses erros, isto porque seu trabalho como revisor não permitiria questionar o material exposto pelo historiador. Nessa direção, ao entrar em contato com o historiador autor do livro, este pergunta para Raimundo se ele tinha gostado do livro, e Raimundo não consegue esconder sua insatisfação. O diálogo entre os dois entra em choque quando o historiador responde a Raimundo que seu livro é de História e não Literatura, uma afirmativa que Raimundo imediatamente rebate:

Recordo-lhe que os revisores são gente sóbria, já viram muito de literatura e vida, O meu livro, recordo-lhe eu, é de história. Assim realmente o designariam segundo a classificação tradicional dos gêneros, porém, não sendo propósito meu apontar outras contradições, em minha discreta opinião, senhor doutor, tudo quanto não for vida é literatura. A história também. A história sobretudo, sem querer ofender (Saramago, 1989, p. 15).

Após o ocorrido Raimundo se recolhe em sua casa e dá prosseguimento a leitura do livro. Inicialmente, os primeiros erros que Raimundo localiza no texto dizem respeito a cultura moura, uma crítica que é descrita em um tom de desconforto com a falta de atenção que o historiador teve sobre a religião islâmica:

O historiador, que somente fala de minarete e muezim, talvez ignorasse que quase todos os almuadens, naquele tempo e por muito tempo depois, eram cegos. E se o sabe, porventura imagina que seria vocação particular da invalidez o canto da oração, ou que as comunidades mouras resolviam assim, parcialmente, como sempre foi feito e continuará a fazer-se, o problema de dar trabalho a gente a quem faltava o precioso órgão da visão. (Saramago, 1989, p.26)

Dessa forma, ao ler a descrição do historiador sobre um “Muezim”, isto é, o homem que clama em voz alta aos fiéis por meio da oração, Raimundo questiona a forma como o historiador descreve a ritualística islâmica, e assim, faz sua própria narrativa sobre como seria um “Muezim”. Para Raimundo o “Almuadem” seria termo correto para se referir a pessoa responsável pela ritualística de orações da religião islâmica, uma afirmação na qual Raimundo não sabe de qual livro de história coletou, mas acredita ser o mais próximo da verdade histórica. Dessa forma, ao descrever a forma como um “Almuadem” prosseguiria a rotina religiosa, Raimundo expressa sua indignação à falta de acuracidade histórica no livro em revisão:

FRAGMENTOS DO PASSADO

Não o tem descrito assim o historiador em seu livro. Apenas que o muezim subiu ao minarete e dali convocou os fiéis à oração na mesquita, sem rigores de ocasião, se era manhã ou meio-dia, ou se estava a pôr-se o sol, porque certamente, em sua opinião, o miúdo pormenor não interessaria à história, somente que ficasse o leitor sabendo que o autor conhecia das coisas daquele tempo o suficiente para fazer delas responsável menção. E isto lhe deveríamos agradecer porque seu tema, sendo guerra e de cerco, portanto de virilidades superiores, dispensaria bem as delinquências da prece, que é de todas as situações a mais sujeita, pois nela se prontifica o rezador sem luta, rendido por uma vez. (Saramago, 1989, p.17)

Dessa forma, o tom irônico de Raimundo aponta não somente a falta de rigor histórico sobre os mouros, mas também demonstra seu questionamento sobre a narrativa do historiador sobre a presença dos mouros nesse episódio. Dito isto, o que inquieta Raimundo para além das informações errôneas expostas, é também o exclusivo protagonismo que o historiador dá para os portugueses na narrativa sobre a retomada do Cerco de Lisboa. Se Raimundo já estava acometido pela indignação dos erros históricos no livro, a situação se torna mais complexa quando a secretária da editora liga para sua casa para exigir a entrega da revisão em pouco tempo. Ele, enquanto um profissional dedicado aos meandros gramaticais, questiona a necessidade de ser feita uma revisão de forma acelerada, porém suas colocações são ignoradas, e é solicitado que a revisão das 400 páginas fosse entregue na manhã do dia seguinte. No decorrer da leitura Raimundo se depara com o episódio em que D. Afonso Henrique, Rei de Portugal, solicita ajuda aos cruzados para expulsão dos mouros na cidade. Nesse momento, mais uma vez, Raimundo questiona a narrativa do historiador acerca das palavras proferidas por D. Afonso Henrique na ocasião, e a partir disso, Raimundo é acometido novamente pelo sentimento de indignação. Dessa vez, a ação de Raimundo se manifesta no impulso de alterar o conteúdo do texto:

Porque há três minutos que Raimundo Silva está tão desperto como se tivesse tomado uma pastilha de benzedrina, de um resto que ainda aí tem, por trás dos livros, o que sobrou da receita de um médico idiota. Está como fascinado, lê, relê, torna a ler a mesma linha, esta que de cada vez redondamente afirma que os cruza dos auxiliarão os portugueses a tomar Lisboa. Quis o acaso, ou foi antes a fatalidade, que estas unívocas palavras ficassem reunidas numa linha só, assim se apresentando com a força duma legenda, são como um dístico, uma inapelável sentença, mas são também como uma provocação, como se estivessem sem a dizer ironicamente, Faz de mim outra coisa, se és capaz. (Saramago, 1989, p.43)

É evidente que acabou de tomar uma decisão, e que má ela foi, com a mão firme segura a esferográfica e acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não, agora o que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e portanto passou a ser verdade, ainda que diferente, o que chamamos falso prevaleceu sobre o que chamamos verdadeiro, tomou o seu lugar, alguém teria de vir contar a história nova, e como (Saramago, 1989, p. 50).

Raimundo Silva, ao imprimir um "não" na ajuda dos cruzados para com os portugueses no Cerco de Lisboa, foi contra sua ética profissional. Contudo, após

FRAGMENTOS DO PASSADO

o ato, sentiu-se diferente, livre e renovado. Para ele, a inserção da palavra (que quase lhe custou o emprego), foi o início de um novo ciclo. O nascimento de um novo ser que esteve por anos aprisionado e agora voltava a respirar em liberdade. Raimundo sentia que sua profissão não era vista com grande importância na sociedade porque, enquanto revisor, não era dono da sua própria palavra, apenas melhorava ou corrigia as palavras dos outros. Após a editora descobrir a intromissão literária de Raimundo, houve uma reunião que colocou à disposição uma revisora-chefe para que fossem evitados futuros erros nas tiragens de livros. A revisora-chefe, Maria Sara, ao entrar em contato com Raimundo Silva, instiga-o a escrever sua própria versão do Cerco de Lisboa. Naquele momento, sendo dono da sua própria História, ele procura ler as fontes utilizadas pelos historiadores, atentando-se ao contexto social da época, e na escritura desses documentos:

Há que dizer que o revisor não crê em uma palavra só do que os seus olhos estão vendo, sobeja-lhe o cepticismo, ele próprio já o declarou, e para cortar a direito, como também distrair-se dos enfados da leitura obrigatória, foi à fonte limpa das historiografias modernas, buscou e encontrou, bem me queria a mim parecer, Machado, crédulo, copiou sem conferir o que haviam escrito Frei Bernardo de Brito e Frei António Brandão, é assim que se arranjam os equívocos históricos, Fulano diz que Beltrano disse que Cicrano ouviu, e com três autoridades dessas se faz uma história, sendo afinal certo que a da Conquista de Santarém a escrever um cónego regrante de Santa Cruz de Coimbra, de quem nem o simples nome ficou para tomar na biblioteca o lugar a que tem justo direito e dela retirar o rei usurpador. (Saramago, 1989, p. 39)

Raimundo analisou os documentos da tomada do Cerco e imprimiu novas versões em cima das declarações feitas pelo rei D. Afonso Henriques. Embora suas novas versões possuíssem escrituras anacrônicas, a intenção do revisor era imprimir um tom irônico aos personagens principais da tomada de Lisboa. Raimundo considerou o trabalho do historiador como sendo falho no que diz respeito à consulta das fontes históricas, concluindo que existiu parcialidade na suposta “objetividade” do relato histórico em si. Dessa forma, na produção fictícia de Raimundo, existe uma tentativa de colocar-se como sujeito de sua criação a partir do presente que vivia – ele, enquanto revisor, sentia-se mal pela desvalorização de sua profissão.

Dessa forma, ao produzir sua versão de *O Cerco de Lisboa*, Raimundo buscou priorizar construir personagens que a história nacional/oficial excluiu. Para isso, ele abandona a rotina restrita dentro de sua casa e passa a visitar a cidade e os locais históricos, e com essa experiência, ele toma consciência da forte presença moura em Lisboa ainda viva na arquitetura das casas, nas palavras, nos pratos locais e, por fim, no fenótipo das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Enfim, Raimundo percebe que, fora da sua casa, na cidade, o cotidiano conta com uma presença moura. A criação dos personagens de Raimundo vai de encontro com essa realidade: a presença dos excluídos da História Nacional/Oficial. Além disso, as questões pessoais de Raimundo também se entrelaçam na narrativa desses personagens. Um exemplo disso está na construção da figura de Mogueime; Raimundo descreve-o como o soldado que relatou aos companheiros de tropa como aconteceu a tomada de Lisboa pelos

FRAGMENTOS DO PASSADO

portugueses. Nesse relato, Mogueime mente sobre seu protagonismo na invasão de Santarém:

Diz Mogueime, Que foi pela calada da noite (...) e quando pareceu bem a Mem Ramires, que era o que mandava nesses que estavam comigo, demos em subir asinha a ladeira, a tenção era prender uma escada no muro levantando-a numa lança, mas quis a má fortuna, ou o Maligno para empecer a obra, que resvalasse com grande som indo cair no telhado de um oleiro, foi a aflição muita de todos, se os vigias acordassem havia perigo de perder-se a empresa, abaixamo-nos cosidos com a sombra do muro, e depois, como não davam os mouros sinal, chamou-me Mem Ramires por ser o mais alto e mandou-me que subisse aos seus ombros, e eu preendi a escada em cima, depois subiu ele, e eu com ele, e outro comigo (Saramago, 1989, p. 186-187)

O relato de Mogueime se entrelaça a vida pessoal de Raimundo quando ele vê a si próprio como um “mentiroso” por tingir o cabelo – um ato que esconde sua idade através da negação aos cabelos brancos:

De mais ele sabe que não há uma diferença por aí além entre mentir sobre quem subiu às costas de quem, se eu às costas de Mem Ramires, se Mem Ramires às minhas, e, só para dar um exemplo, o acto banal de pintar os cabelos, tudo é, no fim das contas, questão de vaidade, vontade de parecer bem, tanto no físico quanto no imoral, podendo mesmo, desde já, imaginar-se um tempo em que o comportamento humano será de todo ele artificioso, postergando-se, sem mais contemplações, a sinceridade, a espontaneidade, a simplicidade, essas boníssimas e luminosas qualidades de carácter que tanto trabalho deram a definir e a tentar praticar nas épocas já distantes em que, embora conscientes de havemos inventado a mentira, ainda julgávamos ser capazes de viver a verdade.(Saramago, 1989, p.174)

O entrelaçamento entre a ficção e realidade tem continuidade quando o contato com Maria Sara vai se deslocando de um contato profissional para um apaixonamento. Dessa forma, Maria Sara, ao incentivar que Raimundo continue a construção de sua própria história do Cerco de Lisboa, tem a expectativa de que ele não desista de continuar a buscar por sua própria palavra no mundo das letras. É durante esse processo que Raimundo é arrebatado pelo medo de decepcionar Maria Sara. Sendo assim, o interesse de Raimundo por Maria Sara é transposto na sua ficção quando ele cria um romance entre Mogueime e a barregã Ouroana, uma personagem que já existia antes da criação de Mogueime:

Sendo assim, não haverá, por enquanto, ponto final, apenas uma suspensão até a anunciada visita, aliás, neste momento em que estamos Raimundo Silva seria incapaz de escrever uma simples palavra mais, se de todo tem perdida a serenidade ao pôr-se a imaginar que talvez Mogueime, na véspera do assalto em massa já decidido, tendi diante dos olhos os muros de Lisboa resplandecentes de lumes nos eirados, se pusesse, ele, a pensar numa mulher algumas vezes avistada nesses dias, Ouroana, barregã de um cruzado alemão, e que a esta hora estará dormindo com o seu senhor, lá no monte da Graça [...] Pergunta-se agora Raimundo Silva que semelhanças há entre este imaginado quadro e a sua relação com Maria Sara, que não é barregã de ninguém, com perdão da imprópria palavra, sem cabimentos hoje

FRAGMENTOS DO PASSADO

no vocabulário dos costumes, afinal ela disse, acabei há três meses uma ligação, não comecei outra, são situações obviamente distintas, supomos que de comum haja apenas o desejo, que tanto o sentia o Mogueime daquele tempo como o está sentindo o Raimundo de agora, as diferenças, que as há, são culturais, sim senhor. (Saramago, 1989, p.232)

É perceptível que o romance de Raimundo e Maria Sara perpassa a história de amor de Mogueime com Ouroana. Raimundo, ao transpor sua realidade para a ficção não deixa de refletir sobre a história, sobre o quão diferente seriam as relações amorosas em outra época:

O caso de amor de Raimundo Silva e Maria Sara, o caso de amor entre Ouroana e Mogueime, as diferentes versões sobre o cerco de Lisboa (a da editora, a dos compêndios oficiais, a do revisor). Torna-se, por conseguinte, a intertextualidade uma manifestação formal de um desejo de reduzir a distância entre o passado e o presente do leitor e também um desejo de re-situar o passado dentro de um novo contexto (HUTCHEON, 1991, p.157 apud REMÉDIOS, 2011, p.165).

Na trama de Raimundo, percebe-se a tentativa de reduzir a distância entre o passado e o presente quando ele fala com Sara Maria. Por exemplo, em determinado trecho do livro, Maria Sara fala ao telefone anunciando uma futura visita a casa de Raimundo. Ao fim da ligação, ela indaga o que ele fará quando desligar o telefone. A resposta de Raimundo mistura-se em meio à produção de sua ficção quando ele diz: “tremo de pavor, tanto, antes de vir para esta guerra, eu era apenas um revisor (...) não vim de tão longe para morrer diante dos muros de Lisboa” (SARAMAGO, 1989, p. 246). O Cerco entre Raimundo e Maria Sara termina assim como o Cerco de Lisboa: “o amor é o fim do cerco”.⁹³ No momento em que eles finalmente fazem amor, Raimundo anuncia o fim desse Cerco representando o toque tão esperado no corpo de Maria Sara:

Agora a memória dos dedos pôde reconhecer a macieza do tecido da blusa em que tocava pela primeira vez, a sensação foi rapidíssima e no mesmo instante diluída pela consciência tumultuosa de que sob a mão banal do homem estava o prodígio de um seio. Aturdido pelo contacto, Raimundo Silva levantou a cabeça, queria olhar, ver, saber, ter a certeza de que era a sua própria mão que ali estava, agora sim, o muro invisível desmoronava-se, para além dele ficava a cidade do corpo, ruas e praças, sombras, claridades, um cantar que vem não se sabe donde, as infinitas janelas, a peregrinação interminável. (Saramago, 1989, p. 293-94).

Por fim, existem muitas outras passagens nessa obra que revelam as questões colocadas aqui. Porém, essas passagens tratam de figurar que toda e qualquer produção escrita possui um sujeito por trás, e este, também, coloca em sua escritura suas intenções e objetivos. Talvez essa seja uma das críticas de Saramago para com História: até que ponto ela consegue atingir uma suposta ou desejada objetividade científica, já que ela é escrita pelos homens?

⁹³ “Claro que estamos em guerra, e é guerra de sítio, cada um de nós cerca o outro e é cercado por ele, queremos deitar abaixo os muros do outro e continuar com os nossos, o amor será não haver mais barreiras, o amor é o fim do Cerco” (SARAMAGO, 1989, p. 330)

História e Ficção: A objetividade e subjetividade na narrativa

O livro *A História do Cerco de Lisboa* traz à tona várias críticas à História, sobretudo à questão da verdade histórica. É possível afirmar que um dos pontos principais dessa crítica esteja sobre a suposta falsa objetividade, apontada por Saramago, ao ofício do historiador. Para ele, há lacunas na História devido às várias versões que podem existir sobre um fato. Sendo assim, ele aponta a ingenuidade que os historiadores têm quando buscam a objetividade nas fontes históricas:

Porém, o mal das fontes, ainda que verazes de intenção, está na imprecisão dos dados, na propagação alucinada das notícias, agora nos referíamos a uma espécie de faculdade interna de germinação contraditória que opera no interior dos factos ou da versão que deles se oferece, propõe ou vende, e, decorrente desta como que multiplicação de esporos. dá-se a proliferação das próprias fontes segunda e terceiras, as que copiaram, as que o fizeram mal, as que repetiram por ouvir dizer, as que alteraram de boa-fé, as que de má-fé alteraram, as que interpretaram, as que rectificaram, as que tanto lhes fazia e também as que se proclamaram única, eterna e insubstituível verdade, suspeitas, estas, acima de todas as outras. (Saramago, 1989, p.112)

Acreditamos que através desse romance, Saramago aponta a inexistência de fronteiras entre História e Literatura. Na trama, percebe-se o esforço de Raimundo em mostrar que ele e o historiador tiveram as mesmas preocupações: resgatar o passado. A intenção de Saramago é trazer à tona uma reflexão sobre a impossibilidade de não existir influência da subjetividade no discurso historiográfico. Os historiadores, ao tratarem dos fatos e da memória, formam uma narrativa que carrega a sua interpretação e hipótese do que teria acontecido. Nesse sentido, quando Raimundo escreveu sua versão do Cerco de Lisboa, exprimiu narrativamente suas interpretações sobre as fontes históricas e uma fábula sobre a presença moura naquele espaço. Essa escolha está em oposição ao historiador que escolheu falar sobre esse evento histórico focando em uma Lisboa essencialmente portuguesa, livre do que poderia ser considerado não-europeu.

O personagem Raimundo Silva concebe a discussão do espaço da escrita como um espaço de estabelecimento de verdades históricas. Para Saramago, a subjetividade (característica pertencente, ou perceptivelmente preponderante, ao discurso ficcionista) também está presente na História. Na obra, essa noção é colocada quando o historiador, ao defender a objetividade do seu escrito historiográfico, tem diante de si a resposta de que o revisor Raimundo Silva equiparara a História à Literatura: "o meu livro recordo-lhe é de história [...] porém tudo quanto não for vida é Literatura, A história também. A história, sobretudo, sem querer ofender [...]" (SARAMAGO, 1989, p.15).

A questão que Saramago propôs através dessa obra está dentro de uma longa discussão sobre as diferenças e similaridades entre o discurso histórico e o discurso literário. Há uma variedade de intelectuais que defendem ou negam a igualdade entre História e Literatura. Helena Bomeny, em *Encontro suspeito: História e ficção* nos expõe as relações entre pensar a História como discurso ficcional e pensá-la a partir da ficção. Segundo Bomeny (1990), o "fato" e a "verdade" mudaram drasticamente a relação entre a História e ficção no

FRAGMENTOS DO PASSADO

momento em que, no século XIX, a História firmou-se como ciência. O compromisso com a verdade e a identificação do fato com a verdade colocavam a História como autoridade científica. Entretanto, por mais exaustiva que fosse a apresentação de suas diferenças, a narrativa é uma semelhança que problematiza a cientificidade da História: A figura ativa do sujeito, incluindo sua subjetividade, é uma característica presente no discurso ficcionista que coloca o questionamento sobre a presença do sujeito no discurso histórico.

A cientificidade nega influências fantasiosas e subjetivas, porém quem escreve a história é um ser dotado dessas características, dessa forma, surge o questionamento: queremos escrever uma História sem sujeito? Bomeny (1990) ao falar sobre as questões da dicotomia entre História e ficção utiliza a crônica para explicar a relação do sujeito na escrita. Sendo assim, na História "a crônica pode desempenhar o papel da História, cumprindo a missão informativa, por que ela própria como ficção, esta moldada e amordaçada pelo veto documental." (BOMENY, 1990, p.94). Nesse sentido, para a autora, a diferença entre História e ficção está na subjetividade/ invenção, pois a História não está disposta a inventar fatos para criar o seu enredo, mas sim, utilizar um método que ajude o historiador a descobrir, selecionar e interpretar as fontes escritas, ou seja, ele depende de uma documentação que comprove o que ele escreve. Nesse sentido, sua imaginação manifesta-se somente durante o momento de constituição de sua síntese/narrativa com estilo e o enredo:

Por isso a equação verdade-fato foi recebida e reforçada com tal convicção. Ela cria a certeza necessária ao convencimento de que o campo eleito a manifestação da razão não será maculado com intempéries da irrazão, da ilusão, do falso, do subjetivo ou do ficcional. (BOMENY, 1990, p .95)

Entretanto, a defesa da cientificidade da História coloca em xeque a participação do sujeito na escrita:

Como controlar a atribuição de significado numa análise que deve ser isenta, fria e imparcial? [...] Uma saída possível é não admitir a História como forma de narrativa, já que a narrativa implica, necessariamente, encadeamento dotado de significado. Ou seja, não considerar o discurso histórico como discurso construído por um sujeito" (BOMENY, 1990, p.95-96)

A imparcialidade e objetividade fazem parte de algumas das críticas que o autor Hayden White (2008) faz à História. Ele acredita que a atividade histórica é nada menos que narrativa – mas uma narrativa que pretende se representar pela escrita de estruturas e processos passados. O autor utiliza o estilo cronístico para explicar como acontece a ação historiográfica. Para White (2008), o discurso histórico organiza-se em uma crônica através da composição dos acontecimentos em ordem temporal; em seguida a crônica é estruturada em uma "estória" pelo acondicionamento dos eventos com começo, meio e fim. Essa transformação da crônica em "estória" é qualificada em função de motivos iniciais, motivos de transição e motivos conclusivos. Bem como White (2008) alega:

As estórias históricas constituem as sequencias de eventos que conduzem dos inícios aos términos (provisórios) de processos sociais e culturais, de modo que as crônicas não são obrigadas a fazer. A rigor,

FRAGMENTOS DO PASSADO

as crônicas têm finais em aberto. Em princípio não tem inícios; simplesmente “começam” quando o cronista passa a registrar os eventos. E não tem pontos culminantes nem resoluções; podem continuar indefinidamente. As estórias, porém, têm uma forma discernível (mesmo quando essa forma é a imagem de um estado de caos) que separa os eventos nelas contidos dos outros eventos que poderiam aparecer numa crônica abrangente dos anos cobertos em seus desdobramentos. (WHITE, 2008, p.22)

Para o autor, a diferença entre História e ficção está baseada no fato de que o historiador “encontra” sua narrativa, enquanto o ficcionista imagina a sua. Na tarefa do historiador, o mesmo evento pode ser utilizado em várias estórias diferentes a depender da função que se lhe atribui, “numa caracterização motívica específica do conjunto a que ele pertence” (WHITE, 2008, p. 22). Os escritos de Hayden White representam uma abordagem construtiva para a historiografia, embora existam muitas discordâncias sobre suas colocações. Suas ideias colocam os historiadores para refletirem sobre a questão da “verdade” na historiografia. Sendo impossível recuperar a verdadeira essência dos acontecimentos históricos tal qual aconteceram, é importante que o historiador questione o que ele produz e a quais suas intenções sobre essa produção.

Numa perspectiva da História cultural, Sandra Pesavento (2003) pensa que a narrativa historiográfica é um laço entre "ausência" e "presença" na qual o historiador busca vestígios, indícios ou evidências das fontes que expressam os fatos históricos. Sendo assim, o ofício do historiador é questionar as fontes para a construção do conhecimento científico. Dessa maneira, a subjetividade do historiador está presente na formulação dos seus questionamentos sobre a fonte. Em contrapartida a Literatura é:

O avesso do real, mas uma outra forma de captá-la, onde os limites da criação e da fantasia são mais amplos do que aqueles permitidos ao historiador [...]. Para o historiador a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas o que há para nela é a representação que ela comporta [...] o que nela se resgata é a re-apresentação do mundo que comporta a forma narrativa (PESAVENTO, 1995, p. 117)

Portanto, o que Pesavento (2003) nos coloca é que a ficção é uma fonte que possibilita ao historiador a ter acesso ao imaginário de uma determinada época:

A literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. [...] Para além das disposições legais ou códigos de etiquetas de uma sociedade, é a literatura que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma. (p 82-83)

Portanto, considerando que existem diferenças entre História e Literatura, as contribuições dos supracitados autores estão em diálogo com o romance-histórico de Saramago. Esse diálogo existe na medida em que Bomeny, White e Pesavento reconhecem a diferença entre os campos sem atribuir um juízo de valor menor entre a Literatura e a História. Dessa forma, podemos refletir a partir

FRAGMENTOS DO PASSADO

do livro *História do cerco de Lisboa* a frutífera relação que a História pode estabelecer com a Literatura, uma aproximação que a Literatura por muito tempo já tem para com a História, atraindo os olhares de muitos leitores curiosos sobre o passado. A maestria narrativa que os ficcionistas utilizam para construção dos romances históricos é um dos pontos positivos nas quais os historiadores deveriam incorporar em suas escritas. Fazer isto não significa comprometer o cuidado teórico e metodológica para construção da pesquisa histórica, mas sim transformar o resultado da pesquisa numa leitura que transborde a imaginação do leitor.

Considerações Finais

O presente artigo apresentou a trama da *História do Cerco de Lisboa* na qual o editor Raimundo Silva revisa o livro que relata o episódio da retomada de Lisboa pelos portugueses contra os mouros. Dessa forma, nosso intuito ao apresentar a trajetória de Raimundo Silva esteve na tentativa expor a forma como o revisor decidiu escrever sua versão sobre a *História do Cerco de Lisboa*. A conexão que Raimundo estabelece entre passado e presente se apresenta por meio da sua percepção sobre a exclusão dos mouros na narrativa nacional portuguesa, assim como também, a presença da sua subjetividade na construção dessa narrativa, onde a vida profissional e amorosa também constitui a trama.

Sendo assim, no presente artigo, a partir da leitura do romance de Saramago, o intuito foi pensar a existência de uma subjetividade comum tanto para a escrita do historiador como também do ficcionista. A crítica de Saramago aos historiadores está na “falsa” objetividade científica na construção da *História do Cerco de Lisboa*. Nessa direção, Saramago tenta explicitar por meio de Raimundo Silva a existência de decisões conscientes sobre a leitura dos eventos históricos. Em razão disso, a proposta de Saramago foi desvelar as decisões de Raimundo na escolha dos personagens de origem moura, uma decisão que se justifica pela própria percepção do editor sobre a forte presença moura na cidade de Lisboa. Além disso, a leitura de si mesmo enquanto um profissional que esteve a margem do reconhecimento social em detrimento dos autores acadêmicos que Raimundo esteve em contato no trabalho de revisão.

Em suma, a partir da leitura do livro podemos pensar que a principal crítica está direcionada a forma como os historiadores “desprezam” a Literatura. Logo, acreditamos que as aproximações da Literatura com a História se manifestam como frutíferas no processo de escrita da pesquisa histórica, pois por meio da Literatura o historiador tem a possibilidade de construir uma narrativa criativa para o leitor. Como exposto anteriormente, se aproximar da Literatura não desvalida o processo crítico que o historiador deve ter com as fontes, ela apenas abre novas possibilidade de leitura e escrita.

REFERÊNCIAS

- BOMENY, Helena. Encontro Suspeito: História e Ficção. In: *Revista Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol.33, n.1, 1990, pp. 83-117.
- GIROLA, Maristela Kirst de Lima. As Lisboas da História de um Cerco: Cidade, Memória e Literatura em Saramago. In: *Revista Desassossego* 8. Dezembro, 2012, p.53-63. Disponível em:

FRAGMENTOS DO PASSADO

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RMbjWhwnx84J:www.revistas.usp.br/desassossego/article/download/49932/54053+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

HUTCHEON, Linda. Poética do pós-modernismo: História. Teoria. Ficção. Trad. R. Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991. 331 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates*, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre História e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (século XIX e XX). In: Revista anos 90. Porto Alegre, n° 4, dez. de 1995. pp.115 – 127.

WHITE, Hayden. Meta-história: a imaginação poética do século XIX. Tradução de José Laurênio de Melo. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 17-23.

REPENSANDO A *HISTÓRIA AUGUSTA*: FONTE CRÍVEL (OU MANIPULADA) PARA OS ESTUDOS DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA?

Renato Cardoso Corgosinho⁹⁴

Resumo: A *História Augusta* é uma das obras mais enigmáticas e conflitantes da literatura latina, instigando análises historiográficas e de crítica textual minuciosas sobre a sua natureza, autoria, originalidade e pertinência factual, porquanto encerra uma enormidade de contradições, lacunas e impropriedades que tornam difícil definir com exatidão sua estrutura, seu estilo e sua ideologia. As biografias que contém não apresentam uniformidade entre si e muitos dados são considerados espúrios ou deliberadamente fabricados. Nosso trabalho pretende caracterizar a obra criticamente, trazendo à tona os aspectos essenciais da discussão.

Palavras-chave: História antiga; Literatura latina; História Augusta.

O que se convencionou chamar de *História Augusta*⁹⁵ é uma compilação, em latim, de 30 biografias de imperadores romanos (*Augusti*), bem como de seus herdeiros (*Caesares*) e (em alguns casos) usurpadores (*Tyranni*),⁹⁶ compreendendo um período temporal que se estende de 117 (Adriano) a 284/285 d. C. (Numeriano),⁹⁷ mas com uma lacuna entre Gordiano e Valeriano (244-253 d.C.).⁹⁸ Os biografados são de origens e estirpes diversas, espalhadas pelas porções ocidental e oriental do Império.

Dentre as várias questões suscitadas pela obra, estão a sua real autoria, o grau de fidedignidade e exatidão dos dados biográficos nela constantes – a

⁹⁴ Doutor em Letras, Linguística e Língua Portuguesa pela PUC Minas; Mestre em Letras pela UFMG; Especialista em Língua Portuguesa pela PUC Minas; Bacharel em Letras (Habilitação em Língua Latina) pela UFMG.

⁹⁵ O *Codex Palatinus Latinus* 899 (P), manuscrito do séc. IX, pertencente à Biblioteca do Vaticano, é o texto base para a maioria das edições da *História Augusta*. O título que figura nesse códice é *Vitae diuersorum principum et tyrannorum a Diuo Hadriano usque ad Numerianum a diuersis compositae* (“Vida de diversos imperadores e usurpadores desde o Divo Adriano até Numeriano escritas por diversos autores”). Isaac Casaubón publica em 1603 uma edição impressa do texto, utilizando-se da referida fonte manuscrita. Propôs como título *Historiae Augustae scriptores sex* (“Os seis escritores da História Augusta”). Desde então vulgarizou-se a forma reduzida *História Augusta*, talvez como reflexo da polêmica em torno da multiplicidade/unicidade autoral.

⁹⁶ Não há simetria quanto à organização do texto da *História Augusta*. Algumas biografias narram a vida de apenas um indivíduo, outras de dois ou mais. Cf. nota 8.

⁹⁷ Adriano (117-138); Élio (138); Antonino Pio (138-161); Marco Aurélio e Lúcio Vero (161-169); Marco Aurélio (169-180); Avídio Cássio (175, usurpador); Cômodo (177-192); Pertinax (193); Dídio Juliano (193); Sétimo Severo (193-211); Pescênio Nigro (193, usurpador); Clódio Albino (193-195); Geta (211-212); Caracala (212-217); Macrino (217-218); Diadumeno e Macrino (218); Heliogábalo (218-222); Alexandre Severo (222-235); Maximino Trácio (235-238); Máximo e Balbino (238); Gordiano I, Gordiano II e Gordiano III (238-244); LACUNA; Valeriano e Galieno (253-260); Galieno (260-268); os 30 usurpadores (?); Cláudio, o Gótico (268-270); Aureliano (270-275); Tácito e Florianos (275-276); Probo (276-282); Firmo, Saturnino, Próculo e Bonoso (usurpadores); Caro, Carino e Numeriano (282-285).

⁹⁸ Esse intervalo corresponde aos reinados de Filipe, o Árabe (244-249), Filipe II (247-249), Décio (249-251), Décio II (251), Hostiliano (251), Galo (251-253), Volusiano (251-253) e Emiliano (253).

partir das fontes declaradas e supostamente utilizadas –, e, por conseguinte, o nível de confiabilidade histórica que se poderia atribuir-lhe. Já é consenso entre os historiadores que se trata de um texto com enorme carga ficcional no que concerne a fatos e personagens, comportando contradições, incoerências e anacronismos, além de plágios estilísticos e temáticos. No entanto, a obra constituir-se-ia na única fonte literária (e para muitos, histórica) contínua, e em latim, que abarca o período supracitado⁹⁹ (despertando especial interesse o século III, cuja documentação e inscrições são notadamente escassas e fragmentárias), o que motiva constantes redimensionamentos de sua relevância histórica.

A questão incontornável que se deve inicialmente enfrentar é sem dúvida a da autenticidade da matéria textual que constitui a *História Augusta* (H.A.)¹⁰⁰ e, portanto, de sua datação, autoria, conteúdo, estrutura, valor histórico e literário. No célebre artigo “Sobre o tempo e a personalidade dos escritores da História Augusta” (*Über Zeit und Persönlichkeit der Scriptores Historiae Augustae*), publicado em 1889, Hermann Dessau lança as bases para o problema crítico da obra., encetando uma frente sólida de reanálise e verificação dos pressupostos tradicionais (referentes à data ou datas de composição, autoria, editor, modo de composição, etc.) estabelecidos a partir de dados que o próprio texto disponibiliza, o que suscitou no meio acadêmico, a partir de então, debates e teorias as mais variadas sobre o tema.

Dessau rechaça, na formulação que faz do problema, a autoria múltipla¹⁰¹ e o período de composição (o diocleciano-constantiniano: 284-337 d.C.) declarados ou subtendidos dentro do texto, os quais, acatados pela tradição, não haviam sido ainda contestados criticamente. Com base no que prospectou e na constatação de uma suposta uniformidade fraseológica e estilística das biografias, bem como incompatibilidades entre as dedicatórias e elogios, alguns em tom familiar, feitos a Constantino (e sua família) e a Diocleciano,¹⁰² além de

⁹⁹ Dion Cássio (*História de Roma*) é a principal fonte para o séc. II e o primeiro quartel do séc. III (com uma lacuna entre os anos 138 e 161 referente ao reinado de Antonino Pio). Herodiano, em sua *História do Império Romano*, narra o período compreendido entre o ano 180 (morte de Marco Aurélio) até a proclamação de Gordiano em 238. O restante do séc. III até o ano 285, bem como as partes não narradas por Dion Cássio e Herodiano, nos são conhecidos mormente por crônicas breves, como o *Epítome de Caesaribus* de Aurélio Victor (abarcando o período entre o reinado de Augusto e o ano de 360), e, de Eutrópio, o *Breviário da História Romana* (*Breviarium Historiae Romanae*), desde a fundação de Roma até a ascensão do imperador Valente em 364.

¹⁰⁰ O texto da H.A. em que nos baseamos para este trabalho é o da edição crítica da Loeb Classical Library (1932). Todos os trechos utilizados como exemplificação foram por nós traduzidos.

¹⁰¹ Nos manuscritos da *História Augusta* (cf. nota 2) há seis autores declarados: **Júlio Capitolino** (*Julius Capitolinus*) teria escrito nove vidas (Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Pertinax, Clódio Albino, Macrino, Máximo e Balbino, os dois Maximinos, os três Gordianos), **Élio Esparciano** (*Aelius Spartianus*) sete vidas (Adriano, Élio, Dídio Juliano, Sétimo Severo, Pescênio Nigro, Caracala, Geta), **Flávio Vopisco** (*Flavius Vopiscus*) cinco vidas (Aureliano, Tácito, Probo, Firmo, Saturnino, Prócuro e Bonoso, Caro, Carino e Numeriano), **Élio Lamprídio** (*Aelius Lampridius*) quatro vidas (Cômodo, Antonino Diadumeno, Heliogábalo, Alexandre Severo), **Trebélio Polião** (*Trebellius Pollio*) quatro vidas (Valeriano, Galieno, os trinta usurpadores, Cláudio) e **Vulcácio Galicano** (*Vulcacius Gallicanus*) uma vida (Avidio Cássio) (Obs: cada grupo de nomes sublinhado é retratado em um único livro, equivalente a uma biografia). Esses autores teriam vivido durante os reinados de Diocleciano e Constantino, uma vez que algumas das dedicatórias são dirigidas a esses soberanos.

¹⁰² Élio Esparciano (*Aelius Spartianus*), por exemplo, dedica a vida de Sétimo Severo a Diocleciano (H.A., XX, 4) e a vida de Geta a Constantino (H.A., I.1: “Bem sei, Constantino Augusto, que Vossa Clemência e muitos outros devem se perguntar por que narro também a

FRAGMENTOS DO PASSADO

discrepâncias com a época a que pretensamente fazem alusão, defendeu a tese, posteriormente acolhida e aclamada, do autor único, que teria escrito as vidas, na verdade, em fins do século IV (no reinado de Teodósio entre 379-395 d.C.),¹⁰³ sem nenhum outro escopo a não ser o de enganar, o que revestiria a *H.A.*, assim, do manto da falsificação.

Em contrapartida, sob a égide do *in medio stat virtus*, em que se evocam o equilíbrio e a parcimônia na arquitetura das ideias, são particularmente relevantes abordagens como as de Momigliano (1954) a respeito das falsificações textuais na Antiguidade. Se pululam exemplos de obras supostamente forjadas ou de autoria controversa na Antiguidade Clássica,¹⁰⁴ verifica-se o mesmo em relação à Antiguidade Tardia,¹⁰⁵ mas seria imprescindível, na opinião do historiador italiano, que se mantivesse cautela quanto a considerar a *H.A.* e diversos outros escritos como fraudes em todos os aspectos, quando o mais razoável deveria ser investigar a fundo todas as evidências alegadas. Além do que, embora a *H.A.* não seja um produto cristão, mas “um extraordinário documento do Paganismo agonizante”, não se pode desconsiderar o impacto vigoroso da controvérsia religiosa sobre a produção textual do período, em que a ortodoxia persecutória da Igreja motivava muitas vezes a prática da “desonestidade literária”. Não eram incomuns, dessa forma, falsificações, interpolações, autorias (ou atribuições de autoria) fictícias e interpretações tendenciosas. Por isso, levando-se em conta esse contexto de instabilidades político-religiosas, qualquer análise filológica que eleja como objeto a produção literária em grego e em latim do IV ao VI século, e que se queira séria, imparcial e metódica, não pode correr o risco de tomar vagas suspeitas de fraude por evidências incontestáveis.

Não obstante reconhecer-se o caráter pagão da *H.A.*, as poucas referências ao Cristianismo que ali se fazem não tendem a ser intolerantes, depreciativas ou condenatórias (com exceção de uma, como veremos), isso quer dizer que não se podem detectar nas vidas elementos consistentes e suficientes para se imputar ao autor (ou autores) um sentimento genuinamente anti-cristão. Com efeito, na biografia de Alexandre Severo (*Alexander Severus*), Élio Lamprídio (*Aelius Lampridius*) relata o costume que tinha esse imperador de fazer pela manhã sacrifícios e orações diante de seu larário, no qual mantinha,

“além das imagens dos imperadores divinizados, escolhidos apenas os melhores, também as de personalidades venerandas, dentre as quais Apolônio¹⁰⁶ e – de acordo com um escritor de sua época –, Cristo,

vida de Geta Antonino.”) (*Scio, Constantine Auguste, et multos et Clementiam tuam questionem movere posse cur etiam Geta Antoninus a me tradatur.*)

¹⁰³ Foram as dedicatórias a Diocleciano e a Constantino que fizeram com que a tradição situasse a composição da obra entre o fim do século III e o início do século IV.

¹⁰⁴ V.g., *Vida de Homero* atribuída a Heródoto; as epístolas de Platão (com exceção talvez da VII e da VIII); cartas de Salústio endereçadas a César; o livro III do *Corpus Tibullianum*.

¹⁰⁵ V.g., *Vida de Constantino* atribuída a Eusébio; a correspondência entre São Paulo e Sêneca; vários dos *Atos dos Mártires*.

¹⁰⁶ Apolônio de Tiana, mago e filósofo neopitagórico do séc. I d.C. Há uma biografia de Apolônio escrita pelo sofista grego Filóstrato no séc. III d.C. Especula-se quanto a possíveis paralelos entre os milagres atribuídos a Apolônio e aqueles atribuídos a Jesus nos evangelhos (cf. SILVA, 2018).

FRAGMENTOS DO PASSADO

Abraão, Orfeu¹⁰⁷ e outros semelhantes a eles, e ainda as imagens dos antepassados.” (XXIX, 2).¹⁰⁸

Em outra passagem, não menos pitoresca, Lamprídio afirma que o imperador Alexandre Severo teria manifestado o desejo de construir um templo onde se pudesse venerar Cristo como um deus (parece que o imperador Adriano tivera intento semelhante, quando mandou erigir em todas as cidades templos desprovidos de estátuas ou imagens de divindades pagãs). Alexandre, contudo, teria sido demovido de seu projeto “por aqueles que, consultando os oráculos sagrados, tinham descoberto que, se ele assim procedesse, todos acabariam por se tornar cristãos e os templos restantes seriam abandonados.” (XLIII, 6-7).¹⁰⁹

O único fragmento que denotaria hostilidade flagrante para com os cristãos é uma suposta carta do imperador Adriano a seu cunhado, o cônsul Serviano, citada por Flávio Vopisco (*Flavius Vopiscus*) na biografia do usurpador Firmo. Nela, descreve-se pejorativamente o Egito e seus habitantes, entre os quais cristãos e judeus que, movidos por uma ambição desmesurada pelo dinheiro e pela fama, escancarariam a enorme frivolidade de seus costumes e crenças. Assim, naquele país,

“os que cultuam Serápis são cristãos, e aqueles que se dizem bispos de Cristo são devotos de Serápis. Ali não há chefe da sinagoga dos judeus, nenhum samaritano, nenhum presbítero dos cristãos que não seja também astrólogo, arúspice ou curandeiro [...]. Formam uma malta ao extremo sediciosa, frívola e iníqua [...]. Seu único deus é o dinheiro. Veneram-no cristãos, judeus e todos os outros povos.” (VIII, 2-7)¹¹⁰

Os fragmentos apresentados, bem como os demais, reveladores de algum aspecto, contexto ou dado a respeito do Cristianismo dos primeiros séculos, demonstram que a *H.A.* não repercute posicionamentos expressamente contrários aos ditames ou postulados cristãos, antes, como no último fragmento, evocariam algum nível de antipatia ou intolerância para com aqueles que professam o Cristianismo (ou o Judaísmo), mas não necessariamente para com o corpo doutrinário a ele atrelado. De forma que

“tudo que se pode deduzir dessas passagens é que a *História Augusta* foi compilada por uma ou mais pessoas que desejavam talvez que o Cristianismo fosse pacificamente incorporado ao Império Romano pagão, e que tinham uma simpatia moderada ou, pelo menos, nenhum ressentimento amargo contra o Judaísmo e o Cristianismo.” (MOMIGLIANO, 1954, p. 41)¹¹¹

¹⁰⁷ De acordo com o mito, poeta, músico e adivinho natural da Trácia.

¹⁰⁸ *et divos principes sed optimos electos et animas sanctiores, in quis Apollonium et, quantum scriptor suorum temporum dicit, Christum, Abraham et Orpheum et huiusmodi ceteros habebat ac maiorum effigies.*

¹⁰⁹ *ab iis qui consulentes sacra reppererant omnes Christianos futuros, si id fecisset, et templa reliqua deserenda.*

¹¹⁰ *Illic qui Serapem colunt Christiani sunt, et devoti sunt Serapi qui se Christi episcopos dicunt. Nemo illic archisynagogus Iudaeorum, nemo Samarites, nemo Christianorum presbyter non mathematicus, non haruspex, non aliptes [...]. genus hominum seditiosissimum, vanissimum, iniuriosissimum [...]. unus illis deus nummus est. Hunc Christiani, hunc Iudaei, hunc omnes venerantur et gentes.*

¹¹¹ *all that one can deduce from these passages is that the August History was compiled by one or more people who would perhaps have liked Christianity to be absorbed peacefully into a pagan*

FRAGMENTOS DO PASSADO

De forma semelhante, Nardelli e Ratti (2014, p. 153-154) entendem não haver na *H.A.* qualquer oposição frontal ou declarada ao Cristianismo, do texto, contudo, emanaria uma “atmosfera anticristã” que se pode detectar em diversas passagens, como, por exemplo, o capítulo IV, 1-2, da vida do primeiro Maximino, passagem que seria, para os autores, uma evidente paródia anticristã do capítulo 14, 1-2, da Epístola aos Romanos.¹¹²

A discussão encetada por Dessau a respeito da fragilidade da *H.A.* principalmente em termos autorais e factuais, como já havíamos apontado, apresenta desdobramentos significativos. No que concerne à autoria, a hipótese do escritor único acabou por preponderar entre os especialistas. Como bem aponta Rohrbacher (2016, p. 5), características temáticas e estilísticas comuns entre os seis supostos biógrafos convergem de maneira tal que a ideia de múltiplos escritores passou a ser, no mínimo, duvidosa:

“Todos eles optam por escrever as vidas de imperadores, césaes e usurpadores. Todos se referem à natureza inédita de suas tarefas e à dificuldade que enfrentam em executá-la, frequentemente em uma linguagem muito similar. Todos compartilham uma dependência em relação a historiadores e biógrafos desconhecidos, como Emílio Parteniano e Júnio Cordo, e usam linguagem similar para direcionar o leitor para essas ou outras fontes, caso desejem mais informações. Eles compartilham muitos erros, como o nome incorreto “Diadumeno”, em vez de “Diadumeniano”, o filho do imperador Macrino. Além disso, compartilham muitas peculiaridades de conteúdo, como disciplina militar, mulheres e vinho [...]. Todos os autores oferecem sua própria tradução em latim de poemas, inscrições, oráculos e outras passagens em grego, todas ficcionais.”¹¹³ (tradução nossa)

Roman Empire and who had a mild sympathy for or at least no bitter grudge against Judaism and Christianity.

¹¹² Em Romanos (14, 1-2): “Ao que é fraco na fé, acolhei-o sem discutir sobre opiniões. Porque um crê que pode comer de tudo, o outro, porém, que é fraco, come legumes.” A passagem aludiria àqueles que, pagãos, passaram a crer na mensagem do Cristo. Esses seriam os fortes, ainda que não se abstivessem do consumo de carne, enquanto os judeus de Roma, os fracos, ainda profundamente vinculados às prescrições da lei mosaica, receavam consumi-la. Na *H.A.* (IV, 1-2): “Consta que (Maximino) tinha o hábito de beber em um único dia uma ânfora capitolina de vinho (n.t.: cerca de 20 litros) e comer quarenta libras de carne, ou sessenta, segundo Cordo. Sabe-se também que sempre se absteve dos legumes.” (*Bibisse autem illum saepe in die vini Capitolinam amphoram constat, comedis et quadraginta libras carnis, ut autem Cordus dicit, etiam sexaginta. Quod satis constat, holeribus semper abstinuit.*). De acordo com Nardelli e Ratti (2014, p. 149), o autor da vida de Maximiano teria interpretado o excerto bíblico literalmente, demonstrando ou ignorância de sua exegese ou um escárnio deliberado que generaliza judeus e cristãos e associa a abstinência de carne e o consumo de legumes à fraqueza física (e moral). O contraponto seria Maximino, evocado como protótipo do imperador pagão forte.

¹¹³ *The six supposedly independent authors are amazingly similar in thematic details. They all chose to write lives of the usurpers and Caesars as well as the emperors. They all refer to the unprecedented nature of their task and the difficulty they face in accomplishing it, often in quite similar language. They share a dependence on otherwise unknown historians and biographers such as Aemilius Parthenianus and Junius Cordus, and use similar language to direct the reader to these or to other sources, should more information be desired. They share many errors, such as providing the incorrect name “Diadumenus” for Diadumenianus, the son of the emperor Macrinus, and they share many peculiarities of content, such as a focus on military discipline and on women and wine [...]. The authors all offer their own translations into Latin of poems, inscriptions, oracles, and other Greek passages, and these passages are all fictional.*

FRAGMENTOS DO PASSADO

Em relação às fontes documentais declaradamente utilizadas, parece ser consenso atualmente que os cerca de 160 documentos (cartas de imperadores, discursos, decretos, senátus-consultos, aclamações senatoriais, editos imperiais e inscrições) citados ao longo das biografias – com o evidente intuito de se tentar produzir uma aura de verossimilhança informativa –, foram na realidade forjados (exceto as duas aclamações de Cômodo, cuja fonte é o historiador Mário Máximo).

Leon Homo publica, em 1926, um estudo que se tornaria referência, no qual reúne os resultados de sua investigação sobre a genuinidade das fontes documentais citadas e reproduzidas na obra. Verificou que elas estão distribuídas irregularmente ao longo das biografias, de forma que a série dos principais imperadores (Adriano, Antonino Pio, Marco Aurélio, Cômodo, Pertinax, Dídio Juliano, Sétimo Severo e Caracala) não apresenta nenhuma inserção de documentos, enquanto Vopisco insere quarenta e quatro, Capitolino quarenta (nas vidas de Clódio Albino, dos Maximinos e dos Gordianos),¹¹⁴ Polião dezessete, Galicano onze (na única vida que compôs), Lamprídio nove, e Esparciano três (mas apenas na vida de Pescênio Niger). Esse simples apanhado quantitativo, estranhamente desproporcional, já seria suficiente para gerar suspeição. Por que escasseariam documentos relativos a imperadores de sobeja expressão, ao passo que abundariam os relativos a imperadores ou usurpadores pouco conhecidos? Poderíamos classificar esse descompasso como um indício de desonestidade? Há grande probabilidade de que a resposta seja afirmativa, conforme Momigliano (1954, p. 26):

“Uma análise mais detalhada dos próprios documentos prova que a maior parte deles não pode ser autêntica. Pode-se discutir se foram forjados pelos autores da *História Augusta* ou por suas fontes, mas o fato é que foram forjados. Esses pseudodocumentos servem para recheiar biografias demasiadamente escassas. Seu propósito não é fornecer fatos, mas compensar a ausência de fatos. Os escritores da *História Augusta* não têm grande gosto pela investigação honesta.”¹¹⁵ (tradução nossa)

Nesse sentido, as vidas primárias, ou seja, as dos principais imperadores, recheiam-se de nomes, datas e fatos que podem ser mapeados e, de certa forma, certificados por outras fontes históricas que foram utilizadas de fato pelo(s) autor(es) – algumas diretamente citadas, como Mário Máximo, outras subentendidas, como Aurélio Victor, Eutrópio e Amiano Marcelino. Isso justificaria a ausência de inserções documentais nas referidas biografias, o que não significa que todo o material ali presente seja absolutamente factual ou insuspeito. Em contrapartida, no que tange às vidas secundárias (herdeiros e usurpadores), tudo aquilo que pode ser considerado verossímil ou historicamente acurado nada mais é que simples reprodução do que já se encontrava nas vidas primárias (ROHRBACHER, 2016).

¹¹⁴ Lembre-se que Capitolino não citou documentos nas outras três biografias que supostamente compôs, todas do grupo dos principais imperadores (cf. nota 8).

¹¹⁵ *A closer analysis of the documents themselves proves that the majority of them cannot be authentic. It may be disputed whether the majority of the documents have been forged by the authors of the História Augusta or by their sources, but forged they are. These pseudo-documents serve to fill up too meagre biographies. Their purpose is not to give facts, but to make up for the absence of facts. The Scriptorum Historiae Augustae have no great taste for honest research.*

FRAGMENTOS DO PASSADO

Mas seria possível mensurar o grau de má-fé envolvido nessa dinâmica de composição? Como perscrutar a índole do autor ou suas motivações para o possível embuste histórico vislumbrado na *H.A.*? Não se pode olvidar que fora o próprio Momigliano quem nos aconselhara prudência e assertividade investigativa antes de qualquer veredito a esse respeito. Por isso, convém aventarmos antes, com cautela, se o biógrafo apenas se dera ao trabalho de reproduzir (ou citar) o material que lhe vinha à mão durante o processo de pesquisa, buscando dar respaldo comprobatório às narrativas, ou se já haveria, desde a concepção do texto um projeto escuso de forjar, no todo ou em parte, as abundantes referências documentais. No primeiro caso, não se poderia obviamente levantar a hipótese da má-fé e do engodo, apenas a da imperícia analítica e crítica quanto às fontes disponíveis, no segundo, contudo, diante de dados supostamente fabricados, os autores da *H.A.* ostentariam a pecha de falsários. Mas, como pondera Syme (1971, p. 263), a tarefa que há mais de um século se impõe de desvendar o caráter, o propósito e o gênero da *H.A.* não é nada fácil. Qual etiqueta aplicar sempre foi questão controversa entre os especialistas. Estaríamos, na verdade, diante de biografia, história ficcional ou ficção histórica? Com o intuito de descortinarmos respostas, passemos a exemplificar, na esteira de Homo (1926), Syme (1971), Syme (1983) e Rohrbacher (2016), casos crassos de anacronismos, impropriedades, imprecisões, incoerências e vagueza das (nas) fontes documentais fornecidas pelo(s) escritor(es) da *H.A.*

É bastante comum que se anteponham à citação ou à transcrição de cartas, ou excertos de cartas, fórmulas vagas como “existe uma carta de...” (*exstat epistola*), “citarei uma carta de...”, sem que se indique com precisão a proveniência ou a localização. Na vida de Albino (XII, 5): “Existe uma carta de Severo ao Senado que mostra bem o seu caráter.”¹¹⁶ Na vida de Aureliano (XVII, 1): “Há uma carta (de Cláudio) que – por amor à exatidão, como costume fazer, ou melhor, porque vejo que os outros escritores de anais assim o fazem –, considere oportuno incluir aqui.”¹¹⁷ Na vida de Probo (III, 6): “Existe uma carta de Valeriano a Galieno em que elogia o ainda jovem Probo, propondo-o como modelo a ser imitado por todos.”¹¹⁸

Na vida de Pescênio Níger, trecho da carta de Marco Aurélio a Cornélio Balbo (IV, 1-3):

“Tu me fazes elogios a Pescênio, e eu o reconheço, pois teu antecessor também afirmou que ele é intrépido em combate, de costumes rigorosos, e já então mais que um simples soldado. Por isso, enviei uma carta para ser lida às tropas, na qual ordenei que ele fosse colocado à frente de trezentos armênios, cem sármatas e mil dos nossos.”¹¹⁹

¹¹⁶ *Exstat epistola Severi qua ostendit animum suum, missa ad Senatum.*

¹¹⁷ *Exstat epistula, quam ego, ut soleo, fidei causa, immo ut alios annalium scriptores fecisse video, inserendam putavi.*

¹¹⁸ *Exstat epistula Valeriani ad Gallienum, qua Probum laudat adhuc adulescentem et imitatione omnium proponit.*

¹¹⁹ *Pescennium mihi laudas, agnosco; nam et decessor tuus eum manu strenuum, vita gravem, et iam tum plus quam militem dixit. Itaque misi litteras recitandas ad signa, quibus eum trecentis Armeniis et centum Sarmatis et mille nostris praeesse iussi.*

FRAGMENTOS DO PASSADO

Obs: Não seria admissível, nesse caso, de acordo com a rígida hierarquia militar romana, a promoção abrupta de um soldado comum a um cargo de comando com tamanho grau de responsabilidade.

Na vida dos trinta usurpadores, trecho da carta de Valeriano aos gauleses (III, 9-11): “Como comandante da fronteira transrenana e protetor da Gália, nomeei Póstumo, o homem mais digno da austeridade dos gauleses.”¹²⁰ **Obs:** A função administrativa “protetor/governador da Gália” (*Galliae praeses*) nunca existiu.

Na vida de Cláudio, o Gótico, trecho da carta de Cláudio ao Senado (VII, 2-5): “Tétrico tem as rédeas das Gálias e da Hispânia, sustentáculos do Estado.”¹²¹ **Obs:** À época de Cláudio a Hispânia já havia sido restituída à unidade imperial.

Na vida de Aureliano, trecho da carta de Valeriano a Aureliano (XI, 1-9): “Convém que esperes para o próximo ano o consulado junto a Ulpio Crinito, a partir do dia onze das Calendas de junho, em substituição a Galieno e Valeriano, e com estipêndio público.”¹²² **Obs:** Aureliano nunca exerceu o consulado antes de sua ascensão ao Império. Além disso, a cronologia apresentada é falsa.

Afirma-se, na vida de Adriano (I, 3), que o imperador nascera em Roma, o que é um erro. Sua terra natal foi a cidade de Itálica na Espanha romana. Essa improprriedade só se encontra na *H.A.*

Corpos de tropas que só aparecem na *H.A.*: na vida de Aureliano, a *Legio III Felix* e os *Auxiliares Mesopotameni* (XI, 1-9), os *Dacisci* e os *Lembarii* (XXXVIII, 3-4); na vida de Cláudio, a *Legio V Martia* (XIV, 2-15); na vida de Probo, as *cohortes de Saraceni* (IV, 1-2).

Ao longo das biografias pululam os nomes de altos funcionários (cônsules, governadores, prefeitos pretorianos etc.) dos quais não se tem notícia em nenhuma outra fonte conhecida, o que enseja, no mínimo, grande desconfiança. V.g.: *Felix*, prefeito pretoriano (vida dos Gordianos, XXV, 1-4); *Claudius Julianus* e *Celsus Aelianus*, cônsules (vida de Máximo e Balbino, XVII, 2-9); *Ablavius Murena*, prefeito pretoriano (vida de Cláudio, XV, 1-4); *Murentius*, governador do Egito; *Fulvius Boius*, general da fronteira da Récia (vida de Aureliano, XIII, 2-4).

Da mesma forma, referenciam-se determinados títulos e postos militares (ou administrativos) que não se enquadram na época declarada de composição da *H.A.* Na vida dos trinta usurpadores (tiranos) (XVIII, 5), um certo Ragônio Claro (*Ragonius Clarus*) é intitulado “prefeito da Ilíria e das Gálias”, entretanto, as prefeituras regionais só surgem nos últimos anos de Constantino. Na vida de Aureliano (I, 1), o prefeito da cidade é mencionado como “homem ilustre” (*vir illustris*), título que, na verdade, só passaria a ser utilizado para designar o ocupante desse cargo, em 368 d.C.

Outros anacronismos: na vida dos dois Maximinos (I, 5), atribui-se ao primeiro origem trácia; seus pais seriam bárbaros: o pai godo, a mãe alana. Todavia, godos e alanos só aportam na Trácia após a chegada dos unos em 375 d.C. Na vida de Probo, aplica-se o termo *Getae* (getas) como referência a um dos povos da Trácia, tal designação, porém, só passa a ser atestada a partir de 390 d.C.

¹²⁰ *Transrhenani limitis ducem et Galliae praesidem Postumum fecimus, virum dignissimum severitate Gallorum.*

¹²¹ *Gallias et Hispanias, vires rei publicae, Tetricus tenet*

¹²² *Consulatum cum eodem Ulpio Crinito in annum sequentem a die undecimo Kal. Iuniarum in locum Gallieni et Valeriani sperare te convenit sumptu publico.*

FRAGMENTOS DO PASSADO

Uma análise antroponímica mais acurada de nomes citados na *H.A.* pode revelar preferências do autor por determinados sujeitos históricos. Parece evidente, por exemplo, que ele tenha se inspirado no nome e no cognome do senador e cônsul romano *Quintus Baebius Macer* (Quinto Bébio Mácer) para introduzir na *H.A.* outras personagens, supostamente históricas, cujos nome e cognome são patentes variações dos daquele senador, o que, em razão disso, carrega grande carga de suspeição sobre a existência dos sujeitos a eles vinculados. Assim, de *Baebius Macer* derivaria *Baebius Macrianus*, nome de um retor que teria sido um dos dez mestres responsáveis pela educação do imperador Severo (*Sev.*, III, 3). Um certo *Baebius Maecianus* aparece como parente de Clódio Albino (*Alb.*, VI, 1). O cognome *Maecianus*, por sua vez, está em *Cereius Maecianus* (*Tác.* XIX, 3) e em *Maecianus* (*Trig. Tyr.* XII, 7), ambos remetentes de cartas reproduzidas no texto. Já *Maecius* é nome recorrente: *Maecius Marullus*, referido como pai do imperador Gordiano (*Gord.* II, 2), *Maecia Faustina*, filha deste (IV, 2), *Maecius Gordianus*, outro parente de Gordiano (XXX, 1).

Como já antecipado, a *História Augusta* é a única fonte textual contínua em latim referente ao período imperial entre a morte de Trajano e a ascensão de Diocleciano (séculos II e III d.C.). Resvala-se em desconcertante paradoxo, contudo. A obra demonstra patente fragilidade no que concerne a seu valor documental, uma vez que já está demonstrado que o autor não titubeou em inventar dados, referências e personagens com vistas a preencher lacunas ocasionadas pela carência absoluta de fontes específicas para determinadas biografias. Nessa perspectiva, todo o esforço historiográfico deve ser o de isolar dentro do texto o factual do meramente ficcional.

Para Syme (1971, p. 284), “a *H.A.* é desonesta” em vários aspectos, não sendo desmesurado taxá-la de fraude, conquanto estaria repleta de fabricações, com personagens inautênticos pertencentes a todos os extratos sociais e profissões. Seria fundamental, entretanto, precisar os limites desse problema: a fraude detectada na obra estaria no nível da “falsificação” (*forgery*) ou no da “impostura” (*imposture*)? No primeiro caso, o eixo de análise se voltaria para a dinâmica de confecção de documentos espúrios ou de emendas textuais com a finalidade de se obter alguma vantagem política ou religiosa. A impostura, por seu turno, caracterizaria o autor que se reveste do pseudônimo como forma de ocultar sua própria identidade ou personalidade (na *H.A.*, um autor com seis pseudônimos), ou que cria (e referencia) personalidades supostamente históricas, mas que nunca existiram de fato. Por conseguinte, o uso de tais subterfúgios, quando o pretendido é oferecer ao público leitor um produto de cunho histórico, revelaria uma intenção deliberada de ludibriar. Mas haveria elementos concretos com base nos quais a crítica especializada possa descerrar o verdadeiro propósito da obra em pauta? Visto que a obra não dispõe (pelo menos não se tem notícia da existência) de um prefácio original que lance luz sobre as reais intenções do autor ou mesmo sobre o plano geral da obra, como asseverar que houve má-fé? Na perspectiva em análise, seria igualmente plausível cogitarmos a possibilidade de que a *H.A.* seja apenas um construto que mescla o histórico com o literário, algo como os romances ou as ficções cinematográficas de cunho histórico contemporâneos. Retomamos, assim, um dos questionamentos anteriormente formulados concernentes ao debate, que dura mais de um século, sobre a verdadeira natureza da obra.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Quanto a esse ponto, Rohrbacher (2016) propõe uma reanálise das hipóteses tradicionais que rechaçam conceder à *H.A.* maior relevância em termos de credibilidade e precisão histórica, posto que seu autor teria premeditadamente forjado documentos, nomes e datas para preencher lacunas ou subverter fatos em suas narrativas biográficas. Essa nova abordagem reavalia o papel do escritor e seus propósitos de composição, já que inverte o eixo da investigação centrando-o nos aspectos literários da obra. Assim, a *H.A.* não seria uma fraude ou farsa histórica, mas uma ficção escrita para um público específico. Imaginá-la como um embuste completo seria subestimar o poder crítico dos leitores antigos. Nesse sentido, não se deveria conceber seu autor como alguém que planejou enganar, mas sim como um inventor criativo, cuja criatividade foi utilizada em prol de “um programa literário que valoriza a inventividade em si mesma”¹²³ (p. 4). Ao invés de preencher lacunas encontradas nas fontes que utilizou, ele ousadamente teria fabricado “uma realidade alternativa construída com base em uma gama de textos literários e historiográficos”¹²⁴ (p. 175). Assim, o que se evoca é a prevalência do literário sobre o histórico, o que legitimaria a criação em detrimento do eminentemente factual.

Neste trabalho apresentamos um aporte crítico das discussões que a *História Augusta* suscitou ao longo dos anos. Parece ser consenso que como fonte histórica a obra deve ser vista com reservas, tendo em vista que abundam anacronismos, imprecisões, contradições, incoerências e interpolações. Não obstante, ela nos permite traçar um panorama sobre vários aspectos – histórico, cultural, institucional, político, religioso, de costumes etc. – da sociedade imperial dos séculos II, III e IV. Sob o ponto de vista literário, os textos das biografias se mostram de interesse para historiadores e críticos da literatura latina. Por fim, os embates consideráveis que a *H.A.* ainda gera entre os especialistas comprovam sua relevância para os estudos clássicos.

Referências

- DESSAU, Hermann. Über Zeit und Persönlichkeit der Scriptorum Historiae Augustae. *Hermes* 24, 1889, p. 337–92.
- HISTORIA AUGUSTA. Translated by David Magie. Cambridge: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 1932.
- HOMO, Léon. Les documents de l'histoire auguste et leur valeur historique. *Revue Historique*, T. 151, Fasc. 2, 1926, p. 161-198.
- MOMIGLIANO, Arnaldo An Unsolved Problem of Historical Forgery: The Scriptorum Historiae Augustae Source. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 17, n. 1/2, 1954, p. 22-46.
- NARDELLI, Jean-Fabrice; RATTI, Stéphane. Historia Augusta contra christianos: recherches sur l'ambiance antichrétienne dans l'histoire auguste. *AnTard*, 22, 2014, p. 143-155. DOI 10.1484/J.AT.5.103184
- ROHRBACHER, David. *The Play of Allusion in the “Historia Augusta”*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2016.
- SILVA, Semíramis Corsi. Memórias em torno de Apolônio de Tiana: feiticeiro, homem divino e rival de Jesus Cristo. *Antíteses*, v. 11, n. 21, p. 368-389, jan./jun. 2018. DOI: 10.5433/1984-3356.

¹²³ a literary program that values inventiveness for its own sake.

¹²⁴ an alternative reality built from a range of literary and historiographical texts.

FRAGMENTOS DO PASSADO

SYME, Ronald. *Historia Augusta Papers*. Oxford: Clarendon Press, 1983.
_____. *Emperors and Biography Studies in the Historia Augusta*. Oxford:
Clarendon Press, 1971

A CONSTRUÇÃO DO FEMININO ENQUANTO DISPOSITIVO DE CONTROLE

Ueliton André dos Santos Silva¹²⁵
Letícia Portella Milan¹²⁶

Resumo: Este trabalho busca investigar a construção do feminino enquanto dispositivos de controle e aparato legitimador de determinados padrões comportamentais. Os resultados deixam em evidência a existência de mecanismos que atuam na retroalimentação de espectros que corroboram de forma direta para a elevação no número de casos de violência contra as mulheres atualmente. Esse fato expõe a urgência de se constituir de medidas mais eficientes para o combate à violência de gênero no Brasil, e com isso, romper com o silêncio que camufla a discriminação, o preconceito e a desigualdade de gênero, uma vez que estes fenômenos se arrastam até os dias atuais.

Palavras-Chave: Corpo feminino. Mulher. Violência

INTRODUÇÃO

A utilização do corpo como procedimento de dominação apresenta um passado longínquo. Por meio desse recurso, as sociedades fizeram e ainda continuam a elaborar descrições e prescrições dos comportamentos cabíveis aos corpos masculinos e femininos. Estas categorizações edificadas no âmbito da cultura e da história (re)definem as identidades sociais dos indivíduos. Mediante tais colocações, o presente trabalho buscou responder a seguinte questão: como o corpo feminino foi e ainda é utilizado como via de dominação pela sociedade? Esse questionamento deriva das complexas narrativas criadas acerca da figura feminina no Brasil e no mundo, cuja pretensão não é a promoção de vias emancipatórias, mas sim, a naturalização de determinadas produções sociais. Nesse jogo, são criadas diferentes vias (analíticas, biologicistas e moralizantes) para o devido condicionamento da mulher aos papéis sociais impostos.

Para alcançar o objetivo proposto, foi adotada a metodologia de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. A partir dos pressupostos de *Lakatos e Marconi (2003)* sob esse viés metodológico, os materiais que compõem o referencial teórico foram coletados de periódicos, revistas científicas, livros e sites. Dentre os principais autores e autoras que compõem o quadro teórico são citados: Del Priore (2017); Perrot (2007); Louro (2000); Agamben (2002); Mignolo (2008) e Foucault (1999).

Na primeira seção, apresentamos um breve panorama histórico acerca do processo de normatização dos comportamentos humanos, bem como, é

¹²⁵ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural ofertado pela Universidade do Estado da Bahia-Campus II. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário UNIRB. Integrante do Grupo de Estudos em Resiliência, Educação e Linguagens-GEREL/CNPq-UNEB.

¹²⁶ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas. Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria.

FRAGMENTOS DO PASSADO

investigado o processo de naturalização de comportamentos femininos e masculinos ancorados em uma maquinaria patriarcal. Na segunda seção, discorreremos acerca os aparatos sociais como instrumento de docilização do corpo humano, nos quais determinados padrões comportamentais são criados e disseminados como via de ordenação e aperfeiçoamento para a modelação do ser feminino almejado pela sociedade. Na seção três, analisamos as relações sociais que tentam imprimir sobre o corpo um sentido estrutural que permita a inscrição e a definição do ser feminino ou masculino como meios de aplicação do poder. Por fim, como via de enfretamento a tal desafio, é apresentado a teoria decolonial como elemento potencializador para a (re)escrita das relações humanas sobre uma outra perspectiva, de modo a superar a ideia colonizadora patriarcal que ainda impera na atualidade.

A INSCRIÇÃO DA MULHER NA HISTÓRIA

Na história da coletividade humana qual tem sido o lugar conferido as mulheres? A busca de respostas para esse questionamento possibilita não apenas uma teorização acerca do assunto, mas também propicia a construção de pontes na luta em prol dos direitos das mulheres e seu devido reconhecimento na sociedade. Sob essa perspectiva, é fundamental a problematização de determinadas variáveis sociais, históricas, políticas, econômicas, psicológicas e biológicas que atuam como reguladoras dos corpos.

Sob essa teia, as narrativas criadas acerca da figura feminina no Brasil e no mundo, apresentam-se de forma complexa. Deste modo, a compreensão do processo de naturalização de determinadas produções sociais relativas às mulheres deve seguir uma abordagem histórica e contextual. Tal prerrogativa visa criar vias analíticas capazes de compreender criticamente os condicionantes que constantemente impõem papéis específicos para cada agrupamento humano.

Nesse jogo de (re)produção de comportamentos, não apenas a potência de criação e reinvenção de determinados sujeitos é mitigada, como também, sua existência é posta em caráter de suspeita e deslegitimação. Tal maquinaria apresenta em sua estrutura as engrenagens sociais, econômicas e históricas que usurparam e continuam a capturar a cidadania das mulheres. Nesse quesito, é perceptível que as alterações na organização social, nem sempre cumprem seu papel de garantia da isonomia de direitos entre os gêneros masculino e feminino (SOUZA; KAZMIERCZAK; COUTO, 2012).

Ao direcionar nosso olhar para às primeiras ideias que se construíram acerca do gênero feminino, é constatado que as mulheres eram posicionadas como seres desviantes sociais e morais. Deste modo, era difundido a necessidade de sua domesticação e submissão aos desígnios e virtudes dos homens. Tais pressuposições eram sustentadas pela ideologia cristã, a qual tinha como prerrogativa que “os desregramentos, o pecado e a danação originaram-se da fragilidade moral do sexo feminino. A serpente conseguiu convencer a mulher em razão da debilidade de seus princípios morais” (DEL PRIORE, 2017, p.25).

Frente ao exposto, é possível constatar a importância da profusão de trabalhos que visem romper o silêncio que camufla a discriminação o preconceito e a desigualdade de gênero, uma vez que, estas manifestações se arrastam até os dias atuais. No processo de deslegitimação da alteridade do outro, as amarras

FRAGMENTOS DO PASSADO

criadas pela sociedade em torno do feminino, lhe servem não apenas de suporte para a manutenção dos padrões sociais patriarcais, mas também, como dispositivos para a retroalimentação das desigualdades de gênero. Por meio desse artifício se cria uma invisibilidade das mulheres e das violências praticadas contra esse público (PERROT, 2007).

Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a *stasis*, a desordem. Sua fala em público é indecente. "Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão." Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno (PERROT, 2007, p.17).

A transgressão de Eva ultrapassou as fronteiras do tempo e se capilarizou nas relações sociais entre homens e mulheres. Segundo essa concepção o feminino é tomando como uma marca da desobediência e do pecado. Logo, deveria ser devidamente controlado seja pelas leis dos Estado, seja pelo poder da Igreja. Essa segunda instituição concedeu as bases justificatórias para legitimar a supremacia do homem e incorporou ao seu discurso regras de ordenamento para o efetivo funcionamento da sociedade (DEL PRIORE, 2017).

Segundo Perrot (2007), a imagem que se criou acerca da mulher (figura sem voz e sem lugar de fala) foi internalizada e acoplada de tal modo na sociedade que até as próprias mulheres passam a duvidar do real significado de suas produções. Enquanto os homens assumiam o papel de criador, sujeitos da ação, as mulheres por sua vez, deveriam se manter na inercia, e as que destoassem desse espectro eram vistas como desviantes das normas e dos padrões da mulher digna e íntegra.

A visão de superioridade do homem sobre a mulher é explicitado por Souza, Kazmierczak e Couto (2012), em um de seus estudo, no qual é exposto que no curso da história o enriquecimento da sabedoria da deusa Atena é fruto não de suas vivencias pessoais, mas sim oriundas da experiência de uma figura masculina (Zeus), logo toda opinião, ideias e pensamentos nada mais eram senão frutos autênticos dele, pois seguindo essa lógica, era ele o detentor dos meios de instruções para as boas ações. Sendo assim, as produções positivas oriundas das ações femininas, nada mais eram, do que uma reprodução das qualidades masculinas.

Conforme apresentado por Del Priore (2017) as mulheres que não se enquadravam dentro do padrão imposto, saíam da invisibilidade social para serem punidas. Quando classificadas como bruxas ou feiticeiras, eram interpretadas como a própria encarnação do demônio na terra, em decorrência dessa figuração, eram queimadas vivas para a purificação de suas almas. Nesse contexto, o Santo Ofício e a Inquisição são introduzidos como veículos de contenção dos comportamentos desviantes, porém é pertinente expor que nesse período casos homossexuais envolvendo mulheres não sofriam penalidade, visto que para o discurso da época em decorrência da ausência *falo*¹²⁷, tal ato não era interpretado como ato sexual.

Para o modelo de sociedade da época, o *falo* enquanto elemento representativo da masculinidade, era posto como o elo legitimador para a

¹²⁷ Termo empregado para fazer referência ao órgão genital masculino.

FRAGMENTOS DO PASSADO

existência do ato sexual. Assim sendo, observa-se, a incorporação da imagem do órgão genital masculino como sendo o elemento simbólico que representava o poder, a força e a soberania do homem sobre a mulher. Destarte, verifica-se um dos pontos para a fundamentação das retóricas que visavam a subjugação do feminino ao masculino, uma vez que, para a concepção da época, as mulheres, constituam-se como seres da falta. Portanto, calcados numa visão patriarcal e falocêntrica, imputavam que as mulheres necessitavam do homem para tornarem-se seres completos e íntegros (DEL PRIORE, 2017).

A matriz da sociedade patriarcal estava posta, e com ela, a construção e difusão das diferenças impressas nos homens e nas mulheres. Tal modelo, reforça e destaca conceitos moralistas que se impõem sobre o gênero feminino, em que o homem é compreendido como pertencente ao convívio social e ao prazer sexual. Já no outro extremo da questão, é conferido a mulher, o lugar de cuidadora do lar, dos afazeres domésticos e a reprodução de novas proles.

O programa de estudos destinados às meninas era bem diferente do dirigido aos meninos, e mesmo nas matérias comuns, ministradas separadamente, o aprendizado delas limitavam-se ao mínimo, de forma ligeira, leve. Só as que mais tarde seriam destinadas ao convento aprendia latim e música; as demais restringiam-se ao que interessava ao funcionamento do futuro lar; ler, escrever, contar, coser, e bordar (DEL PRIORE, 2017, p.50-51).

Nessa trama, a mulher para ser interpelada como digna e portadora dos princípios morais deveria voltar-se para às tarefas domésticas e reprodutivas. Portanto, ao buscarem romper com essa imposição social, recaiam sobre elas às responsabilidades acerca dos males existentes no mundo, pois tais anseios eram tomados como uma ruptura do ciclo e ordem natural das coisas. Essa ideia *culpabilizante reforça a o imaginário social que associa as mulheres como produtoras de ações malfeitoras. Tal representação já se fazia presente desde os tempos gregos.* Assim como Eva foi compelida como a responsável pela degradação da vida humana enquanto elemento eterno, Helena de Troia, é tomada como a culpada pela destruição de um povo (SOUZA, KAZMIERCZAK & COUTO, 2012).

A suposta dívida que as mulheres tinham com a sociedade era alta, cujo preço a ser pago foi estipulado e constantemente cobrado. Nessa trilha, a identificação e quantificação dos papéis inerentes às mulheres, nas mais variadas instâncias, eram justificadas como sendo etapas necessárias para o devido ordenamento social. Dada a sentença, foram implementados os mecanismos de ação para o efetivo controle dos “devaneios femininos”, no entanto, muitas mulheres não apresentavam amedrontamento frente as imposições e por vezes as transgressões lhe custava a vida (DEL PRIORE, 2017).

Como formas de consciência historicamente construídas e determinadas, atemporais e englobantes, o racismo e o sexismo perpassam todas as culturas e todas as civilizações. Eles atravessam os milênios, os modos de produção, as religiões, as filosofias e as ideologias (MOORE, 2007, p. 281).

É notória a construção de um arsenal de ideias e explicações com vista à legitimação das violências praticadas contra as mulheres, bem como inscrever

FRAGMENTOS DO PASSADO

determinados padrões em uma suposta natureza feminina determinada. Desta forma, a dominação masculina sobre as mulheres assumiu diferentes representações ao longo da história e à medida que o poder coercitivo se intensificava, não apenas o corpo da mulher é violado e marginalizado, mas também todo seu conhecimento é perseguido e criminalizado. A validação deste fenômeno se fez possível por meio da materialidade das diferenças manifestas no corpo, ou seja, a atribuição e demonstração dessas diferenças biológicas visavam promover a legitimação das desigualdades e a hierarquização do masculino sobre o feminino no campo social (LOURO, 2000).

A DOCILIZAÇÃO DAS MULHERES

Tomando como referencial os pressupostos de Foucault (1999), é constatado que na evolução das sociedades, diferentes padrões comportamentais foram criados e disseminados como via de gerenciamento e ordenamento dos indivíduos e das populações. Partindo deste ponto analítico, é possível inferir que a produção do feminino como elemento representativo de um grupo, está intimamente ligada a essa maquinaria normatizadora, na qual o corpo feminino é interpretado como algo que se cria, treina, manipula e se modela. Disto isso, podemos compreender que o corpo feminino enquanto dispositivo, construído histórico e socialmente é “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1999, p.163).

Após a descrição e instauração da figura feminina desejada para a compor o meio social é constatada a necessidade da naturalização desse padrão, pois assim sua reprodução através das interações e relações humanas se consolidariam como algo inato a uma natureza feminina determinada.

Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos "naturalmente". Aceitando essa ideia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo "dado" pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções (LOURO, 2000, p. 5-6).

Conforme apresentado por Albuquerque Junior (1999), nos circuitos projetados pela sociedade, circulam os padrões comportamentais desejados e requeridos para cada gênero. Com base nas proposições de Deleuze e Guattari (1996), é possível deduzir que ao longo da história e do processo ontogenético, as mulheres tiveram suas potencialidades, autenticidades, espontaneidades e alteridade envolvidas num projeto de adestramento, cujos discursos e conjunturas moralistas e sociais operavam e operam como moduladores e suporte para os dispositivos de dominação e controle (posições filosóficas e morais, instituições, leis e discursos).

Segundo Agamben (2009), dispositivo de controle pode ser compreendido como uma ampla gama de recursos verbais, não verbais, matérias e imateriais que apresentam como finalidades reter, orientar e modelar e controlar os indivíduos. Ao se estabelecer por meio das relações de saber e poder, possuem no seu centro questões estratégicas de sujeição das pessoas. Sendo assim, é

FRAGMENTOS DO PASSADO

percebido que a própria ciência teve sua contribuição no processo de legitimação do racismo e sexismo.

Com base no tamanho do crânio (craniometria) dos homens, das mulheres, das crianças e dos idosos, das ditas raças superiores (brancos) e inferiores (negros), os considerados homens das ciências fizeram descobertas mirabolantes e racistas. E isso evidencia quão fantasiosas, preconceituosas e distantes da realidade são suas conclusões. No entanto, as ideias vigentes não eram entendidas como precoces, preconceituosas, racistas e sexistas, pois souberam enlaçar, emaranhar, enredar: ciência/analogia/metáfora, usufruindo do status científico e social que dispunham, o qual estava, obviamente, em consonância com os demais grupos hegemônicos da época (OLIVEIRA, 2011, p.108).

Por meio dos argumentos de Stepan (1994), é possível constatar que a ciência eurocêntrica e patriarcal criou uma geografia acerca do corpo da mulher, e, ao fazer uso das metáforas e analogias buscou controlar não apenas o espaço físico do seu ser, mas também o espaço psicológico. Partindo dessa enunciação, fica evidente a necessidade e urgência de se estabelecer novos estudos, cuja premissa basilar seja o direito de coexistência, ou seja, a criação de pontes que nos permite caminhar em prol da equivalência de direitos entre todos os seres humanos. Portanto, promover vias de resistência e enfrentamento aos discursos e ações que se firmam na supremacia do homem, heterossexual, branco, intelectualizado, burguês (padrão patriarcal eurocêntrico) é algo urgente e necessário.

Conforme exposto por Carloto (2001), a demarcação categorial por meio dos sexos (masculino e feminino) se tornou um instrumento que possibilitou não apenas a regulação, mas também, criou precedentes para a imposição da exceção. Assim sendo, se institui um gerenciamento do corpo e da vida da mulher. Em corroboração as premissas apresentadas é constatado que em determinados contextos (familiar, laboral e nos contatos da vida em sociedade) as violências eram e ainda são legitimadas como parte necessária para a efetividade desse ordenamento. O estado de exceção nesse contexto se insere como uma via regulação política sobre a vida de determinadas populações, na qual um soberano possui a autoridade de deliberar sobre a vida de outrem (AGAMBEN, 2002).

Na história é notório diversos exemplos que abordam o gerenciamento violento sobre as mulheres. Um dos exemplos que expõe essa afirmativa pode ser constatado nos casos de diversos casos de legitimidade garantida ao homem de poder assassinar sua esposa em caso de adultérios como via de reinscrição de sua honra perante a sociedade. Nesse enquadre, o homem passa a assumir a posição de soberano, logo, tinha em suas mãos a possibilidade de converter violência em direito sem nenhum tipo de punição ou sanção. (DUARTE, 2008). Sob essa tela, é possível perceber que, ao se colocar a mulher na posição de transgressora da moral, determinados comportamentos por elas manifestos às colocavam em uma posição de supressão de direitos, logo, cabeira ao homem ou a sociedade deliberar sobre sua vida.

Essa inserção da aniquilação da vida da mulher em decorrência de um ato de adultério é um exemplo nítido do que Agamben (2002), define por estado de exceção, ou seja, um ato que sob outras conjunturas seria avaliado e punido por se configurar como um ato criminoso, é incorporado na lógica do

FRAGMENTOS DO PASSADO

funcionamento “normal” de uma sociedade. Embora o direito da deliberação do marido sobre a vida da esposa tenha sido legalmente superado, a mentalidade patriarcal ainda tenta se impor de forma irrevogável e inquestionável na atualidade.

Atualmente não é incomum a manifestação de julgamentos moralizantes que colocam as mulheres na roupagem de seres amorais. Nesse contextos, determinados indivíduos tentam construir por meio de retóricas machistas e sexistas uma base de legitimidade para os suas ações violentas e preconceituosas. A exemplo, é possível citar que em determinados contextos, a mulher, ao usar uma vestimenta considerada “inapropriada” ou “apelativa”, os demais indivíduos no entorno se veem da posição de gestor daquele corpo.

É notório que a imposição da sexualidade se configura como uma invenção social, na qual seu caráter central é definir fronteiras que legitimem determinadas ações. Sendo assim, a sexualidade se apresenta como um dispositivo que visa a dominação do corpo em sociedade, uma vez que esta conceituação se constituiu, historicamente, a partir de variados discursos sobre o sexo: “discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem verdades” (LOURO, 2000, p.6).

Seguindo os postulados de Agamben (2009), é possível afirmar que ao determinar seus padrões de governo, a sociedade, se utiliza dos mais variados dispositivos de controle para promove as ações que possibilitem a sua efetiva manutenção, logo, essas atividades têm por finalidade a sujeição das pessoas aos desejos e desígnios de uma dada ordem social hegemônica. Sob tais premissas, é constatado que os limites sociais apresentados às mulheres e ao seu corpo visam em primeiro plano não o bem-estar social desse público, mas sim uma estratégia específica que a sociedade se utiliza para produzir o seu sujeito feminino desejado.

A sociedade brasileira foi forjada na ideologia da heterossexualidade e do patriarcalismo, cuja aplicação e recepção por parte das pessoas devem se dar de forma compulsória. Tais ideias produziu um cultura sexista que fabrica e dissemina a discriminação e o preconceito nos mais variados contextos das relações e interações humanas, dos quais são citados: família, escolas, espaços de lazer, no campo da saúde e no mundo do trabalho (MESSEDER, 2013).

A (RE)CRIAÇÃO DO CORPO FEMININO

Segundo Louro (2000), é por meio das relações e produções sociais que o corpo recebe um sentido. Este atributo permite não apenas à inscrição dos papéis de gêneros, mas também a definição do que significa ser feminino ou masculino em uma dada sociedade. Os corpos ao serem capturados pela sociedade passa por um processo de determinação cultural, na qual é feita, a inscrição do que pode ou não tal corpo.

Seguindo os postulados de Deleuze e Guattari (1996) é possível inferir que sobre o corpo da mulher se criou e difundiu uma organização que lhe atribui um papel a ser exercido, uma artificialidade criada através dos discursos de verdades passa a ser apresentada como uma imagem real e intransponível de uma natureza humana determinada é pré-formatada. Nesse jogo, o corpo organizado pela sociedade, tem sua potencialidade suprimida e sobreposta por uma organização, cuja lógica operativa da sociedade são os anseios e desejos de ordem patriarcal.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Lugones (2008), ao discorrer sobre as questões da colonialidade de gênero, expõe a existência de sua certa lealdade dos indivíduos aos padrões coloniais de gêneros que foram instituídos. Dito isto, é possível denotar que a invisibilidade da violência sofrida pelas mulheres decorrem dessa aceitação dos padrões eurocêntricos e patriarcais. Como base nas ideias desta autora, é presumível que as definições de gêneros e suas dualidades: homem/ mulher, macho/fêmea, feminino/ masculino foram e ainda são (re)produções sociais fortemente alicerçadas em ideias colonizadoras. Aqui é válido salutar que a colonização teve como alvo não apenas o território dos nativos, mas também a tomada dos seus corpos e de suas subjetividades.

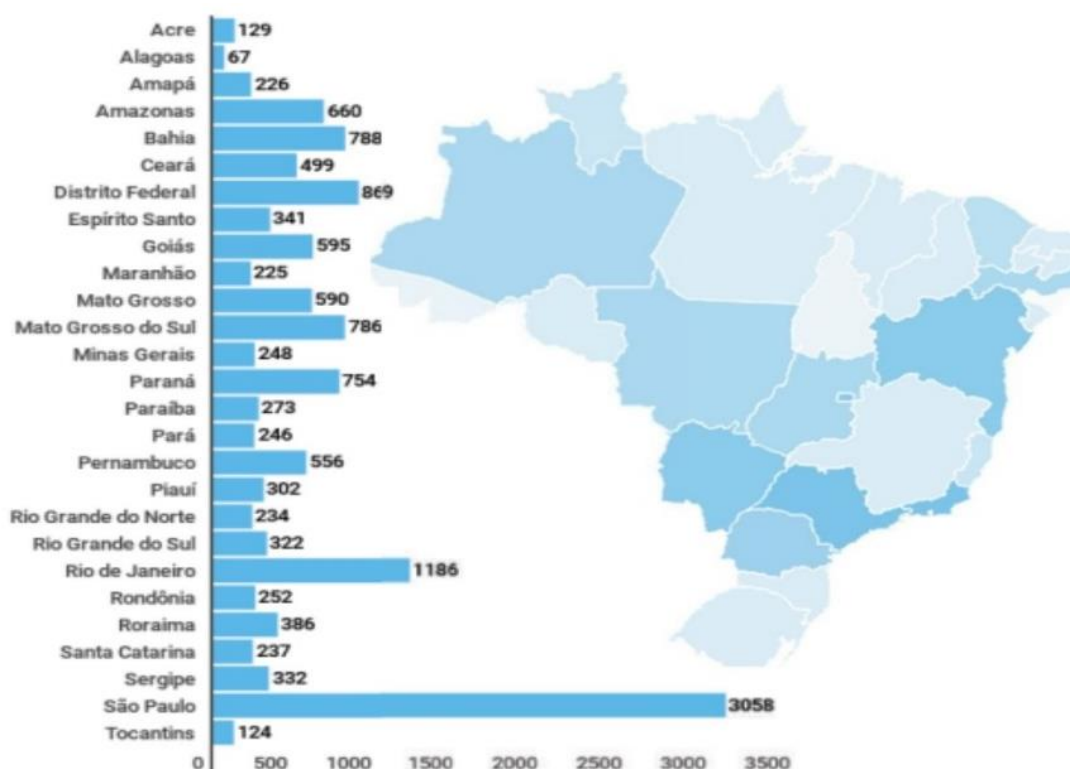
Superar esse paradigma eurocêntrico e patriarcal é fundamental para dar lugar a novas formas de expressão e existência aos indivíduos. Mignolo (2008), em seu texto *Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*, apresente alguns caminhos fecundos nessa luta. Em um primeiro momento é importante explicitar a ideia de identidade em política e a questão da consciência mestiça, embora esses conceitos estejam voltados para o contexto da luta do povo indígena por direitos epistêmicos, essas conceituações se fazem aplicáveis a luta das mulheres em prol da descolonização de seus corpos.

Nesse quesito, as ideias apresentadas por Mignolo (2008) acerca da desobediência epistêmica como uma via de reafirmação de si e uma virada na interpretação de determinados fenômenos, coloca os conhecimentos de base decolonial como um instrumental de luta e resistência. Ao trazer essa discussão para o panorama brasileiro é constatável que a organização e formatação dos padrões sociais foram e ainda são forjados a luz de uma perspectiva e visão eurocêntrica. Assim a produção de um corpo feminino sem ordenamento ou esquadramento social é um via possível e urgente frente as violências que são constantemente notificadas e invisibilizadas.

Conforme apresentado por Fanon (2008), todo povo que foi colonizado deve assumir uma posição ativa para uma efetiva transformação social. Embora o enfoque central abordado pelo autor seja a questão do racismo étnico é possível ampliar suas ideias e contemplar as pautas feministas com seus estudos. O colonialismo evidencia suas marcas nos mais diferentes cenários da sociedade brasileira. Não se trata aqui de definir ideias de vitimismo, mas sim, de uma posição ativa e transformadora cujo desejo seja a afirmação do direito de coexistência. Fenômeno esse que se faz urgente na contemporaneidade, principalmente no que concerna aos números alarmantes de violência cometidas contra as mulheres.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Gráfico 1: Mapa do feminicídio



Fonte: Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Mapa da violência contra a mulher no ano de 2018, p.58.

O gráfico 1, deixa evidente os efeitos da naturalização do sexismo na contemporaneidade. Com isso, é perceptível que, embora as justificativas que buscavam legitimar e comprovar a inferioridade do ser feminino na sociedade se mostre como um fenômeno notadamente anterior ao século XXI, seus efeitos nocivos não é algo passadista. Atualmente, assistimos a um conjunto de complexas (re)elaborações que desvelam a existência de fenômeno preocupante e que deve ser efetivamente combatido.

Frente ao exposto, é inaceitável que em uma sociedade dita democrática e isonômica, mais de quatorze mil mulheres sejam vítimas de feminicídio, isso apenas no ano de 2018. Dito isso, é urgente a necessidade da formulação de medias efetivas para fazer frente a essa propagação de violência que se lança ao público feminino. Dados como os expostos no gráfico 1, deixam em evidência os resquícios do colonialismo, do patriarcado, da opressão, da exploração e da violência de gênero na atualidade. Resíduos esses que não apenas oprimem, mas também, elimina a vida de muitas mulheres, embora o gráfico aborde a questão do feminicídio, a exploração, a violação de direitos, a subtração da vida humana, o genocídio, o sexismo e a homofobia não podem ser esquecidos e efetivamente combatidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente aos dados apresentados é constatado que estudos voltados para as diversas formas de violências, sejam elas de gênero ou étnico racial são

FRAGMENTOS DO PASSADO

pontos que merecem um *status* de urgência. Dito isto, se faz de extrema importância (re)discutir e problematizar tais questões, pois esses fenômeno evidencia suas marcas de forma explícita e implícita nas mais diferentes sociedades contemporâneas.

Os dados e discursões aqui apresentados não teve por pretensão esgotar a temática, mas antes, atuar como um ponto de reflexão e um convite aos demais pesquisadores interessados pelo assunto, visto que essa complexa temática exige uma leitura interdisciplinar. Assim sendo, o desenvolvimento de pesquisas futuras podem seguir outras vias para além da produção teórica, de modo a contribuir com a produção de instrumentos e medidas de intervenções que objetivem uma ação prática para uma efetiva transformação social.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p.23-119.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Editora Argos, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças**. Campina Grande: EDUEPB, 2010. E-book. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/tg384/02>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**. v.3, n.2, jan./jun., 2001. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v3n2.htm> >. Acesso em 29 de agosto de 2019.
- COMISSÃO DE DEFESA E DIREITOS DA MULHER. **Mapa violência contra a Mulher**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: https://pt.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mapa-da-violencia_pagina-cmulher-compactado.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2020.
- DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora contexto, 2017.
- DUARTE, André. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. **Revista Cinética**, São Paulo, v. 1, p. 1-15, 2008. Disponível em: revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.pdf. Acesso em: 30 dez. 2020.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996, p. 7-37.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel. 20. ed. Petrópolis, Vozes, 1999.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Revista Científica da América Latina e Caribe**. n.9, 73-101. Colômbia, 2008. Disponível em: www.redalyc.org/articulo.oa?id=680906>. Acesso em 18 de julho de 2019.
- MESSEDER, Suely Aldir. A educação e as sexualidades: um relato de experiência com a educação básica no seminário enlaçando sexualidades no

FRAGMENTOS DO PASSADO

- estado da Bahia. **Revista Fórum Identidades**, v. 14, n. 14, p. jul./dez., 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/download/2060/1799>. Acesso em 20 de junho de 2021.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, v. especial, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2019.
- MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p.280-294.
- OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. J. Raça e gênero: entrelaces racistas versus afirmação identitária negra. **Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da UEL**. Ano 1, n. 1, p. 106-115, mar./jul., 2011. Disponível em: http://www.uel.br/neaa/sites/default/files/revistas/nguzu_miolo_final.pdf. Acesso em 10 de julho de 2019.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.
- SOUZA, Daryane Ariel; KAZMIERCZAK, Marília; COUTO, Rafaella. Mulher e sociedade: Como podemos compreender as mulheres à luz de seus direitos sociais na contemporaneidade? **Revista Eletrônica: Colégio Mãe de Deus**, Porto Alegre, v. 3, p. 1-9, set., 2012. Disponível em: http://www.colegiomaededeus.com.br/revistacmd/revistacmd_v32012/artigos/A6_Mulher_Sociedade.pdf. Acesso em 04 de setembro de 2017.
- STEPAN, Nancy. Raça e gênero: o papel da analogia da ciência. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítico da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.73-93.

LEON HIRSZMAN, UM CINEASTA A SERVIÇO DA HISTÓRIA.

Valter Aparecido Barcala¹²⁸

Resumo: O presente artigo é uma adaptação do capítulo 1 de minha dissertação de mestrado, intitulada O Cinema na Escola, uma análise interdisciplinar do filme “Eles não usam Black-Tie”. Neste texto priorizamos a obra cinematográfica de Leon Hirszman e sua relevância para a História.

Palavras-Chave: Filmografia. Cinema. História.

Introdução:

O diretor é a peça-chave em uma produção cinematográfica, ao utilizar um filme enquanto documento histórico tem-se, antes de tudo, que conhecê-lo, independente do roteiro, livro ou fato que inspirou sua produção o diretor irá impor suas ideias, sua noção inconsciente ou não do roteiro. Portanto, é importante saber sobre a trajetória profissional e até mesmo pessoal do diretor para compreender o filme analisado.

Leon Hirszman, cineasta, judeu brasileiro, nasceu no subúrbio do Rio de Janeiro em 22 de novembro de 1937, faleceu, vítima da AIDS em 16 de setembro de 1987.

Leon Hirszman e sua obra

Hirszman procurou expor em seus filmes sua noção de política e sua inclinação pela esquerda. No longa metragem Cinco vezes favela, de 1962, Hirszman contribuiu com o episódio Pedreira de São Diogo, que retrata o drama vivido por uma comunidade instalada no alto de uma pedreira, ameaçada pela ganância do proprietário (interpretado por Sadi Cabral), que pretende utilizar uma carga grande de dinamite com a pretensão de acelerar o serviço. No entanto, os moradores se reúnem no alto da pedreira no momento em que seria dada a ordem para detonar os explosivos, colocando o proprietário numa situação constrangedora. Essa ação dos moradores da favela só foi possível devido à atuação do mestre de obras João (Chico de Assis), líder dos trabalhadores da pedreira, que em determinado momento concluiu que não adiantaria uma paralização dos operários, pois estes seriam demitidos e substituídos por outros que levariam a cabo as ordens do proprietário. Assim, João vai até a favela e chama uma mulher que estava lavando roupas (interpretada pela atriz Glauce Rocha) e explica as pretensões do patrão e o perigo que a favela corre, pede que ela instrua os moradores a aparecerem no alto da pedreira, quando for dada a ordem para a explosão. Ela concorda e vai de barraco em barraco explicando a situação e o plano, na hora da detonação os moradores surgem. A estratégia funciona, e o proprietário da pedreira desiste de utilizar a carga fatal de explosivos.

¹²⁸ Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-graduado em Educação, Antropologia Cultural e Teologia, licenciado em Estudos Sociais, Geografia e Pedagogia.

FRAGMENTOS DO PASSADO

O episódio Pedreira de São Diogo demonstra a crença que Leon Hirszman tinha no ser humano. O cineasta Eduardo Escorel, na época do lançamento do filme, detectou que o episódio não tinha sido resolvido, pois o homem precisa da pedra e acabará subjugando seu semelhante. Mas para Hirszman isso não faz sentido, para ele, as máquinas ficariam paradas e os favelados, enfim, adquiriram o direito de viver em paz.

O filme *Cinco Vezes Favela* foi apresentado como uma revolução no cinema brasileiro, mas a crítica especializada não gostou, elogiando apenas o trabalho de Joaquim Pedro de Andrade, (Couro de Gato), e de Hirszman (Pedreira de São Diogo). Sobre este filme o jornal **O Estado de São Paulo** publicou em sua edição de 30/03/1963:

O quinto episódio, Pedreira de São Diogo, de Leon Hirszman, apesar de bem acadêmico e de contar uma história fraca, é o melhor de todos. Revela em seu diretor certo domínio da sintaxe cinematográfica, um cuidado formal e, dos cinco diretores apresentados, o único com segurança de estilo (...). Deve-se louvar também como foi usado o som, como elemento auxiliar de ambientação. Cinco vezes Favela em seu resultado geral é lamentável. (O Estado de São Paulo: 30/03/1963).

O jornal carioca **Última Hora**, em sua edição de 05/12/1962 enfatiza essa afirmação, conforme podemos comprovar na reportagem de Tati Moraes: “filme compacto, de uma força peculiar, Pedreira de São Diogo é dos cinco o que a interpretação é mais vigorosa”.

O segundo trabalho de Leon Hirszman foi o documentário *Maioria Absoluta* (1964), sobre o problema do analfabetismo no Brasil. Curta-metragem de aproximadamente 20 minutos, intercala depoimentos com textos narrados sobre a miséria e o analfabetismo. Neste curta buscou-se a opinião de quem vivia o problema, foram entrevistadas pessoas das mais diversas classes sociais, no Rio de Janeiro, Paraíba e Pernambuco. Para alguns entrevistados o problema era moral, para muitos, estrutural. Sobre este documentário, Hirszman, assegurou:

Maioria Absoluta é um filme muito querido porque marcou o CPC, marcou o Cinema Novo e cristalizava uma atitude crítica. Em vez de realizar a propaganda do método Paulo Freire, de como se deve alfabetizar, procurei levantar as condições materiais – e espirituais – de vida dos analfabetos. Eles falam sobre educação, saúde, sobre seus filhos, e apontam soluções para os problemas. Falam com precisão poética, com uma expressão radical da língua, com uma capacidade extraordinária de expor o pensamento, com beleza, com força. (HIRSZMAN, L., *É bom falar*. Rio de Janeiro, Centro Cultural Banco do Brasil, 1995).

Fica claro portanto, que para Hirszman, o cinema direto¹²⁹ não era a expressão da verdade, mas um instrumento que depois era adaptado segundo uma linha de pensamento para servir a sociedade.

O filme em questão, foi finalizado logo depois do golpe de 1964, e permaneceu proibido pela censura durante muitos anos sendo exibido apenas em sessões restritas e no exterior onde ganhou vários prêmios. Paralelamente

¹²⁹ Documentário

FRAGMENTOS DO PASSADO

Hirszman tinha o projeto *Minoria Absoluta*, que tratava da questão universitária, “era um filme sobre a reforma universitária, que salvava 1 do povo brasileiro e o resto não importava (...). O filme foi interrompido a partir de 10 de abril de 1964” (SALEM, 1997, p. 153). Segundo o cineasta Nelson Pereira dos Santos, Hirszman, estava sempre procurando uma produção ligada ao movimento político.

O terceiro trabalho de Hirszman como diretor foi o filme *A Falecida* (1965), baseado na obra de Nelson Rodrigues. Com roteiro elaborado pelo cineasta e com a participação de Eduardo Coutinho; a trama aborda a história de uma mulher do subúrbio, Zulmira, interpretada por Fernanda Montenegro, que iniciava a sua carreira no cinema.

A protagonista, uma mulher da classe média, trai seu marido com um milionário, João Guimarães Pimentel, vivido por Paulo Gracindo ao ser flagrada na rua com o amante, a personagem entra em conflito com a sua consciência culminando em sua morte. O mote da história serviu como pano de fundo para tratar de uma problemática maior: o drama dos moradores do subúrbio do Rio de Janeiro, evidenciando a falta de moradia, atendimento médico, emprego, enfim, uma população sem perspectivas vivendo à margem da sociedade. Apesar de mostrar de forma clara o drama desta população humilde, a crítica especializada não gostou da adaptação cinematográfica. O crítico de cinema Sayviano Cavalcante de Paiva escreveu no jornal **Correio da Manhã** (06/10/1965):

O cinéfilo esclarecido rejeitará totalmente o filme (...) os erros básicos do filme são: uma descabida pretensão autoral, a incapacidade dos roteiristas e do diretor de acelerarem o ritmo de uma estória que solicitava um tratamento dinâmico, e a total incapacidade de transmitir a morbidez antropomórfica da peça de Nelson Rodrigues – limitando-se ao superficial, chocando pelo escatológico. Eivada de primarismos. A falecida só pode competir com as antigas chanchadas. E é pena: poderia ser um dos filmes mais importantes do cinema novo. (apud SALEM, 1997. p.169).

Apesar de não ser bem recebido pela crítica, e também um fracasso de bilheteria, foi indicado para o Festival Internacional do Filme, onde foi agraciado com a Gaivota de Prata, prêmio especial do júri. Participou também de uma mostra paralela do Festival de Veneza e representou ainda o cinema brasileiro na Semana da Crítica do Festival de Cannes para Filmes de Jovens Diretores. No exterior, o longa de Leon Hirszman foi bem aceito, como atesta o crítico do jornal francês *Combat*, André Fieschi, sobre o diretor escreveu; “mais preocupado em encontrar ampla audiência popular do que os companheiros Glauber Rocha e Paulo Cezar Saraceni”. Sobre o filme Fieschi observou:

Em momento algum, pensa o espectador que está assistindo a uma peça teatral adaptada e somente pela imaginação de soluções formais cabe julgar o seu diretor, (...) Além da ótica resolutamente crítica, o filme desemboca em uma verdade parabólica onde a exuberância de fantasmas atualizados revela o espectro mental de uma sociedade chamada, por sua miserável condição, a ser presa de inevitáveis e próximas revoluções. (SALEM, 1997. p.171)

A censura liberou a exibição do filme *A Falecida* na televisão em 1985, para vinculação após as 22:00 horas, por conter cenas de sexo (ANEXO A), este

FRAGMENTOS DO PASSADO

fato foi uma conquista importante pois apresentou ao público a genialidade do diretor Leon Hirszman.

O relativo fracasso do filme, não desencorajou Hirszman, pelo contrário, o lançou em um projeto mais ousado, como ele mesmo afirmou, “meu próximo trabalho será *Garota de Ipanema* (...) “será um filme em cores, um musical, com história de minha autoria e Vinicius de Moraes” (...). O roteiro do filme *Garota de Ipanema* foi elaborado por Hirszman, Eduardo Coutinho e Vinicius de Moraes, e contou com a participação de Glauber Rocha.

O filme *Garota de Ipanema* (1967), narra a trajetória de Márcia, menina-mulher que desabrocha junto com o verão em Ipanema, começa justamente com a protagonista Márcia Rodrigues, passeando pelo bairro de Ipanema, chove, ainda não é verão, afirma Márcia, a camara viaja pelo bairro, mostra o seu cotidiano, pessoas conversando nas praças, vendedores, crianças saindo da escola. Este prólogo documental é que irá abarcar a ficção e a mística de Ipanema, de seus personagens dourados ao sol, a música, e a intelectualidade pós-golpe de 1964. O filme, segundo alguns críticos, tem valor mais pelo lado documental do que da ficção. Mostra Ipanema dos anos 60 do século XX, das tendências musicais da época com a participação de grandes nomes como Chico Buarque de Holanda, Nara Leão, Tamba Quarteto, Baden Powell, Vinicius de Moraes, Ronnie Von, entre outros.

O momento histórico por qual passava a sociedade brasileira está identificado em uma sessão de fotos de Márcia, com o fotógrafo interpretado por Adriano Reis, na qual ela representa, na sequência: guerrilheira do Vietnã, a dona de casa, a intelectual, a política de esquerda, entre outras personagens. O filme demonstra a alienação de uma classe social, que é representada por Márcia, jovens de classe média, estudantes de uma conceituada universidade particular. Esses personagens participavam das festas de carnaval no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, relacionando-se com os representantes de movimentos culturais como músicos, compositores e fotógrafos.

Como documentário, o filme de Hirszman é importante para relacionar as diversas tendências culturais dos anos 1960, segundo Eduardo Coutinho, “era muito complicado fazer um filme popular e desmistificador. Acho que o filme é esquizofrênico” (SALEM, 1997, p.180). A Crítica se dividiu, mas houve predominância de um tom negativo.

Entre as críticas positivas destacamos a do jornal O Globo, que em sua edição de 29 de dezembro de 1967, escreveu:

Com excelente nível técnico e uma fotografia primorosa de Aronovich, *Garota de Ipanema* está repleto de todas as tendencias da moderna música brasileira (...). A maior fraqueza da fita, no entanto, são seus diálogos por demais corriqueiros e às vezes inúteis, sem esquecer o vazio permanente que o filme sugere. Apesar disso, a beleza das imagens não chega a ofuscar inteiramente e *Garota de Ipanema* pode ser considerado um bom filme (apud SALEM, 1997, p.180).

Entre os que não gostaram, Ely Azeredo escreveu:

O roteiro (...) evidencia, sobretudo a desconfiança do cinemanovismo em relação à construção fílmica e ao cinema em geral. Em relação ao cinema que já existia – consta – antes de ser inventado o Cinema Novo. Sem roteiro mesmo, desconfiado também do ator profissional, da montagem elucidativa, da direção como forma de obter uma cumplicidade (até certo ponto) do público, *Garota de Ipanema* só se

FRAGMENTOS DO PASSADO

materializa fisicamente em Márcia e nos cenários. Seus objetivos permanecem ectoplásmicos. (Jornal do Brasil, 31/12/1967).

Contundente foi também o artigo de Antônio Moniz Vianna, do **Correio da Manhã** em 05 de janeiro de 1968, onde afirmou que nada podia desculpar o fracasso do filme *Garota de Ipanema*: "(...) De qualquer forma, o título é só uma isca – e o filme é uma fraude, de ponta a ponta".

O filme *Garota de Ipanema* é uma aula de História ao retratar o cotidiano "de um mito", as incertezas sociais, a música, a intelectualidade. As abordagens pedagógicas são muitas e enriquecidas com uma belíssima fotografia do Rio de Janeiro nos anos 1960. Numa leitura mais ampla da fita pode-se verificar ainda que Leon Hirszman inseriu sua visão política e crítica nesta obra, considerada, por muitos, como alienante.

A censura aprovou integralmente esse filme, conforme atesta a Ficha da Censura datada de 14 de novembro de 1967. No relatório assinado pelo censor Diamantino Antunes não existe nenhum impedimento quanto à exibição do filme, pelo contrário, no item *Apreciação Moral*, consta: "O filme em exame não apresenta nada que possa ser condenado, pelo contrário, apresenta uma mensagem altamente positiva de respeito aos princípios da família, portanto, (rasurado no original), ser exibido a qualquer público, sem quaisquer restrições. Boa qualidade".

Em 1969, Hirszman realizou dois curtas metragens *Nelson Cavaquinho* e o episódio *Sexta-feira da Paixão, Sábado de Aleluia*, do filme underground *América do Sexo*. O curta *Nelson Cavaquinho* narra a vida deste conhecido músico popular, com esse projeto Hirszman retorna à zona norte do Rio, depois de sua incursão pela zona sul do Rio de Janeiro em *Garota de Ipanema*.

Ao perscrutar a alma do povo humilde e esquecido, evidenciando-os no curta *Nelson Cavaquinho*, Hirszman pretende, na verdade, manifestar o seu protesto sobre os acontecimentos políticos daquela época.

Este filme foi rodado em três dias. Simples, em preto e branco, som direto. O compositor Nelson Cavaquinho, na época com 59 anos, fala da vida, dos pais, de sua música, dos amigos. Assim, Hirszman buscou no cotidiano da vida de um cantor e compositor popular, morador do bairro de Bangu no Rio de Janeiro, uma forma de mostrar que, apesar dos acontecimentos e do clima repressivo daquele momento, ainda existia a poesia e que esta deveria ser utilizada para tentar reverter essa situação.

Durante as filmagens do documentário ocorreu a morte trágica de um sobrinho de Nelson Cavaquinho, este fato acabou por influenciar o tom do curta, segundo Mario Carneiro, que foi diretor de fotografia, "o Nelson ficou muito chocado, chorou na hora". Na opinião de Paulinho da Viola, "o filme passa uma tristeza que não era do Nelson (...) eu conheci bem o Nelson, ele não era triste (...)". Apesar deste fato, o humor implícito de Hirszman está registrado no filme quando a câmara insiste em filmar uma jovem tímida que se esconde atrás das amigas, ao lado da mesa em que Nelson Cavaquinho está sentado na quadra da Mangueira.

Logo depois Hirszman dirigiu outro curta, *Sexta-feira da paixão, Sábado de Aleluia*, filmado nos dias 19 e 20 de abril, da semana santa de 1969, é um curta experimental de 28 minutos, em 16 mm, e compunha juntamente com os curtas; *Balanço* de Flávio Moreira da Costa, *Bandeira Zero* de Rubem Maia e *Antropofagia* do cineasta e também organizador do projeto, Luíz Rosemberg Filho, esses curtas deram origem ao longa *América do Sexo*.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Assim como os curtas anteriores, *Sexta-feira da Paixão*, *Sábado de Aleluia* também foi feito de improviso, como atesta Hirszman, “não havia indicações de nenhum tipo. Saíamos e rodávamos”. Protagonizado por Ítala Nandi e o italiano Luiz Carlos Saldanha, o filme retrata os jovens em busca de sua liberdade, os movimentos estudantis de 1968 e a descoberta das drogas pela classe média. A referência (indireta) ao Regime Militar, esta na sequência da floresta, onde os atores estão deitados sobre um cobertor, ele nu, e ela de *collant* transparente repete a todo momento, “isso não pode, isso não pode”. O clima é sensual, ingênuo e sempre bem-humorado, no entanto, reflete, de forma simbólica, o clima repressivo do país.

Hirszman retirou seu episódio do longa assim que este foi concluído, antes mesmo deste ser submetido à Censura. “Ele disse que o filme era muito louco”, afirma Rosemberg. *América do Sexo* foi proibido e não entrou no circuito comercial.

Sobre o filme, a censora Luzia Maria Barcelos de Paula analisou o argumento da seguinte forma:

São quatro histórias nas quais são abordados ostensivamente o inconformismo ante a situação política vigente, com alusões ao tratamento dispensado aos comunistas pelo governo, além de conter insistentemente, cenas excitantes e eróticas. A terceira estória tem como tema a prostituição como opção final da personagem principal. E a quarta estória é tema livre, isto é, foi dada liberdade aos atores para agirem livremente, não há enredo. Relatou que o filme era medíocre, sem propósito, nada transmitindo ao espectador (ficha de censura do filme *América do sexo* – fragmento)).

O terceiro longa de Hirszman foi *São Bernardo*, realizado entre 1971 e 1972, do livro homônimo em que se baseia, escrito por Graciliano Ramos¹³⁰, ambientado no interior de Alagoas em meados dos anos 1920, e narra a história de Paulo Honório, interpretado pelo ator Othon Bastos, homem de origem pobre, que utiliza todos os recursos para enriquecer e assim comprar a fazenda São Bernardo, na qual passou a infância lidando com a terra, “gastei muita enxada ganhando cinco tostões por doze horas de serviço”. Extremamente autoritário com seus empregados, revolta-se até com a sua esposa Madalena, interpretada por Isabel Ribeiro. Madalena procura integrar-se à vida na fazenda, buscando uma aproximação com os trabalhadores, mas acaba vítima do ciúme do marido, não aguentando a situação, que piora a cada dia, acaba por suicidar-se. O próprio Honório é quem narra toda a história ao escrever suas memórias após a morte da esposa.

O final é literalmente fiel à obra de Graciliano Ramos:

Paulo Honório sentado redigindo seu livro na casa grande, em frente a uma vela que se apaga, até que a tela fique completamente escura, com sua voz ao fundo, dizendo: “E eu vou ficar aqui, às escuras, até não sei que hora, até que morto de fadiga, encoste a cabeça à mesa e descanse uns minutos”. (RAMOS, 1984, p.188).

¹³⁰ Graciliano Ramos (1892, AL – 1953, RJ), escritor alagoano. Um dos principais nomes da geração modernista dos anos 1930, entre seus livros, destacam-se *Caetés* (1933), *São Bernardo* (1934), levado às telas por Leon Hirszman em 1971/72, *Angústia* (1936) e *Vidas Secas* (1938), este teve sua versão cinematográfica em 1963 com direção e roteiro de Nelson Pereira dos Santos.

FRAGMENTOS DO PASSADO

O filme São Bernardo é utilizado nas aulas de literatura e história devido à fidelidade entre o original e sua adaptação cinematográfica, como afirmou Hirszman: (...) procurei tirar qualquer tipo de ornamento gramatical que pudesse impedir a compreensão de Graciliano. (...) Eu não quis de modo algum fazer qualquer tipo de invenção a partir de uma obra literária que gosto muito (...)"

O roteiro do longa metragem foi elaborado por Hirszman e este se utiliza do texto de Graciliano Ramos para a construção dos diálogos e das reflexões de Paulo Honório. Mas o Hirszman documentarista está também na obra de ficção. Após encontrar Madalena morta, Paulo Honório deixa o quarto e a câmara o acompanha e avança no tempo, mostra os casebres dos lavradores, o trabalho no campo, tudo ao som de *Rojão no eito*, um canto de trabalho da região.

O filme foi concluído em março de 1972, e logo censurado Hirszman ao impetrar recurso na Justiça, anexou o texto do romance, juntamente com o roteiro do filme, comprovando a fidelidade literal, de uma obra que era inclusive utilizada nos exames vestibulares oficiais e, portanto, não cabia censura sobre a obra cinematográfica.

Mas a censura não acatou a argumentação de Hirszman, alegando que o filme continha **conflitos psicossociais** e palavras chulas. No Certificado de Censura para a televisão, o filme foi liberado com cortes das falas **arrochei-lhe um beliscão na popa da bunda e ela ficou se mijando de gosto**, também recomendada retirar as expressões **puta que pariu e filho da puta** repetida várias vezes por Paulo Honório.

Eminentemente político, São Bernardo, mostra o caráter **comunista** de Madalena, quando ela começa a interessar-se pelos problemas dos camponeses. O filme evidencia também a coisificação do ser humano, conforme afirmou Hirszman em entrevista a Jeas-Claude Bernardet:

A coisificação econômica de Paulo Honório se dá a partir da negação da infância e da afirmação de poder. Mas esse processo de coisificação não se dá só na esfera econômica. Na medida em que a vida de uma determinada pessoa se torne objeto de uma só particularidade, seja econômica, política, ou outra qualquer, essa pessoa fica impedida de encontrar um equilíbrio dinâmico entre as múltiplas particularidades que a compõem como ser social que tem poder de atuação sobre a vida social. (**Opinião**, 08/07/1974).

O filme em questão foi muito bem acolhido no exterior. Exibido na Quinzena de Realizadores do Festival de Cannes de 1972, participou, neste mesmo ano, do *Film Forum do Festival de Berlim*. Em 1980 foi exibido na mostra de filmes brasileiros no *Public Theater*, de Nova York.

A crítica o recebeu com entusiasmo, como atesta o exigente crítico do *The New York Times*, Vincente Candy, em artigo de dois de setembro de 1980: "São Bernardo é um filme belo, solene e quase cerimonioso", também elogiou a atriz Isabel Ribeiro: "uma extraordinária presença cinematográfica". Kevin Thomas, crítico do Jornal **Times**, em 28 de janeiro de 1981, escreveu: "Por todo seu rigor, São Bernardo é um filme singularmente bonito, de imagens articuladas com extrema beleza e delicadeza".

Em 1973, quando liberado pela Censura, foi agraciado com o prêmio *Margarida de Prata*, da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros. Posteriormente, recebeu o prêmio *Molière* de Cinema, concedido pela Air France, em quatro diferentes categorias, melhor filme, diretor, ator e atriz.

FRAGMENTOS DO PASSADO

Recebeu também os prêmios *Coruja de Ouro*, melhor diretor, atriz coadjuvante, para Vanda Lacerda, cenografia e figurinos); *Prêmio Adicional de Qualidade*, da Embrafilme; *Prêmio Governador do Estado de São Paulo*, melhor roteirista, Leon Hirszman; *Festival de Gramado*, prêmio especial de direção; e do *Instituto Nacional de Cinema*.

A crítica reconheceu a importância do filme *São Bernardo* e o indica como melhor filme brasileiro dos últimos tempos (década de 1970). O jornal **O Globo** concedeu o tradicional troféu Bonequinho aplaudindo de pé, com crítica de Miguel Pereira:

Não há a menor dúvida de que *São Bernardo* é o filme brasileiro mais importante do ano, não só pelo somatório de suas qualidades artísticas inegáveis (fotografia, música, interpretações, ritmo, montagem), mas, também, pelo que representa na atual fase do cinema nacional (...). (SALEM, 1997, p.219)

Devido às dívidas que assumi durante a produção e o período em que estive interdito pela censura, *São Bernardo* levou a produtora Saga Filmes (que já apresentava dificuldades financeiras) de Leon Hirszman e Marcos Farias, à falência.

Esse fato desagradável abalou Hirszman, no entanto ele reconheceu que a temática do filme pulsava mais forte no seu interior: “Com *São Bernardo* fui à falência, foi um confronto superior às minhas forças, mas era importante, não pude resistir e fiz”.

Os anos 1970 foram difíceis, mas Hirszman, não esmoreceu, fez diversos curtas, projetos para filmes históricos e didáticos, um documentário para a TV italiana e fez *ABC da Greve*, um documentário de 84 minutos sobre a efervescência do movimento operário no ABCD paulista¹³¹. Nos trabalhos que realizou neste período, apesar das diversidades de temas, o cineasta não perdeu seu foco, continuou a documentar o Brasil, evidenciando as mazelas da realidade social e política do povo brasileiro.

A política é uma constante em toda sua produção cinematográfica. Um projeto ambicioso de Hirszman, que infelizmente não chegou a ser concluído; seria o longa *Que viva a América!* Segundo Salem, esse projeto que englobaria 12 filmes de uma hora cada, traçaria um perfil esclarecedor sobre a situação real na América Latina.

Um projeto semelhante mas focado apenas na realidade brasileira foi BR-480, também ficou apenas no papel, interdisciplinar, este projeto previa a participação de intelectuais de diversas áreas das Ciências Sociais do país, além de jornalistas, dramaturgos e cineastas, “visando a recuperação de uma historiografia real sobre os 480 anos de colonização no território brasileiro. Com temas abrangentes, o projeto previa filmes como *Da Terra dos Índios aos Índios sem-terra*; *Do Jeca-Tatu ao Boia-Fria*; *Das pequenas vilas à explosão urbana*; *Qualidade de Vida*; *Da Nação-Estado à crise atual da sociedade civil*; *Da cultura dos dominantes à cultura dos dominados*, e *Do fim do milagre à situação atual*. Esse projeto, idealizado em 1975 auge da Ditadura Militar, demonstra como em outras realizações de Hirszman, sua preocupação em documentar e expor as desigualdades sociais, buscando sempre a conscientização e,

¹³¹ Polo industrial que corresponde as cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá e Ribeirão Pires.

FRAGMENTOS DO PASSADO

consequentemente, uma mudança nas estruturas sociais. Uma verdadeira utopia, idealizada em pleno regime militas. Só um visionário como Hirszman, poderia abraçar uma ideia como BR-480.

Mas, se esse projeto se mostrou impraticável, Hirszman realiza em 1976 o documentário *Que país é este?* Projeto da TV italiana RAI. Ele inclui nessa produção, trechos do filme *O Descobrimento do Brasil*, de Humberto Mauro, realizado em 1937, cenas de documentários que abarcavam desde o período Colonial até os anos 1970. A narração foi realizada por intelectuais como Fernando Novaes, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Maria da Conceição Tavares e Alfredo Bosi. No entanto, *Que país é este?* Foi finalizado, mas nunca exibido, pois a RAI, não queria um filme crítico, queria o exótico, o mitológico. Devido ao desinteresse pela produção, a RAI desapareceu com o filme.

Em 1976, Hirszman em conversa com o economista e amiga Maria da Conceição Tavares, comentou que alguma coisa estava para acontecer no ABC paulista. Em 1977, sua produtora, a Saga filmes, saiu da concordata, e ele pôde se dedicar a um novo projeto: *Eles não usam Black-Tie*, a peça teatral de Gianfrancesco Guarnieri, que esteve proibida no Brasil entre 1969 e 1977.

Em 1979, muda-se para São Paulo, e a cidade inspira um novo trabalho. “Ao chegar lá, me deparo com uma greve imensa de braços cruzados e máquinas paradas”. O movimento operário que começou a se fortalecer no final da década de 1970, atingiu seu ápice em 1979 no ABC paulista Hirszman nesse momento trabalhavam juntamente com Guarnieri no roteiro do filme *Eles não usam Black-Tie*,

O documentarista conseguiu apoio da Embrafilme e iniciou as filmagens da movimentação dos metalúrgicos no ABC paulista, que mais tarde dariam origem a uma nova organização sindical e ao Partido dos Trabalhadores. Segundo Hirszman:

(...) fomos filmar no ABC as condições de vida da massa trabalhadora, onde moram, como é sua saúde, suas relações familiares, seu cotidiano. E também suas condições de trabalho, ou seja, o problema ecológico verdadeiro, a situação real daqueles que lidam com produtos químicos, gases, que engolem tudo, mastigam aquele ferro, engolem aquele fel. (SALEM, 1997, p. 248)

A intenção de Hirszman ao filmar *ABC da Greve* era de dar voz à classe operária, mostrando uma determinada experiência em um dado momento da História. Um trabalho documental importante para se entender a recente história do Brasil e o movimento que levou a ascensão de um operário ao poder. A paralização dos operários, os piquetes, a intervenção no sindicato, os discursos de Luís Inácio Lula da Silva, as negociações, tudo está documentado (fig.01). Com narração de Ferreira Gullar¹³², música de Paulinho da Viola, o filme só foi finalizado em 1990, por Adrian Cooper, pois Hirszman se afastou deste projeto para se dedicar a *Eles Não Usam Black-Tie*.

¹³² José Ribamar Ferreira (1930 – 2016), um dos mais consagrados autores da poesia no Brasil, na década de 1960, adere à poesia engajada do movimento Violão de Rua, do Centro Popular de Cultura (CPC), exila-se devido a perseguições políticas em 1971, na Argentina. De volta ao Brasil, lança em 1975 *Dentro da Noite* e em 1976, *Poema Sujo*. Entre suas obras destaca-se ainda, *Na vertigem do Dia* (1980), *Barulhos* (1987), *Etapas da Arte Contemporânea* (1985) e *Indagações de Hoje* (1989).

FRAGMENTOS DO PASSADO

Em 1981, Hirszman filma *Eles não Usam Black-Tie*, adaptação cinematográfica da peça homônima de Gianfrancesco Guarnieri, escrita em 1955. O filme faz uma atualização da peça teatral. A história agora se passa em São Paulo e não mais no Rio de Janeiro, no lugar da favela carioca, um bairro da periferia paulista, Vila Brasilândia. As personagens também sofreram atualizações, algumas foram suprimidas, outras tomaram dimensões mais elaboradas. A fábrica agora é uma realidade, ela existe, assim como todas as contradições existentes entre o operariado e o patronato, a violência urbana muito diferente da violência dos anos 1950, a violência dos órgãos de repressão do regime autoritário, a violência familiar que, muitas vezes aflorada por questões econômicas, a violência do cotidiano, foram questões que surgiram ou se desdobraram para a realização do filme.

Hirszman e Guarnieri se conheciam desde os tempos do CPC, e em 1979 começaram a trabalhar no roteiro do filme, que a princípio tinha uma estrutura diferente do roteiro que foi levado às telas, mas a força do texto original prevaleceu. Para a construção do roteiro, Hirszman e Guarnieri se debruçaram sobre uma farta documentação referente ao movimento operário e buscaram também a assessoria de especialistas nas áreas de Ciências Sociais. Segundo Hirszman, *Eles Não Usam Black-Tie* procura discutir sobre a realidade brasileira, a situação do operariado. (SALEM, 1997, p.256).

No conjunto, *Eles Não Usam Black-Tie* é um filme de ficção, inspirado em fatos, como, por exemplo, a cena final do assassinato de Bráulio e seu enterro, baseado na história do operário e sindicalista Santo Dias, alvejado pelas costas pelo policial Herculano Leonel em frente da fábrica Syvânia, Santo Dias não resistiu aos ferimentos e veio a falecer em 30 de outubro de 1979.

O último trabalho de Hirszman foi a trilogia *Imagens do Inconsciente*, documentários feitos para um público especializado, ligado às instituições psiquiátricas e aos profissionais ligados a esta área da medicina. A vontade de se trabalhar com o tema, surgiu, segundo Hirszman em 1968, quando ele foi assistir um seminário no Centro Psiquiátrico Pedro II, em Engenho de Dentro no Rio de Janeiro, sobre o mito de Dionísio, onde encontrou a Dra. Nise da Silveira, que mantinha, junto aos internos, um ateliê de pintura, que posteriormente se transformaria no Museu de Imagens do Inconsciente. Mas o projeto do documentário só se concretizou em 1982, financiado pela Embrafilme. A trilogia retrata a obra de três internos, o primeiro curta, intitulado *Em busca do Espaço Cotidiano*, com 80 minutos de duração, e, como em outros filmes de Hirszman, narração de Ferreira Gullar, inicia-se com uma apresentação do trabalho da Dra Nise, desde a criação da Seção de Terapia Ocupacional em 1946, no Centro Psiquiátrico Pedro II e vai até a fundação do Museu de Imagens do Inconsciente em 1952. A segunda parte do curta aborda o trabalho de Fernando Diniz, mulato, pobre, nascido em 1918 na Bahia. Segundo Hirszman; “é o caso mais social”. O crítico Mário Pedrosa (1900-1981), sobre Fernando Diniz, escreveu:

Nos seus jogos de azul, vermelho e cinza, a sala respira uma sonoridade rica e vitoriosa, onde o menino pobre e rejeitado de outrora senta-se ao piano, em plena sala decorada a seu gosto, e dedilha os acordes triunfais da arte sobre um velho sonho desfeito e uma realidade ingrata. Pobre e grande Fernando. (PEDROSA, 1994, p.56).

No *reino das mães*, o segundo filme da trilogia, tem 55 minutos de duração, e mostra a vida e a obra de Adelina Gomes, nascida no Rio de Janeiro

FRAGMENTOS DO PASSADO

em 1916, filha de camponeses, submissa aos pais, aos 18 anos se apaixonou por um rapaz, sua mãe não aprova o namoro. Obediente, ela se afasta do moço. Certo dia estrangula a sua gata de estimação: “Tomada de violenta excitação psicomotora, foi internada em 17 de março de 1937” afirma o texto do filme, narrado por Vanda Lacerda. Na pintura Adelina tenta **ressuscitar** o gato que matou, pinta gatos, plantas, rostos de mulher. Na avaliação da Dra. Nise, uma tela pintada por Adelina, “encontra paralelo num quadro do surrealista Victor Brauner, onde se acham reunidos os mesmos componentes: mulher, gato, flor. Uma figura feminina é metade mulher, metade gato e de seu seio nasce uma flor”.

O último episódio, *A Barca do Sol*, é sobre Carlos Pertuis, com 70 minutos de duração, narra a trajetória desse carioca nascido em 1910. Seu pai, antes de morrer, deixa para ele a responsabilidade de cuidar da casa e das duas irmãs, esta incumbência o abalou muito, afastando-o dos estudos e dedicando-se só ao trabalho. Atormentado por conflitos pessoais, sua psicose fica evidente quando vê raios de sol refletidos no espelho de seu quarto e projetados na parede e interpreta como uma visão cósmica chama a família para ver o **planetário de Deus**: foi internado aos 29 anos no antigo hospício da Praia Vermelha (RJ) em 1939 e depois transferido para o Centro Psiquiátrico Pedro II, onde morreu aos 67 anos, em 1977.

Quando teve a oportunidade de pintar, reproduziu com toda sua força a visão do **planetário de Deus**. Carlos pintou aproximadamente 21.700 quadros, onde prevalece os mitos solares, como o deus Mitra dos persas. O episódio possui a mesma estrutura dos dois anteriores, sendo narrado por Gullar e Vanda Lacerda, o filme exhibe a produção de Carlos, suas modelagens, suas pinturas. A música de Edu Lobo envolve e complementa na produção cinematográfica, pois ela cria o clima que influencia a recepção do espectador, levando-o a sentir toda a emoção dos atores ou da cena.

Edu Lobo afirma que *Imagens do Inconsciente*, apesar de ser um documentário, tem toda a força e a elaboração de uma obra de ficção. Segundo o crítico Ferreira Gullar, o filme ampliou e enriqueceu a obra cinematográfica de Leon Hirszman.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto na introdução, este artigo, com pequenas adaptações compõem o capítulo 1 de minha dissertação de mestrado, intitulada *O Cinema na Escola*; uma análise interdisciplinar do filme “eles não usam Black-Tie, de Leon Hirszman.

A pesquisa permitiu concluir que o cinema é um depoimento da sociedade que o produziu, tornando-se uma fonte documental para a ciência História. No entanto, para aplicar melhor o caráter documental das obras cinematográficas aqui citadas é importante realizar a sua decupação, pois só assim conseguimos revelar os elementos da realidade inseridos na ficção fílmica.

Como afirmou Monterde, “o cinema se converteu por méritos próprios, em arquivo vivo das formas do passado ou, por sua função social, em um agudo testemunho de seu tempo (...)”. como vimos a obra cinematográfica não é fruto apenas do diretor, roteiristas, atores e produtores, o Cinema em seu conjunto é um espelho da sociedade, refletindo o bem e o mal; o bom e o ruim. Cabe a nós,

FRAGMENTOS DO PASSADO

pesquisadores das Ciências Sociais utilizar mais esta plataforma multimidiática no processo de construção de uma sociedade justa e democrática.

BIBLIOGRAFIA

- AUMONT, Jacques. et al. A Estética do Filme. 3ª edição. São Paulo: Papirus Editora, 2005.
- BERNARDET, Jean-Claude e Ramos, Alcides Freire. Cinema e História do Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- BURKE, Peter. Testemunha Ocular; história e imagem. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- DIAS, Luciana et al. Santo Dias; quando o passado se transforma em História. São Paulo: Ed. Cortes, 2004.
- FERRO. Marc. Cinema e História. Trad. Flávia Nascimento. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- SOARES, Mariza de Carvalho e FERREIRA, Jorge. (Org.) A História vai ao Cinema. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- XAVIER, Ismail. O Discurso Cinematográfico; a opacidade e a transparência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 2005.
- _____. O Cinema Brasileiro Moderno. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2ª edição, 2004.

SOBRE OS AUTORES

Elvis Silveira Simões

Doutorando em História - UFPel. Mestre em História (2017) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2014). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário. Atualmente exerce a função como professor Municipal na área de História na cidade de Pelotas.

Thiago Cedrez da Silva

Doutorando em História (UFPel). Mestre em História (2016) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2013). Especialização em Psicologia e Coaching pela Faculdade Metropolitana-SP (2020). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário; Ensino de História; Coaching; Liderança; Gestão de Pessoas. Atualmente faz parte do quadro de professores convidados do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas-RS.

Edgar Avila Gandra

Graduado em História pela Fundação Universidade do Rio Grande (1995); Mestre em História Ibero-Americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1998) e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é professor Associado II da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) atuando no Departamento de História, no Programa de Pós-Graduação em História –PPGH e no Curso de Educação do Campo. Também lecionou no MBA em Gestão de Pessoas – UNICENTRO-PR. Tem experiência de pesquisa em temáticas sobre História do Trabalho, História Portuária e Movimentos Sociais. Foi Bolsista do Programa de Estágio Sênior Capes no Exterior na Universidade do Porto-PT. Professor Colaborador do CITCEM-Universidade do Porto-PT.

FRAGMENTOS DO PASSADO

estudos históricos
em perspectiva



casaletas.com/academico-livros



9 786589 475262

ISBN: 978-65-89475-26-2